

Relatório e Contas

2024



Montepio
Associação Mutualista

Índice

01	Mensagem do Presidente	05
02	Órgãos Associativos	08
03	Enquadramento das Atividades	11
04	Principais Indicadores	20
05	Principais Eventos em 2024	22
06	Execução da Estratégia e do Programa de Ação de 2024	25
07	Atividade	37
08	Responsabilidade Social e Sustentabilidade	56

09	Sistema de Controlo Interno e Gestão de Riscos	79
10	Balanço e Resultados	88
11	Principais Entidades do Grupo Montepio	102
12	Propostas	116
13	Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas	131
14	Certificação Legal de Contas	247
15	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	253
16	Informação Complementar	263

01

Mensagem do Presidente



Mensagem do Presidente

Estimadas(os) Associadas(os),

O Conselho de Administração do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) apresenta, nas páginas seguintes, o relato das atividades desenvolvidas e do desempenho obtido no ano de 2024, bem como as demonstrações financeiras, as respetivas notas explicativas e seus anexos.

Ao longo de 2024, a atividade económica portuguesa registou uma evolução gradual positiva, apesar da desaceleração face a 2023, num contexto de continuação do alívio das pressões inflacionistas, início do gradual ciclo de descidas das taxas de juro de referência e persistência dos conflitos militares no Leste da Europa e no Médio Oriente. Em 2024, mereceu também destaque o crescimento da taxa de poupança, beneficiando do aumento do rendimento disponível das famílias e da maior atratividade do retorno das aplicações financeiras, bem como o aumento da procura de habitação, apesar da manutenção das dificuldades existentes ao nível do crescimento sustentado da oferta.

Em 2024, o MGAM deu continuidade ao crescente nível de resultados verificados nos últimos anos, atingindo um resultado líquido do exercício de 210 milhões de euros, para o qual contribuiu o incremento da atividade associativa e a manutenção do desempenho favorável das empresas do Grupo Montepio, que, ao apresentarem resultados positivos significativos pelo 4º ano consecutivo, voltaram a incrementar o seu valor de mercado e a distribuição de dividendos, contribuindo, dessa forma, para o acréscimo dos resultados do MGAM.

O reforço da atividade associativa foi consubstanciado no acréscimo do número de Associados, que ultrapassaram os 610 mil, e da margem associativa, que se fixou em 155 milhões de euros, traduzindo um aumento da relação dos Associados com o MGAM, quer através da subscrição de modalidades, quer usufruindo da ampla proposta de valor da Associação, que inclui um alargado leque de vantagens junto de parceiros e das empresas que constituem o Grupo Montepio.

No decurso de 2024, mereceu, também, relevo a conclusão dos trabalhos referentes à revisão do regulamento de benefícios e das rendas, que visa dar resposta às necessidades atuais e futuras de atuais e potenciais Associados, através do desenvolvimento de nova oferta, bem como do ajuste das atuais modalidades mutualistas. Merece, ainda, destaque o reforço das iniciativas de inovação e transformação digital, orientadas para os Associados e para a obtenção de ganhos de eficiência organizacional, com foco na automação de tarefas, reforçando as competências da Associação enquanto organização que procura ser ágil e inovadora.

Acredito que o espírito inovador e de transformação próprio do MGAM, desde a sua origem, num ano em que vamos celebrar 185 anos de existência, será acompanhado pela consecução do aumento do grau de satisfação e vinculação dos Associados, pelo crescimento sustentado e diversificado da atividade, pelo reforço das políticas de sustentabilidade, e pela articulação, simplificação e aumento das sinergias no seio do Grupo.

Com a resiliência, dinamismo e competência que sempre marcaram as equipas do Grupo Montepio, estou certo de que iremos manter a trajetória de confiança, solidez e rendibilidade do MGAM, com vista a reforçar a confiança e satisfação das necessidades dos nossos Associados, razão da nossa existência.

A finalizar, expresso, em nome do Conselho de Administração e em nome pessoal, uma nota de agradecimento a todos os Associados que confiam na sua Associação, permitindo-lhe construir um percurso notável, bem como a todos os trabalhadores e membros dos restantes órgãos institucionais pelo seu esforço e profissionalismo, sem os quais não seria possível ao MGAM prosseguir a missão solidária e de entreajuda entre os seus membros, que o distingue e caracteriza.

Com os meus melhores cumprimentos mutualistas, solidários e fraternos,

Virgílio Lima

02

Órgãos Associativos



Órgãos Associativos

Os membros dos órgãos do Montepio Geral Associação Mutualista (doravante MGAM, ou Montepio Associação Mutualista, ou Associação), eleitos no dia 17 de dezembro de 2021, tomaram posse e iniciaram funções no dia 11 de janeiro de 2022.

A composição dos órgãos eleitos para o quadriénio 2022 - 2025, é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Maria de Belém Roseira M. C. Henriques Pina
1º Secretário	José Alberto Pereira Pitacas
2º Secretário	António Dias Sequeira

Conselho de Administração

Presidente	Virgílio Manuel Boavista Lima
Vogal	Idália Maria Marques Salvador Serrão
Vogal	João Carlos Carvalho das Neves
Vogal	Rui Pedro Brás de Matos Heitor
Vogal	Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro
Vogal Não Executivo	Alípio Barrosa Pereira Dias

Conselho Fiscal

Presidente	Victor Domingos Seabra Franco
Vogal	Ana Paula de Jesus Harfouche
Vogal	António Paulo da Silva G. Raimundo

Assembleia de Representantes

Presidente	Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho
1º Secretário	Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho
2º Secretário	Maria da Conceição B. da Cunha Gameiro Zagalo

Vítor José Melícias Lopes
Maria da Conceição B. da Cunha Gameiro Zagalo
Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho
Josué Carlos Marques Caldeira
Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho
Joel André Ferreira de Azevedo
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Miguel da Graça Estevão André Nogueira
Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes
Carlos Manuel de Melo Gomes Areal
Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira
Henrique Manuel Baptista da Costa Monteiro
Manuel Rui dos Santos Caseirão
Manuel Costa Duarte Ramos Lopes
José Eduardo Franco
Marta Alexandra de Sá Lopes Ferreira da Silva
Ricardo Miguel Alves Fernandes
Tiago Peralta Raposo de Sousa d'Alte
Maria das Dores Marques Banheiro Meira
Víctor da Silva Ruivo
Augusta Regina Alves Gato de Moura Guedes
Viriato Monteiro da Silva
Victor Manuel Bento Baptista
António Fernando Menezes Rodrigues
Luis Manuel de Oliveira Metelo
Fernando Manuel Alves Ribeiro
Fernando Jorge da Cruz Albuquerque
José Manuel da Cunha Rainho
Manuel Rogério Dias Ferreira
José Lúcio Simões Manaia Lampreia

03

Enquadramento das Atividades



Enquadramento das Atividades

Economia

Economia Mundial

Em 2024, a atividade económica mundial apresentou um desempenho semelhante ao observado em 2023, embora caracterizado por diferenças significativas de crescimento entre regiões e setores de atividade, num contexto de continuação do alívio das pressões inflacionistas, início do gradual ciclo de descidas das taxas de juro de referência e persistência dos conflitos militares no Leste da Europa e no Médio Oriente.

Na atualização do *World Economic Outlook*, de 17 de janeiro de 2025, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estimou um crescimento da economia mundial para o ano de 2024 de 3,2% comparativamente a 3,3% registados em 2023, o qual incorpora o bom dinamismo da economia americana, impulsionado pelo crescimento do consumo, e das economias emergentes (excluindo a China) e o fraco dinamismo das economias da Zona Euro, refletindo o débil desempenho da indústria e das exportações de bens, e da China, por via da desaceleração do consumo.

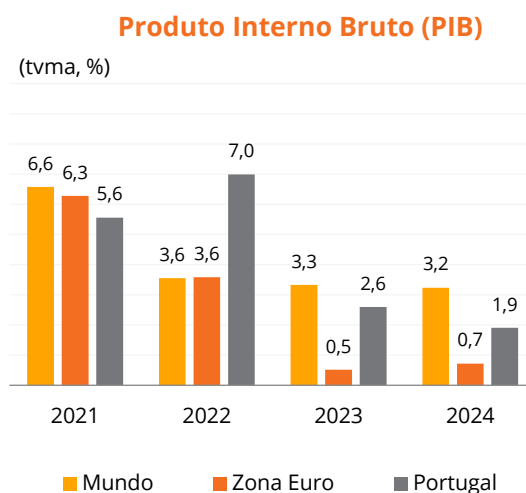
Economia da Zona Euro

A economia da região registou um crescimento de 0,7% em 2024, face a 0,5% registados em 2023, refletindo o alívio das pressões inflacionistas e o menor impacto económico das elevadas taxas de juro.

O muito fraco desempenho da maior economia da região continuou a condicionar bastante a Zona Euro, com a Alemanha a contrair em 2024 (-0,2%), pelo segundo ano consecutivo (-0,1% em 2023), prejudicada pela retração da indústria internacional no pós-pandemia, pela crescente concorrência da indústria chinesa nos setores de maior valor

acrescentado e, mais recentemente, pela instabilidade política no país e pelas preocupações quanto ao impacto das medidas protecionistas dos EUA nas exportações alemãs.

Também os riscos sobre a França sofreram um agravamento no final de 2024, quer na sequência da crise política observada, quer do aumento do risco de uma crise financeira,



Fonte: Thomson Reuters, Montepio (GEEF) e FMI.

resultante dos elevados níveis de défice no país (6% do PIB no 3º trimestre 2024), aumentando os riscos descendentes em torno das perspetivas para a região.

Ao longo de 2024 assistiu-se a uma continuação da tendência de queda da inflação iniciada no final de 2022, com a inflação homóloga a fechar o ano nos 2,4%, ainda acima do objetivo de inflação de médio prazo do Banco Central Europeu (BCE), de 2,0%, mas abaixo do observado no final de 2023 (+2,9%). Em termos médios anuais, a taxa de inflação desceu para 2,4% em 2024, face aos 5,4% verificados em 2023.

Face ao contexto de manutenção da tendência descendente da inflação, o BCE deu início ao ciclo de descida das suas taxas de juro diretoras em junho de 2024, reduzindo a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*), de 4,50% para 4,25%, e a taxa de depósitos (*deposit facility rate*), de 4,00% para 3,75%, tendo dado continuidade a este processo de gradual redução das taxas de juro ao longo do ano, com mais três cortes de taxas nas reuniões de setembro, outubro e dezembro, com a *refi rate* e a taxa de depósitos a fecharem o ano de 2024 em 3,15% e 3,00%, respetivamente, após terem fechado o ano de 2023 em 4,50% e 4,00%, com uma redução do *spread* entre estas duas taxas de juro, de 50 p.b. para apenas 15 p.b..

Economia Portuguesa

A atividade económica portuguesa registou uma evolução positiva em 2024, apesar da desaceleração face a 2023, sustentada pelo aumento do consumo privado e incorporando um menor dinamismo do investimento e das exportações, num contexto de redução da inflação, menor restritividade da política monetária e aumento das tensões geopolíticas.

O Produto Interno Bruto (PIB) português registou uma variação homóloga de 1,4% no 1º trimestre de 2024, aumentando para 1,5%, 1,9% e 2,8% nos segundos, terceiros e quartos trimestres, respetivamente, tendo atingido, no conjunto do ano, um crescimento de 1,9%, que compara com 2,6% registado em 2023. A aceleração do PIB durante o ano deveu-se, sobretudo, à evolução positiva do consumo privado, com um crescimento de 3,2% (1,9% em 2023), pelos efeitos da melhoria da confiança e do aumento do rendimento disponível dos particulares, e da diminuição da taxa de inflação e das taxas de juro. O crescimento da atividade foi condicionado (i) pela desaceleração do investimento, com um acréscimo de 1,7% no final do ano (2,0% em 2023), penalizado pela restritividade das condições financeiras, ainda que em menor grau face a 2023, e pela baixa confiança das empresas e famílias, e (ii) pelo menor dinamismo das exportações, que registaram uma variação de 3,4%, inferior aos 3,8% verificados em 2023, incorporando um menor dinamismo do turismo.

Por setores de atividade económica, destaca-se o crescimento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da energia, água e saneamento, de 5,5% (12,0% em 2023), e dos transportes e armazenagem, de 2,5% (3,8% em 2023). O setor da construção apresentou um dinamismo mais contido em 2024, mas positivo, com um acréscimo de produção de 1,7%, inferior ao verificado em 2023 (3,9%) traduzindo as dificuldades existentes de crescimento sustentado da oferta, nomeadamente da oferta habitacional, espelhadas no decréscimo, de -5,5%, no

número de edifícios concluídos, tendo-se verificado, contudo, um aumento, de 3,7%, do número de edifícios licenciados para a construção de novas habitações.

Na componente da procura, o mercado imobiliário habitacional evidenciou um dinamismo positivo em 2024, com um de acréscimo de 8,5%, em número, e 13,6%, em valor, das vendas de alojamentos familiares até setembro de 2024, face aos respetivos decréscimos de -20,9% e -14,7% verificados em igual período de 2023. Esta evolução foi acompanhada por uma valorização dos preços dos imóveis, que atingiu 8,2% até setembro de 2024, a um ritmo muito semelhante ao verificado em igual período de 2023, em que a valorização dos imóveis residenciais atingiu 8,3%.

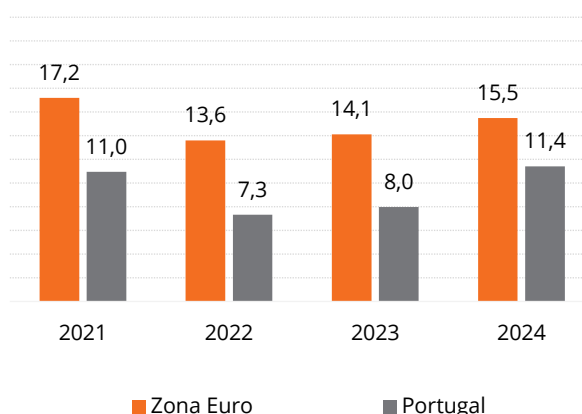
A taxa de inflação manteve uma trajetória descendente ao longo de 2024, refletindo a desaceleração dos custos salariais e de pressões externas moderadas, evidenciando-se o menor contributo de todas as principais componentes, com exceção dos bens energéticos. Desta forma, o IHPC (Índice Harmonizado de Preços do Consumidor) atingiu um acréscimo de 2,7% em 2024, comparativamente à variação de 5,3%, registada em 2023.

O mercado de trabalho apresentou-se estável em 2024, com a taxa de desemprego a fixar-se em 6,4%, face a 6,5% de 2023, incorporando o impacto do crescimento da taxa de atividade num contexto de fluxos de imigração significativos, os quais têm vindo a colmatar as necessidades de mão de obra na generalidade dos setores de atividade económica.

Após a melhoria das finanças públicas verificada em 2023, com o saldo orçamental a passar de um défice de 0,3% do PIB em 2022, para um excedente de 1,2% em 2023, o Banco de Portugal (Boletim Económico de dezembro 24) estima uma redução do excedente em 2024 para 0,6% do PIB, ficando, ainda assim, acima dos 0,4% do PIB apresentados pelo Governo no OE 2025. Por sua vez, o rácio da dívida pública sobre o PIB manteve em 2024 a trajetória descendente, devendo atingir 91,2 % do PIB, em 2024, face aos 97,9% registados em 2023.

A taxa de poupança dos particulares manteve a trajetória de aumento evidenciada em 2023, estimando-se que atinja 11,4% em 2024, depois dos 8,0% registados em 2023 e dos 7,3% observados em 2022. Esta evolução indicia que as atuais taxas de juro, mais elevadas face às observadas na década anterior ao surto inflacionista, estarão a induzir as famílias a adiar algumas decisões de consumo, a reduzir empréstimos e a poupar mais, bem como a constituir poupança para fazer face a eventuais choques sobre o rendimento real que possam ocorrer no futuro.

Taxa de Poupança (% Rend. Disp.)



Fonte: Thomson Reuters, Montepio (GEEF) e CE.

Perspetivas para 2025

Para 2025, a dinâmica de crescimento da economia mundial apresenta fragilidades, com riscos significativos relativos ao agravamento da escalada dos conflitos geopolíticos e com o aumento do protecionismo. Na atualização de janeiro de 2025 do *World Economic Outlook*, o FMI projeta um crescimento para a economia global de 3,3% em 2025, incorporando uma nova desaceleração da inflação mundial e um abrandamento no ritmo das trocas comerciais a nível global, pela forte incerteza quanto às políticas comerciais, em resultado da ameaça de escalada das tarifas aduaneiras. O ritmo de crescimento mundial deverá manter-se suportado pelo dinamismo da economia americana e das economias emergentes (excluindo a China) e pelo fraco desempenho das grandes economias europeias e abrandamento na China.

Para Portugal, as últimas previsões apontam para um crescimento do PIB de 2,2% (Banco de Portugal – dezembro 2024) novamente a um nível superior à previsão de crescimento para a Zona Euro, de 1,0% (FMI – janeiro 2025). Esta evolução deverá refletir um enquadramento mais favorável, com a melhoria das condições financeiras, a aceleração esperada da procura externa e o aumento dos fundos da União Europeia.

Os riscos relativos à projeção de atividade da economia portuguesa continuam a apresentar-se maioritariamente em baixa, podendo o crescimento da atividade ser inferior ao projetado caso se materializem diversos riscos: (i) um agravamento das tensões geopolíticas, com impacto sobre os mercados de matérias-primas, (ii) um maior protecionismo envolvendo as maiores economias mundiais, com impacto na redução do crescimento do comércio e maior imprevisibilidade nas perspetivas sobre as exportações e (iii) a nível interno, as dificuldades na execução dos fundos europeus, que poderão implicar um menor dinamismo do investimento. Mantém-se, no entanto, um risco em alta associado a uma maior reação do consumo privado ao aumento do rendimento disponível. No caso da inflação, os riscos em alta encontram-se maioritariamente associados à materialização dos cenários de agravamento dos conflitos, com impacto nos preços das matérias-primas e dos transportes marítimos, e ao aumento das restrições ao comércio internacional, com reflexo num agravamento dos preços de importação. Os riscos em baixa de inflação resultam de um menor dinamismo da atividade económica, do qual resultaria uma menor pressão sobre o nível de preços.

Mercados Financeiros

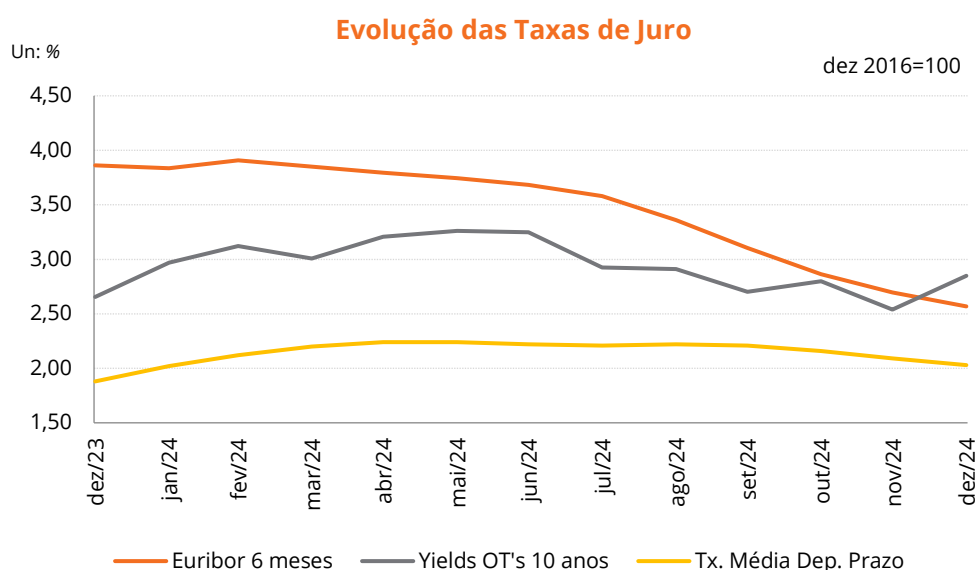
No ano de 2024, assistiu-se à manutenção da tendência de melhoria do sentimento dos mercados, que havia sido iniciada no último trimestre de 2022, traduzindo-se num ano de ganhos, em especial para os mercados acionistas e, especialmente, ao nível das empresas do ramo tecnológico, não obstante o início de um ciclo de descida de taxas de juro em várias economias, como a Zona Euro e os EUA.

O sentimento de mercado foi suportado, essencialmente, pela continuação do alívio das pressões inflacionistas, tanto na Zona Euro, como nos EUA, pela continuação da resiliência da economia norte-americana, tendo as principais bolsas mundiais mantido, em 2024, a

trajetória de recuperação iniciada em 2023, com variações largamente positivas nos EUA, tendo-se também observado um comportamento favorável na Ásia e na Europa, ao contrário da evolução descendente na América Latina.

Os principais índices de ações dos EUA registaram fortes subidas em 2024, com o *S&P 500* a avançar 23,3%, depois do aumento em 2023, de 24,2%, tendo atingido um máximo histórico próximo do final do ano. O *Nasdaq* subiu ainda mais (+28,6%), beneficiando do forte comportamento do setor tecnológico e o *Dow Jones* valorizou 12,9%, tendo batido máximos históricos também próximo do final do ano. Na Europa, o comportamento do mercado foi menos exuberante, tendo o *Eurostoxx 50* subido 8,3% e o índice português PSI desvalorizado -0,3%. O índice mundial *MSCI* valorizou 15,7% em 2024 (+20,1% em 2023), atingindo máximos históricos também próximo do final de 2024.

As *yields* da dívida pública desceram na Zona Euro (usando como *benchmark* a dívida alemã) e nos EUA no curto prazo, refletindo o gradual alívio da restritividade das políticas monetárias, mas tendo subido no longo prazo. Na Alemanha, a *yield* a 2 anos recuou 32 p.b., para 2,08%, mas nos 10 anos aumentou 34 p.b., para 2,37%. Nos EUA, a *yield* a 2 anos desceu apenas 1 p.b., para 4,24%, mas tendo, tal como na Alemanha, subido de forma mais significativa nos 10 anos (+69 p.b.), para 4,57%. Em Portugal, a *yield* das Obrigações do Tesouro português a 10 anos situou-se em 2,85%, em dezembro de 2024, face a 2,66% em dezembro de 2023, representando um aumento de 19 p.b..



Fonte: Thomson Reuters.

Apesar da subida das taxas de juro de longo prazo, observou-se um desagravamento nos *spreads* das *yields* da dívida pública dos países periféricos da Zona Euro, com a Itália a destacar-se pela positiva (-52 p.b., para um *spread* de 112 p.b.), seguida de Espanha (-28 p.b., para 69 p.b.) e da Grécia (-18 p.b., para 85 p.b.). Já o *spread* de Portugal recuou 15 p.b., para 48 p.b., descendo em 11 de dezembro (39 p.b.) para mínimos desde junho de 2008, tendo, portanto, entre estas economias, o *spread* mais baixo. Ao invés, observou-se um

alargamento do *spread* da dívida francesa (+29 p.b., para 83 p.b.), que no início de dezembro (88 p.b.) atingiu o nível mais elevado desde julho de 2012 refletindo o agravamento do risco de uma crise financeira no país.

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos ligeiramente favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, tendo chegado, em 20 de maio, a fazer níveis mínimos desde o início de 2022.

Com a antecipação e posterior concretização, já em junho, do início do ciclo de uma gradual descida das taxas de juro de referência do BCE, após o ciclo de subidas com maior rapidez e intensidade da história do BCE que terminou em setembro de 2023, as taxas Euribor apresentaram marcadas descidas em 2024 (-120 p.b. nos três meses, -129 p.b. nos seis meses e -105 p.b. nos 12 meses). As taxas Euribor fecharam o ano de 2024 em 3,714% nos 3 meses, 2,568% nos 6 meses e 2,460% nos 12 meses, caindo, em dezembro, respetivamente, para mínimos desde 24 de fevereiro de 2023, 19 de dezembro de 2022 e 20 de setembro de 2022. Refira-se que se tinham observado níveis máximos desde novembro de 2008, no prazo de três meses, em meados de novembro de 2023 (4,002%), nos seis meses, no início de outubro de 2023 (4,138%), e, nos 12 meses, no final de setembro de 2023 (4,228%), chegando também a atingir mínimos em todas as maturidades em 2024.

Enquadramento Demográfico e Social

Em termos demográficos e de acordo com os dados referentes ao ano de 2024, a população portuguesa manteve a tendência de envelhecimento, com o défice do saldo natural a atingir -33 824 pessoas, apresentando um agravamento relativamente ao observado em 2023 (-32 596 pessoas). Os dados recolhidos para o ano de 2024 registam, igualmente, o nascimento de 84 501 nados-vivos, filhos de mães residentes em território nacional, representando um decréscimo de -1 198 (-1,4%) em relação a 2023, ao passo que o número de óbitos de residentes em território nacional foi de 118 325, em 2024, valor praticamente idêntico ao verificado no ano anterior (118 295).

Da análise dos restantes indicadores demográficos e sociais, com informação disponível, neste caso, para o ano de 2023, evidencia-se a manutenção do valor historicamente baixo do número de casamentos celebrados apesar de ter aumentado, dos 36,95 mil observados em 2022, para 36,98 mil, em 2023, com a idade média do 1.º casamento para os dois sexos a aumentar entre 2022 e 2023, de 35,1 para 35,8 anos para os homens e de 33,7 para 34,3 anos para as mulheres, mas tendo a idade média da mãe ao nascimento do 1º filho descido ligeiramente, dos 30,3 anos de 2022 para 30,2 anos em 2023.

Destaca-se também a subida do saldo migratório nos últimos anos, passando de um saldo negativo de 0,6 mil pessoas, em 2016, para um valor positivo de 155,7 mil pessoas em 2023 (136,2 mil pessoas em 2022), representando um máximo desde 1975, após a revolução de abril de 1974 (347 mil pessoas).

A esperança de vida à nascença atingiu 81,2 anos em 2023, acima dos 81,0 anos em 2022, representando um máximo histórico, com a mortalidade infantil em 2023 a descer ligeiramente face ao ano anterior, de 2,6‰ para 2,5‰, mantendo-se num dos valores mais

baixos ao nível da UE (encontrava-se, em 2023, em 18.º lugar no *ranking*, liderado pela Finlândia).

Ao nível do ensino, a taxa de abandono precoce da educação e formação interrompeu em 2023 a sua trajetória decrescente, tendo subido de 6,3% em 2022, para 8,1%.

O rendimento disponível bruto *per capita* (preços correntes) das famílias fixou-se em 16 996 euros em 2023, tendo registado um aumento relativamente ao ano anterior (16 015 euros em 2022), atingindo no final do ano um máximo histórico, dando continuidade à trajetória de crescimento da variável.

O coeficiente de Gini (uma medida de desigualdade) diminuiu em 2023, para 31,9%, face a 33,7% em 2022, depois de ter subido no ano anterior (32,0% em 2021) e após um período de diminuição entre 2014 e 2019, quando caiu de 34,0% para 31,2%, mantendo-se Portugal como um dos países com maior desigualdade na distribuição de rendimentos da União Europeia.

A taxa de pobreza ou exclusão social em Portugal diminuiu de 20,1% para 19,7% entre 2022 e 2023, abaixo da média europeia (21,4% em 2023) e refletindo a trajetória de convergência observada nos últimos anos (em 2010, a taxa de pobreza ou exclusão social era de 25,3% em Portugal e de 23,9% na média europeia). Salienta-se, igualmente, que a taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, subiu entre 2022 e 2023, de 16,4% para 16,6%, situando-se, neste caso, ligeiramente acima da média europeia em 2023 (16,2%), à semelhança do que sucedeu entre 2019 e 2021.

De acordo com os resultados da edição de 2024 do estudo “Índice de Bem-estar para Portugal”, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) (com os dados referentes a 2023), o Índice de Bem-estar (IBE) da população portuguesa tem vindo a apresentar uma tendência de melhoria desde 2004, sendo que o INE estima que o valor de 2023 tenha aumentado, situando-se próximo do observado em 2019 (período pré-pandemia).

De acordo com os últimos dados disponíveis, as despesas da Segurança Social em percentagem do PIB aumentaram entre 2022 e 2023, de 17,5% para 17,7%, tendo a percentagem da população ativa que contribuí para o sistema de Segurança Social continuado a aumentar, de 95,1% para 96,7%, com o rácio “contribuinte/beneficiário” a aumentar de 1,37 para 1,42.

Enquadramento Regulamentar

Em 2024, mereceu destaque a apresentação do programa “Construir Portugal”, destinado a dinamizar o mercado de habitação, o qual incorpora medidas que visam simplificar a legislação, fomentar a habitação jovem, desenvolver a confiança no arrendamento e promover a habitação pública.

Das medidas apresentadas merecem destaque (i) a isenção de IMT, Imposto do Selo e emolumentos para sujeitos passivos até 35 anos de idade para imóveis até 316,3 mil euros e que se destinem a habitação própria e permanente; (ii) garantia pública para a primeira

habitação, em que o Estado assegura uma garantia pública de até 15%, atribuída aos jovens entre os 18 e os 35 anos, para compra de primeira habitação própria e permanente e cujo valor não ultrapasse os 450 mil euros, e (iii) alterações no regime de apoio extraordinário às rendas, com o apoio extraordinário à renda a poder ir até 200 euros mensais, aplicando-se a contratos celebrados até 15 de março de 2023.

Para além destas medidas, foi também apresentado o aumento das verbas destinadas ao investimento público na oferta de habitação, o qual prevê a construção de 59 mil casas até 2030, financiadas com 1,4 mil milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e 2,8 mil milhões de euros do orçamento de estado para 2025.

O ano de 2024 caracterizou-se pelo terceiro ano da execução do PRR, o qual contempla um valor de 22,2 mil milhões de euros de subvenções e empréstimos para aplicar no país até 2026, tendo sido concretizadas, até ao final de 2024 (relatório de 18 de dezembro), aprovações de projetos no valor de 20,2 mil milhões de euros (91,1% do valor total do PRR) e pagamentos no valor total de 6,1 mil milhões de euros (27,2% do valor total do PRR).

Em termos da atividade do MGAM, salienta-se a vigência, até 2030, do período transitório para a adoção do novo regime prudencial das maiores associações mutualistas, com adaptações por definir, particularmente, no que se refere ao regime de solvência aplicável à sua natureza.

Na atividade seguradora e de fundos de pensões, merecem relevo a Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) 10/2024-R, de 5 de novembro, que regulamenta a Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, relativa a medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, para as entidades sujeitas à supervisão da ASF e a Norma Regulamentar da ASF 6/2024-R, de 10 de setembro, que estabelece os princípios do sistema de governação das entidades gestoras de fundos de pensões.

No âmbito da sustentabilidade, salienta-se a nova diretiva da União Europeia para relato sobre sustentabilidade corporativa (*Diretiva Corporate Sustainability Reporting Directive – CSRD*) desde o final de 2023, a qual vem colocar novos e relevantes desafios sobre as divulgações em matérias de natureza Ambiental, Social e de Governo, que passam de um carácter voluntário a obrigatório, para empresas acima de uma determinada dimensão, com a finalidade de equiparar o rigor da informação de sustentabilidade ao da informação financeira, exigindo-se um processo de auditoria a esta informação.

04

Principais Indicadores



Principais Indicadores

	2024	2023	2022
ATIVIDADE			
Associados (#)	610 181	604 799	606 483
Subscrições (#)	936 123	927 662	935 244
Número de subscrições por associado (#)	1,53	1,53	1,54
Pensionistas (#) ⁽¹⁾	6 683	6 726	6 844
Ativo líquido (m€)	4 321 226	3 912 075	3 756 714
RENTABILIDADE E EFICIÊNCIA			
Resultado líquido do exercício (m€)	209 989	111 971	50 234
Receitas associativas (m€)	931 684	869 486	848 529
Margem associativa (m€)	154 946	12 456	85 839
Cash flow do exercício (m€)	55 317	39 192	60 249
Gastos operacionais / Ativo líquido médio (%)	0,70%	0,69%	0,72%
Resultado líquido do exercício / Ativo líquido médio (%)	5,10%	2,92%	1,34%
ESTRUTURA FINANCEIRA			
Capitais próprios (Fundos próprios, reservas e resultados) (m€)	702 954	488 273	365 798
Capitais próprios / Ativo líquido (%)	16,27%	12,48%	9,74%
Grau de cobertura das responsabilidades ⁽²⁾	1,138	1,111	1,094
Cobertura das responsabilidades por ativos líquidos (%) ⁽³⁾	25,7%	21,4%	19,8%
Rácio de liquidez (%) ⁽⁴⁾	16,4%	11,3%	11,1%

⁽¹⁾ Valor de 2023 revisto

⁽²⁾ Fundos, reservas e provisões técnicas / Provisões técnicas

⁽³⁾ (Disponibilidades + Aplicações em IC + Carteira de títulos) / Provisões técnicas

⁽⁴⁾ (Disponibilidades + Aplicações em IC + Carteira de títulos deduzida de títulos emitidos por entidades do Grupo) / Ativo líquido

05

Principais Eventos em 2024



Principais Eventos em 2024

No ano de 2024, merecem destaque os seguintes eventos institucionais relevantes para a atividade e evolução do MGAM e/ou do Grupo Montepio:

MGAM

- Início da implementação do Projeto Prisma, que tem como objetivo acelerar a implementação do Plano Estratégico do MGAM, incorporando a melhoria da relação e o serviço do MGAM com os seus Associados, através de diversas iniciativas de cariz tecnológico e de reorganização dos canais de distribuição da oferta mutualista;
- Arranque do Projeto ALMA “Património, Memória e História do Montepio” celebrado através do Acordo de Cooperação assinado entre o MGAM e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que visa assegurar a organização sistemática do espólio bibliotecário, arquivístico e artístico do MGAM e dar origem à criação do futuro ‘Museu Montepio’;
- Redução da participação na empresa “Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.”, de 30,0%, em 2023, para 13,9%, em 2024, decorrente do facto do MGAM não ter participado no aumento de capital daquela sociedade, ocorrido em dezembro de 2024, tendo o investimento nesta entidade sido reclassificado de “Investimentos em subsidiárias e associadas”, para “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”.

Revisão do Regulamento de Benefícios e das Rendas Temporárias e das Rendas Vitalícias

- Em 2024, foram concluídos os trabalhos associados à revisão dos Regulamentos de Benefícios e das Rendas, que visam dar resposta às necessidades atuais e futuras de atuais e potenciais Associados, através do desenvolvimento de nova oferta, bem como do ajuste das atuais modalidades mutualistas. Neste âmbito, foi apreciada a proposta de revisão do Regulamento das Rendas Temporárias e das Rendas Vitalícias e aprovada a proposta de revisão do Regulamento de Benefícios, em sede de Assembleia de Representantes, no mês de dezembro.
- Já em fevereiro de 2025 foi aprovada, em sede de Assembleia Geral do MGAM, a proposta de alteração do Regulamento das Rendas Vitalícias e das Rendas Temporárias.

Ativos Imobiliários

Após a dissolução, em maio de 2024 concluiu-se o processo de liquidação do Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE, com a integração e entrada em pleno funcionamento da respetiva atividade na estrutura do MGAM, com o início de atividade da Direção de Gestão Imobiliária, em 1 de janeiro de 2024.

Banca

- Em outubro 2024, realizou-se um aumento do capital social da Montepio Crédito, S.A., de 30 milhões de euros, para 45 milhões de euros, totalmente subscrito pela Montepio Holding, SGPS, S.A.;
- Em agosto 2024, realizou-se uma redução do capital social da Montepio Investimento, S.A. (com a denominação comercial de Banco Empresas Montepio), de 180 milhões de euros, para 30 milhões de euros;
- Atribuição do *rating* ao Banco Montepio relativo a dívida de longo prazo no mesmo patamar pelas três agências de notação financeira que avaliam a instituição, e com o seguinte aumento face ao final de 2023: Fitch, de B+ para BB+; Moody's, de Ba2 para Ba1; DBRS, de BB para BB (*high*), refletindo o reconhecimento externo do excelente percurso do Banco Montepio, ao nível do aumento da rendibilidade, redução de risco e fortalecimento dos rácios de capital.

Seguros

- Eleição dos órgãos sociais da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., para o mandato 2024/2027;
- Eleição dos novos órgãos sociais da Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., para o mandato 2024/2026.

Fundos de Pensões

- Eleição dos órgãos sociais da FUTURO – SGFP, S.A., para o mandato 2024/2026.

Gestão de Residências para Estudantes

- Eleição dos órgãos sociais da Montepio Residências para Estudantes, S.A., para o mandato 2024/2026.

06

Execução da Estratégia e do Programa de Ação de 2024

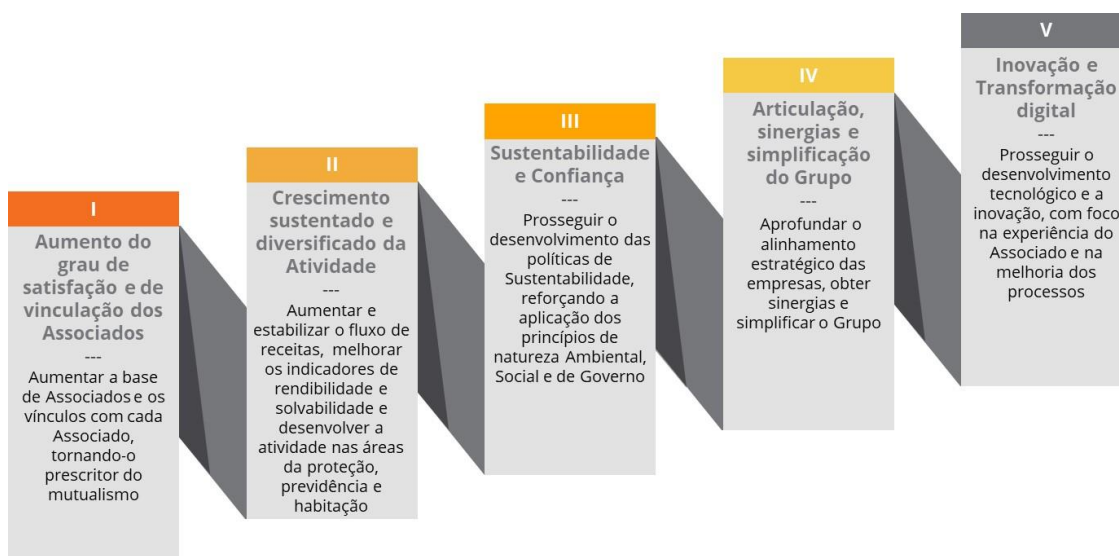


Execução da Estratégia e do Programa de Ação de 2024

Em 2024, o Montepio Geral Associação Mutualista continuou o seu enfoque na execução das Linhas de Orientação Estratégica (LOE's) 2022-2025, tendo trabalhado todos os domínios estratégicos.

A Associação tem desenvolvido esforços no sentido de implementar as orientações estratégicas de aumento da satisfação e vinculação dos Associados, bem como, de crescimento sustentado e diversificado da sua atividade, não descurando os desafios inerentes à sustentabilidade, ao cumprimento dos princípios de Governo, à simplificação do Grupo e à inovação e transformação digital.

Linhas de Orientação Estratégica 2022-2025



O Plano de Atividades de 2024, relativo à implementação das LOEs contemplava 45 Ações Estratégicas, sendo apenas 43 endereçadas na esfera do MGAM num total de 242 atividades. Salienta-se que, em alguns domínios, como sejam os de desenvolvimento da oferta e de transformação digital, ou o relativo às alterações regulatórias, pela sua natureza, complexidade e dependências externas, necessitam de um prazo de implementação mais longo e terão um horizonte temporal mais alargado.

Apresentam-se, de seguida, as principais iniciativas concretizadas em cada domínio estratégico, em conformidade com o Programa de Ação e Orçamento aprovado para 2024.

Eixo I – Aumento do grau de satisfação e vinculação dos Associados

Durante o presente ano, o MGAM deu continuidade ao trabalho diário de aproximação da Associação a mais pessoas e famílias, com vista à angariação de novos Associados de todas as idades, para junto desta comunidade partilhar os valores que nos inspiram, construindo poupança, proteção e futuro.

Com vista a garantir dinamismo na captação de Associados e na subscrição de modalidades, foram promovidas diversas ações promocionais, nomeadamente, campanhas de comunicação e de admissão associativa, suportadas em ofertas resultantes de parcerias.

Em 2024, a nossa ambição de crescimento e afirmação contou com um reforço – Carolina Deslandes, artista influente, mãe, mulher de voz ativa e autêntica, emocionalmente próxima de crianças, jovens e adultos, que se juntou a nós para falar de poupança e de proteção, mas também de resiliência, de presente, de futuro e de família. Com a Carolina Deslandes preparámo-nos para conversar com pais e filhos, avós e netos, mostrando o que é ser Associado, tornando mais claro o que fazemos e explicando de que modo somos garantia de um futuro mais seguro e ainda mais feliz. Esta campanha foi suportada em plataformas digitais, em redes sociais, em rádio e em tantos outros suportes, a fim de levar esta mensagem ainda mais longe.

Paralelamente, o ano de 2024 beneficiou da revisão e melhoria contínua da base de dados e das ferramentas de *Customer Relationship Management* (CRM), permitindo uma abordagem mais próxima, eficiente e eficaz aos Associados por parte da Rede Mutualista, que se traduz num Modelo de Vinculação do Associado mais ajustado, embora ainda em fase de aperfeiçoamento. Este modelo mais direcionado contemplou cinco níveis de atuação: (i) Associados pouco vinculados ou vinculados apenas com modalidades de capitalização; (ii) Associados com perda de vinculação e associados em risco de abandono; (iii) Associados sem relação atuarial; (iv) Associados sem programação de poupança ou de proteção e (v) segmento de Associados menores de idade (crianças e jovens). Estas abordagens direcionadas, permitiram otimizar os esforços de retenção e promover um crescimento sustentável da comunidade mutualista alicerçado nos jovens e nas suas famílias, com recurso à pequena poupança programada e à proteção da saúde, habitação, vida familiar e de reforma.

Eixo II – Crescimento sustentado e diversificado da Atividade

No âmbito da estratégia de robustecimento da Proposta de Valor, foi concluído o projeto de revisão do Regulamento de Benefícios que, através do desenvolvimento de nova oferta, bem como do ajuste das atuais modalidades mutualistas, visa dar resposta às necessidades atuais e futuras de atuais e potenciais Associados.

Este projeto consistiu num trabalho multidisciplinar, que congregou as áreas-chave da organização, o que permitiu incluir diferentes perspetivas de análise e validar previamente as alterações propostas, durante o decurso dos trabalhos.

Os ajustes referidos procuraram melhorar características, tanto das modalidades de poupança quanto de proteção, tornando-as mais interessantes e adequadas às expectativas dos segmentos-alvo de cada uma. No que respeita à introdução de novas soluções, procurou-se alargar a atuação do Montepio Associação Mutualista nos domínios da saúde, acesso a habitação e preparação da longevidade, integrando características de inovação que permitam assegurar relevância da oferta a disponibilizar.

Foi também considerado, nesta revisão, alterar aspetos de natureza funcional e operacional, que permitirão um desempenho melhorado e uma maior flexibilidade na adequação futura das características técnicas das modalidades, reduzindo assim o tempo de resposta às necessidades da comunidade associativa e do mercado.

Tendo já merecido aprovação da Assembleia de Representantes, a proposta de revisão do Regulamento de Benefícios seguirá, em 2025, o processo de aprovação em curso (homologação em Assembleia Geral de Associados) e a consequente validação pela Tutela, estando previsto iniciar, em 2025, a disponibilização aos Associados da nova oferta.

Também a oferta de Rendas Temporárias e de Rendas Vitalícias foi alvo de revisão, com o objetivo de dar resposta a insuficiências identificadas no decurso dos trabalhos de revisão da oferta, garantindo coerência com a revisão do Regulamento de Benefícios.

Os principais objetivos desta revisão foram: simplificar e melhorar a atratividade da oferta, flexibilizar o processo de alteração ou criação de rendas, permitindo uma resposta mais rápida às alterações do mercado e reforçar a transparência e a coerência regulamentar. Neste quadro, no âmbito das características, procurou-se adequar prazos, idades e limites e ainda introduzir um novo formato para os valores representativos do capital único entregue.

A proposta de Revisão do Regulamento de Rendas Temporárias e das Rendas Vitalícias, foi apreciada em Assembleia de Representantes e foi aprovada em Assembleia Geral de Associados a 13 de fevereiro de 2025.

No âmbito de uma nova modalidade na área da habitação prevista na Revisão do Regulamento de Benefícios, o Montepio Associação Mutualista tem um plano para comprar casas e arrendá-las aos Associados. O MGAM está a preparar uma solução pela qual a Associação se substitui ao Associado, comprando a habitação e arrendando-a depois, sendo que mais tarde, o Associado pode adquiri-la, se o desejar.

No âmbito dos outros benefícios complementares, a estratégia do MGAM passou pelo estabelecimento de parcerias diversas, o que permitiu reforçar as condições de benefício reservadas aos Associados junto de entidades parceiras. No decorrer do ano foram estabelecidos 141 novos contratos, terminando o ano com um Programa de Parcerias composto por 1 629 parceiros, com um crescimento de 6% face ao período homólogo, contribuindo para a poupança dos nossos Associados.

Também em 2024, é de salientar o objetivo de divulgar a marca Montepio Associação Mutualista e a sua oferta junto de empresas por via da celebração de protocolos de cooperação. Foram celebrados novos protocolos com entidades muito relevantes, nomeadamente com a Marinha Portuguesa, e dinamizados os demais protocolos já existentes, tendo sido admitidos por via dos protocolos 203 novos Associados.

Atenta às preocupações atuais da sociedade portuguesa e em particular às necessidades de alojamento dos estudantes deslocados, o MGAM através da sociedade Montepio, Residências para Estudantes, SA (Residências Montepio U Live), disponibiliza alojamento universitário de qualidade, no centro das grandes cidades, a preços moderados. Vocacionadas para estudantes que procuram um alojamento estável, calmo e propício ao estudo, as Residências Montepio U Live conjugam privacidade e autonomia com convivência e partilha de espaços com estudantes da mesma faixa etária, procurando dar a conhecer o Mutualismo como uma forma de estar e viver em sociedade, simultaneamente autónoma, responsável e solidária.

O exercício de 2024 ficou marcado pela ampliação da Residência do Porto – Júlio Dinis, junto à rotunda da Boavista, que se revelou um caso de sucesso, desde o primeiro momento de divulgação da oferta.



No que concerne à carteira de propriedades de investimento, destacamos a remodelação (profunda/ ligeira) para recolocação no mercado de 34 apartamentos durante o ano de 2024, havendo mais 15 apartamentos em fase final de intervenção, a disponibilizar, maioritariamente, no 1º trimestre de 2025. Foi ainda feita a remodelação das zonas comuns dos edifícios da Rua Alexandre Braga, Rua Almeida e Sousa n.º20/20 A e Av. Defensor de Chaves n.º40. Nas unidades arrendadas às Residências Montepio Serviços de Saúde, foram desenvolvidas diversas intervenções, que incluíram a substituição de equipamentos em fim de vida útil.

Importa ainda salientar a empreitada de modernização do sistema de gestão integrada de climatização dos edifícios da Rua do Ouro, Rua do Carmo e edifício Grandella. De referir ainda o processo de concentração de serviços MGAM no edifício da Rua do Carmo, bem como a sua insonorização com o objectivo de proporcionar melhores condições de trabalho.



No que diz respeito aos grandes projetos constantes do Plano Imobiliário, no ano de 2024 destacamos a conclusão do processo de obras, licenciamento e escritura de aquisição das 41 frações do lote 30 do Campus Universitário de Sintra, a continuação da construção de 118 frações na Quinta do Pinheiro – Porto (em fase de conclusão), o lançamento do concurso para a empreitada de ampliação da unidade Residências Montepio Serviços de Saúde Cravel – Vila Nova de Gaia, a aprovação do projeto da Rua de Oleiros - Coimbra para a construção de 92 frações habitacionais e 5 lojas e a aprovação do Pedido de Informação Prévia para o edifício da Avenida dos Aliados – Porto. Destaque ainda para a elaboração do projeto de arquitetura da Praça de Espanha e sua submissão a aprovação pela Câmara Municipal de Lisboa. No âmbito das Residências Montepio Serviços de Saúde, foi entregue um Pedido de Informação Prévia na Câmara Municipal de Almada, para o desenvolvimento de uma Residência Sénior e um prédio de habitação e adjudicado o projeto para ampliação da unidade Residências Montepio Serviços de Saúde Quinta da Romeira em Coimbra. Adicionalmente, na componente habitacional foi entregue o Pedido de Informação Prévia na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira para construção de 2 blocos habitacionais em Alhandra, adjudicada a empreitada para conclusão de 24 apartamentos em Vila Real de Santo António e adjudicado o projeto de reconversão para habitação do edifício Largo Padre Chiquito – Santarém.



Eixo III – Sustentabilidade e Confiança

De modo a promover uma cultura de gestão de risco e bom governo societário, em 2024, o MGAM desenvolveu o seu trabalho de constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos, tendo implementado processos e controlos, com vista à sua mitigação e ao cumprimento dos requisitos legais, regulamentares e estatutários.

As atividades e iniciativas mais relevantes desenvolvidas durante o ano de 2024, em matéria de *Compliance*, foram as seguintes:

- Continuação do desenvolvimento de soluções automáticas para a Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (PBCFT), garantindo o cumprimento permanente e tempestivo das sanções e embargos decretados pelas várias entidades internacionais, num contexto internacional mais exigente, resultante das guerras na Europa e no Médio Oriente.
- Reforço dos controlos, em sede de risco de BCFT, sobre entidades com as quais o MGAM tem relações de negócio (e.g. arrendatários, fornecedores).
- Revisão periódica dos processos, políticas e controlos associados à PBCFT.

- Revisão dos documentos associados à Função de *Compliance*, com destaque para a elaboração do Regulamento da Função.
- Elaboração de um programa de Formação da equipa da função de *Compliance* em temas de risco de BCFT e de Controlo Interno, abrangendo as suas diversas dimensões.

Ao longo de 2024, o MGAM deu continuidade à implementação e ao aperfeiçoamento do sistema de controlo interno, com ênfase na atualização de políticas de gestão de riscos e na melhoria de processos que asseguram uma identificação, mensuração, controlo e mitigação mais eficazes dos mesmos.

Com vista a estabelecer os princípios orientadores, limites, competências e procedimentos inerentes à função de gestão de risco de mercado foi revista a política de gestão de risco de mercado, estando incluídas no âmbito desta política as carteiras de ativos financeiros do MGAM classificadas contabilisticamente como ativos financeiros ao justo valor através de resultados (FVPL ou FVTPL - *Fair Value Through Profit or Loss*), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI ou FVTOCI - *Fair Value Through Other Comprehensive Income*) ou ativos financeiros ao custo amortizado (CAm – Custo Amortizado), geridas pelo Gabinete Financeiro.

No que concerne à prossecução da política de investimentos, considerando o perfil de benefícios a atribuir às poupanças associativas e promoção do investimento sustentável, o MGAM tem desenvolvido uma política de investimentos suportada em investimentos financeiros sustentáveis e na definição e uso de critérios de investimento responsável, tendo sido estabelecido em normativo interno a inclusão de critérios de avaliação *ESG* nas decisões de investimento em ativos financeiros.

Os compromissos assumidos pelo MGAM para a sustentabilidade e para a responsabilidade social são uma expressão da sua própria natureza mutualista e estão em sintonia com as diretrizes da Aliança ODS Portugal (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e com a atividade mutualista. Contribuem, através da Fundação Montepio e do Gabinete de Responsabilidade Social, de forma autónoma ou em parceria com outras organizações da Economia Social, para a redução das desigualdades e para o aumento da qualidade de vida das pessoas económica e socialmente mais vulneráveis.

O Projeto Frota Solidária, que em 2024 assinalou a sua 17ª edição, destaca-se enquanto projeto emblemático da Fundação Montepio, tendo atribuídas 12 viaturas, adaptadas, a igual número de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Através deste projeto, foram entregues nas 17 edições, 280 viaturas a 280 IPSS.

Registou-se neste ano a conclusão da 13ª edição do Prémio Voluntariado Jovem e foi aprovada a 14ª edição, fazendo cumprir o objetivo de fomentar a participação dos jovens em projetos de voluntariado para dar resposta a problemas sociais.

O MGAM deu ainda continuidade a projetos de responsabilidade social corporativa interna, entre os quais se destaca a 3ª edição do Prémio de Mérito por Excelência Escolar do Grupo Montepio, iniciativa que distingue a excelência académica dos filhos dos trabalhadores do Grupo e que, em 2024, teve o seu âmbito alargado para alunos que concluíram a sua escolaridade entre o 5º ano de escolaridade e o Ensino Superior. Este prémio é atribuído em produtos de poupança mutualista e em ações de formação.



No âmbito do desenvolvimento das iniciativas de responsabilidade social, foram realizadas ações de voluntariado corporativo e de voluntariado de competências, desenvolvidas no território do continente, em diferentes domínios de intervenção, que aprofundaram relações entre voluntários dinamizadores e comunidades locais.

O MGAM levou ainda a efeito a monitorização da Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo Montepio, parte integrante da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo, coordenando os trabalhos de recolha e consolidação das medidas de responsabilidade social corporativa, interna e externa, assim como, do acompanhamento da sua execução.

No contexto da gestão do impacto ambiental, o MGAM promoveu o cálculo anual da pegada de carbono do Grupo Montepio relativo ao ano de 2023. A medição anual da pegada de carbono permite monitorizar o impacto das atividades no ambiente e identificar oportunidades para a sua redução no contexto do combate às alterações climáticas. O estabelecimento de estratégias e planos de ação para redução das emissões de gases com efeito de estufa, permite tornar os processos mais eficientes e proporciona um maior envolvimento com as partes interessadas, em torno do objetivo comum de preservação do ambiente.

Em 2024, o MGAM iniciou um Projeto de Museologia e Conservação do seu Património. Este projeto teve início em fevereiro de 2024 e irá decorrer até 2027. A sua criação e implementação é assegurada pela intervenção colaborativa de várias áreas funcionais do Montepio Associação Mutualista, sob a coordenação do Gabinete de Formação e Estudos Mutualistas e pela cooperação protocolada com uma equipa de investigação da Universidade Nova de Lisboa, que atua sob a responsabilidade da investigadora e coordenadora Professora Doutora Maria Fernanda Rollo.



Tem como objetivo assegurar a organização sistemática do espólio bibliotecário, arquivístico e artístico do Montepio Associação Mutualista, de acordo com uma rigorosa metodologia científica e promover a sua valorização e divulgação museológica do património histórico e cultural. Pretende-se que o resultado deste trabalho desafiante dê origem à criação do futuro "Museu Montepio".

Na componente formativa, durante o ano de 2024, o MGAM realizou e disponibilizou um conjunto diversificado de ações de formação, em conteúdos, destinatários e formatos, evidenciando uma evolução crescente na atividade formativa, em comparação com o período homólogo. Neste contexto, destacam-se: a formação interativa à distância - *E-Learning* – Mutualismo: Distinção de Marcas – Montepio Associação Mutualista / Banco Montepio; a 2ª e 3ª edições da formação Dr. Bell - "Um Associado Sempre Ligado", que integrou um programa sequencial de conteúdos específicos para o desenvolvimento de competências profissionais e emocionais, concebido para aprimorar a abordagem telefónica, bem como dar resposta formativa a vários Gestores Mutualistas; o Plano de Formação Contínua - Linha de Apoio ao Associado - Formação à equipa do *Contact Center* – Desenvolvimento de competências técnicas que versaram o Mutualismo, os Grupos de Modalidades Mutualistas (Poupança e Proteção) e respetivos regulamentos e regimes fiscais aplicáveis; e a 2ª Edição de Formação de Formadores - Certificado de Competências Pedagógicas. Destaque ainda para Programa Mentor - Formação em Liderança, dirigida a Gestores de Topo e Diretores de 1ª Linha – Desenvolvimento de competências | Liderança ao Serviço, assegurada pela faculdade Nova *School of Business and Economics* que integrou um programa sequencial de temáticas direcionadas, especificamente, para o desenvolvimento de competências profissionais e de liderança, que visaram a transmissão de princípios, valores e cultura da Organização, com o objetivo de responder aos desafios do contexto laboral, nomeadamente na adaptação do papel de cada um às barreiras voláteis e dinâmicas de uma sociedade em permanente mudança.

Ao nível organizacional, em 2024, destaca-se a constituição de uma nova unidade orgânica no MGAM, a Direção de Gestão de Imóveis, que tem como missão assegurar a gestão integrada de todos os ativos imobiliários do MGAM, atividade antes assumida pelo ex. Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, Agrupamento Complementar de Empresas (ex-MGAI, ACE) do Grupo Montepio, cuja dissolução ocorreu em dezembro de 2023.

Ainda ao longo deste ano o MGAM manteve as iniciativas de ajustamento e atualização da sua macroestrutura organizacional, através da publicação de estatutos orgânicos mais ajustados e que visam a eficácia e a eficiência da instituição.

Eixo IV – Articulação, sinergias e simplificação do Grupo

Em 2024, o Grupo Montepio deu continuidade ao trabalho de simplificação das entidades do Grupo, com destaque para as atividades de suporte e para a atividade imobiliária.






Em 1 de janeiro de 2024 a Direção de Gestão Imobiliária deu início à sua atividade, após a referida dissolução do Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE.

Com vista à captura de sinergias e simplificação do Grupo, o MGAM e as demais entidades participantes do Montepio Serviços, ACE continuaram em 2024 a usufruir da prestação de serviços e atividades partilháveis e de gestão administrativa, visando capturar sinergias de Grupo e economias de escala, maximizar a qualidade do serviço prestado, bem como, potenciar a rendibilidade e eficiência operacional.



Eixo V – Inovação e Transformação Digital

Em 2024, o MGAM reforçou as iniciativas de inovação e transformação digital.

De seguida, apresentam-se os principais projetos tecnológicos desenvolvidos durante o ano de 2024:

	Projeto Prisma	<p>Conjunto de iniciativas de índole tecnológico e processual que têm como objetivo melhorar a relação e o serviço do MGAM com os seus Associados. Nestas iniciativas estão incluídas a reformulação da plataforma de dados, ao nível da sua arquitetura e do seu modelo de governo, a disponibilização de uma nova <i>App</i>, bem como a melhoria da solução <i>web My Montepio</i>, não só num aumento de novas funcionalidades, mas também da sua integração com outras plataformas tecnológicas, por via de uma maior transaccionalidade destes canais não presenciais.</p>
	Workflow de Habilitação a Benefícios	<p>Otimização do processo de habilitação a benefícios, com vista à otimização e eficiência dos processos internos do MGAM, estando prevista a sua conclusão durante o 1º semestre de 2025.</p>
	Portabilidade de Dados	<p>Funcionalidade que permite a passagem autorizada de dados pessoais e respetivos comprovativos do Banco Montepio para o MGAM. Esta funcionalidade vem permitir popular a base de dados do MGAM com dados e comprovativos certificados. Concluiu-se o projeto de portabilidade de dados e de documentos entregues e validados pelo Banco Montepio, no âmbito do contrato de distribuição existente entre as duas instituições.</p>
	Informação de Gestão	<p>Dotação das diversas unidades orgânicas com a Informação de Gestão considerada fundamental para suporte à tomada de decisão.</p>
	Otimização de Processos relativos à Atividade Mutualista	<p>Otimização por automação de tarefas (base aplicacional), nomeadamente Reavaliações Médicas, Anulação Automática de Subscrições, etc.</p>

	Desmaterialização da Admissão e Subscrição	Eliminação da emissão física de documentos relativos ao processo de admissão de Associados e de subscrição de modalidades.
	Novo Regulamento de Benefícios	Iniciaram-se, no último trimestre de 2024, os trabalhos para a adequação tecnológica dos sistemas informáticos e demais processos ao novo Regulamento de Benefícios do MGAM. Dada a dimensão e impacto deste desenvolvimento na organização, os trabalhos decorrerão até final de janeiro de 2026.
	Ferramentas de suporte às Eleições para os Órgãos Associativos	Iniciaram-se os trabalhos para cumprimento do calendário eleitoral do MGAM. Embora o ato eleitoral ocorra em dezembro de 2025, os trabalhos de implementação tecnológica e definição de processos decorrem durante todo o ano.
	APP My Montepio	Foi iniciado o projeto de desenvolvimento da APP Mobile “My Montepio”. Dada a dimensão do projeto, o lançamento da primeira versão está agendado para o 2º trimestre de 2025 e terá várias atualizações ao longo do ano.
	Implementação de solução tecnológica para os contactos telefónicos à distância	Foram iniciados os trabalhos de implementação de uma nova solução tecnologia de suporte ao trabalho desenvolvido pelas equipas dos canais à distância, nomeadamente o <i>Contact Centre</i> e Gestores Mutualistas remotos. Esta nova tecnologia vem permitir uma maior eficiência do contacto junto da comunidade associativa. A primeira fase ficará concluída no 1º trimestre de 2025 e a totalidade do projeto no final do 2º trimestre de 2025.

	Desenvolvimento de ligações seguras	<p>Para dar suporte ao desenvolvimento de novas funcionalidades no <i>My Montepio</i> (<i>Web</i> e <i>Mobile</i>), bem como preparar o MGAM para os desafios informáticos, estão a decorrer os trabalhos de ajustamento tecnológicos, que permitirão através de ligações seguras (<i>Application Programming Interface (API)</i>), permitir a possibilidade de subscrição direta de modalidades mutualistas e efetuar admissões associativas na <i>internet</i> de forma rápida e segura. Trata-se de um projeto que terá a sua primeira fase concluída no 1º trimestre de 2025.</p>
	Reforço das plataformas para controlo da PBCFT	<p>Adoção de uma nova plataforma informática para reforço do controlo da Política de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (PBCFT), devendo os trabalhos de implementação estar concluídos no primeiro semestre de 2025.</p>

No contexto do Grupo Montepio, após a implementação do Grupo de Trabalho Tecnológico, têm vindo a desenvolver-se reuniões regulares com o objetivo de garantir a partilha de informação e aumentar as sinergias no âmbito da transformação digital das empresas do Grupo.

07

Atividade



Atividade

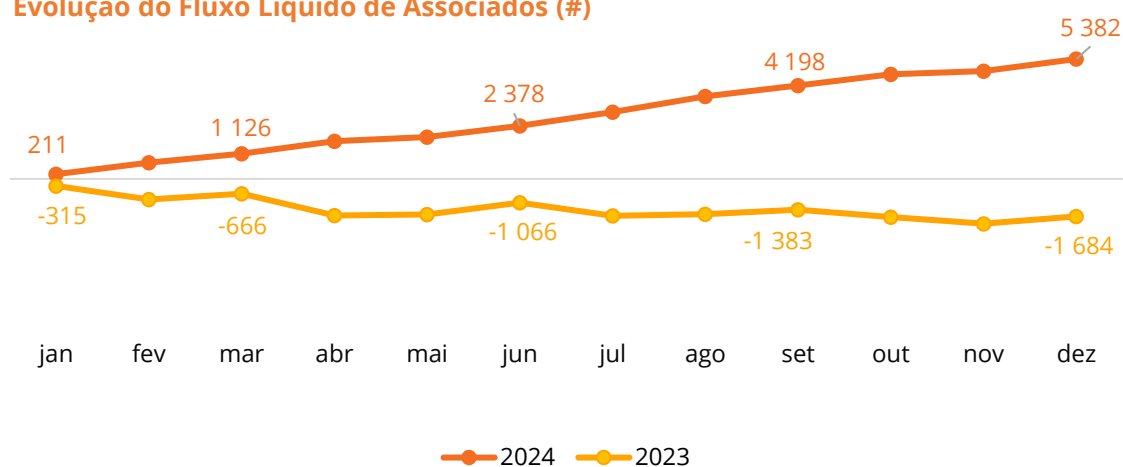
7.1. Base de Associados

No final do ano de 2024, o MGAM tinha um total de 610 181 Associados efetivos, valor que compara com 604 799 no final de 2023, um aumento de 0,9%, face ao ano anterior.

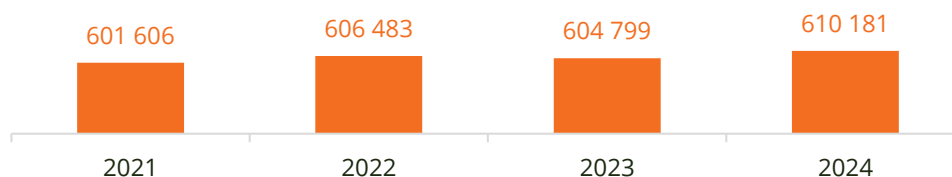
Evolução da Base Associativa	2024	2023	Variação	
Designação			Nº	%
Associados existentes no início do ano	604 799	606 483	-1 684	-0,3
Entradas	38 329	36 578	1 751	4,8
Admissões	37 445	35 267	2 178	6,2
Readmissões	884	1 311	-427	-32,6
Saídas	32 947	38 262	-5 315	-13,9
Falecimentos e habilitações	2 061	2 171	-110	-5,1
Desistências, cessões de direitos e outras	30 886	36 091	-5 205	-14,4
Total de Associados no final do ano	610 181	604 799	5 382	0,9

No que concerne aos fluxos de movimento associativo, constatou-se a entrada de 38 329 novos Associados, acima da entrada verificada em 2023, de 36 578 novos Associados. As admissões atingiram 37 445 de Associados e as readmissões ascenderam a 884 (estas dizem respeito a Associados que tinham perdido o vínculo associativo, nomeadamente, por situações de falta de pagamento de quotas ou vencimento da última subscrição ativa). No que respeita às saídas, existiu um decréscimo no número de falecimentos e habilitações, bem como do número de cessões de direitos, desistências e eliminações. Assim, atingiu-se um fluxo líquido positivo de 5 382 Associados no final de 2024, que compara com um fluxo líquido negativo de -1 684 Associados, no final de 2023.

Evolução do Fluxo Líquido de Associados (#)

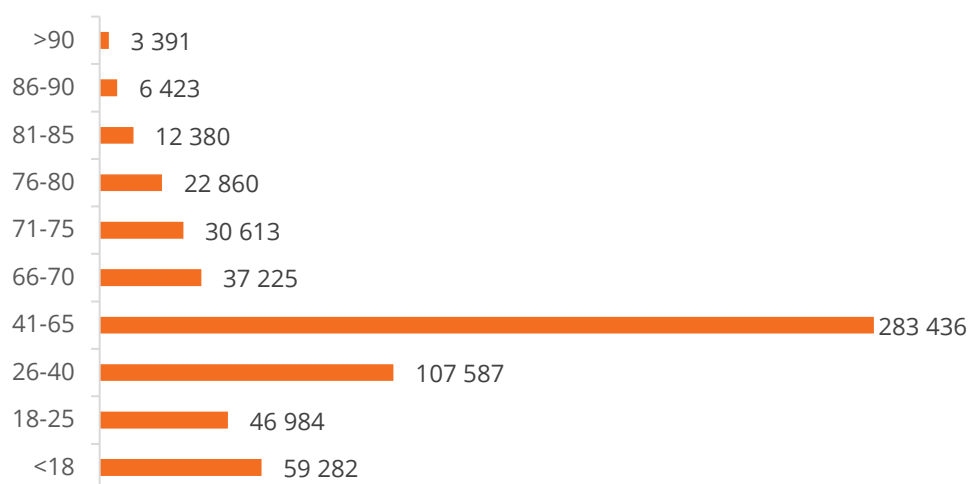


Evolução da Base Associativa (#)



No final de 2024, a base associativa fixou-se em 610 181 Associados, assim assistiu-se ao retomar de uma tendência de crescimento. Em termos de distribuição dos Associados por faixa etária, verificou-se que, em 2024, os Associados em idade ativa, ou seja, dos 18 aos 65 anos, representavam 72% da base associativa do MGAM. As crianças e jovens representavam 10% do total de Associados, enquanto os Associados com mais de 65 anos ascendiam a 18%.

Distribuição dos Associados por faixa etária (#)



No que diz respeito ao género dos Associados, destacou-se a manutenção da predominância dos Associados do género feminino, que representaram, em 2024, 52% do total de Associados.

Associados por Género em 2024

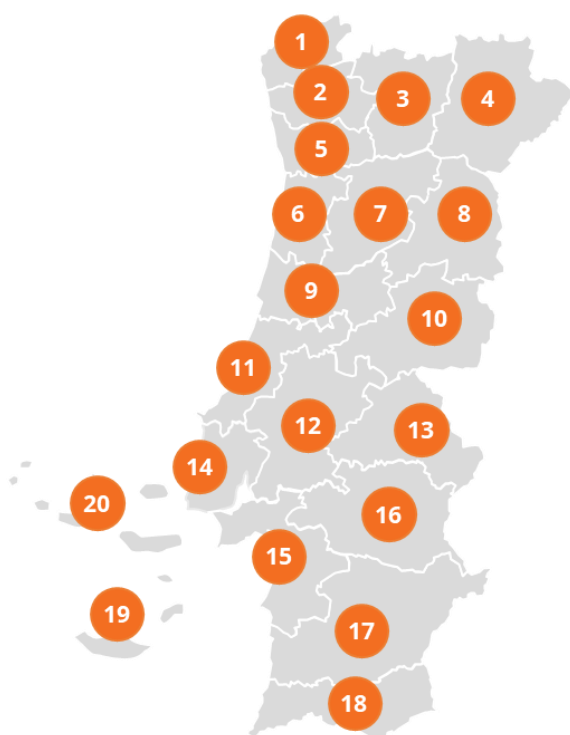


48%



52%

Distribuição Geográfica dos Associados



	2024	2023
1. Viana do Castelo	8 540	8 275
2. Braga	50 214	48 912
3. Vila Real	6 059	5 814
4. Bragança	6 498	6 294
5. Porto	105 082	104 419
6. Aveiro	40 405	39 665
7. Viseu	16 260	15 855
8. Guarda	7 621	7 499
9. Coimbra	17 984	17 753
10. Castelo Branco	15 709	15 454
11. Leiria	20 156	19 742
12. Santarém	21 974	21 377
13. Portalegre	4 571	4 502
14. Lisboa	133 799	135 870
15. Setúbal	51 633	51 533
16. Évora	8 345	8 111
17. Beja	2 861	2 832
18. Faro	33 528	32 337
19. Madeira	14 776	14 734
20. Açores	24 361	24 376
21. Outros ¹	19 805	19 445

1) Estrangeiro, omissão no mapa

Em termos de dispersão geográfica pelo território, manteve-se a tendência de alinhamento da distribuição geográfica da base de Associados do MGAM com a distribuição da população portuguesa, verificando-se uma maior concentração nos grandes centros urbanos do litoral, nomeadamente, em Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Aveiro, onde se encontram 62,5% do total de Associados.

Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, encontrava-se 6,4% do total da base de Associados, representação que se tem mantido constante.

Em 2024, os distritos de Braga, Faro, Aveiro, Porto e Santarém foram os que apresentaram os maiores crescimentos do número de Associados. Por sua vez, foi no distrito de Lisboa que se verificou a maior redução da base de Associados, com -2 071 Associados.

7.2. Oferta e Subscrição de Modalidades Mutualistas


Com vista a concretizar a sua missão e a aplicar os princípios mutualistas, o MGAM tem vindo a desenvolver ações para prestar benefícios de segurança social e de saúde aos Associados, seus familiares e beneficiários, fundamentalmente, através da colocação de modalidades mutualistas, individuais e coletivas. Adicionalmente, tem ainda como missão contribuir para a resolução dos problemas habitacionais dos Associados, desenvolver outras formas de proteção social, através da organização e gestão de equipamentos, serviços e obras sociais e promover a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento cultural, moral, intelectual e físico dos Associados.

No âmbito da sua missão de prestação de benefícios de segurança social e de saúde aos Associados, seus familiares e beneficiários, fundamentalmente através de modalidades mutualistas, o MGAM deu continuidade à emissão de novas séries de poupança da modalidade Montepio Capital Certo, a par da disponibilização da restante oferta de modalidades de poupança e de proteção.

Desta forma, em termos de oferta, no que diz respeito às modalidades de poupança, que permitem aos Associados constituir e remunerar as suas poupanças, foram emitidas trinta séries da modalidade Montepio Capital Certo, tendo-se vencido trinta e seis séries desta modalidade.

No quadro abaixo, apresentam-se as novas séries de aplicação de poupanças associativas a médio prazo, para rendimento, emitidas em 2024, em quantidade, por tipologia, mês e canal de distribuição.

Séries Montepio Capital Certo emitidas em 2024	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	2024
Poupança Expresso Net	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	14
Poupança Mutualista Prazo 5.1.	1	1	2	2	1	2	1	1	2	1	1	1	16
Total	2	2	4	4	2	3	2	2	3	2	2	2	30

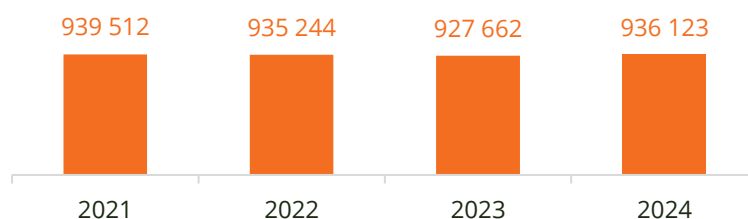
Legenda:  Série distribuída pelo MGAM;  Série distribuída pelo Banco Montepio

Ao longo de todo o ano 2024, a Rede Mutualista do MGAM colocou a série Poupança Expresso Net (prazo de 3 anos), bem como a série Poupança Mutualista Prazo 5.1 (prazo 5 anos e 1 dia). Já o Banco Montepio foi responsável pela colocação da série Poupança Mutualista Prazo 5.1.

Em 2024, o Associado do MGAM pôde efetuar intenções de Subscrição no *My Montepio* para as Modalidades Poupança Expresso Net, Poupança Mutualista Prazo 5.1., Montepio Poupança Complementar e Montepio Poupança Reforma.

Ao nível das subscrições de modalidades, verificou-se uma recuperação do número de subscrições, que cresceu 0,7% face a 2023 e que totalizou 936 123, face a 927 662, no período homólogo, contrariando assim a tendência decrescente verificada nos anos anteriores.

Evolução do Número de Subscrições

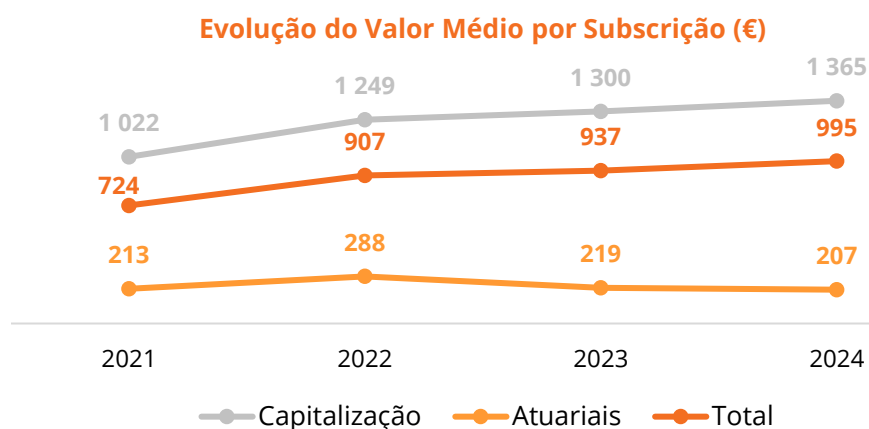


Número Total de Subscrições

	2024		2023		Variação	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Modalidades Capitalização	622 989	66,5%	601 911	64,9%	21 078	3,5%
M Poupança Complementar	450 972	48,2%	439 148	47,3%	11 824	2,7%
M Capital Certo	147 267	15,7%	138 728	15,0%	8 539	6,2%
M Poupança Reforma	24 750	2,6%	24 035	2,6%	715	3,0%
Modalidades Atuariais	313 134	33,5%	325 751	35,1%	-12 617	-3,9%
sem reservas	102 144	10,9%	107 207	11,6%	-5 063	-4,7%
M Proteção Encargos	102 144	10,9%	107 207	11,6%	-5 063	-4,7%
com reservas	210 990	22,5%	218 544	23,6%	-7 554	-3,5%
M Proteção 5 em 5	184 501	19,7%	191 373	20,6%	-6 872	-3,6%
M Proteção 18-30	16 021	1,7%	16 230	1,7%	-209	-1,3%
M Pensões de Reforma	1 854	0,2%	2 073	0,2%	-219	-10,6%
M Proteção Vida	6 221	0,7%	6 360	0,7%	-139	-2,2%
Outras	2 393	0,3%	2 508	0,3%	-115	-4,6%
Total	936 123	100,0%	927 662	100,0%	8 461	0,9%

Globalmente, observou-se um acréscimo de 8 461 subscrições, para o qual contribuíram, favoravelmente, as modalidades de capitalização (21 078), cuja evolução favorável foi suficiente para compensar a perda ocorrida nas modalidades atuariais (-12 617). No que concerne a evolução favorável destas modalidades, destacou-se o contributo positivo da modalidade Montepio Poupança Complementar (11 824), seguindo-se a modalidade Montepio Capital Certo (8 539) e, embora com menor expressividade, a modalidade Montepio Poupança Reforma (715).

O número médio de subscrições por Associado no final de 2024 foi de 1,53, em linha com o valor registado no final de 2023. O valor médio por subscrição ascendeu a 995 euros, valor que compara com 937 euros, no final do ano anterior, representando um crescimento de 6%, o que ilustra a preocupação de aforro dos nossos Associados. É ainda de destacar, o acréscimo observado no valor médio das modalidades de capitalização, com uma variação de 5%, situando-se em 1 365 euros. Em sentido inverso, as modalidades atuariais atingiram 207 euros de valor médio, o que significou uma variação de -5%.



7.3. Benefícios de Saúde

Plano Montepio Saúde

No âmbito da sua missão e com o propósito de garantir a assistência na saúde, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos seus Associados, o Montepio Associação Mutualista disponibiliza desde 2017 o Plano Montepio Saúde – uma solução de saúde que proporciona um conjunto de condições privilegiadas e diferenciadas no acesso a cuidados de saúde praticados numa extensa e qualificada Rede de Prestadores de Saúde do setor privado e social.

O envelhecimento da população, patente nos índices demográficos, traduz-se num aumento de patologias consideradas graves e de outras doenças inerentes ao aumento da esperança média de vida. Em paralelo, não obstante, a sua importância na prestação de cuidados de saúde à população portuguesa, a realidade tem evidenciado as crescentes fragilidades do Sistema Nacional de Saúde (SNS), que se apresenta aquém das necessidades da população.

Estes fatores têm sido determinantes para o desenvolvimento da oferta do sector privado e social que se tem apresentado como complementar do sector público, ajudando a melhorar o acesso aos cuidados de saúde. A necessidade do acesso rápido a consultas, exames complementares de diagnóstico e outros atos clínicos determinantes para a saúde e bem-estar das pessoas tem conduzido a um acréscimo da despesa das famílias nas áreas da proteção social e de serviços de saúde.

Em 2024, o nível de utilização do Plano Montepio Saúde apresentou um crescimento de 14% face ao ano anterior, o que confirma a importância das respostas privadas na saúde e, em simultâneo, o potencial existente para fortalecimento e inovação nesta área. Assim, ao longo de 2024, a utilização do Plano Montepio Saúde atingiu cerca de 284 mil utilizações em atos de saúde, proporcionando benefícios em desconto na ordem dos 8 milhões de euros, o que correspondeu a um desconto médio de 45% face às tabelas de preços privados das entidades prestadoras.

Considerando a importância da prevenção na área da saúde, o Montepio Associação Mutualista realiza, anualmente, em conjunto com o parceiro estratégico Laboratórios Germano de Sousa, ações de prevenção gratuitas e exclusivas para os Associados. Estas ações têm por objetivo sensibilizar os Associados para a prevenção de doenças graves, de modo a evitar a ocorrência de eventos futuros. A prevenção das doenças cardiovasculares, doenças associadas à obesidade e doenças oncológicas, têm estado no âmbito destas ações. Neste propósito, realizou-se uma ação com o parceiro de saúde referido, por ocasião do Dia Mundial da Alimentação que se celebra a 16 de outubro, bem como do Dia Mundial da Diabetes e do Dia Mundial do Cancro do Pâncreas que se celebram a 14 e 16 de novembro, respetivamente, dedicada à prevenção destas patologias. Disponível em todos os postos Germano de Sousa, esta ação, que se realizou entre 16 de outubro e 16 de novembro, consistiu na disponibilização de um rastreio gratuito de glicémia e colesterol e uma consulta gratuita de Genética Médica.

Seguro Montepio Saúde

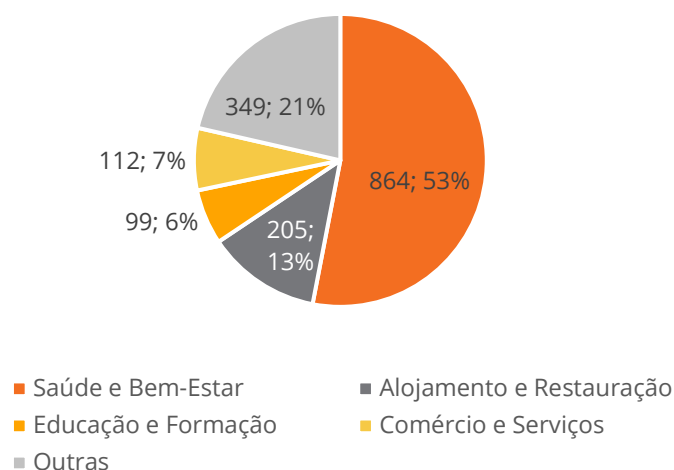
No quadro de crescente utilização do setor privado da saúde, a importância dos seguros de saúde é incontestável, fundamentalmente, ganhando relevância pela proteção financeira contra os imprevistos e as necessidades de utilização de cuidados de saúde que podem acontecer ao longo da vida.

A evolução do Seguro Montepio Saúde, exclusivo para os Associados, lançado em outubro de 2020 pela Lusitania Companhia de Seguros (Grupo Montepio), é uma demonstração desta procura por soluções de financiamento em saúde, em alternativa ou como complemento ao SNS.

Este produto registou em 2024 um total de 3 854 apólices (para 4 659 pessoas seguras), a que corresponde um volume de prémios de cerca de 1,5 M€.

7.4 Outros Benefícios Complementares

Parcerias por tipologia (#)



Ao longo de 2024, o trabalho realizado no âmbito da fidelização e parcerias permitiu reforçar as condições de benefício reservadas a Associados junto de entidades parceiras, tendo sido celebrados 141 novos acordos de parceria.

No fecho do ano, a rede de parceiros da Associação totalizava 1 629 acordos ativos, 358 dos quais com empresas de âmbito nacional.

A gestão estratégica da área de benefícios permitiu, ainda,

reforçar a área da saúde e bem-estar, garantindo um total de 864 acordos firmados com parceiros (53% do total de acordos de parceria).

Os níveis de utilização dos benefícios e o modelo de gestão de parcerias têm vindo a potenciar os benefícios disponibilizados aos Associados, nomeadamente junto de entidades como a CUF, Laboratórios Germano de Sousa, Repsol, Meo, Nos, Insparya, Celeiro, Delta Q ou Beontime.



A parceria com a Repsol continuou a ser fortemente valorizada pelos Associados, o que se traduziu numa poupança de montante superior a 4,3 milhões de euros.

7.5. Canais Próprios de Relação

Rede de Gestores Mutualistas

Em 2024, a Rede Mutualista e o seu impacto territorial, manteve-se estabilizado face ao ano anterior, tendo registado apenas uma redução de dois postos mutualistas, por via de encerramento de balcões do Banco Montepio. A Rede de Gestores Mutualistas fortificou a sua presença em todo o território nacional, garantindo um atendimento mais próximo e eficaz, aumentando os pontos de contato com o Associado. Identificou e reforçou a necessidade de robustecer a presença de Gestores para a zona de Lisboa e Grande Lisboa, atendendo à concentração e dimensão das carteiras de Associados nesta área geográfica. A estrutura da rede manteve os 78 Gestores Mutualistas distribuídos por 90 postos mutualistas em diversos distritos, fortalecendo o apoio local aos Associados e a promoção do Mutualismo junto da comunidade associativa.

Rede de Postos Mutualistas (#)



Na distribuição dos Gestores Mutualistas e postos por distrito, garantimos pelo menos uma presença por distrito e ilhas e criaram-se pontos de contato à distância para chegar a mais Associados, através de um acompanhamento de proximidade de outras carteiras de Associados.

Os acordos com Entidades Não Particulares, têm-se revelado um importante canal de captação de Associados. Estes acordos permitem às Entidades Não Particulares (Empresas e Institucionais) promover o acesso dos seus colaboradores ao Montepio Associação Mutualista e à condição de Associado por subscrição de uma Modalidade de Proteção. A Rede de Gestores Mutualistas tem sido responsável pela angariação de mais de 120 acordos que se mantêm ativos, e que representam mais de 2 650 Associados angariados por este canal. Em 2024, esta foi uma atividade primordial, realizada em estreita articulação com o setor da Economia Social, onde foi possível estabelecer importantes parcerias através de Acordos e Protocolos com Entidades da Economia Social e com outras Empresas. Assim, revelou-se uma estratégia essencial para o crescimento da rede, no total, foram celebrados e mantidos ativos 20 novos acordos em 2024, mais 33% face a 2023, e representou uma entrada de mais 540 novos Associados, mais 25% face ao ano anterior. Desta forma foi possível viabilizar a angariação de novos Associados e a ampliação da presença do Mutualismo, no setor empresarial e no Setor Social. Estas parcerias que resultaram na

assinatura dos acordos, fomentaram a adesão de colaboradores de diversas organizações ao MGAM, promovendo uma integração efetiva com os valores e benefícios mutualistas.

O impacto destas iniciativas refletiu-se no crescimento da atividade Mutualista. Em 2024, a Rede Mutualista admitiu 6 465 novos Associados, dos quais 24% eram menores de idade, sendo resultado tanto do trabalho de angariação ativa, como da implementação das estratégias de retenção e readmissão de Associados. Além disso, registou mais de 40 600 novas subscrições em diversas modalidades das quais resultaram 4 769 em modalidades atuariais. O acompanhamento dos vários segmentos da carteira de Associados permitiu ainda um aumento significativo na reaplicação de capitais e na diversificação das modalidades subscritas pelos Associados.

Rede de Mediadores Mutualistas

No que respeita ao canal de Mediadores Mutualistas, em 2024, foram dados passos muito significativos no desenvolvimento do modelo a adotar para a implementação deste canal estratégico de distribuição da oferta mutualista. Pretende-se potenciar as sinergias estruturais existentes e fortalecer a relação dentro do Grupo, definindo um modelo eficiente e totalmente alinhado com necessidades operacionais e estratégicas identificadas.

O canal de Mediadores Mutualistas que se pretende implementar e dinamizar para colocação da oferta mutualista está assente na ambição de desenvolver novos canais de distribuição da oferta Mutualista, complementares ao Banco Montepio, com dimensão e cobertura geográfica relevantes, bem como potenciar sinergias que promovam uma visão integrada de Grupo e que permitam adicionar valor com economia de meios.

Protocolos de Cooperação com Empresas

Prosseguiu-se em 2024 o objetivo de divulgar a marca Montepio Associação Mutualista e a sua oferta junto de empresas por via da celebração de protocolos de cooperação. Foram celebrados novos protocolos com entidades muito relevantes, nomeadamente com a Marinha Portuguesa e dinamizados os demais protocolos já existentes, tendo sido admitidos por via dos protocolos 203 novos Associados.

Foram realizadas várias reuniões e contactos com empresas com o intuito de celebrar novos protocolos de cooperação e reforçar a admissão de novos Associados, através deste instrumento de difusão do Mutualismo. Trata-se de um importante veículo de divulgação da oferta mutualista, enquanto solução no âmbito da poupança e proteção social complementar, pelo número muito expressivo de destinatários aos quais é possível aceder.

Os protocolos de cooperação permitem uma efetiva visibilidade da marca e da oferta do MGAM.

Canais à Distância

My Montepio

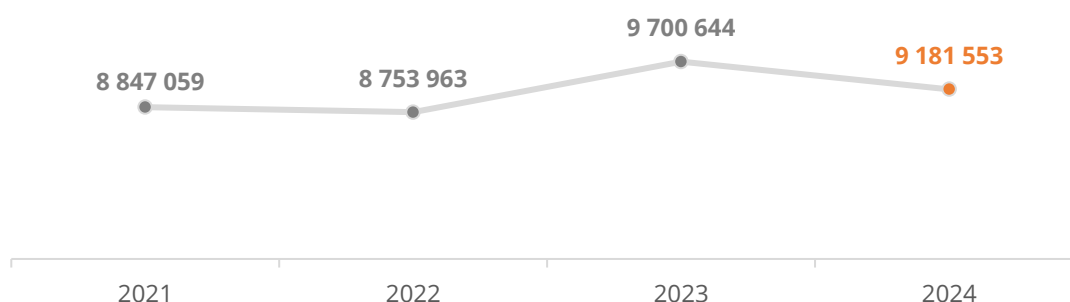


A plataforma *My Montepio*, área pessoal digital e de acesso seguro, reservado e gratuito, através da qual o Associado pode consultar a posição das suas modalidades e dos benefícios usufruídos, subscrever e/ou reforçar modalidades ou contactar um Gestor Mutualista, tem vindo a responder ao objetivo de reforço da proposta de valor dos canais à distância da Instituição. Em 2024, registou mais de 70 mil adesões e um crescimento, face ao período homólogo, de 40% no número de subscrições/reforços de modalidades e de 44% em montantes.

Montepio.org

O site *montepio.org* é a plataforma digital mais relevante da Associação, agregadora de toda a informação sobre modalidades mutualistas, benefícios associativos, *governance* e iniciativas nas quais a Associação participa ou promove, e para o qual toda a comunicação, nomeadamente a realizada a partir das redes sociais, remete. Em 2024, o site *montepio.org* registou mais de 9,1 milhões de visitas.

Número Total de Visitas ao Site *montepio.org*



Linha de Apoio ao Associado

Durante o ano de 2024, a linha de apoio ao Associado (*Contact Center*) reforçou o serviço e apoio aos Associados através do incremento do nível de serviço proporcionado, retenção da carteira de Associados e apoio prestado aos serviços centrais no contacto com os mesmos.

O total de chamadas recebidas ascendeu a 21 381, das quais foram atendidas 21 235 chamadas, o que traduz uma taxa residual de abandono de chamadas (0,70%), sendo ainda importante referir que 97,3% das chamadas recebidas foram atendidas nos primeiros 30 segundos, o que revela quer a boa experiência proporcionada ao Associado, quer a eficiência da linha.

Em 2024, a linha de apoio ao Associado registou 93 059 chamadas realizadas no âmbito das campanhas de Marketing, destinadas sobretudo à retenção da carteira de Associados, apoio aos serviços centrais no contacto com os Associados, resposta a solicitações dos Associados, bem como prestação de apoio na adesão ao serviço *My Montepio*.

O contacto com os Associados em risco de perda de vínculo associativo, para além de decisivo para a prossecução do objetivo estratégico de crescimento da comunidade associativa, é também uma excelente oportunidade de reforço da relação e da vinculação dos Associados, uma vez que permite a comunicação dos benefícios e vantagens do Montepio Associação Mutualista.

Porque a formação da equipa do *Contact Center* é crucial para proporcionar um atendimento de qualidade aos Associados, a sua boa experiência, contribuiu para a sua fidelização, melhoria da eficiência operacional e incremento da motivação da equipa, foi elaborado e implementado um plano de formação contínua, em articulação com o Gabinete de Formação e Estudos Mutualistas, sobre a oferta mutualista. A aposta na melhoria da qualidade do serviço foi ainda reforçada através da audição regular de chamadas e elaboração de planos de melhoria.

Linha de Apoio ao Associado	2024	2023	Variação	
Inbound			N.º	%
Chamadas Recebidas	21 381	22 089	-708	-3,21
Chamadas Atendidas	21 235	21 780	-545	-2,50
Chamadas Abandonadas	146	309	-163	-52,75
TSF – % chamadas atendidas nos primeiros 30 segundos	97,3%	95,1%		
Outbound	93 059	82 243	10 816	13,15

7.6. Comunicação e Relação Associativa

No ano em análise, a estratégia de Comunicação, Marketing e Digital foi orientada à intensificação dos fluxos de informação, comunicação e relação com os Associados, mas também à afirmação da proposta de valor, ao rejuvenescimento da comunidade associativa e ao reforço do desempenho das principais plataformas digitais, com destaque para o *Blogue Ei – Educação e Informação Financeira*, para as redes sociais *Facebook*, *Instagram*, *LinkedIn* e para o *site montepio.org*.

Comunicação Digital

Revista Montepio, Newsletters e Notificações APP

A Revista Montepio digital, lançada em junho de 2021 com o objetivo de reforçar a instantaneidade da comunicação e reduzir a pegada ecológica (eliminação de cerca de 1,7 milhões de exemplares anualmente impressos, assim como da manga plástica associada à distribuição postal), registou 139 075 páginas visualizadas (mais 5% que em 2023), além de 105 836 utilizadores.

A análise ao desempenho da publicação permitiu confirmar o envolvimento dos leitores com os conteúdos, sendo o tempo médio de cada visita (cerca de 2,59 minutos) superior ao registado no período homólogo.

Neste ano, a qualidade editorial da Revista Montepio Digital voltou a ser reconhecida pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa, que distinguiu a publicação com o Prémio APCE – Excelência em Comunicação, na categoria “Publicação Externa”.

As distinções atribuídas à publicação têm sido várias, ao longo dos últimos 20 anos, com a Revista *Montepio* a ser premiada, nacional e internacionalmente, pela qualidade do projeto de comunicação desenvolvido e pelo valor gerado a cada edição. Exemplo disso são as distinções atribuídas pelo Grande Prémio Excelência em Comunicação, promovido pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE), mas também, a nível internacional, pela SPD – *Society of Publications Designers*, pelo *Content Marketing Institute*, pelos *Pearl Awards*, pelos *International Content Marketing Awards* ou pelo *Grand Prix* da *Federation of European Internal Communication Associations* (FEIEA).

A importância estratégica da Revista Montepio na comunicação associativa, na relação da Instituição com os Associados, na partilha de informação e na divulgação do que somos e do que fazemos na esfera do Mutualismo, foi celebrada, este ano, com a produção e distribuição de uma edição especial, impressa (467 500 exemplares de tiragem), comemorativa do 40.º aniversário da publicação.



A edição em papel da revista *Montepio*, com 466 500 exemplares em distribuição, apresentou, em 52 páginas, duas abordagens distintas: a primeira, centrada no universo associativo, nas modalidades mutualistas e nos serviços do Grupo Montepio, que impactam positivamente a vida dos Associados; a segunda, visando antecipar as mudanças mais relevantes da sociedade, apresentando reflexões e tendências. Ainda no plano da comunicação em suporte digital, em particular no que se refere a *newsletters* e notificações APP, foi assegurado o envio de 321 notificações e 66 *newsletters*.

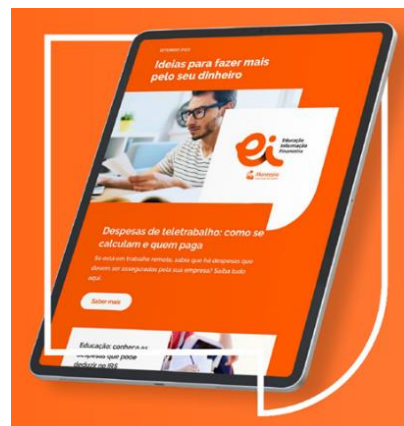
De realçar a eficácia registada na comunicação realizada a partir de *newsletters*, com as taxas médias de abertura (29,51%) e de clique (4,02%) a

atingirem valores superiores às métricas de *e-mail marketing* usualmente utilizadas para monitorização do desempenho destas comunicações.

Blogue Ei – Educação e Informação Financeira

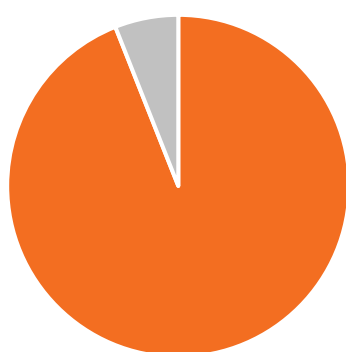
Em 2024, comemorou-se o 12º aniversário do *blogue Ei – Informação e Educação Financeira*, projeto centrado na literacia financeira, orientado a todos os segmentos etários e determinado a apoiar Associados e não Associados na gestão financeira diária e de longo prazo.

A importância deste projeto de educação financeira confirma-se no número de visitas ao *site*. Em 2024, 93% do total de visitas a *montepio.org* tiveram origem neste *blogue*, o que se traduz num público mensal médio na ordem das 712 973 visitas.



O número de páginas vistas superou os 9,7 milhões, valor 8% superior ao registado em 2023, com o tempo médio de visita a manter-se nos 2,59 minutos.

Contributo do Blogue Ei para as visitas ao *site montepio.org*



2024

93%do total de visitas a *montepio.org* tiveram origem no Ei

2023

94%das visitas entraram no *site* pelos conteúdos do Ei

2022

83%das visitas entraram no *site* pelos conteúdos do Ei

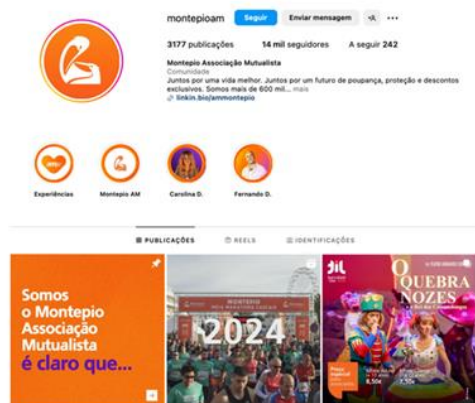
2021

85%das visitas entraram no *site* pelos conteúdos do Ei

Redes Sociais

A estratégia de comunicação digital tem-se destacado pela integração de temas relevantes na comunicação *online*, como o envelhecimento, a sustentabilidade financeira ou a saúde, tendo em vista a criação de uma “pegada digital” que se distingue pela atualidade e pela capacidade de diálogo com a sociedade moderna.

Instagram



A página @montepioam na rede social *Instagram* constitui um espaço privilegiado de comunicação da proposta de valor da Associação, mas também de posicionamento e afirmação da marca.

Com mais de 14 000 seguidores, os conteúdos publicados no ano (*posts* e *stories*) impactaram mais de 11 milhões de utilizadores, 1 034 489 dos quais de forma orgânica, a partir de publicações realizadas no *feed* e de publicações colaborativas com entidades ou personalidades relevantes.

De forma orgânica, e através de *stories*, foram alcançados 466 536 utilizadores.

A estratégia de *paid media* permitiu registar um alcance superior a 5,1 milhões de utilizadores, impactados, em média, 1,76 vezes ao longo do ano, totalizando 222 773 cliques para o site *montepio.org*.

Em 2024, todas as publicações no *Instagram* foram acompanhadas pelas *hashtags* #AMMONTPIO e #MONTEPIOAM, apresentadas a mais de 11 milhões de utilizadores.

O *Instagram* acolheu 12 passatempos destinados a Associados, que registaram um alcance superior a 77 mil utilizadores, e um passatempo destinado a crianças e jovens (incluindo não Associados): o #InstaStage.

Destaque, neste âmbito, para a 2.ª edição da iniciativa #InstaStage, que permitiu aos participantes cantar com a artista Carolina Deslandes e que constituiu o momento de maior crescimento desta página em 2024.

No âmbito deste passatempo, foram desenvolvidos 108 conteúdos, com os *posts* a alcançarem 2 167 308 utilizadores e a gerarem 24 661 interações, e as *stories* a registarem um alcance orgânico de 56 022 utilizadores e 1 800 interações.

Os *posts* realizados alcançaram mais de 1,9 milhões de utilizadores, impactados cerca de 1,87 vezes (média), e geraram 2 417 cliques para o site *montepio.org*.



A iniciativa permitiu, ainda, conquistar uma audiência mais jovem, com a faixa etária 13-17 anos a representar 1,3% do total de seguidores e a faixa etária 18-24 anos a representar 6,2% do total de seguidores.

Facebook

O MGAM está presente na rede social *Facebook* a partir da página *Ei – Educação e Informação Financeira* e da página *Atmosfera m*.

A página de *Facebook Ei*, terminou o ano com um registo de alcance acumulado superior a 6 milhões de utilizadores, com as publicações a registarem um alcance total de 3,6 milhões, dividido entre alcance orgânico (280 mil) e alcance pago (3,4 milhões) – 92% de alcance total (vs. 78%, em 2023).

A comunicação veiculada a partir desta plataforma impactou 38,5 mil seguidores, num total de 369 *posts* que geraram mais de meio milhão de interações, o que representou uma taxa de interação média de 15,7% (superior, em 7 p.p., à registada no período homólogo), com 244 918 cliques para o *site montepio.org*. O alcance médio por publicação foi de 10,1 mil utilizadores.

Julho 31, 2024

O atmosfera m chegou ao Instagram

O atmosfera m, um projeto de cidadania, cultura e lazer, fundado pelo Montepio Associação Mutualista, acaba de expandir sua presença digital com o lançamento de uma página própria na rede social Instagram

Partilhar



A comunicação dedicada à atividade dos espaços *Atmosfera m* Lisboa e Porto, alcançou no *Facebook* 1,3 milhões de utilizadores, permitindo registar 6 904 interações na página.

Na página criada, em julho de 2024, para comunicação dos espaços *Atmosfera m* na plataforma *Instagram*, foram alcançados, em 6 meses, 224 376 utilizadores e mais de 2 mil interações.

Os *posts* promovidos nas páginas de *Facebook* e *Instagram* dedicadas aos espaços

Atmosfera m, alcançaram mais de 3 milhões de utilizadores únicos, impactados 1,24 vezes (média).

Rede Profissional LinkedIn



A presença na rede profissional *LinkedIn* é dedicada à veiculação de temas institucionais, como prémios recebidos, iniciativas e projetos solidários, ações com colaboradores do Grupo ou oportunidades de trabalho, em resultado de iniciativas de contratação realizadas pela Instituição.

Nesta página, o ano terminou com o registo de 3 984 seguidores, tendo os conteúdos alcançado mais de 139 mil utilizadores e registado mais de 6,5 mil interações.

Campanhas de Comunicação e Marketing

O planeamento da atividade de Comunicação e Marketing integrou um alargado leque de ações e iniciativas, com destaque para a campanha realizada com a artista Carolina Deslandes que, em 2024, se tornou Embaixadora da marca, orientada à admissão de crianças e jovens.



A estratégia de comunicação e os valores da marca, associados ao reconhecimento da influência da artista junto do segmento, conduziram ao desenvolvimento de uma campanha suportada na ideia-chave de que *“o que fazemos no presente pode ajudar-nos a construir o futuro e que quando subscrevemos uma solução de Poupança ou Proteção e nos tornamos Associados, a palavra futuro soa melhor”*.



A campanha realçou a importância da preparação do futuro de crianças e jovens e foi desenvolvida tendo por base o conceito “Não poupe nos afetos. Poupe economias - Faça como a Carolina, torne o seu filho Associado”, tendo sido divulgada a partir de rádio, *out of home*, plataformas digitais/Social Media e nos balcões do Banco Montepio.

Apoio à Cultura

O apoio à cultura e à produção artística nacional foi mantido ao longo de 2024, em particular com a associação da marca a projetos nas áreas da música e do teatro, sempre orientados à disponibilização de condições especiais de acesso aos Associados e ao reforço e afirmação da proposta de valor da Instituição.

Da associação da marca à 10.ª edição do “Festival Montepio Às Vezes o Amor” ou aos festivais de verão “Primavera Sound” ou “Paredes de Coura”, passando por peças de teatro como “Laura”, “A Bela Adormecida” ou “O Mundo Mágico de Jack”, a estratégia de patrocínios respondeu à missão da Instituição, de promoção de atividades orientadas ao

desenvolvimento cultural, ao reforço do bem-estar e qualidade de vida dos Associados e familiares e à afirmação e visibilidade da marca Montepio Associação Mutualista.



Apoio ao Desporto

A participação ativa da marca na área do Desporto, com especial enfoque no *Running*, justificou a renovação da presença nas provas Montepio Meia Maratona de Cascais e Clube Pelicas São Silvestre da Pequenada.

Desde a primeira edição da Corrida Montepio, em 2013, participaram nas provas promovidas ou apoiadas pela Associação 121 916 atletas, que percorreram 2 631 352 km e tornaram possível, a partir do valor da inscrição nas provas que, historicamente, reverte para causas sociais, a entrega de 398,4 mil euros a IPSS.



Relação Associativa

Experiências para Associados

O Programa de Experiências, destinado a proporcionar aos Associados o acesso privilegiado a programas culturais, formativos, lúdicos e de bem-estar, reforçando a proximidade e a relação com a Associação, assegurou a realização de 220 experiências que, de norte a sul do país, reuniram mais de 6 500 Associados, com crescimento dos níveis de participação na ordem dos 30%, face a 2023.

Entre as experiências realizadas, 45 foram orientadas ao segmento Crianças e Jovens e 49 ao segmento Famílias.

Espaços Atmosfera m

Os espaços Atmosfera m de Lisboa e Porto, dirigidos aos Associados e à comunidade em geral, cumpriram a sua missão, tendo acolhido 845 eventos, traduzidos em 3 018 horas de ocupação e 18 388 participantes, 64% dos quais Associados.

Em 2024, os espaços foram visitados por mais de 81 949 pessoas.



O ano foi pontuado pela colaboração com instituições públicas e sem fins lucrativos, como a Escola de Música Guilhermina Suggia, a RUTIS Porto – Rede de Universidades Seniores, o Instituto Português do Sangue, a Junta de Freguesia de Santo António – Lisboa, o Espaço T, a UMAR ou a UNESCO Porto, além da Divisão Municipal de Intervenção Social da Câmara Municipal do Porto.

Nos 12 meses, os espaços Atmosfera m asseguraram 339 iniciativas de apoio ao desporto e 257 iniciativas culturais e de bem-estar, que incluíram aulas de pilates e de ioga, exposições, lançamentos de livros de Associados, ensaios de peças de teatro, exhibições de cinema no âmbito do Ciclo de Cinema - Claquete, concursos internacionais de música, *meetings*, palestras, conferências, congressos internacionais de investigação científica, *talks* sobre deficiência e inclusão ou encontros de grupos de trabalho na área do impacto social.

As bibliotecas Atmosfera m, com acervo dedicado à Economia Social, continuaram a afirmar-se junto dos estudantes universitários, tendo acolhido 3 686 utilizadores, 26% dos quais Associados Montepio.

Nas galerias expositivas foram realizados 20 eventos, entre os quais as exposições de Veríssimo Dias, Paulo Ponte, Alfredo Cunha, Cridem, Projeto Convergências, Reshape – Projeto Prision Photovoice, Oficina das Artes – Casa da Juventude de Esposende, Luisa S. Ferreira, Nina Onaur e Espaço T.

08

Responsabilidade Social e Sustentabilidade



Responsabilidade Social e Sustentabilidade

A Responsabilidade Social e a Sustentabilidade são uma prioridade estratégica para o Montepio Geral Associação Mutualista, pelo que a Associação tem desenvolvido a sua atividade no sentido de continuar a implementar os requisitos *ESG* (*Environmental, Social and Governance*).

Neste sentido, o MGAM tem vindo a cruzar a sua atividade e os temas *ESG*, com uma análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que constituem as prioridades da Agenda 2030 para o mundo, em que se integram eixos de atuação que são intrínsecos à missão e aos seus valores, designadamente:

- Ética e transparência;
- Solidariedade e cooperação;
- Profissionalismo, competência e responsabilidade; e
- Participação e liberdade de opinião.

Neste âmbito, importa ainda referir que os princípios fundamentais do Mutualismo, nomeadamente a liberdade, democracia, igualdade e não discriminação, independência e autonomia, solidariedade e responsabilidade pelos quais o MGAM se rege são princípios que estão intrinsecamente ligados aos requisitos *ESG*.

Com vista a prosseguir a sua missão, afirmando o seu papel de parceiro solidário e socialmente responsável e preocupado com os temas da sustentabilidade, o MGAM dispõe do Gabinete de Responsabilidade Social, enquanto unidade orgânica que executa as tarefas inerentes ao Comité de Sustentabilidade do Grupo Montepio, e que coordena a Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo, o Programa de Voluntariado Corporativo do Grupo e a promoção de iniciativas de responsabilidade social interna e externa. É ainda responsável pela implementação de projetos próprios da Fundação Montepio e pela dinamização de parcerias com outros atores da Economia Social.

8.1. Principais Destaques

O ano de 2024 representou a continuidade e reforço das iniciativas de responsabilidade social e sustentabilidade, com particular destaque para o fortalecimento das práticas *ESG*, para a implementação do Projeto Prisma, um projeto de transformação que convoca o conhecimento, experiência e visão de todos para a transformação digital e para a atualização da análise de materialidade, com vista a identificar os temas de sustentabilidade mais relevantes para o MGAM.

1. Instituição centrada nos Associados e na Comunidade

- Robustecimento da proposta de valor com a conclusão do projeto de revisão do Regulamento de Benefícios que visa o desenvolvimento de nova oferta, bem como do ajuste das atuais modalidades mutualistas, a fim de dar resposta às necessidades atuais e futuras de atuais e potenciais Associados. Nas novas soluções, procurou-se alargar a atuação do Montepio Associação Mutualista nos domínios da saúde, acesso a habitação e preparação da longevidade, integrando características de inovação que permitam assegurar relevância da oferta a disponibilizar.
- Investimento de mais 505 mil euros em projetos de apoio à comunidade em geral e à população mais vulnerável.
- Marca MGAM 5º ano consecutivo Prémio 5 Estrelas.
- Redução das reclamações de Associados (-19% face a 2023).

+ 505 m€
Apoios à
comunidade

2. Processos simples e eficientes

- Enfoque na transformação tecnológica com o Projeto Prisma que assenta em quatro pilares - Canais de Distribuição, Proposta de Valor, Vinculação e Fidelização e Plataforma Tecnológica – que se desdobram em iniciativas concretas, com impacto em todas as áreas de atividade.
- Utilização do Montepio Serviços, ACE, da prestação de serviços e atividades partilháveis e de gestão administrativa, com vista à captura de sinergias de grupo e economias de escala, maximização da qualidade do serviço prestado, bem como, aumento da rendibilidade e eficiência operacional.
- Aumento do peso da frota de veículos elétricos ou híbridos para 79% (+3 p.p. vs. 2023).

79%
Veículos
elétricos ou
híbridos

3. Enfoque nos trabalhadores e no seu bem-estar

- Manutenção de uma política de contrato de trabalho sem termo, com 99% dos trabalhadores com contrato efetivo.
- Reforço da promoção da saúde e bem-estar dos trabalhadores, através de diversas iniciativas, com destaque para a 6ª Edição da Semana da Saúde e do Bem-Estar do Grupo Montepio, com diversas atividades presenciais e *online*, ao longo de uma semana, nas áreas do bem-estar financeiro, osteopatia, acupuntura, reflexologia, reiki, massagens, Chi-Kung, etc.

99%
Trabalhadores
com contrato
efetivo

4. Reforço do desempenho sustentável

- Maior representatividade das mulheres em cargos diretivos com 63%.
- 1 448 horas de formação em matérias de governo e proteção de dados, *compliance* e sustentabilidade.
- Redução dos consumos do MGAM, com maior significado em eletricidade (-32%) e gasóleo (-21%) e redução resíduos totais produzidos (-38%) face a 2023.

63%
Mulheres em
cargos
diretivos

8.2. Atividade Responsável

Comunicações dos Associados

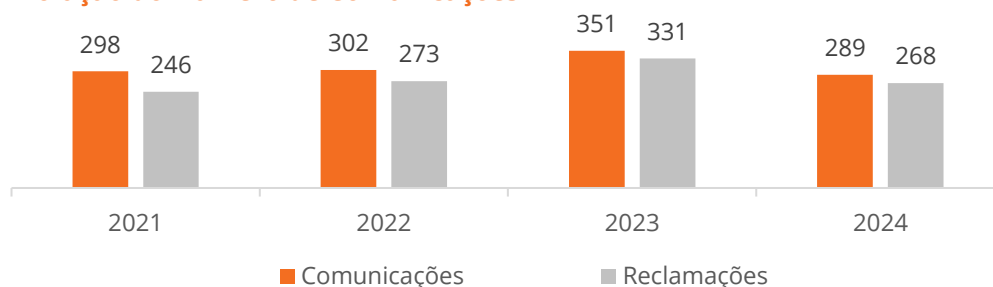
A Provedoria do Associado é a unidade orgânica do Montepio Geral Associação Mutualista com competências delegadas pelo Conselho de Administração de centralização, tratamento e respetiva resposta às reclamações direcionadas pelos seus Associados, beneficiários das modalidades mutualistas, pensionistas, rendistas ou terceiros lesados, seguindo princípios orientadores e processos de gestão alinhados com a legislação e regulamentação em vigor.

Nos termos instituídos na Política de Tratamento e Gestão de Reclamações e respetivo Regulamento de Funcionamento Aplicável à Gestão de Reclamações e assente em princípios de independência e de imparcialidade, a Provedoria do Associado atua em salvaguarda dos interesses dos referidos intervenientes nas atividades associativas desenvolvidas pelo MGAM. A mencionada política e regulamento estão disponíveis para consulta interna por via da plataforma digital de comunicação acessível aos trabalhadores e, externamente, para Associados e público em geral, através da página de *internet* do MGAM em <https://www.montepio.org/politica-de-gestao-de-reclamacoes/>.

No ano de 2024 foram rececionadas 289 comunicações, das quais 268 são reclamações, sendo as restantes 21 pedidos de informação. Relativamente ao período homólogo, houve um decréscimo de -18% no número de comunicações recebidas e de -19% no número de reclamações.

As tipologias de comunicações rececionadas foram, maioritariamente, relacionadas com modalidades e vínculo associativo (38%) e benefícios complementares e habilitação de herdeiros (26%).

Evolução do Número de Comunicações



Ao longo de 2024, a Provedoria do Associado atuou com independência e autonomia na gestão e tratamento das referidas reclamações, desenvolvendo diligências internas para assegurar uma resolução e/ou esclarecimento atempado das situações que lhe reportaram. Em média, a resposta às referidas reclamações e pedidos de informação foi assegurada em

cerca de 7 dias¹ úteis, tendo a maioria das reclamações sido respondida em cerca de 1 dia útil.

No último trimestre de 2024, foi aprovada em Conselho de Administração do MGAM, face à sua atualidade, a manutenção da política de tratamento e gestão de reclamações e respetivo regulamento, assim como, do estatuto orgânico da Provedoria do Associado.

Em articulação com as unidades orgânicas do MGAM, responsáveis pela gestão dos processos, atividades e modalidades objeto de reclamação, foram recomendadas 52 medidas de melhoria contínua dos serviços associativos prestados, sendo que 71% destas já foram, no decurso de 2024, implementadas. Das 52 recomendações de medidas de melhoria contínua, 33% dizem respeito à tipologia relações com o Associado, 29% a modalidades e 19% aos benefícios complementares.

Reconhecimento externo

Prémio 5 Estrelas



O ano foi igualmente marcado pela atribuição, pelo quinto ano consecutivo, do Prémio Cinco Estrelas à marca Montepio Geral Associação Mutualista, atribuído a partir de um sistema de avaliação centrado no grau de satisfação dos consumidores portugueses.

A marca obteve a classificação de “Extraordinária, realmente Cinco Estrelas”, tendo a marca, oferta e serviços sido avaliados a partir de testes de *focus group*, inquéritos de satisfação e estudos de mercado e alcançado uma satisfação global de 80,10% (8,01 em 10 pontos possíveis), sendo de destacar a dimensão “Atendimento” que registou uma classificação de 8,62, mas também as dimensões “Preço Qualidade” e “Benefícios Financeiros”, com variações positivas de classificação face ao ano anterior, com valores de 8,16 e 7,94, respetivamente.

Os benefícios financeiros, Plano e Seguro de Saúde, os benefícios ao nível Social e de Saúde, o Preço (valor das quotas, subscrição, associação e condições de adesão), além da Confiança e Reputação, foram características da Instituição destacadas pelos consumidores neste estudo de mercado.

¹ “(...) A Provedoria do Associado comunica por escrito ao reclamante, no prazo máximo de 20 dias úteis, a partir da data de acuso de receção da reclamação, a posição assumida pelo MGAM, de forma completa e fundamentada, e através de linguagem clara e perceptível.”- Ponto 1. do artigo 6.º do Regulamento de funcionamento aplicável à gestão de reclamações.

Grande Prémio Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE)

Neste ano, a Revista Montepio digital e a campanha de admissão de crianças e jovens – “Compor o Futuro” nas categorias “Publicação Externa” e “Comunicação Externa” foram distinguidas pela APCE.

O Montepio Geral Associação Mutualista foi galardoado, entre grandes marcas do tecido empresarial português, pela qualidade e relevância do projeto de comunicação da Revista Montepio e campanha de admissão de crianças e jovens – “Compor o Futuro”, conquistando o prémio de Excelência em Comunicação Organizacional, atribuído pelo júri da APCE, após seleção criteriosa.



A revista Montepio é o principal suporte de comunicação do Montepio Associação Mutualista, a maior mutualidade do nosso País, na relação com a sua comunidade de Associados. A publicação é desenhada, pensada e concebida no propósito de informar os leitores sobre o País e o mundo, assim como sobre a presença da Associação Montepio e do seu Grupo de empresas, num contexto social mais alargado, desenvolvendo uma relação próxima com os leitores: os Associados Montepio. Gratuita e em formato digital, a revista Montepio pauta-se pelo jornalismo de antecipação sobre as grandes questões locais e globais.














A campanha com a assinatura “Juntos, vamos compor o futuro e ganhar o presente” apresentou uma comunicação orientada à afirmação da marca/reforço de notoriedade, ao reforço da literacia financeira e à aproximação da Instituição do *target* mais jovem. A mensagem foi amplificada a partir de um rosto conhecido – Fernando Daniel – que permitiu atribuir maior notoriedade, alcance e relevância à mensagem. No final da campanha, os resultados foram surpreendentes, considerando um trabalho realizado sem valores de investimento em *media* expressivos.

Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa

Em 2024, o MGAM, a Fundação Montepio e as empresas participadas do Grupo Montepio, que integram o Comité de Sustentabilidade, deram continuidade aos trabalhos definidos na Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo Montepio. Os trabalhos visam afirmar o Grupo Montepio como um grupo ativo na renovação de redes de solidariedade, inclusivo e aberto à diversidade, defensor do equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional e promotor da qualidade de vida para todos. Os princípios norteadores deste trabalho centram-se na adoção de instrumentos comuns a todo o Grupo e na transferência de boas práticas entre empresas do Grupo.

Os objetivos propostos a cada uma das entidades e a que cada uma respondeu, de acordo com as suas especificidades, foram globalmente desenvolvidos numa perspetiva de causa comum do Grupo Montepio. Foram monitorizados ao longo do ano e organizados por temas. Cada um dos temas é em si uma resposta do Grupo Montepio aos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável no âmbito da Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa:

Tema	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Ética	
Igualdade de Género e Inclusão	  
Bem-Estar	  
Parentalidade	
Famílias Cuidadoras	
Missão Mutualista	 
Literacia Financeira	
Fundação	
Governance	
Voluntariado	O contributo para os ODS é definido em função do foco da execução

Estratégia de Sustentabilidade

Em 2024, o MGAM concluiu os trabalhos de redefinição da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo Montepio, iniciada em 2022. Para além das auscultações efetuadas às partes interessadas, internas e externas, foi também incorporada a componente Social que resultou da definição da Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo Montepio, de forma a permitir adaptar a matriz de materialidade aos novos desafios.

A revisão da Estratégia de Sustentabilidade teve como base a atualização da análise de materialidade, através da qual se determinaram os temas de sustentabilidade mais relevantes para a organização. Este novo exercício, foi conduzido com base no princípio de dupla materialidade, introduzido pela Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (CSRD – Diretiva UE 2022/2464), que contempla a reflexão tanto sobre os efeitos que os temas de sustentabilidade têm no Grupo (na ótica de poderem constituir

riscos e/ou oportunidades para o seu desempenho financeiro), quanto sobre os impactos que o Grupo exerce no ambiente e na sociedade.

Neste quadro, a referida análise considerou as seguintes óticas:

- Impactos do Grupo Montepio (materialidade de impacto): auscultação das partes interessadas das entidades do Grupo, para avaliar a significância dos impactos das atividades do Grupo Montepio sobre a sociedade e o ambiente;
- Efeitos no Grupo Montepio (materialidade financeira): avaliação da significância dos efeitos dos temas de sustentabilidade na capacidade de criação de valor do Grupo.

O conjunto de temas levados à auscultação partiu de uma análise de tendências de sustentabilidade, bem como de uma análise de *benchmarking*. Este processo resultou numa matriz de sustentabilidade com 19 temas considerados materiais para o Grupo Montepio, cujo detalhe e desenho do modelo estratégico é apresentado no relatório de sustentabilidade 2023 do Grupo Montepio.

A reanálise da Estratégia de Sustentabilidade veio contribuir para a redefinição dos objetivos do Grupo Montepio, para a monitorização do seu respetivo plano de ação e para a eficiente comunicação do seu desempenho através do relatório anual de sustentabilidade do Grupo, o qual tem por base o referencial *Global Reporting Initiative – GRI Standards*.

O compromisso do Grupo Montepio com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, foi firmado com a adesão da Fundação Montepio à Aliança ODS Portugal, logo no seu início, em dezembro de 2015.

O Grupo Montepio, está comprometido com o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, de pessoas para pessoas e empenhado em contribuir para o objetivo nacional de atingir a Neutralidade de Carbono em 2050, no âmbito do qual se enquadra o cálculo anual da sua pegada de carbono.

Relação com os Fornecedores

Com a criação do Montepio Serviços, Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) em 2023, as entidades participantes do ACE continuaram em 2024 a usufruir da prestação de serviços e atividades partilháveis e de gestão administrativa, visando capturar sinergias de grupo e economias de escala, maximizar a qualidade do serviço prestado, bem como, potenciar a rendibilidade e eficiência operacional.

Neste âmbito, a Direção de Compras do Montepio Serviços ACE, desempenha um papel estratégico e estruturante na gestão das aquisições das entidades participantes (Montepio Associação Mutualista, Banco Montepio, Futuro, Lusitania e Lusitania Vida) assumindo-se, neste âmbito, como área interlocutora privilegiada na relação com fornecedores, conduzindo negociações e processos de contratação que visam potenciar sinergias de grupo, promover a eficiência operacional e garantir uma gestão rigorosa dos recursos.

A atuação é orientada por uma política de aquisição de bens e serviços, comuns às entidades que integram o Montepio Serviços, que equilibra a satisfação das necessidades das unidades requisitantes com a otimização de custos e a garantia da qualidade dos bens e serviços adquiridos. Através de um planeamento estratégico e criterioso, assegura-se o cumprimento dos padrões de fiabilidade e eficiência, sempre alinhados com os objetivos globais do Grupo.

A gestão de fornecedores, abrange todo o ciclo de vida das contratações, desde o registo e qualificação de potenciais fornecedores, até à homologação, contratação e avaliação final dos serviços prestados. Este processo permite garantir a transparência, competitividade e um processo de melhoria contínua, promovendo parcerias e relações de longo prazo, baseadas na confiança e no compromisso mútuo com elevados padrões de desempenho. Esta atividade estimula a promoção da economia local e nacional, privilegiando a contratação de fornecedores nacionais e locais, sempre que possível. Esta abordagem não só fortalece o tecido empresarial português, como contribui para o desenvolvimento sustentável da cadeia de valor.

A implementação do Regulamento *D.O.R.A. (Digital Operational Resilience Act)* que visa fortalecer a segurança de Tecnologias de Informação das entidades financeiras, como bancos, companhias de seguros e empresas de investimento, garantindo que o setor financeiro na Europa seja capaz de resistir e recuperar de interrupções operacionais severas, como ciberataques e falhas tecnológicas, levou a que o Montepio Serviços tenha desempenhado um papel crítico neste processo, garantindo a adequação do processo e dos contratos TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) às exigências do regulamento, na data de entrada em vigor da referida regulamentação (17 de janeiro de 2025).

A sustentabilidade é um critério fundamental na seleção e avaliação de fornecedores, sendo analisada com base em requisitos específicos que assegurem práticas responsáveis ao longo da cadeia de fornecimento.

No âmbito do processo de qualificação de fornecedores, que inclui a avaliação de diversos tipos de risco, assim como o impacto ambiental e social dos fornecedores, foram qualificados 360 fornecedores, num processo contínuo que reforça o compromisso do Grupo Montepio com a responsabilidade social, ambiental e de *governance*.

O trabalho desenvolvido neste domínio, não só fortalece a eficiência e a competitividade do Grupo Montepio, como também reforça os seus compromissos com a transparência, a sustentabilidade e a inovação, pilares fundamentais para um crescimento equilibrado e sustentado.

8.3. Trabalhadores

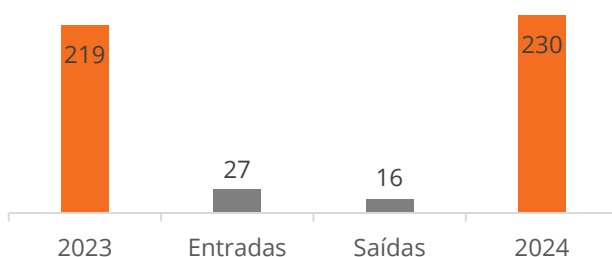
No final de 2024, o quadro de trabalhadores do MGAM (quadro próprio e com contratos de cedência) era composto por 230 trabalhadores (58 trabalhadores do quadro próprio e 172 com contratos de cedência).

Quadro de Trabalhadores



Em 31 de dezembro de 2024, 62% dos trabalhadores do MGAM pertenciam ao género feminino e 38% ao género masculino.

Evolução do Número de Trabalhadores



Em 2024, saíram 16 trabalhadores, dos quais 25,0% referentes a exonerações por iniciativa do trabalhador, 25,0% por reforma por invalidez presumível, 12,5% por falecimento, 12,5% por fim da cedência ao MGAM, 12,5% por reforma por invalidez e 12,5% por outros motivos.

Globalmente, observou-se um aumento do quadro de pessoal em onze trabalhadores.

O gráfico à direita apresenta a distribuição do quadro de trabalhadores por tipologias de funções, no qual se visualiza que 37% corresponde a funções de acompanhamento da atividade mutualista, complementadas pelas funções técnicas (35%) e administrativas (14%).

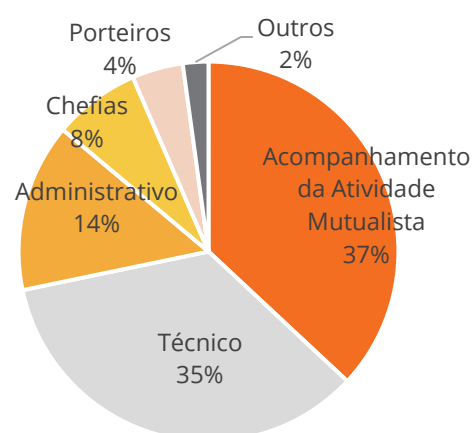
Já em termos de habilitações literárias 8,2% dos trabalhadores do MGAM apresentam doutoramento ou mestrado, 64,1% licenciatura, 3,6% bacharelato, 20,9% ensino secundário e 3,2% ensino básico.

Em 2024, deu-se continuidade ao processo de avaliação de desempenho, com recurso à plataforma digital *Talento* e reuniões de avaliação entre trabalhadores e hierarquias.

As organizações enfrentam um conjunto diversificado de desafios na gestão de Recursos Humanos, muito impulsionado por um contexto global de grande volatilidade e incerteza. Neste sentido, cada vez mais os desafios e riscos de Capital Humano e riscos organizacionais estão interligados e obrigam a abordagens integradas na gestão de diversos fatores, nomeadamente: gestão remota, mudanças tecnológicas rápidas, escassez de talento, bem-estar e saúde mental, novas exigências de liderança ética, entre outros.

Neste contexto, tanto o Grupo Montepio com o MGAM mantiveram a preocupação com o saúde e bem-estar das suas pessoas, o que permitiu reforçar o pilar social junto dos

Distribuição do Quadro de Trabalhadores por Função



trabalhadores. Em 2024, o MGAM continuou a possibilitar aos seus trabalhadores novos modelos de trabalho, permitindo um maior equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

A preocupação do MGAM com a valorização das famílias dos seus trabalhadores continuou no centro das iniciativas de Recursos Humanos em 2024, das quais são ilustrativos a 3ª edição do “Prémio de Mérito por Excelência Escolar do Grupo Montepio”, bem como a atribuição de diversos subsídios para os filhos dos trabalhadores (ex: subsídio de apoio escolar ao ensino obrigatório e ao ensino superior, subsídio de material escolar, subsídio de alojamento para filhos a estudar no Ensino Superior fora da sua área de residência e subsídio de apoio à natalidade), a festa e presentes de Natal para os filhos, a dispensa no primeiro dia de escola dos filhos que frequentem o 1º ano do ensino básico, o pagamento do seguro de saúde para trabalhadores e elementos do agregado familiar e a medida de apoio para trabalhadores com crédito hipotecário com taxa fixa, para mitigar os efeitos da subida da taxa de juro.

O foco no bem-estar dos trabalhadores continuou a afirmar-se como uma necessidade em 2024, tendo o Grupo Montepio realizado a 6ª edição da Semana da Saúde e do Bem-Estar, com vista à sensibilização e consciencialização para a sua importância. Neste âmbito, estiveram disponíveis durante uma semana diversos *workshops*, sessões de osteopatia, acupuntura, reflexologia, reiki, massagens Chi-Kung, a pensar na saúde dos trabalhadores.

O MGAM manteve um conjunto de outros benefícios aos trabalhadores, dos quais se destacam: conciliação trabalho / família (campos de férias para os filhos dos trabalhadores, incluindo a oferta de um acampamento de férias próprio, dispensa de assiduidade no dia de aniversário, na véspera de Natal e no dia de Carnaval), oferta de lazer (diversos eventos desportivos, passeios e *workshops*, oferta de várias parcerias para realização de modalidades desportivas, massagens a preços privilegiados, entre outros), cuidados de saúde (vacinação antigripal, consultas de nutrição, sessões de *shiatsu* e massagens), acesso a protocolos de desconto e parcerias (protocolos de trabalhadores do Grupo Montepio com acesso a um conjunto de benefícios proporcionados pelas empresas do Grupo, vários descontos para Associados dos Serviços Sociais do Montepio).

A 7 de dezembro, as diversas equipas das empresas do Grupo Montepio reuniram, no já tradicional, Encontro de Natal sob o mote “todos presentes é o melhor presente”. A ocasião ficou marcada pelo reforço dos laços que nos unem e pela partilha dos valores mutualistas. O Encontro de Natal do Grupo Montepio simbolizou, ainda, o espírito de humanismo e solidariedade tão característico da nossa Instituição porquanto contribuiu para uma causa maior: foram angariados cerca de 1 840 kg de alimentos não perecíveis, doados ao Banco Alimentar de Santarém para distribuição pela sua rede de apoio, garantindo que chegam às famílias mais necessitadas daquela região.



Em 2024, o MGAM voltou a celebrar a antiguidade, dedicação e profissionalismo revelados pelos trabalhadores com um percurso de 35 e 20 anos, com a realização das cerimónias de entrega de Insígnias Institucionais a trabalhadores do Grupo Montepio.



No âmbito da formação, desenvolveu-se um conjunto de ações num total de 7 241 horas. Neste âmbito, a formação em *soft skills* destacou-se no ano de 2024, com um total de 2 668 horas, demonstrando a preocupação do MGAM com o desenvolvimento pessoal e comportamental dos seus trabalhadores. Seguiu-se a formação relativa ao Mutualismo (1 621 horas), fundamental para o desenvolvimento da atividade mutualista e em governo e proteção de dados (887 horas). Salienta-se, igualmente, o crescimento de 11,7% nas horas de formação dos trabalhadores do MGAM, face a 2023.

Formação	2024
	Número de Horas Totais
<i>Soft Skills</i>	2 668
Mutualismo	1 627
Governo e Proteção de Dados	887
<i>Compliance</i>	502
Cibersegurança	418
Sistemas de Informação	289
Auditoria e Controlo Interno	250
Gestão de Ativos	154
Bem-estar e segurança no trabalho	106
Contratação	67
Curadoria de Exposições	64
Sustentabilidade	59
Contabilidade e Fiscalidade	41
Ferramentas informáticas	37
<i>Design</i>	36
Proteção de Dados	13
Solvência II	8
Imobiliário	7
Direito	5
Estratégia	4
Banca	1
Total	7 241

8.4. Comunidade

As ações de voluntariado foram distribuídas ao longo do ano de 2024 nas vertentes de voluntariado coletivo e de voluntariado de competências, o que permitiu desenvolver uma maior proximidade entre os voluntários do Grupo Montepio e as comunidades.

Nesse sentido, o MGAM continuou a implementar e a participar em iniciativas de voluntariado, contribuindo para a concretização da Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa e para o cumprimento dos critérios *ESG*.

Com vista a afirmar a marca “Montepio” como uma das principais estruturas da Economia Social que, no plano global das políticas de desenvolvimento local, em Portugal continental e nas regiões autónomas, têm vindo, ao longo dos anos, a contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades, com base na interação entre o Grupo Montepio e as organizações da sociedade civil, foi desenvolvido um conjunto de atividades de âmbito coletivo e de competências que mobilizou voluntariamente os trabalhadores do Grupo Montepio, para ações que ocorreram em diversos locais.

A agenda anual das atividades de voluntariado desenvolveu-se entre os meses de maio e novembro e deu cumprimento ao Plano de Atividades do Programa de Voluntariado do Grupo Montepio para 2024. Tendo como base critérios como a área geográfica, a área de intervenção, a relação entre os voluntários dinamizadores e as comunidades locais, foram implementadas 8 ações de voluntariado de âmbito coletivo, e 2 ações de voluntariado de competências, que decorreram na Área Metropolitana do Porto, no Centro (Coimbra), e na Área Metropolitana de Lisboa (Amadora, Lisboa e Setúbal). Estas iniciativas constituíram uma experiência de relançamento das atividades coletivas, nomeadamente, na Amadora, no Bairro do Zambujal, proporcionando uma maior proximidade entre os voluntários do Grupo Montepio e os beneficiários das comunidades abrangidas pela Estratégia de Voluntariado, em que se deu primazia aos territórios e ao voluntariado de competências, para que ambas as linhas de atuação pudessem ser estimuladas.

A Agenda do Voluntariado do Grupo Montepio de 2024, contemplou diversas ações de voluntariado corporativo, nomeadamente, intervenções de limpeza em habitações em Lisboa, na Baixa-Chiado, confeção de jantar para utentes dos centros de dia na Comunidade de Rio Tinto em Gondomar, voluntariado de competências que consistiu em trabalhar o documento de intervenção social do Bairro do Zambujal, em Lisboa, para 2025, e voluntariado coletivo que contemplou tarefas de melhoria do Bairro e recuperação de espaços verdes, bem como pinturas e pequenas reparações em residências de pessoas de baixos recursos económicos.

No Voluntariado de competências foram realizadas 2 ações de formação em literacia financeira por trabalhadores voluntários do Montepio Associação Mutualista, para crianças do 1º ciclo no Colégio Sagrado Coração de Maria, em Lisboa, e na EB1 Solúm, em Coimbra.

A 6ª Edição da Semana da Saúde e do Bem-Estar do Grupo decorreu entre os dias 14 e 18 de outubro, e incorporou um conjunto de atividades para os trabalhadores do Grupo Montepio e seus familiares, no âmbito da promoção da saúde e do bem-estar. O

voluntariado esteve presente através de uma ação, na Comunidade de Setúbal, com o parceiro local C.A.S.A. - Centro de Apoio ao Sem Abrigo, Delegação de Setúbal.

Nas diversas iniciativas de voluntariado, implementadas ao nível corporativo, com a participação do Gabinete de Responsabilidade Social do MGAM, estiveram presentes 116 voluntários do Grupo Montepio e prestaram um total de 797 horas de voluntariado.

Dando continuidade à promoção de boas práticas e à realização de iniciativas e eventos internos e externos na área da responsabilidade social corporativa e da sustentabilidade, o MGAM deu continuidade à publicação interna “Responsabilidade Social Online” na *intranet* da Associação, que é também divulgada para as empresas participadas do Grupo Montepio e para os Serviços Sociais do Montepio. Esta publicação constitui um veículo de divulgação das práticas ESG.

Outras iniciativas de responsabilidade social

- **3ª edição do Prémio de Mérito por Excelência Escolar do Grupo Montepio**



No cumprimento da sua missão mutualista e de continuar a desenvolver, no seio do Grupo Montepio, práticas efetivas de responsabilidade social interna, o Montepio Associação

Mutualista instituiu em 2022 o Prémio de Mérito Escolar do Grupo Montepio, que em 2024, na sua 3ª Edição, passou a designar-se Prémio de Mérito por Excelência Escolar do Grupo Montepio com o objetivo de reconhecer, num âmbito mais alargado, o bom desempenho escolar de filhos de trabalhadores do Grupo Montepio.

A edição de 2024 destinou-se a alunos de estabelecimentos públicos e privados situados em território nacional, que frequentaram o Ensino Básico (5º ao 9º ano), o Ensino Secundário (10º ao 12º ano) e o Ensino Superior (Cursos Técnicos, Licenciatura, Mestrados ou Mestrados Integrados), que concluíram cada ano de escolaridade com média final igual ou superior a 4 valores (categorias 5º ao 9º ano) e com média final igual ou superior a 18 valores (categorias 10º, 11º e 12º anos e Ensino Superior). Em 7 de novembro foi realizada a divulgação da abertura de candidaturas à 3ª edição do Prémio com prazo de receção de candidaturas até 6 de dezembro. Os prémios a atribuir são de estímulo mutualista e para formação.

Intercooperação Mutualista

Relação com as Mutualidades Nacionais (APM-RedeMut-Associação Portuguesa de Mutualidades) e Internacionais (AIM-Associação Internacional das Mutualidades)

O fortalecimento do Trabalho em Rede é um caminho para a Sustentabilidade e reconhecimento das mutualidades.

O contexto atual exige das mutualidades uma capacidade crescente de adaptação e inovação para responder aos desafios emergentes no setor da proteção social e da saúde. A necessidade de maior visibilidade e reconhecimento institucional, aliada às transformações regulatórias e tecnológicas, torna evidente que o trabalho isolado não é suficiente para garantir a sustentabilidade e o crescimento destas organizações. Neste cenário, a cooperação e o trabalho em rede surgem como ferramentas indispensáveis para fortalecer o setor mutualista, promover soluções conjuntas e aumentar o impacto das mutualidades na sociedade.

A APM-RedeMut-Associação Portuguesa de Mutualidades tem desempenhado um papel fundamental nesse processo, funcionando como um catalisador da colaboração entre as Associações Mutualistas em Portugal, e o MGAM tem participado ativamente no fortalecimento desse trabalho em rede, no âmbito do cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da APM-RedeMut.

Através da criação de um espaço onde as mutualidades podem partilhar conhecimentos, trocar experiências e desenvolver estratégias comuns, a APM-RedeMut tem permitido que estas organizações se posicionem de forma mais robusta no mercado e na esfera pública. Esta abordagem coletiva tem sido essencial para superar barreiras estruturais, como a fragmentação do setor e a falta de reconhecimento do seu papel enquanto pilar da proteção social.

O MGAM reconhece a importância desta plataforma colaborativa e, ao longo de 2024, acompanhou o esforço da APM-RedeMut no aprofundamento do trabalho em rede entre as suas Associadas.

Neste sentido, o MGAM teve um papel fundamental no desenvolvimento de soluções conjuntas que, isoladamente, as Associadas não conseguiriam alcançar. Esta estratégia permitiu à APM-RedeMut consolidar a sua presença no mercado e criar um diferencial competitivo, viabilizando a expansão dos serviços de saúde domiciliários, beneficiando, diretamente, os Associados do MGAM, mas também todos os demais Associados das Associações Mutualistas que compõem a APM-RedeMut.

Também ao nível internacional, a partilha de boas práticas tem-se revelado um dos principais fatores de sucesso do trabalho conjunto entre mutualidades, liderado pela organização internacional de mutualidades, a AIM-Associação Internacional de Mutualidades, que o MGAM também integra.

Através de iniciativas que estimulam a cooperação entre mutualidades, torna-se possível identificar modelos inovadores e replicáveis, aumentando a eficiência e a capacidade de resposta das organizações. A partilha de soluções já testadas e a adaptação de estratégias bem-sucedidas permitem acelerar processos de modernização e garantir que as mutualidades acompanham as mudanças no setor da Economia Social e da saúde.

Neste sentido, ao longo de 2024, a APM-RedeMut, a AIM e o MGAM promoveram diversas iniciativas que reforçaram a interligação entre mutualidades e impulsionaram a cooperação tanto a nível nacional, como internacional. Uma das ações mais marcantes foi a Conferência Internacional sobre Inovação Tecnológica na Saúde, que proporcionou um espaço de reflexão e debate sobre os desafios e oportunidades da digitalização na saúde e o papel que as mutualidades podem desempenhar nesse contexto. Este evento reuniu especialistas,

dirigentes mutualistas e outros *stakeholders* relevantes, permitindo uma troca de perspetivas enriquecedora e contribuiu para o alinhamento estratégico das mutualidades face às novas tendências do setor.

Outra iniciativa de grande impacto foi a visita de estudo organizada para dar a conhecer o sistema de saúde português, às mutualidades internacionais. Este encontro teve como objetivo apresentar o modelo nacional de organização e financiamento da saúde, bem como permitir um intercâmbio de experiências entre mutualidades de diferentes países, tendo de igual modo contado com a colaboração das Residências Montepio Saúde. A troca de conhecimento entre as delegações internacionais e as mutualidades portuguesas revelou-se extremamente valiosa, facilitando a identificação de boas práticas que podem ser adaptadas e implementadas noutros contextos. Esta experiência reforçou a importância de criar pontes entre as mutualidades de diferentes países, promovendo uma visão global sobre os desafios do setor e estimulando o desenvolvimento de soluções inovadoras.

Além destas ações, o MGAM, através da APM-RedeMut, tem estado ativamente envolvido na defesa dos interesses das mutualidades em instâncias nacionais e internacionais. A participação em órgãos estratégicos como o Conselho Económico e Social (CES), o Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) e a Confederação Portuguesa para a Economia Social (CPES) tem permitido contribuir para a construção de políticas públicas que valorizam o Setor Mutualista. A nível europeu, a presença nos grupos de trabalho da Associação Internacional das Mutualidades, com destaque para os temas da digitalização da saúde e do reconhecimento das mutualidades no mercado interno, tem sido essencial para influenciar as políticas comunitárias e garantir uma maior representatividade do setor nas decisões europeias.

A regulamentação do Setor Mutualista no espaço europeu, bem como a interoperabilidade dos dados de saúde entre Estados-Membros, são questões críticas para o futuro das mutualidades e exigem um trabalho conjunto para garantir que estas organizações sejam parte ativa no desenho das soluções. A articulação de posições comuns sobre estas matérias tem permitido reforçar a influência das mutualidades junto das instituições europeias e garantir que os interesses do setor são devidamente considerados.

Desta forma, o fortalecimento do trabalho em rede não é apenas uma estratégia, mas uma necessidade imperativa para a sustentabilidade das mutualidades. O caminho para um maior influência, visibilidade e reconhecimento do Mutualismo passa pela criação de sinergias, pelo reforço da cooperação e pela valorização de plataformas que potenciem a partilha de conhecimento e inovação, posicionamento que o MGAM assume no seu plano de ação estratégico como determinante para o seu próprio crescimento. As experiências recentes demonstram que, ao atuarem em conjunto, as mutualidades conseguem não apenas fortalecer a sua posição no setor da Economia Social, mas também influenciar políticas públicas e moldar um futuro mais sustentável e inclusivo para todos aqueles que delas dependem.

Fundação Montepio

A Fundação Montepio assume um papel fundamental no estabelecimento de parcerias e na concessão de apoios ao Setor Social da Economia, nascendo dos valores fundacionais do MGAM (Informação adicional, no ponto 16.6 da Informação Complementar).

O donativo anual atribuído pelo MGAM e os donativos efetuados pelas empresas do Grupo em 2024, permitiram à Fundação Montepio operacionalizar um conjunto de projetos solidários e apoiar Instituições de Solidariedade Social, entre os quais se destacam o projeto Frota Solidária e o Prémio Voluntariado Jovem Montepio.

A Fundação manteve, em 2024, a sua presença enquanto membro do Centro Português de Fundações (CPF), continuando a assegurar a presença nas Assembleias Gerais e nos Grupos de Trabalho Temáticos “Social” e “ODS”, bem como em diversas iniciativas do CPF.



O projeto Frota Solidária é um projeto da Fundação Montepio que promove a mobilidade, a inclusão, o combate ao isolamento e à desertificação, através da aquisição e transformação de viaturas oferecidas a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Em 2024, a Fundação Montepio atribuiu 12 novas viaturas a 12 IPSS, no âmbito da 17ª edição do projeto Frota Solidária, o qual promove a mobilidade, a inclusão e o combate ao isolamento e à desertificação. Ao longo das 17 edições do projeto, foram atribuídas 280 viaturas a 280 IPSS.

Instituições beneficiadas com a Frota Solidária em 2024

Distrito

Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã – Arcil	Coimbra
Associação Hípica e Psicomotora de Viseu	Viseu
Associação de Promoção Social, Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres	Guarda
Santa Casa da Misericórdia de Bragança	Bragança
Centro Social Padre Joaquim Sousa	Braga
Cercichaves - Cooperativa de Educação e Reabilitação dos Cidadãos com Incapacidade CRL	Vila Real
Casa do Povo de Vitorino dos Piães	Viana do Castelo
Centro de Educação Especial do Concelho de Rio Maior O Ninho	Santarém
Associação para o Desenvolvimento de Rebordosa	Porto
Instituição de Apoio Social da Freguesia de Bucelas	Lisboa
Associação de Solidariedade Social do Areeiro	Leiria
Santa Casa Misericórdia Vila Real Santo António	Faro

Este projeto de cariz social visa melhorar a qualidade dos serviços das IPSS beneficiadas, bem como a qualidade de vida dos seus beneficiários, estando alinhado com preocupações ambientais, uma vez que as viaturas atribuídas asseguram o controlo de emissões de CO₂, sendo híbridas ou elétricas. O projeto Frota Solidária representa uma cadeia de solidariedade objetiva e transparente, orientada para a inclusão e para a redução das

desigualdades, e envolve os contribuintes, através da consignação fiscal, a Fundação Montepio, enquanto entidade promotora, financiadora e distribuidora das viaturas, a seguradora Lusitania (Grupo Montepio), que oferece a primeira anuidade do seguro automóvel, a empresa Auto Ribeiro, que adapta e transforma as viaturas, e as IPSS beneficiadas.



A 14ª edição do Prémio Voluntariado Jovem Montepio 2024, iniciou o seu ciclo de planeamento e aprovação ainda em 2024, embora as candidaturas tenham sido lançadas no dia 6 de janeiro de 2025, decorrendo o prazo para a sua entrega até ao dia 28 de março de 2025.

Esta iniciativa tem o objetivo de incentivar e promover a participação dos jovens em projetos de voluntariado que possam responder a problemas sociais contemporâneos. Concorrem à 14ª edição do Prémio os jovens dos 16 aos 25 anos que frequentem escolas, associações juvenis, associações de estudantes ou outras organizações sem fins lucrativos e que desenvolvam projetos comunitários (candidatura espontânea). Poderão também candidatar-se jovens que frequentam as escolas técnico-profissionais do distrito de Lisboa e Vale do Tejo (candidatura direcionada). Os resultados serão anunciados na quarta semana de maio de 2025.

Em 2024 concluiu-se a 13ª Edição do Prémio Voluntariado Jovem Montepio. Nesta edição foram apresentados 9 projetos de intervenção social local, elaborados por jovens estudantes ou residentes em comunidades situadas no território nacional. Os projetos mereceram a avaliação de um júri maioritariamente externo, constituído por representantes do Montepio Associação Mutualista, da Fundação Montepio, do GRACE - Empresas Responsáveis - Associação, da Confederação Portuguesa de Voluntariado, do Centro Português de Fundações e da APPDI - Associação Portuguesa Para a Diversidade e Inclusão.

O prémio foi entregue à Direção Regional de Educação da Madeira que concorreu com o projeto “De Mãos Dadas”, desenvolvido com o objetivo de promover a inserção dos jovens no mundo do trabalho, apresentado no âmbito das “candidaturas espontâneas”. Não foram apresentadas candidaturas para a categoria de “candidaturas direcionadas”.

A Fundação Montepio manteve ainda o seu apoio a diferentes projetos, de entre os quais se destacam:

- **Projeto CRIDEM** – A Fundação Montepio apoiou a 18ª edição do Projeto CRIDEM – Concurso Nacional de Obras Expressão Plástica de Pessoas com Deficiência Intelectual. Esta edição teve início em 2024 e irá decorrer até final de 2025. O projeto é promovido pela APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) do Porto e este ano contou com os apoios da Fundação Montepio, da Fundação Manuel António da Mota e do Município do Porto, recolhendo também o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República. A esta edição, a mais participada de sempre,

concorreram 111 entidades, com 250 obras repartidas em cinco categorias: pintura, desenho, escultura, têxteis e outras expressões. Os prémios foram atribuídos a três artistas que integram as seguintes entidades:

- ✓ 1º Prémio – Edgar Carneiro - CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente;
- ✓ 2º Prémio – Sílvia Andreia Meixedo da Silva - CIAD – Centro Integrado de Apoio à Deficiência;
- ✓ 3º Prémio – Ana Maria Caeiro Amarante - APPACDM de Moura – Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental;
- ✓ Prémio Aires Moreira atribuído a um coletivo da APACI – Associação de Pais e Amigos Centrada na Inclusão.

O CRIDEM realiza-se com uma periodicidade bienal. A primeira exposição da 18ª edição, que posteriormente seguiu em itinerância, foi inaugurada em 11 de julho de 2024 na sede da Fundação Manuel António da Mota, no Porto. Esteve depois patente, no formato *Gallery*, na Biblioteca Municipal de Santo Tirso, de 26 de setembro a 15 de novembro. Entre 30 de novembro e 08 de janeiro de 2025 foi apresentada em Braga, na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva. Em Condeixa-a-Nova, apresentada no dia 16 de janeiro de 2025, no Museu Portugal Romano em Sicó – PO.RO.S. A cerimónia de encerramento da 18ª edição do CRIDEM, realizar-se-á em maio de 2025, com uma exposição na Atmosfera m, em Lisboa.

- **4ª Edição do Prémio de Investigação Científica na área da Reabilitação Dra. Maria Lutegarda** – este prémio é promovido pela AFID Diferença e pela Câmara Municipal da Amadora, tem periodicidade bienal, é dedicado à investigação científica na área da reabilitação e visa estimular e mobilizar investigadores, estudiosos, técnicos e a comunidade académica em geral, para a criação e desenvolvimento de trabalhos de investigação e de inovação sobre a reabilitação e intervenção junto de pessoas com deficiência. O galardão procura igualmente a promoção da inclusão social, autonomia e participação de pessoas com deficiência na sociedade, além de combater a discriminação com base na deficiência e promover a igualdade de oportunidades e da cidadania das pessoas com deficiência na sociedade. O processo de candidaturas teve início em 2024 e a análise das mesmas terá lugar em 2025, fazendo parte do júri um representante da Fundação Montepio.
- **10ª edição do Prémio APAV para a Investigação** – A Fundação Montepio apoiou, pelo 10º ano consecutivo, o Prémio APAV Investigação, promovido pela APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, destinado a premiar trabalhos de investigação científica sobre temáticas relacionadas com a missão da Associação: “apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima”.
- **Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza** – promovido pela *European Anti Poverty Network* Portugal (Rede Europeia Anti-Pobreza), tem como objetivo a recolha e sistematização de dados, cooperação institucional, atividades de sensibilização, atividades de investigação e ainda a divulgação da informação com dados sobre a

pobreza numa plataforma informática acessível a todos, de forma a orientar os vários atores promotores da inclusão social e da erradicação da pobreza.

- **Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CCCRD)** – foi dado apoio à 12ª edição da revista científica Análise Associativa, dedicada ao tema "Associativismo em território de baixa densidade populacional – motor do desenvolvimento e promotor de coesão territorial e social". Esta revista constitui um dos principais pilares do departamento de investigação da confederação, e é um veículo para a capacitação de cerca de 450 000 dirigentes associativos voluntários do associativismo popular.
- **10ª edição do Prémio APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial** – A Fundação apoiou a candidatura de organizações da Economia Social à 10ª edição do prémio "Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade", promovido pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial. Este prémio tem como objetivo distinguir organizações pelas suas boas práticas de responsabilidade social e sustentabilidade. Nesta edição, a Fundação Montepio apoiou a participação de quatro organizações da Economia Social: Espaço t – Associação para Apoio à Integração Social e Comunitária; Rede DLBC de Lisboa; Ordem dos Cidadãos; *Sailors for The Sea*.
- **13ª edição do Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro** – prémio instituído pela Associação Portuguesa de Psicogerontologia com a colaboração e apoio da Fundação Montepio e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com o objetivo de dar a conhecer pessoas com idade igual ou superior a 80 anos, que desenvolvem atividade profissional ou cívica relevante e contribuem para a sociedade portuguesa. Em 2024, a cerimónia comemorativa dos 13 anos do Prémio Envelhecimento Ativo Dra. Maria Raquel Ribeiro realizou-se no Auditório António da Costa Leal, no edifício sede do MGAM, e foram distinguidas diferentes personalidades de referência na sociedade portuguesa.
- **Programa abem: Rede Solidária do Medicamento, da Associação Dignitude** - A Fundação Montepio apoiou, em 2024, enquanto financiador social no âmbito das candidaturas ao programa Portugal Inovação Social, o Programa *abem*, promovido pela Associação Dignitude, que se destina a criar mecanismos de resposta a um problema/necessidade sentida por 1 em cada 10 portugueses: a incapacidade de comprar os medicamentos de que necessita. Os beneficiários são pessoas que se encontram numa situação de carência económica e que não conseguem comprar os medicamentos de que necessitam. A cada beneficiário é atribuído um cartão que lhe dá acesso, em qualquer farmácia do país, aos medicamentos que lhe são prescritos, sem burocracias e com a dignidade. O programa *abem* promove também o uso responsável do medicamento, o conhecimento das doenças e dos métodos que podem ser utilizados no dia-a-dia para a toma dos medicamentos.

O Programa *abem* é um projeto de inclusão social de âmbito nacional. No entanto, o apoio financeiro da Fundação está dirigido para as regiões Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve.

- **Projeto “Conectar – Nova geração de empreendedores Sociais – A New Approach”, promovido pela C.E.U. – Cooperativa de Ensino Universitário** – A Fundação Montepio apoiou em 2024 a candidatura deste projeto ao programa Portugal Inovação Social. Trata-se de uma iniciativa que consiste na criação de um Centro de Empreendedorismo de Impacto, na área Metropolitana de Lisboa, com o objetivo de abordar o envelhecimento e a intergeracionalidade numa ótica de empreendedorismo social, que envolve as comunidades, vários parceiros associados e a academia.
- **HUMANITAS – Federação portuguesa para a Deficiência Mental** – Apoio à 4ª edição do projeto “Bolsas de Estudo” e à organização do seminário científico anual que inclui a apresentação dos trabalhos premiados na área da deficiência intelectual e que constitui um incentivo e um reconhecimento do conhecimento científico e um apoio à criação de políticas públicas mais coerentes e consistentes para as pessoas com deficiência.
- **CRESCER - Associação de Intervenção Comunitária** - Apoio concedido para a implementação de duas iniciativas:
 - ✓ Restaurante CRESCER na Amadora, cujo objetivo é a melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, através de um projeto de emprego acompanhado;
 - ✓ Reabilitação de Novo Espaço CRESCER, situado em Lisboa, num imóvel cedido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que servirá para dar apoio a dois projetos: “Espaço Ancora”, que visa dar segurança à população em situação de maior vulnerabilidade, e “Associação SOMOS” – associação criada por mulheres que passaram por uma situação de sem abrigo, para dar apoio a mulheres que se encontram hoje numa situação similar.
- **ANEA – Associação Nacional de Espondilite Anquilosante** – A Fundação Montepio concedeu um apoio financeiro para a aquisição de uma passadeira de fisioterapia para apoio aos doentes que sofrem da patologia.
- **Apoio à edição do livro “O Direito de Participação e Audição das Crianças nos Processos Judiciais”**, da autoria da professora Odete Maria Borges Severino Soares, da Universidade Nova de Lisboa. O apoio à edição desta publicação foi complementado com o apoio da Fundação Montepio para a realização de uma sessão de apresentação do livro, no Auditório António da Costa Leal.

Ambiente

A rápida utilização dos recursos naturais e o aumento do impacto ambiental da pegada de carbono, causada pela humanidade, transformaram a sustentabilidade num assunto premente na nossa sociedade. Além disso, a sustentabilidade e a preocupação com o ambiente impulsionam a eficiência empresarial ao otimizar processos, reduzir desperdícios e promover a inovação.

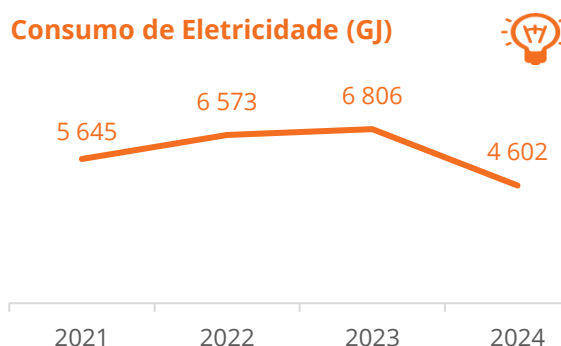
A integração de critérios ESG fortalece as empresas, tornando-as mais competitivas e responsáveis. No pilar ambiental, práticas sustentáveis reduzem emissões e custos operacionais. No social, melhorar condições de trabalho e investir na comunidade aumenta

a produtividade e a reputação. No governo societário, transparência e ética garantem credibilidade e confiança de investidores. Empresas sustentáveis atraem *stakeholders* conscientes e destacam-se no mercado.

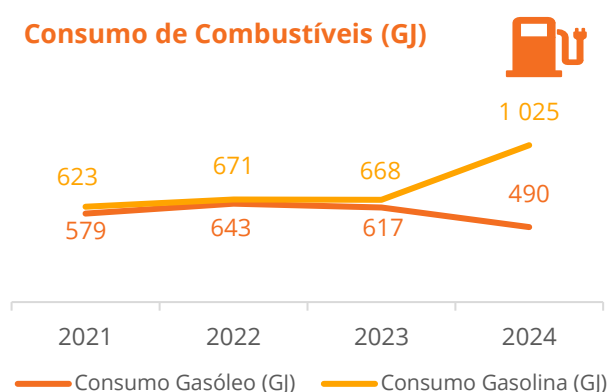
Por tudo isto, é desígnio do Grupo Montepio contribuir ativamente para gerar valor, tanto para a sociedade em geral, como para os seus próprios trabalhadores e Associados, adotando critérios *ESG*, por forma a evoluir e a tornar-se mais eficiente, garantindo um crescimento sustentável a longo prazo.

Com este objetivo traçado, ao longo de 2024 foram desenvolvidas várias iniciativas, por forma a diminuir a pegada ambiental e a tornar a instituição mais eficiente, como por exemplo: substituição de equipamentos de Aquecimento Ventilação e Ar Condicionado (AVAC), digitalização de processos, frota “verde”, entre outras.

Na eletricidade, em 2024 alcançou-se uma redução de 32% do seu consumo. O principal motivo para esta redução relacionou-se com a substituição de equipamentos de ar condicionado por modelos mais eficientes e sustentáveis. Os novos equipamentos têm capacidade para trabalhar mais horas, contudo, de forma mais eficiente, levando a um menor consumo de eletricidade. Adicionalmente, o processo de extinção do MGAI, ACE originou a deslocalização de serviços para o imóvel da Rua Castilho, do Banco Montepio, o que contribuiu para a poupança de energia.



Em 2024, o aumento do consumo de gasolina deveu-se, principalmente, à consolidação de uma frota que substituiu viaturas a combustão (gasóleo) por veículos híbridos *plug-in* que consomem gasolina. A redução de 21% no consumo de gasóleo reflete esta transição energética.

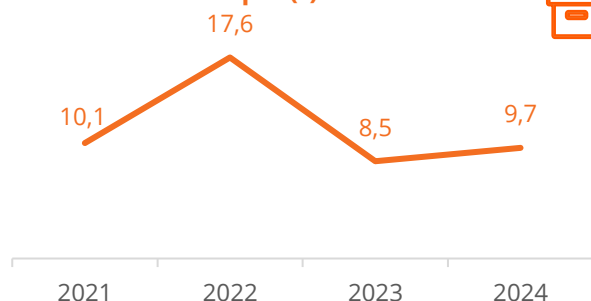


Adicionalmente, a frota cresceu 15% com a incorporação de seis viaturas, resultado da integração dos serviços e recursos do ex-MGAI, ACE, contribuindo para um aumento total do consumo de combustíveis em 18% face a 2023.

É de realçar que foi renovada a certificação da Frota Move+ (ADENE – Agência para a Energia), mantendo-se a classe energética 'A', que reflete o objetivo contínuo na redução do impacto ambiental.

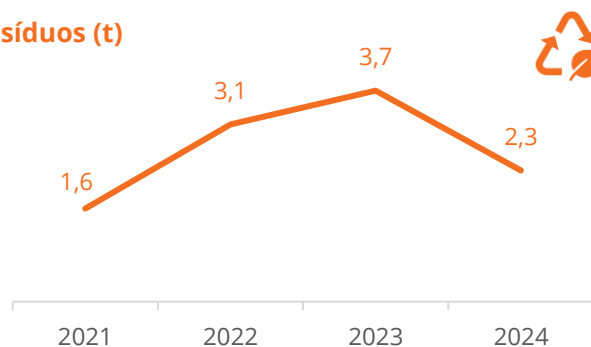
Entre 2023 e 2024, verificou-se um aumento do consumo de papel, passando de 8,5 para 9,7 toneladas, o que representa um crescimento de aproximadamente 14%. Este acréscimo esteve relacionado com o aumento do número de Associados (+ 5 382 Associados face a 2023) e à alteração do processo de subscrição de modalidades *online*. Ainda assim, este impacto foi minimizado pela adoção de outros processos de digitalização.

Consumo total de Papel (t)



Por fim, registou-se uma redução de 38% na produção de resíduos, em comparação com o ano anterior, retornando aos níveis habituais. Este decréscimo deveu-se principalmente à reciclagem de papel que, em 2023, incluiu serviços adicionais relativos à destruição de documentação.

Resíduos (t)



09

Sistema de Controlo Interno e Gestão de Riscos



Sistema de Controlo Interno e Gestão de Riscos

9.1. Sistema de Controlo Interno

Os estatutos em vigor foram aprovados pela Assembleia Geral de Associados de 4 de novembro de 2019, tendo posteriormente sido objeto de registo definitivo pela Direção Geral da Segurança Social.

Nos referidos estatutos, estão definidos os seguintes órgãos do MGAM:

- a. Assembleia Geral;
- b. Assembleia de Representantes;
- c. Conselho de Administração;
- d. Conselho Fiscal.

A **Assembleia Geral** é constituída por todos os Associados efetivos que, à data da convocação da reunião da Assembleia, sejam maiores, tenham sido admitidos há mais de dois anos e que estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, tendo cada Associado direito a um voto. À Assembleia Geral compete:

- Aprovar os Estatutos e respetivas alterações;
- Eleger e destituir, por votação secreta, os membros dos Órgãos e Cargos Associativos;
- Deliberar sobre a cisão, fusão, transformação, dissolução e liquidação;
- Deliberar sobre a adesão ou desvinculação a uniões, federações ou confederações do universo mutualista, assim como a outros organismos, nacionais ou internacionais, representativos das atividades prosseguidas pelo MGAM;
- Homologar as deliberações da Assembleia de Representantes sobre aprovação do Regulamento de Benefícios do MGAM, do Regulamento da Assembleia Geral, do Regulamento Eleitoral e respetivas alterações;
- Deliberar sobre as matérias não compreendidas na competência dos restantes Órgãos Associativos.

A **Assembleia de Representantes**, tem como funções, designadamente, entre outras:

- Deliberar sobre o Regulamento de Benefícios;
- Eleger ou destituir os membros de comissões ou grupos de trabalho, quando tal lhe seja proposto pelo Conselho de Administração;
- Apreciar e votar, anualmente, o programa de ação e orçamento e o relatório e as contas individuais e consolidadas;
- Efetuar a apreciação geral da administração e fiscalização do MGAM e fiscalizar a atuação dos Órgãos Associativos;

- Apreciar e votar a proposta de aplicação de excedentes técnicos ou subvenções nas modalidades permitidas;
- Eleger, quadrienalmente, uma comissão para fixação da remuneração dos titulares dos órgãos e cargos associativos;
- Autorizar o MGAM a demandar os titulares dos órgãos e cargos associativos por atos praticados no exercício das suas funções;
- Deliberar sobre a alienação, ou outra forma de disposição, de participações, parciais ou totais, em entidades que consolidem no MGAM e sobre a aquisição de participações que venham a consolidar no seu balanço ou em quaisquer outros ativos financeiros que importem um investimento igual ou superior a 5% do ativo líquido do MGAM;
- Deliberar sobre os critérios ou limites quanto à aquisição onerosa, permuta e alienação a qualquer título de bens imóveis e outros bens patrimoniais, de rendimento ou de reconhecido valor histórico ou cultural;
- Deliberar sobre a emissão de valores mobiliários representativos de dívida e sobre a sua admissão à negociação em mercado regulamentado;
- Aprovar os regulamentos, e respetivas alterações, que rejam a sua própria atividade e a da Assembleia Geral, sem prejuízo da sua homologação por esta última.

Ao **Conselho de Administração** compete, nos termos da lei e dos estatutos, os mais amplos poderes de gestão e de representação. Nos termos dos novos estatutos, o Conselho de Administração pode ser composto por um presidente e por, no máximo, seis vogais, dos quais dois não executivos.

O **Conselho Fiscal** é composto por um presidente e dois vogais e deve, em regra, integrar um revisor oficial de contas, salvo se a revisão de contas estiver confiada a uma sociedade de revisores oficiais de contas. Compete ao Conselho Fiscal exercer o controlo e fiscalização do MGAM nos termos e pelos meios definidos na lei.

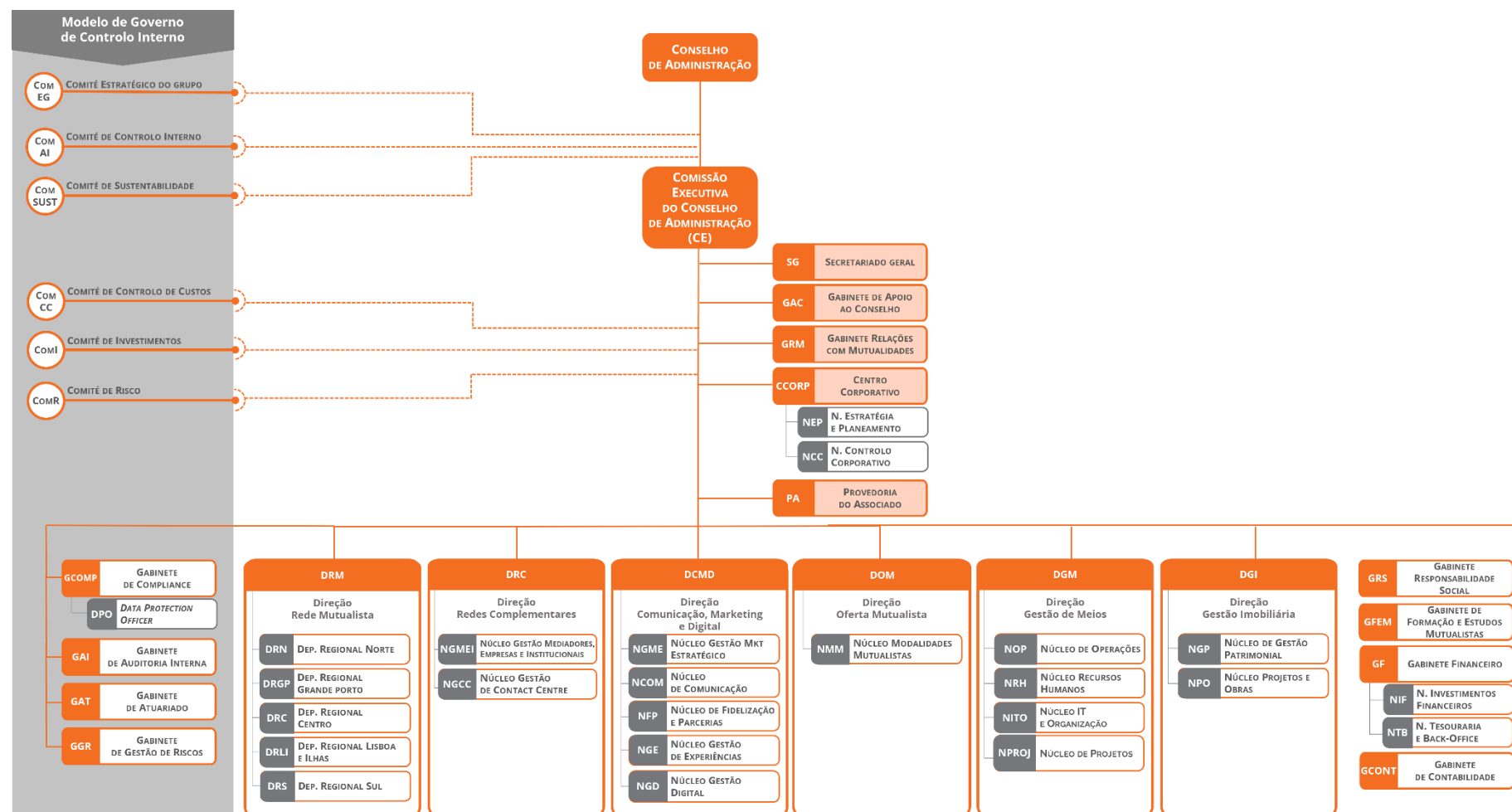
A revisão oficial de contas está a cargo da *PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*, representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia.

Em 2024, realizaram-se diversos ajustamentos na estrutura organizacional do MGAM, com destaque para a constituição da Direção de Gestão de Imóveis, que tem como missão assegurar a gestão integrada de todos os ativos imobiliários do Montepio Geral Associação Mutualista, atividade anteriormente assumida pelo ex. Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE, dissolvido em dezembro de 2023 e liquidado no decurso do exercício de 2024. O MGAM manteve as iniciativas de ajustamento e atualização da sua macroestrutura organizacional, através da publicação de estatutos orgânicos mais ajustados e que visam a eficácia e a eficiência da Associação, para dar resposta aos requisitos regulamentares e reforçar o controlo interno.

Ao nível do suporte à gestão, destaque para a atividade dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração: Comité de Controlo de Custos, Comité de Investimentos, Comité de Risco e Comité de Controlo Interno. Adicionalmente, com abrangência de análise e de ação ao nível do Grupo Montepio, releva-se a atividade dos Comitês Estratégico do Grupo e de Sustentabilidade.

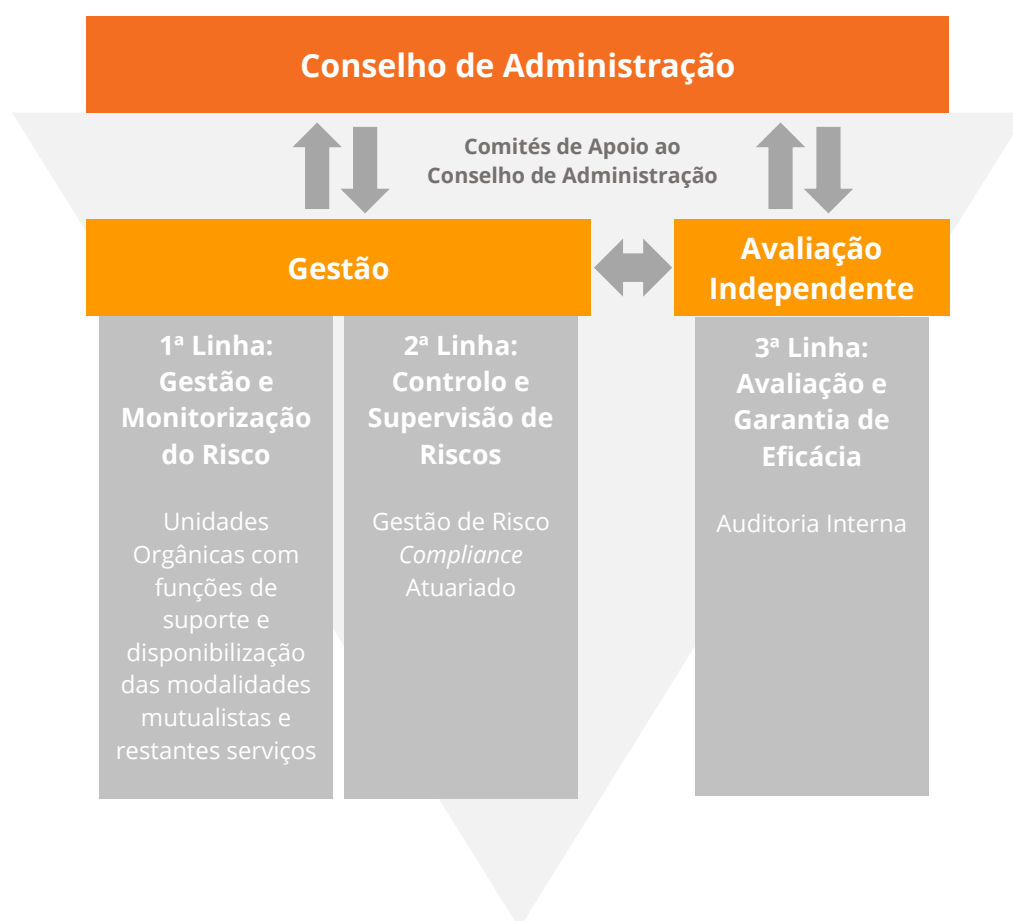
A estrutura organizacional do MGAM, para além dos seus órgãos sociais, era em 2024, composta pelas unidades orgânicas que se apresentam no organograma abaixo.

Estrutura Organizacional



Funções de Controlo

O modelo de organização estabelecido é baseado no modelo das Três Linhas, que define papéis e responsabilidades no MGAM de forma a distinguir três grupos (ou linhas) que colaboram entre si para uma gestão de riscos eficaz e alinhada com os objetivos estratégicos:



Função de Gestão de Riscos

A Função de Gestão de Riscos do MGAM é suportada por um Sistema de Gestão de Riscos robusto, composto por estratégias, processos e procedimentos que permitem identificar, avaliar, monitorizar, gerir e comunicar, de forma contínua, os riscos (individual e globalmente) a que a Associação está exposta ou poderá estar no futuro, bem como as suas interdependências.

Com base na Taxonomia de Riscos do MGAM, os principais riscos que podem impactar materialmente os objetivos estratégicos definidos no Programa de Ação são identificados e categorizados. Esta taxonomia permite não apenas organizar os riscos em categorias e subcategorias específicas, mas também identificar ações de mitigação, definir o Perfil de Risco e o Apetite ao Risco, apoiar o processo de tomada de decisão e fomentar uma cultura

organizacional que valoriza a gestão de riscos como um elemento central da atividade do MGAM.

Ao longo de 2024, o MGAM deu continuidade à implementação e ao aperfeiçoamento deste sistema, com ênfase na atualização de políticas de gestão de riscos e na melhoria de processos que asseguram uma identificação, mensuração, controlo e mitigação mais eficazes dos riscos.

Neste contexto, destaca-se o papel central do Comité de Risco, que assessora o Conselho de Administração na análise do apetite ao risco e na definição de estratégias gerais de gestão de risco, atuais e futuras. O Comité de Risco contribui, ainda, para a supervisão das políticas de gestão e mitigação de riscos, garantindo que estas estejam alinhadas com os objetivos estratégicos da Instituição e com as melhores práticas do setor.

Função de *Compliance*

A função de *Compliance* está integrada na estrutura organizacional do MGAM, e faz parte do sistema de controlo interno. Atua como segunda linha de defesa, assegurando o controlo do cumprimento do normativo e efetuando o aconselhamento às diversas áreas da Instituição e ao Conselho de Administração em matérias específicas da sua competência.

Tem como atribuições:

- Garantir o alinhamento dos processos e da conduta com os requisitos legais, regulamentares, estatutários e com os normativos internos;
- Zelar pelo cumprimento do normativo, nomeadamente do código de conduta da Instituição, assegurando a existência de uma cultura ética, de transparência, solidária, profissional e responsável, princípios fundamentais do Mutualismo;
- Promover o cumprimento do quadro normativo em matérias de: (i) prevenção ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (PBCFT); e (ii) prevenção da corrupção e infrações conexas (PCIC);
- Diligenciar a elaboração, aprovação e monitorização de políticas referentes à gestão de conflitos de interesses, políticas de transações com partes relacionadas e outras políticas associadas à conduta;
- Assegurar a gestão e os controlos associados ao risco de *compliance*;
- Colaborar no processo de formação das pessoas da Instituição, através da realização de ações sobre temas da sua competência, designadamente, no que se refere ao código de conduta e a temáticas de PBCFT e de PCIC.

A função de *Compliance* é independente das outras unidades orgânicas, com autoridade e estatuto próprio, encontrando-se dotada de uma equipa de Recursos Humanos própria, unicamente afeta ao exercício da função.

Função Atuarial

Com grande tradição no MGAM, a função atuarial apresenta como principais competências as abaixo indicadas, relevando-se a sua importância no processo de adaptação da Instituição ao regime de Solvência II (salvaguardada a especificidade do MGAM):

- Monitorizar o cálculo das Reservas Matemáticas dos produtos atuariais;
- Colaborar no desenvolvimento de novos produtos ao nível do cálculo atuarial;
- Realizar as tarefas técnicas no âmbito da gestão atuarial dos produtos atuariais;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, nomeadamente, no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo.

No decurso deste ano, a função atuarial prosseguiu com os trabalhos decorrentes da revisão do Regulamento de Benefícios e do Regulamento das Rendas Vitalícias e Temporárias do MGAM. Paralelamente, iniciou-se uma análise aos ajustamentos necessários a efetuar no sistema de cálculo das provisões técnicas, de acordo com os requisitos aplicáveis no âmbito do regime de Solvência II, decorrentes da revisão regulamentar em curso.

Função Auditoria Interna

A função de auditoria interna é independente das funções operacionais e apoia o MGAM na sua missão de gerir com rigor, transparência e profissionalismo, os fundos constituídos pelas quotas e contribuições dos seus Associados, através de uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de governação, de gestão de riscos e de controlo interno.

Transposta para normas regulamentares e políticas de atuação, das quais se destacam a Carta de Auditoria Interna, o Código de Ética da Função de Auditoria Interna, o Manual de Auditoria Interna e o Plano Anual de Auditoria Interna, a atividade do Gabinete de Auditoria Interna (GAI) é desenvolvida na prossecução do Plano Anual de Auditoria Interna e visa aferir a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e dos outros elementos do sistema de governação.

A atividade da função visa proporcionar uma avaliação objetiva e independente da eficácia dos processos de gestão do risco, de controlo e de governação, assim como desenvolver um conjunto de iniciativas, numa ótica de consultoria, focadas na melhoria contínua dos processos e procedimentos.

A atividade do GAI é desenhada de forma a acrescentar valor e contribuir para a melhoria das operações do MGAM e do Grupo Montepio.

9.2 Política de Investimento e Gestão de Riscos

Política de Investimento

A política de investimento do MGAM estabelece os princípios orientadores, limites, competências e procedimentos inerentes à função de gestão de risco. Assim, a gestão de riscos tem como objetivo constituir uma carteira de investimento com a finalidade de proporcionar rendimento de forma a cobrir as responsabilidades do MGAM, devendo ser feita uma seleção criteriosa das aplicações a realizar, analisando os diversos riscos associados.

Em termos de enquadramento regulamentar, a política de investimento tem por base o disposto na legislação aplicável ao MGAM e outra que, não sendo diretamente aplicável, se encontra relacionada com o novo regime de supervisão financeira:

- Código das Associações Mutualistas (CAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto;
- Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro;
- Regime Prudencial dos Fundos de Pensões – Política de Investimento e Composição e Avaliação dos Ativos, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho, emitida pelo ISP (atualmente ASF);
- Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II).

Relativamente aos ativos financeiros, para além das características da atividade e das finalidades mutualistas, a política de investimentos é ajustada em função das perspetivas macroeconómicas e comportamento dos mercados financeiros, mantendo-se um perfil conservador, procurando minimizar os riscos e promover o investimento sustentável, assegurando o cumprimento dos compromissos para com os seus Associados.

A seleção dos ativos financeiros tem por base a informação financeira disponível dos emitentes, como os relatórios e contas e as publicações de *research* de bancos de investimento. Tipicamente, as aplicações orientaram-se para os ativos líquidos de rendimento fixo, de emitentes soberanos ou *corporate*, e com *rating* de, pelo menos, uma das quatro principais agências de *rating*.

Tendo em consideração as diversas fontes de risco de mercado, o MGAM definiu limites à negociação por tipo de exposição e limites de perdas nas diversas carteiras de ativos financeiros, nomeadamente: limites de exposição cambial, limites de *loss trigger* e *stop loss*, limite de *value-at-risk*, limites por tipo de instrumento financeiro, limite por contraparte, limite por país, limites por *rating* e limites *ESG*.

De salientar que se estabelece um limite máximo para o *value-at-risk* relativo aos ativos financeiros em carteira, que representa a perda financeira possível nesses ativos durante um determinado horizonte de tempo, com um determinado nível de confiança estatístico.

Já os limites *ESG*, indicam o valor máximo de exposição para o conjunto de posições com uma determinada classificação de Risco de Sustentabilidade. Para este efeito, são utilizadas classificações atribuídas por entidade externa à emissão e ao emitente. Para efeitos deste limite, incluem-se apenas os títulos de dívida.

No que se refere aos ativos imobiliários, mantém-se a política seguida, que tem como objetivo, por um lado, cumprir a missão estratégica no que se refere à natureza dos imóveis, como é o caso dos investimentos nos equipamentos residenciais, arrendados às empresas Residências Montepio - Serviços de Saúde e Montepio Residências para Estudantes, e, por outro, resolver os problemas habitacionais dos Associados.

A Política de Investimento e a adequação da estratégia de investimentos é apreciada regularmente nas reuniões do Comité de Investimentos, que apoia e aconselha o Conselho de Administração nesta matéria. Em termos de atividade deste Comité, destacam-se os seguintes desenvolvimentos:

- Durante o ano de 2024 verificou-se a inversão no ciclo de subidas das taxas de juro de referência, tendo o BCE promovido sucessivas revisões em baixa das taxas diretoras (6-jun, 12-set, 17-out e 12-dez). Paralelamente, continuam a registar-se níveis elevados de volatilidade, causados pelos conflitos na Ucrânia e Médio Oriente, para além da instabilidade política na Alemanha, França e EUA.
- O Comité de Investimentos foi acompanhando com regularidade estes desenvolvimentos, promovendo ajustamentos na Política de Investimentos em Ativos Financeiros e propondo ao Conselho de Administração revisões atempadas nas condições de remuneração das modalidades mutualistas. Comparativamente à política adotada em 2023, optou-se em 2024, por atribuir maior peso na estrutura de investimento às obrigações de dívida soberana de Governos da União Europeia, tendo em consideração o reduzido diferencial para as *yields* médias observadas para as emissões *Corporate Investment Grade*;
- Ao nível de obtenção de mais valias com a negociação de ativos financeiros, obtiveram-se 3,9 M€ de valias líquidas (2,6 M€ em 2023), decorrentes essencialmente da negociação de títulos de dívida soberana;
- Relativamente ao cumprimento dos objetivos da Política de Sustentabilidade do MGAM, procedeu-se em 2024 à aplicação dos critérios *ESG* em vigor na Política de Gestão de Risco de Mercado. Para além da aplicação de critérios de seleção para novos investimentos, que consideram a classificação *ESG* do emitente/emissão, procedeu-se igualmente à alienação de dois títulos da carteira com atuação em setores de atividade considerados de risco *ESG* elevado, no montante total de 3,7 M€.

10

Balanço e Resultados



Balanço e Resultados

10.1. Evolução e Composição do Ativo

O valor do ativo líquido da Associação totalizava 4 321,2 milhões de euros no final de 2024, a que corresponde uma variação de +10,5%, face ao final de 2023.

(milhares de euros)

Composição e Evolução do Ativo	2024		2023		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e Disponibilidades e Aplicações em IC's	113 358	2,6%	129 846	3,3%	-16 488	-12,7
Carteira de títulos	804 098	18,6%	594 779	15,2%	209 319	35,2
Investimento no Banco Montepio	1 680 313	38,9%	1 559 682	39,9%	120 631	7,7
Investimento noutras empresas do Grupo	289 440	6,7%	256 273	6,6%	33 167	12,9
Propriedades de investimento	453 038	10,5%	417 966	10,7%	35 072	8,4
Empréstimos a associados	2 057	0,0%	2 021	0,1%	36	1,8
Ativos tangíveis e intangíveis	33 015	0,8%	24 965	0,6%	8 050	32,2
Ativos por impostos correntes	0	0,0%	11 433	0,3%	-11 433	-100,0
Ativos por impostos diferidos	943 634	21,8%	909 654	23,3%	33 980	3,7
Outros ativos	2 273	0,1%	5 456	0,1%	-3 183	-58,3
Ativo Líquido	4 321 226	100,0%	3 912 075	100,0%	409 151	10,5

Da evolução das principais componentes do ativo, destaca-se o aumento do valor da carteira de títulos, do investimento em participações, por via do decréscimo das imparidades registadas, das propriedades de investimento, maioritariamente por via da variação do justo valor das mesmas, e dos ativos tangíveis e intangíveis.

Não obstante o crescimento do ativo, o aumento da carteira de títulos, deduzida daqueles cujos emitentes pertencem ao Grupo, traduziu-se numa melhoria significativa do rácio de liquidez, que passou de 11,3%, no final de 2023, para 16,4%, no final de 2024.

Apresenta-se, de seguida, a evolução verificada em cada uma destas classes de ativos, ao longo do ano de 2024.

Caixa e Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito

A caixa e disponibilidades e aplicações em instituições de crédito registaram um decréscimo, no montante de -16,5 milhões de euros, totalizando, em 31 de dezembro de 2024, 113,4 milhões de euros (129,8 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2023), a que corresponde uma diminuição de -12,7%. A evolução desta rubrica resulta do efeito conjugado da diminuição das aplicações em instituições de crédito, em -29,9 milhões de euros, face a 2023, e do aumento da caixa e disponibilidades em instituições de crédito, em +13,5 milhões de euros.

(milhares de euros)

Evolução da Caixa e das Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Caixa e Disponibilidades em Instituições de Crédito	112 070	98 618	13 453	13,6
Aplicações em Instituições de Crédito	1 288	31 228	-29 940	-95,9
Total	113 358	129 846	-16 487	-12,7

A redução das disponibilidades e aplicações enquadra-se na estratégia de aplicação da liquidez em ativos de maior rendimento.

Carteira de Títulos

A carteira de títulos, em 31 de dezembro de 2024, ascendia a um montante bruto de 806,6 milhões de euros, que compara com 600,8 milhões de euros registados no final de 2023. Para esta evolução do saldo bruto da carteira, contribuíram os incrementos do saldo de obrigações de dívida pública e bilhetes do tesouro, no montante de +313,2 milhões de euros, e da carteira de ações, em +1,9 milhões de euros, este último incorporando a alteração da posição do MGAM na Novacâmbios, S.A. para minoritária. A evolução da carteira de títulos foi igualmente influenciada pelos decréscimos das obrigações diversas, no montante de -104,2 milhões de euros, do qual -66,7 milhões de euros referentes a obrigações emitidas por empresas do Grupo Montepio, do saldo de papel comercial, no montante de -5,0 milhões de euros, e dos fundos de investimento, no montante de -114 milhares de euros.

Esta evolução reflete uma variação líquida homóloga de +35,2% (+209,3 milhões de euros).

(milhares de euros)

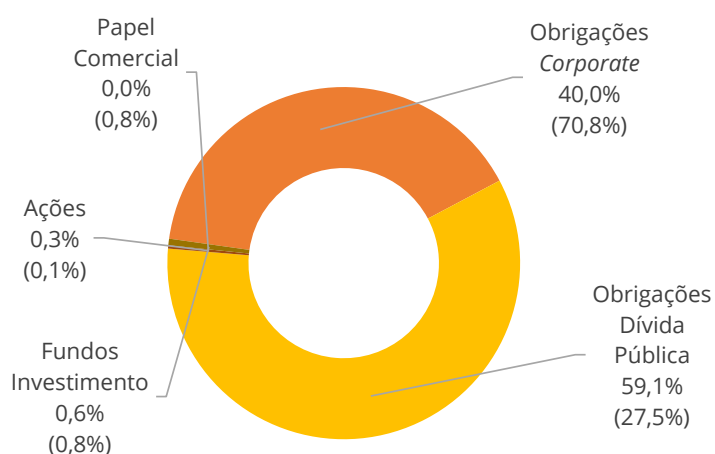
Evolução e Composição da Carteira de Títulos	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	795 628	584 849	210 779	36,0
Obrigações de dívida pública e bilhetes do tesouro	476 164	162 347	313 817	>100
Obrigações diversas	319 464	417 496	-98 032	-23,5
Papel comercial	0	5 005	-5 005	-100,0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	14 640	15 909	-1 269	-8,0
Obrigações de dívida pública e bilhetes do tesouro	2 558	2 677	-119	-4,5
Obrigações diversas	4 792	7 703	-2 911	-37,8
Ações	2 381	506	1 875	>100
Fundos de Investimento	4 909	5 023	-114	-2,3
Subtotal (valor bruto)	810 268	600 758	209 510	34,9
Imparidade	6 170	5 979	191	3,2
Total (Líquido)	804 098	594 779	209 319	35,2

Os títulos em carteira, no final de 2024, encontravam-se, na sua quase globalidade, alocados à carteira outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, com 795,6 milhões de euros, enquanto a carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados apresentava um saldo pouco expressivo no total da carteira, de 14,6 milhões de euros.

O montante acumulado de imparidade da carteira de títulos aumentou ligeiramente, de 6,0 milhões de euros, em 2023, para 6,2 milhões de euros, em 2024, representando um acréscimo de 3,2% (191 milhares de euros).

As opções de investimento continuam a ter como principal racional, o perfil de responsabilidades das modalidades e os níveis de liquidez necessários para salvaguardar o pagamento dos benefícios a cada subscritor de modalidades mutualistas, nas respetivas datas de vencimento.

Estrutura da Tipologia da Carteira de Títulos



(dados 2023)

Na evolução da tipologia da carteira de títulos, destaca-se o reforço da posição em obrigações de dívida pública no total da carteira para 59,1% (27,5% em 2023), e a redução do peso das obrigações *corporate*, de 70,8%, em 2023, para 40,0% em 2024.

Em 2024 verificou-se a amortização global de títulos de papel comercial e uma redução da exposição a fundos de investimento para 0,6% (0,8% em 2023). O ligeiro aumento do peso da carteira de ações, de 0,1% em 2023 para 0,3%, em 2024, incorpora a alteração da posição do MGAM na Novacâmbios, S.A. para minoritária.

Esta evolução reflete a aplicação da política de investimento delineada pelo MGAM, a qual é acompanhada continuamente em sede de Comité de Investimentos.

Investimento na Caixa Económica Montepio Geral / Banco Montepio

Em 2024, o valor da participação do Montepio Associação Mutualista no capital social do Banco Montepio totalizava 1 680,3 milhões de euros, representando 38,9% do ativo líquido, correspondente a um valor bruto de investimento de 2 375,6 milhões de euros e a uma imparidade contabilizada e registada, de 695,3 milhões de euros, que compara com 815,9 milhões de euros verificados em 2023.

O decréscimo da imparidade registada em 2024, no montante de 120,6 milhões de euros, resulta do teste de imparidade efetuado a esta subsidiária, com referência a 31 de dezembro de 2024, com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, e tendo por base um plano de negócios submetido e aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Montepio, como se explicita na nota 20 do capítulo 13 Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.

O capital social do Banco Montepio incorpora 169 420 ações (0,007%) que se encontram na posse de diversas entidades do Setor Social, simbolizando o vínculo de ligação e de representação do Banco Montepio como banco da Economia Social em Portugal, ao serviço das finalidades mutualistas e sociais.

Investimento em Outras Empresas do Grupo

A carteira de outras participações financeiras finalizou o ano de 2024 com um valor líquido de 289,4 milhões de euros, aumentando a representação no ativo líquido para 6,7%, face a 6,6,% verificada em 2023.

O montante global da carteira compreende um valor bruto de 418,2 milhões de euros deduzido da imparidade, acumulada e registada, de 128,7 milhões de euros, que compara com 164,0 milhões de euros verificados em 2023.

A redução da imparidade, em -35,3 milhões de euros, incorpora a reversão de imparidade verificada nas participadas Lusitania Companhia de Seguros, S.A., em 29,3 M€, e Futuro, SGFP, S.A., em 6,0 M€, deixando esta participada de registar imparidade contabilizada, em resultado das avaliações efetuadas a estas entidades, de acordo com as metodologias previstas nas normas e na política contabilística e adotando uma abordagem conservadora face ao contexto de mercado e ao quadro de incerteza atual, como se explicita na nota 20 do capítulo 13 Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.

Em 2024, merece também destaque a conclusão do processo de dissolução e liquidação do Montepio Gestão de Activos Imobiliários, Agrupamento Complementar de Empresas, e a redução da participação na empresa “Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.”, de 30,0%, em 2023, para 13,9%, em 2024, decorrente do facto do MGAM não ter participado no aumento de capital daquela sociedade, ocorrido em dezembro de 2024, tendo o investimento nesta entidade sido reclassificado de “Investimentos em subsidiárias e associadas”, para “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Estas duas operações, em conjunto, conduziram a um decréscimo de -2,1 milhões de euros na carteira de outras participações financeiras.

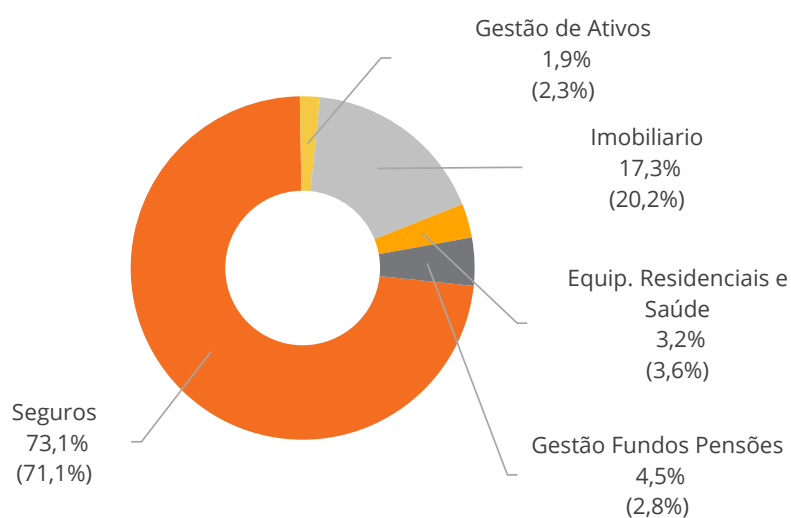
(milhares de euros)

Evolução da Carteira de Outras Participações Financeiras

	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Investimentos em subsidiárias	312 079	313 671	-1 592	-0,5
Lusitania Companhia de seguros	168 007	168 007	0	0,0
Lusitania Vida	101 043	101 043	0	0,0
Futuro	13 079	13 079	0	0,0
Bolsimo	15 119	15 119	0	0,0
Montepio Gestão de Activos Imobiliários (ACE)	0	1 592	-1 592	-100,0
Residências Montepio	8 794	8 794	0	0,0
Montepio Gestão de Activos	5 065	5 065	0	0,0
Residências para Estudantes	498	498	0	0,0
Moçambique Companhia de Seguros	474	474	0	0,0
Investimentos em associadas	388	915	-527	-57,6
NovaCâmbios	0	527	-527	-100,0
Silvip	308	308	0	0,0
Bem Comum, SCR	80	80	0	0,0
Subtotal 1	312 467	314 586	-2 119	-0,7
Prestações suplementares/acessórias	105 711	105 711	0	0,0
Bolsimo	35 000	35 000	0	0,0
Lusitania Companhia de seguros	70 711	70 711	0	0,0
Subtotal 2	105 711	105 711	0	0,0
Total (subtotal 1+ subtotal 2)	418 178	420 297	-2 119	-0,5
Imparidades	128 738	164 025	-35 286	-21,5
Lusitania Companhia de seguros	128 738	158 014	-29 276	-18,5
Futuro	0	6 011	-6 011	-100,0
Total Líquido	289 440	256 273	33 167	12,9

O efeito conjugado destes fatores contribuiu para a variação líquida da carteira de outras participações em +33,2 milhões de euros.

Exposição Setorial das Outras Participações Financeiras



(dados 2023)

Os movimentos observados na carteira de outras participações, nomeadamente, por via da redução da imparidade, conduziram a um aumento da representação dos segmentos de seguros, para 73,1% (71,1% em 2023) e de gestão de fundos de pensões, para 4,5% (2,8% em 2023), tendo os restantes segmentos registado uma redução do seu peso de 2023 para 2024, de -2,9 p.p., no segmento do imobiliário, e de -0,4 p.p., em ambos os segmentos de equipamentos residências e de saúde e de gestão de ativos.

Propriedades de Investimento

A carteira de propriedades de investimento evoluiu, de 418,0 milhões de euros, em 2023, para 453,0 milhões de euros, em 2024, traduzindo um crescimento de +8,4%.

Para este acréscimo, de +35,1 milhões de euros, contribuiu a valorização da carteira (justo valor) que ascendeu a 28,0 milhões de euros e os investimentos efetuados nos grandes projetos constantes do Plano Imobiliário, referindo-se, em particular, o projeto da Quinta do Pinheiro, no Porto. Em sentido oposto, ocorreu a saída de um imóvel afeto à carteira de propriedades de investimento, para a rubrica de ativos tangíveis, dado ter passado a constituir um imóvel de uso próprio.

O rendimento líquido da carteira de imóveis, que inclui os ganhos de justo valor, ascendeu a 43,7 milhões de euros, em 2024, que comparam com 34,1 milhões de euros, em 2023.

Empréstimos a Associados

Em 2024, foram registados 206 novos contratos de empréstimos a Associados, representando um decréscimo de -69 novos contratos face a 2023. A redução em número, traduziu-se num decréscimo, de -257 milhares de euros, no montante dos novos contratos, os quais atingiram 1 231 milhares de euros em 2024, face a 1 488 milhares de euros em 2023.

Empréstimos a Associados	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Número de contratos novos (#)	206	275	-69	-25,1
Sobre reservas matemáticas ⁽¹⁾	96	130	-34	-26,2
Sobre capitais	110	145	-35	-24,1
Montante de contratos novos (m€)	1 231	1 488	-257	-17,3
Sobre reservas matemáticas	432	589	-157	-26,7
Sobre capitais	799	899	-100	-11,1
Montante médio por contrato (m€)	6,0	5,4	0,6	11,1
Sobre reservas matemáticas	4,5	4,5	-	0,0
Sobre capitais	7,3	6,2	1,1	17,7
Posição no final do ano (m€)	2 057	2 021	36	1,8
Sobre reservas matemáticas	721	742	-21	-2,8
Juros corridos	2	1	1	100,0
Sobre capitais	1 331	1 276	55	4,3
Juros corridos	3	2	1	50,0

⁽¹⁾ Inclui Empréstimos sobre Quotas Restituíveis

O número de novos contratos repartiu-se entre empréstimos sobre reservas matemáticas, com 96 novos contratos, e sobre capitais reembolsáveis das modalidades de capitalização, com 110 novos contratos.

Os empréstimos sobre capitais mantiveram a maior representatividade no montante total dos novos contratos, atingindo 64,9% e o montante médio por contrato novo observou um crescimento, passando de 5,4 milhares de euros, em 2023, para 6,0 milhares de euros, em 2024. No final de 2024, o total dos empréstimos a Associados ascendia a 2 057 milhares de euros, representando um ligeiro acréscimo de cerca de 36 milhares de euros (+1,8%) face ao observado no final do ano anterior.

Ativos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos tangíveis e intangíveis atingiram um montante de 33,0 milhões de euros em 2024, que compara com um montante de 25,0 milhões de euros registados em 2023 (+32,2%). Este valor inclui um montante de 32,4 milhões de euros, relativos a ativos tangíveis, que registou um acréscimo de 7,6 milhões de euros, face a 2023. Para este aumento, contribuiu a transferência de um imóvel, de propriedades de investimento, para imóvel de uso próprio. No que se refere aos ativos intangíveis, estes aumentaram 490 milhares de euros face a 2023, aumento esse relativo ao investimento já efetuado no projeto denominado por “Prisma”.

Ativos por Impostos Diferidos

A Associação deixou, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respetivos requisitos, de beneficiar da isenção de IRC que lhe era aplicável, passando, a partir dessa data, a registar e a pagar impostos sobre o rendimento.

Neste contexto, importa referir que os impostos diferidos derivam, essencialmente, da não dedução fiscal das provisões técnicas para encargos com modalidades associativas. No entanto, os encargos que resultem dos eventos a que as provisões se destinavam são dedutíveis, para efeitos fiscais, quando venham a ser incorridos, resultando uma diferença temporária passível de registo de impostos diferidos ativos.

Assim, em 2024, os ativos por impostos diferidos, no montante de 943,6 milhões de euros (saldo líquido entre ativos e passivos por impostos diferidos), apresentaram, face a 2023, um acréscimo de +34,0 milhões de euros (+3,7%), incorporando, nomeadamente, o acréscimo dos ativos por impostos diferidos relativos às provisões técnicas constituídas, no valor de +46,8 milhões de euros, e do acréscimo do passivo por impostos diferidos associado (i) às propriedades de investimento e amortizações, no valor de 5,9 milhões de euros, (ii) aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, no valor de 3,9 milhões de euros, e da redução do ativo por imposto diferido sobre prejuízos fiscais, no valor de -3,2 milhões de euros, em função da alteração da taxa de IRC de 21% para 20%, aprovada no Orçamento de Estado para 2025.

A evolução dos ativos por impostos diferidos sobre provisões técnicas encontra-se detalhada, na nota 24 do capítulo 13, dedicada aos impostos correntes e diferidos.

10.2. Evolução do Passivo e Capital Próprio

Passivo

O valor do passivo, no final de 2024, situou-se em 3 618,3 milhões de euros, apresentando um acréscimo, de +194,5 milhões de euros, em relação ao final de 2023 (+5,7%).

Como o MGAM não recorre a financiamento de terceiros, o seu passivo refere-se, fundamentalmente, às provisões técnicas constituídas para as responsabilidades com as modalidades subscritas pelos Associados, as quais motivaram o referido acréscimo.

(milhares de euros)

Evolução do Passivo	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Provisões	3 575 182	3 392 641	182 541	5,4
Outras provisões	572	729	-157	-21,5
Provisões técnicas	3 574 610	3 391 912	182 698	5,4
Outros passivos	43 090	31 161	11 930	38,3
Total	3 618 272	3 423 802	194 471	5,7

Para a variação das provisões técnicas, concorreu a emissão e colocação de 30 séries da modalidade Montepio Capital Certo, que se traduziram num montante de capitais recebidos de 724,9 milhões de euros e que compensaram, amplamente, os reembolsos de capitais ocorridos, e a dedução do provisionamento, em -13,5 milhões de euros, na sequência do resultado do teste anual de adequação das responsabilidades.

A análise detalhada da evolução e composição das provisões técnicas, estatutárias e atuariais, encontra-se detalhada no Relatório Atuarial, que se apresenta no capítulo 16.1 da informação complementar.

O MGAM não tem responsabilidades por empréstimos pelo que, a rubrica “Outros Passivos”, no montante de 43,1 milhões de euros, é composta, entre outros, pelo passivo por imposto correntes (17,4 milhões de euros), benefícios vencidos a pagar aos Associados (7,1 milhões de euros), credores diversos (6,3 milhões de euros), e credores por acréscimos de gastos (5,0 milhões de euros).

Capital Próprio

O capital próprio, constituído pelos fundos próprios, excedentes técnicos, reservas de justo valor, reserva geral, outras reservas e resultados transitados e resultado líquido do exercício, ascendeu a 703,0 milhões de euros, no final de 2024, o que traduz um acréscimo de +44,0%,

face ao ano anterior (488,3 milhões de euros), incorporando o resultado do exercício, que se situou em 210,0 milhões de euros, e a variação positiva das reservas de justo valor líquidas de impostos, em +11,4 milhões de euros, em função do desempenho positivo dos mercados financeiros.

Das restantes rubricas de Capital Próprio verificou-se um acréscimo dos fundos próprios em +6,6 milhões de euros, dos excedentes técnicos, em +60,1 milhões de euros, da reserva geral, em +15,8 milhões de euros, e das outras reservas e resultados transitados, em +22,7 milhões de euros, por incorporação do resultado líquido do exercício de 2023. Em sentido oposto, verifica-se uma redução das outras reservas e resultados transitados, no montante de 5,9 milhões de euros, em função da atribuição de melhorias e rendimento complementar das modalidades mutualistas.

(milhares de euros)

Evolução do Capital Próprio	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Fundos próprios	116 286	109 646	6 640	6,1
Fundo de administração	898	625	273	43,7
Fundo solidariedade associativa	44 323	39 245	5 078	12,9
Fundo para bolsas de estudo	880	875	5	0,6
Fundo montepio proteção encargos	69 951	68 671	1 280	1,9
Fundo serv.clínicos-montepio egitanense	233	230	3	1,4
Excedentes técnicos	179 168	119 085	60 083	50,5
Reservas	197 510	147 571	49 939	33,8
Reservas de justo valor líquidas de impostos	-6 717	-18 151	11 434	63,0
Reserva geral	183 186	167 365	15 821	9,5
Outras reservas e resultados transitados	18 516	-4 204	22 720	>100
Outras variações no capital próprio	2 526	2 561	-35	-1,4
Resultado líquido	209 989	111 971	98 018	87,5
Total	702 953	488 273	214 680	44,0

Conforme já indicado no ponto anterior, a gestão e o controlo da liquidez é realizada numa base diária, efetuando análises de cenários, com a finalidade de avaliar o impacto dos mesmos na liquidez e na rentabilidade da Instituição. Assim, no final de 2024, observou-se uma melhoria do rácio de cobertura das responsabilidades por ativos líquidos, atingindo 25,7%, face a 21,4% observados no final de 2023.

10.3. Proveitos e Custos Inerentes a Associados

Proveitos Inerentes a Associados

O montante dos proveitos inerentes a Associados, que representam a generalidade de receitas do MGAM com a atividade diretamente relacionada com os Associados, incluindo as quotizações e capitais aplicados nas modalidades mutualistas, ascendeu a 931,7 milhões de euros, no final de 2024, representando um crescimento de 7,2% (+62,2 milhões de euros), face a 2023.

A variação supramencionada resulta de um crescimento dos valores captados das modalidades de capitalização, destacando-se a modalidade Montepio Capital Certo, com a emissão e subscrição de 30 séries, no total de 724,9 milhões de euros (+72,0 milhões de euros face a 2023). As restantes modalidades de capitalização atingiram um montante dos valores captados de 125,5 milhões de euros, face a 129,7 milhões de euros registados em 2023.

Em 2024, as modalidades atuariais atingiram um nível de captação de poupanças de 64,9 milhões de euros, que compara com 71,2 milhões de euros registados em 2023, enquanto o montante total de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias e temporárias totalizou 359 milhares de euros, face aos 122 milhares de euros de 2023.

(milhares de euros)

Evolução dos Proveitos Inerentes a Associados	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Benefícios de solidariedade associativa	12 037	11 870	167	1,4
Modalidades individuais	915 329	853 767	61 562	7,2
Montepio poupança complementar	118 220	122 703	-4 483	-3,7
Montepio poupança de reforma	7 309	7 005	304	4,3
Montepio capital certo	724 872	652 837	72 035	11,0
Modalidades atuariais, das quais:	64 928	71 222	-6 294	-8,8
Montepio proteção 5 em 5	36 038	41 897	-5 859	-14,0
Montepio proteção encargos	22 597	23 052	-455	-2,0
Montepio proteção 18-30	4 547	4 445	102	2,3
Montepio pensões de reforma	675	788	-113	-14,3
Outras modalidades atuariais	1 070	1 042	28	2,7
Modalidades coletivas	122	121	1	0,6
Outros proveitos inerentes a associados	4 196	3 728	468	12,6
Jóias	336	316	20	6,3
Rendas vitalícias e temporárias	359	122	237	>100
Outros	3 501	3 290	211	6,4
Total	931 684	869 486	62 198	7,2

É de relevar que, tal como no ano anterior, os montantes de subscrições mais que compensaram os valores de reembolsos realizados durante o ano.

Custos Inerentes a Associados

Os custos inerentes a Associados, que representam a totalidade de custos do MGAM com a atividade diretamente relacionada com os Associados, incluindo os custos Associados a benefícios vencidos e reembolsos, atingiram o montante de 776,7 milhões de euros em 2024, representando um decréscimo de -9,4% (-80,3 milhões de euros) face aos 857,0 milhões de euros verificados em 2023.

O decréscimo dos custos inerentes a Associados deveu-se, essencialmente, à componente de vencimentos e reembolsos das modalidades de capitalização, com uma redução de -83,4

milhões de euros, face a 2023, atingindo 679,5 milhões de euros. Esta evolução teve o maior contributo da modalidade Montepio Capital Certo, cujos vencimentos e reembolsos atingiram 531,7 milhões de euros, em 2024, que comparam com 582,3 milhões de euros verificados em 2023, considerando o número total de 36 séries vencidas em 2024.

(milhares de euros)

Evolução dos Custos Inerentes a Associados	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Pensões - modalidades associativas	11 906	11 613	293	2,5
Valores subscritos	8 009	7 782	227	2,9
Subvenções e melhorias	3 897	3 830	67	1,8
Capitais e subsídios	63 343	58 637	4 706	8,0
Valores subscritos	62 996	58 083	4 913	8,5
Subvenções e melhorias	347	554	-207	-37,5
Vencimentos e reembolsos	679 454	762 810	-83 356	-10,9
Rendas vitalícias e temporárias	1 355	1 556	-201	-12,9
Outros custos	20 682	22 415	-1 733	-7,7
Total	776 738	857 030	-80 292	-9,4

Os capitais e subsídios pagos, em 2024, maioritariamente relativos a modalidades atuarias atingiram 63,3 milhões de euros, que compara com 58,6 milhões de euros verificados em 2023 (+8,0%) e os capitais pagos sob a forma de rendas totalizaram 1,4 milhões euros, valor inferior, em -202 milhares de euros, ao registado em 2023.

10.4. Resultados

Em 2024, o resultado líquido ascendeu a 210,0 milhões de euros, que compara com 112,0 milhões de euros alcançado no final de 2023. Para o nível de resultados de 2024 contribuiu a margem associativa, com 154,9 milhões de euros, o resultado de operações financeiras, de 52,5 milhões de euros (que inclui juros líquidos, rendimentos de instrumentos de capital e resultados de ativos financeiros líquidos de imparidade), outros resultados de exploração de 42,1 milhões de euros, a reversão de imparidades em ativos financeiros e participações, em 156,0 milhões de euros e o efeito positivo dos impostos (corrente e diferido), de 9,1 milhões de euros, aos quais se deduziram a variação das provisões técnicas em 176,0 milhões de euros e os gastos operacionais no valor de 28,9 milhões de euros.

O valor da **margem associativa**, de 154,9 milhões de euros (12,5 milhões de euros em 2023), traduziu proveitos inerentes a Associados de 931,7 milhões de euros, superiores aos do ano anterior em +62,2 milhões de euros (+7,2%) e um montante de custos inerentes a Associados de 776,7 milhões de euros, representando uma redução de -9,4%, face a 2023.

A **variação das provisões técnicas** diminuiu 156,2 milhões de euros face a 2023, passando dos 19,8 milhões de euros negativos em 2023, para os 176,0 milhões de euros negativos em

2024, incorporando o efeito do aumento da margem associativa e a libertação de provisões matemáticas, no valor de -13,5 milhões de euros, na sequência do resultado do teste anual de adequação das responsabilidades.

Os **proveitos de juros líquidos**, essencialmente, provenientes das aplicações da carteira de títulos, atingiram 28,2 milhões de euros, com uma variação de -1,2 milhões de euros (-4,1%) face a 2023, traduzindo, essencialmente, o decréscimo verificado nas taxas de juro de mercado e a substituição, na carteira de títulos, de obrigações *corporate*, nomeadamente emitidas por empresas do grupo e com taxas de remuneração acima das obtidas noutros tipos de ativos financeiro, por títulos de dívida pública.

(milhares de euros)

Evolução da Demonstração de Resultados	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Margem da atividade associativa	154 946	12 456	142 490	>100
Proveitos inerentes a associados	931 684	869 486	62 198	7,2
Custos inerentes a associados	-776 738	-857 030	-80 292	-9,4
Variação das provisões técnicas	-175 976	-19 785	156 191	>100
Juros líquidos	28 182	29 372	-1 190	-4,1
Rendimentos de instrumentos de capital	20 571	2 992	17 579	>100
Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	1 179	1 910	-731	-38,3
Resultados em ativos financeiros avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral	2 763	643	2 120	>100
Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	-192	7 786	7 978	<-100
Gastos operacionais	-28 896	-26 455	2 441	9,2
Gastos com pessoal	-6 375	-5 692	683	12,0
Gastos gerais administrativos	-21 249	-19 515	1 734	8,9
Depreciações e amortizações do exercício	-1 272	-1 249	23	1,8
Outros resultados de exploração	42 145	37 699	4 446	11,8
Resultado operacional	44 723	46 618	-1 895	-4,1
Impar. e prov. líq. reposições, anulações e reversões	156 136	66 241	-89 895	>100
Resultado antes de imposto	200 858	112 859	87 999	78,0
Impostos	9 131	-888	-10 019	<-100
Imposto corrente	-28 717	-3 471	25 246	>100
Imposto diferido	37 848	2 583	-35 265	>100
Resultado Líquido	209 989	111 971	98 018	87,5

O **rendimento de instrumentos de capital**, maioritariamente relativo aos dividendos recebidos de subsidiárias e associadas, atingiu 20,6 milhões de euros, face aos 3,0 milhões de euros registados em 2023, com um acréscimo de +17,6 milhões de euros.

Os **gastos operacionais**, que incluem os custos com pessoal, gastos gerais administrativos e as depreciações e amortizações do exercício, situaram-se em 28,9 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 9,2%, face a 2023. O aumento dos gastos foi transversal a todas as suas componentes, tendo atingido +683 milhares de euros nos gastos com pessoal, incorporando o efeito do acréscimo de 19 trabalhadores do quadro próprio, +23 milhares de euros nas depreciações e amortizações e +1,7 milhões de euros nos gastos gerais

administrativos. Na análise da evolução dos gastos gerais administrativos importa referir, que o aumento verificado em 2024 incorpora o efeito, registado em 2023, do acréscimo de rendimento, no montante de +3,6 milhões de euros, referente ao valor a restituir pelo Banco Montepio relativo ao ganho líquido registado por este, nos exercícios de 2023 e 2022, com responsabilidades por complementos de pensões de reforma dos colaboradores cedidos. Este ganho, em 2023, foi registado como uma redução aos gastos gerais administrativos. A evolução dos gastos operacionais traduziu-se num rácio de eficiência, avaliado pelo rácio entre os gastos operacionais e o ativo líquido médio, que se situou em 0,70%, face a 0,69% observado em 2023.

Os **outros resultados de exploração**, no montante de 42,1 milhões de euros, aumentaram +4,4 milhões de euros face a 2023, incorporando, a valorização da carteira de imóveis, em +28,0 milhões de euros, que compara com +19,4 milhões de euros registados em 2023, e o efeito da mais-valia, registada em 2023, da venda de um imóvel, no valor de 4,7 milhões de euros.

A rubrica **imparidade e provisões líquidas de reposições, anulações e reversões** registou uma reversão de imparidade de 156,1 milhões de euros (no exercício de 2023 tinha registado uma reversão de imparidade de 66,2 milhões de euros). Para o valor obtido em 2024 contribuíram as reversões de imparidade, nos montantes de 120,6 milhões de euros, referente à participação no capital do Banco Montepio, de 29,3 milhões de euros, referente à participação no capital da Lusitania Companhia de Seguros, S.A. e de 6,0 milhões de euros, referente à participação no capital da Futuro, SGFP, S.A., deixando esta participada de registar imparidade, através das avaliações efetuadas às entidades, de acordo com as metodologias previstas nas normas e na política contabilística e adotando uma abordagem conservadora face ao contexto de mercado e ao quadro de incerteza atual, como se explicita na nota 20 do capítulo 13.

Os **impostos** tiveram um impacto positivo no resultado, em 9,1 milhões de euros, para o qual contribuiu o imposto corrente no montante de -28,7 milhões de euros e o registo de impostos diferidos ativos, no montante de 37,8 milhões de euros, essencialmente, relacionados com a variação das provisões técnicas ocorrida em 2024.

11

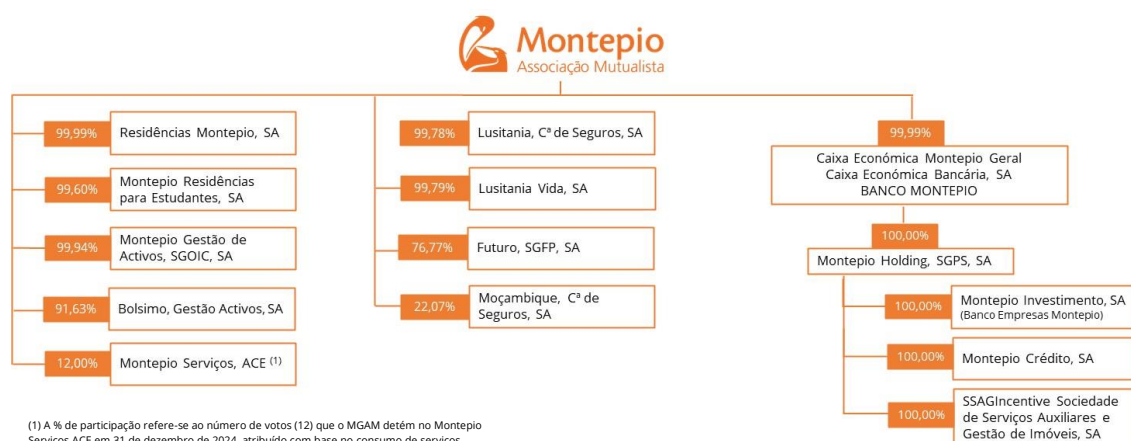
Principais Entidades do Grupo Montepio



Principais Entidades do Grupo Montepio

O grupo de entidades nas quais o MGAM detém a maioria do capital e o controlo da respetiva gestão, desempenhando um papel estratégico para a concretização da sua missão e finalidades, são as que se apresentam no organograma seguinte.

Organograma do Grupo Montepio



Setor Bancário

Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A.



Banco Montepio

A Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, SA, é a principal participada estratégica, tendo sido criada pelo MGAM em 1844, como caixa económica anexa. Após 171 anos como caixa anexa, a CEMG foi autonomizada, em 2015, por força do Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro (novo regime jurídico das caixas económicas) e, em 2018, foi transformada em sociedade anónima, adotando a denominação comercial de Banco Montepio. O MGAM é a entidade titular e detém, praticamente, a totalidade do capital e o controlo do Banco Montepio, com uma participação de 99,993%, sendo os restantes 0,007% detidos por um conjunto de 37 entidades da Economia Social.

Por sua vez, o Banco Montepio detém um conjunto de entidades, nas quais participa, direta ou indiretamente, maioritariamente no capital e tem o controlo da respetiva gestão, consolidando, por isso, essas entidades nas suas contas, com destaque para a Montepio

Holding que detém o Montepio Investimento, com a designação comercial de BEM - Banco de Empresas Montepio (em processo de venda), o Montepio Crédito e a SSAGINCENTIVE.

Tal como descrito na sua carta de missão, o Banco Montepio desempenha um papel estratégico fundamental no seio do Grupo Montepio, como entidade estratégica instrumental para a sua casa-mãe, designadamente, na colocação das modalidades mutualistas e da restante oferta de produtos e serviços das entidades do grupo, na criação de vias comuns para a obtenção de sinergias e na geração de valor em prol dos fins mutualistas.

Apresentamos, de seguida, um resumo dos principais indicadores financeiros do Banco (informação não auditada). Em 2024, o Banco Montepio atingiu um resultado líquido consolidado positivo de 109,9 milhões de euros (não auditado), traduzindo um aumento de +81,5 milhões de euros, face aos 28,4 milhões de euros registados no final de 2023.

O resultado apresentado teve os contributos positivos (i) do produto bancário, que atingiu 499,1 milhões de euros (-0,9% face a 2023), o qual incorporou uma margem financeira de 384,4 milhões de euros (-5,8% face a 2023) e um valor de comissões líquidas de 127,8 milhões de euros (0,7% face a 2023), (ii) do agregado das imparidades e provisões, que atingiu o valor líquido de 52,1 milhões de euros em 2024, representando uma diminuição de -13,6 milhões de euros (-20,7%) face a 2023, para o que contribuiu a redução da imparidade de crédito, em -27,8 milhões de euros (-56,1%), face a 2023, e o incremento da imparidade do agregado de outros ativos financeiros e de outros ativos e de provisões, em +14,2 milhões de euros (+88,3%), no mesmo período, e (iii) do resultado das operações em descontinuação e dos interesses que não controlam, que obteve uma variação de +100,7 milhões de euros, a qual inclui o efeito, registado em 2023, da desconsolidação do Finibanco Angola S.A..

Os custos operacionais totalizaram 281,5 milhões de euros em 2024, evidenciando uma subida de +25,7 milhões de euros (+10,1%) face a 2023, a qual incorpora um aumento dos gastos gerais administrativos em +9,6 milhões de euros (+14,9%), traduzindo o impacto da inflação na contratação e na renovação de contratos de prestação de serviços, e um acréscimo das depreciações e amortizações, em +7,6 milhões de euros (+20,0%), traduzindo a implementação da estratégia global de investimento em tecnologias de informação e de digitalização e em modelos de recolha, tratamento e governo de dados. Os custos com pessoal aumentaram +8,6 milhões de euros (+5,6%) pelos custos não recorrentes relacionados com o ajustamento do quadro de colaboradores e o efeito das atualizações salariais.

A evolução registada nos gastos operacionais e no produto bancário conduziram a um rácio de eficiência *Cost-to-Income* de 56,4%, face a 50,8% registados em 2023.

O total do ativo atingiu 18 414,8 milhões de euros no final de dezembro de 2024, comparando com os 17 989,5 milhões de euros registados no final de 2023, com destaque para as evoluções verificadas nas rubricas de caixa e disponibilidades em bancos centrais (+303,1 milhões de euros), no crédito líquido a clientes (+491,7 milhões de euros), e na carteira de ativos financeiros (-166,4 milhões de euros).

O crédito a clientes (bruto) totalizou 12 161,9 milhões de euros no final de 2024, tendo o crédito bruto *performing* registado um aumento de +547 milhões de euros (+4,8%) e o crédito bruto *non performing* observado uma diminuição de -120 milhões de euros (-31,5%).

A qualidade da carteira de crédito, avaliada pelo rácio *NPE (Non Performing Exposures)*, que incorpora a proporção dos ativos não produtivos sobre o total do crédito, registou uma evolução favorável, tendo o passado de 3,2%, em 31 de dezembro de 2023, para 2,1%, no final de 2024, para a qual contribuiu a redução das exposições não produtivas.

No passivo merece destaque o aumento dos depósitos em +1 592,4 milhões de euros (+11,9%), atingindo 14 958,8 milhões de euros, traduzindo uma variação de +882 milhões de euros (+9,2%) nos depósitos de Particulares, e, de +710 milhões de euros (+19,0%) nos depósitos de Empresas, que mais que compensou a amortização total da exposição junto do BCE, no valor de 873,9 milhões de euros e a diminuição, de -302,1 milhões de euros, nos recursos de outras instituições de crédito, face ao final de 2023.

Em 2024, o montante de dívida emitida ascendeu a 860,2 milhões de euros, valor que compara com 947,1 milhões de euros registados no final de 2023, refletindo o reembolso da 11.ª série de Obrigações Cobertas, em novembro de 2024, parcialmente compensado pela realização de uma nova emissão pública, de 250 milhões de euros, em dívida subordinada, para refinarçar o reembolso antecipado de três emissões no montante acumulado de 200 milhões de euros e de uma nova emissão pública de 250 milhões de euros em dívida sénior.

A evolução das rubricas de passivo contribuiu para a manutenção de uma sólida posição de liquidez, com o rácio *LCR (Liquidity Coverage Ratio* ou rácio de cobertura de liquidez) a atingir 201,1%, e o rácio *NSFR (Net Stable Funding Ratio* ou rácio de financiamento estável) a fixar-se em 141,1%, em 31 de dezembro de 2024, confortavelmente acima do requisito mínimo regulamentar de 100%.

O capital próprio situou-se em 1 674,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, registando um aumento de 107,9 milhões de euros (6,9%) face ao final de 2023 determinado pelo impacto positivo do resultado líquido apurado em 31 de dezembro de 2024, de 109,9 milhões de euros, e pela variação positiva da reserva de justo valor de 5,1 milhões de euros, pelo pagamento de dividendos referentes a 2023, no montante de 6,0 milhões de euros, e pelo impacto dos desvios atuariais negativos, de 2,4 milhões de euros.

Em 2024, o rácio de capital total do Banco Montepio foi reforçado, tendo atingido 19,3%, face aos 18,8% verificados no final de 2023 (*phasing-in*), beneficiando da melhoria da rentabilidade, alicerçada na execução de medidas de gestão que promoveram ganhos de eficiência na estrutura operacional e pela otimização do risco de balanço, denotando uma capacidade de geração orgânica de capital.

O Banco Montepio cumpriu, em 2024, com o requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (na sigla inglesa *MREL - Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*), tendo o respetivo rácio, determinado em percentagem do total dos ativos ponderados pelo risco (na sigla inglesa *RWA - Risk Weighted Assets*), atingido 24,9% e determinado em

percentagem do total do *LRE* (na sigla inglesa, *LRE – Leverage Ratio Exposure*), se situado nos 10,6%, ambos acima dos respetivos requisitos mínimos definidos.

O Banco Montepio encerrou 2024 com a atribuição do *rating* de dívida de longo prazo no mesmo patamar pelas três agências de notação financeira que avaliam a instituição e com o seguinte aumento face ao final de 2023: Fitch, de B+ para BB+; Moody's, de Ba2 para Ba1; DBRS, de BB para BB (*high*). Estas revisões de *rating* refletem o reconhecimento externo do excelente percurso do Banco Montepio, que aumentou a sua rentabilidade, reduziu os ativos não produtivos e não estratégicos, melhorou de forma sustentada o seu perfil de risco e fortaleceu os seus rácios de capital, nomeadamente através de geração orgânica, tendo implementado com sucesso medidas de transição digital e de otimização operacional.

Setor Segurador e Fundos de Pensões

As seguradoras do Grupo Montepio, Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. e Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., prosseguiram, em 2024, a implementação do seu plano de transformação, com o objetivo de incrementar as vendas, renovar a oferta e melhorar a eficiência operacional, incrementando as sinergias de gestão em diversas áreas, enquadrado num processo de redesenho do modelo de gestão e de governação interna.

Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.



A Lusitania, atuando no ramo Não Vida, continuou a desenvolver medidas, com o foco na rentabilidade nas várias linhas de negócio, melhorando os níveis de desempenho com vista ao equilíbrio técnico sustentável.

Em 2024, a Lusitania apresentou uma variação homóloga de +0,5% ao nível da produção de seguro direto, tendo-se situado nos 224,0 milhões de euros. Nesta componente, a modalidade Doença foi a que registou maior crescimento (+15,9%), seguindo-se o ramo Incêndio e Outros Danos (+1,1%). Em sentido inverso o ramo Automóvel continuou a decrescer (2024: -2,2%; 2023: -0,3%), reflexo do conjunto de medidas que foram implementadas com o objetivo de equilíbrio técnico do ramo.

Os réditos de contratos de seguro¹ do exercício de 2024, atingiram um volume de 223,6 milhões de euros, refletindo um crescimento de +1,2%, apresentando um comportamento em linha com os prémios brutos emitidos.

A taxa de sinistralidade¹ da Companhia, situou-se nos 57,7%, correspondendo a um acréscimo de +6,8 p.p. face ao ano anterior (2023: 50,9%). Este comportamento é mais evidente no ramo Incêndio e Outros Danos, que passou de uma taxa de sinistralidade de 38,6% para 56,3%, justificado por um sinistro de elevado montante que estava coberto pelo

¹Não inclui resseguro aceite

tratado de resseguro, pelo que o gasto para a Companhia foi mitigado, sendo os resultados de resseguro cedido também influenciados.

O resultado do resseguro aceite foi de -97,2 milhares de euros, que compara com um resultado de -46,6 milhares de euros, em 2023.

A carteira de investimentos agregada atingiu os 502,4 milhões de euros, o que representa um crescimento de +1,2%, face ao período homólogo. O resultado financeiro acumulou, até dezembro, 9,6 milhões de euros, o que reflete uma diminuição deste indicador em -8,6%, face ao final do ano de 2023.

Os gastos por natureza apresentaram um decréscimo de -9,2% face ao ano anterior, tendo atingido os 53,1 milhões de euros (redução de -5,4 milhões de euros). Os gastos com pessoal decresceram -5,6 milhões de euros, tendo o ano de 2023 sido influenciado pelo efeito de rescisões por mútuo acordo (4,5 milhões de euros). O resultado líquido provisório (não auditado), a dezembro de 2024, situou-se nos 7,6 milhões de euros.

A quota de mercado da Lusitania foi de 3,04% (2023: 3,35%), tendo mantido a 7ª posição no *ranking* da produção Não Vida, de acordo com o publicado pela ASF.

As responsabilidades da Lusitania encontravam-se, à data de 31 de dezembro de 2024, devidamente representadas. Na componente da Gestão de Capital, o rácio de cobertura de requisito de capital (SCR) estimado encontrava-se, substancialmente, acima do Objetivo de Capital (125% SCR), de acordo com o *target* definido na Política de Apetite ao Risco. O rácio de solvência será publicado, conforme disposição legal, no âmbito do Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira, no decorrer do mês de abril de 2025.

Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA



A Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., opera no ramo de Seguros Vida (atuariais e de capitalização) e Planos Poupança Reforma.

A Lusitania Vida retomou o crescimento de produção em 2024, com a normalização da concorrência do mercado. O processo de automatização, em curso, teve uma forte visibilidade para os clientes e agentes, com a implementação das propostas digitais e da aceitação eletrónica de propostas, nomeadamente, através do canal Portal do Mediador, que permite melhorar a experiência do Mediador, do Tomador e do Validador, através da leitura ótica dos documentos e pré-preenchimento dos formulários para submissão, e do canal *email*, através da leitura "inteligente" dos *emails* e subsequente recolha de dados para geração de transações.

Apresentamos, de seguida, um resumo dos principais indicadores financeiros da Lusitania Vida (informação não auditada). Ao nível da produção, a Lusitania Vida apresentou uma variação homóloga de +4,6%, tendo-se situado nos 200,2 milhões de euros.

Os réditos de contratos de seguro do exercício de 2024, atingiram um volume de 21,6 milhões de euros, refletindo um crescimento de 11,1%, face aos 19,5 milhões de euros registados em 2023, provocado essencialmente pela alteração de estimativa da duração dos contratos de Vida Risco valorizados pelo modelo geral de mensuração.

Os gastos de contratos de seguro apresentaram um aumento de 62,7% para 16,1 milhões de euros, explicado pelo efeito do valor das alterações relativas a serviços passados registado em 2023, em 6,5 milhões de euros.

A carteira de investimentos, excluindo os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, atingiu os 751,9 milhões de euros, o que representa uma diminuição de -4,6%, face ao período homólogo, refletindo o comportamento das responsabilidades por contratos de investimentos. O resultado financeiro acumulou, até dezembro de 2024, 21,8 milhões de euros, o que reflete uma diminuição deste indicador em -4,5%, face ao final do ano de 2023.

Os gastos por natureza apresentaram um aumento de +31,3% face ao ano anterior, tendo atingido os 10,2 milhões de euros, justificados pelo aumento dos custos com o pessoal.

O resultado líquido provisório não auditado, em 2024, situou-se nos 7,5 milhões de euros.

A quota de mercado da Lusitania foi de 2,81% em 2024 (2023: 3,04%), passando para a 10ª posição no *ranking* da produção Vida (7ª posição em 2023), de acordo com o publicado pela ASF.

As responsabilidades da Lusitania Vida encontravam-se, à data de 31 de dezembro de 2024, devidamente representadas. Na componente da Gestão de Capital, o rácio de cobertura de requisito de capital (SCR) estimado encontrava-se, substancialmente, acima do Objetivo de Capital (125% SCR), de acordo com o *target* definido na Política de Apetite ao Risco. O rácio de solvência será publicado, conforme disposição legal, no âmbito do Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira, no decorrer do mês de abril de 2025.

Futuro, SGFP, SA



A Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante designada por Futuro), é a empresa do Grupo Montepio especializada na gestão de fundos de pensões, dirigidos a particulares e empresas.

O ano de 2024 deu continuidade à recuperação dos mercados financeiros, cujo sinais já se haviam sentido no final de 2023, com a consequente repercussão ao nível das rendibilidades, o que permitiu à Futuro registar um crescimento dos seus ativos sob gestão, em +173,5 milhões de euros (+9,1%), para o qual contribuem os acréscimos dos fundos abertos, em +137,4 milhões de euros (+20,6%), e dos fundos fechados, em +36,0 milhões de euros (+2,9%).

Este enquadramento favorável dos mercados financeiros permitiu o aumento do volume de subscrições de Planos Poupança Reforma (PPRs) e a redução dos pedidos de reembolsos por parte dos clientes, embora, estando ainda em vigor a lei 19/2022 que permitia o resgate antecipado de PPRs, sem penalizações, desde que aplicados na amortização de crédito à habitação.

O montante de garantias pagas aos clientes dos Fundos Garantia Futuro e Futuro Plus desceu 86% face a 2023, muito pela subida do valor das unidades de participação destes fundos, mas também pela diminuição dos pedidos de reembolso.

No âmbito dos fundos fechados, verificou-se, em 2024, um acréscimo das subscrições das adesões coletivas, tendo-se atingido pela primeira vez o montante de 10 milhões de euros no ano, no seguimento de, em 2023, terem sido fechadas 11 novas Adesões Coletivas e Fundos Fechados, das quais se destacam a Google, McKinsey, Airbus, Arliquido SPAL, Vitalaire e Subsea 7 Portugal.

Este desempenho permitiu à Futuro melhorar a sua quota de mercado, de 10,1% em 2023, para 10,8% em 2024, mantendo a 4ª posição *ranking* de todas as empresas gestoras de fundos de pensões, de acordo com a informação disponibilizada pela ASF.

Em 2024, a Futuro atingiu um resultado líquido de 1,1 milhões de euros (não auditado), representando um acréscimo de +563,1 milhares de euros face a 2023, o qual incorpora um valor total de proveitos de 12,2 milhões de euros, dos quais 11,7 milhões de euros relativos a vendas e serviços prestados, e um valor total de custos de 10,7 milhões de euros, dos quais 5,5 milhões de euros relativos a fornecimentos e serviços externos, 2,6 milhões de euros de gastos com pessoal e 2,7 milhões de euros de outros gastos e perdas.

Pela sua relevância nas contas da Futuro e no resultado do ano, salienta-se o contributo, para o total de proveitos, dos juros e rendimentos similares, que atingiram 473,6 milhares de euros, face a 346,6 milhares de euros em 2023, representando um incremento de 36,6%, por via dos investimentos efetuados em 2023.

Gestão de Ativos

Montepio Gestão de Activos, SGOIC, SA



Montepio Gestão de Activos

A Montepio Gestão de Activos, SGOIC, S.A. (adiante designada por MGA) concentra a

sua atividade na gestão de Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários (adiante designados por OICV Mobiliários), na gestão de Organismos de Investimento Alternativo Imobiliários (adiante designados por OIA Imobiliários) e na Gestão Discricionária de Carteiras (adiante designada por GDC).

A MGA conseguiu um desempenho positivo em 2024, prosseguindo o reforço do alinhamento estratégico com o Grupo Montepio, tendo sido possível otimizar a estrutura de governo da Sociedade, racionalizar recursos, potenciar sinergias operacionais e dinamizar a

atividade dos Organismos de Investimento Coletivo (doravante «OIC» ou «Fundos»), em particular ao nível do OICV Mobiliários de curto prazo e de ações e dos OIA Imobiliários.

Em 2024, mereceu destaque o reconhecimento do mercado, com a distinção de três Fundos geridos pela MGA na décima edição dos “Prémios Melhores Fundos Jornal de Negócios/Associação Portuguesa de Fundos de Investimentos, Pensões e Patrimónios (APFIPP) – 2024”, um evento que distingue os melhores fundos atendendo à rentabilidade histórica obtida e ao respetivo risco associado, com o Fundo Valor Prime a vencer, pelo terceiro ano consecutivo, o prémio de melhor “Organismo de Investimento Imobiliário Aberto de Distribuição”, o Montepio Tesouraria a vencer na categoria de “OIC de Curto Prazo” e o Montepio Euro Financial Services a ser considerado o melhor na categoria “Outros OIC de Ações”.

Em 31 de dezembro de 2024, o total de ativos sob gestão atingiu 2 518,4 milhões de euros, representando um crescimento homólogo de +236,0 milhões de euros (+10,3%), para o que contribuíram: (i) os OICV Mobiliários, com um aumento de +96,7 milhões de euros (+32,1%), essencialmente, suportado na tipologia de fundos de curto prazo e de ações, com relevo para a componente «subscrições líquidas», que contribuiu, no global, um aumento de +79,4 milhões de euros (+26,4%), complementada pelo efeito «valorização», que observou um contributo positivo de +17,2 milhões de euros (+5,7%); ii) os OIA Imobiliários, que observaram um crescimento de +73,7 milhões de euros (+16,3%), com destaque para o desempenho do fundo aberto Valor Prime, que registou um aumento de +60,5 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de +17,8%, e do contributo dos OII fechados, donde se salienta o fundo Fundinvest (+7,8 milhões de euros; +11,9%), a sociedade de investimento coletivo Santos & Vale (+7,0 milhões de euros; +51,6%) e o fundo Imourbe (+3,6 milhões de euros; +21,6%); e (iii) o segmento da GDC, que fechou o ano de 2024 com um aumento homólogo +65,7 milhões de euros (+4,3%).

No que respeita aos proveitos da Sociedade, as comissões de gestão registaram um incremento global de +1,5 milhões de euros (+25,0%), com o contributo de todos os segmentos de negócio, nomeadamente dos OIA Imobiliários, com um aumento de +772,1 milhares de euros (+22,7%), dos OICV Mobiliários, que registaram um aumento de +422,1 milhares de euros (+44,7%), e da GDC, que observou um aumento de +263,0 milhares de euros (+17,8%), refletindo o aumento dos Ativos sob Gestão.

Acresce, igualmente, relevar os proveitos ao nível da margem financeira, que mais que duplicaram em relação ao exercício anterior, registando um aumento de +114,8 milhares de euros.

Relativamente aos gastos operacionais em 2024, que incorporam não só os impactos da atualização salarial e dos aumentos em sede de promoções e benefícios atribuídos no ano, como as variações ao nível da globalidade dos gastos administrativos, importa destacar a variação homóloga de +93,5 milhares de euros (+1,9%) a qual compara, favoravelmente, com a variação do produto bancário, +1,5 milhões de euros (+25,1%), essencialmente suportado nos proveitos por via das comissões de gestão, como identificado anteriormente.

O resultado líquido do exercício de 2024 da MGA espelha esta assimetria positiva entre o comportamento dos proveitos e dos custos, o que possibilitou atingir o valor de 1,8 milhões de euros (não auditado), mais que duplicando em relação ao fecho de 2023 (839,3 milhares de euros).

Em termos de balanço, o ativo líquido atingiu 11,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, evidenciando um crescimento de +1,3 milhões de euros (+12,7%) enquanto o Passivo fechou com 3,1 milhões de euros, exibindo um aumento de +562,6 milhares de euros (+22,2%). O capital próprio no final de 2024 atingiu 8,4 milhões de euros, o que representa um aumento de +739,5 milhares de euros (+9,6%), incorporando o referido resultado líquido do período e a distribuição de resultados relativa ao ano de 2023, de 839,3 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a informação provisória disponibilizada pela CMVM (Comissão de Mercados de Valores Mobiliários), a MGA ocupava as 7ª e 10ª posições, respetivamente no *ranking* das sociedades gestoras de OICV Mobiliários e de OIA Imobiliários, com uma quota de mercado 1,91% (1,61% em 2023) e 3,29% (3,16% em 2023), respetivamente. Relativamente ao segmento de GDC, a MGA manteve a 5ª posição do *ranking* nacional, com uma quota de mercado de 6,23% (6,09%, em 2023).

Gestão de Residências Sénior e Serviços de Saúde

Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA



Residências Montepio

A Residências Montepio - Serviços de Saúde, S.A. (adiante designada por RM) direciona a atividade na gestão de residências

assistidas e à prestação de serviços de saúde e de apoio à população sénior, que incluem cuidados continuados (curta, média e longa duração) no quadro de acordos celebrados com as entidades da saúde e da segurança social, incluindo centros de dia e serviços de apoio ao domicílio (SAD), de teleassistência, de clínicas de saúde, disponibilizando diversas soluções destinadas a promover o bem-estar e a melhorar a qualidade de vida, em acompanhamento próximo e focado no cliente.

A RM finalizou o ano de 2024 com oito residências em pleno funcionamento, situadas no Porto, Vila Nova de Gaia, Coimbra, Parede, Montijo, Lisboa - Parque das Nações, Lisboa - Entrecampos, e Albergaria-a-Velha, as quais prestavam cuidados a 515 residentes privados, 53 utentes transferidos de hospitais, ao abrigo de contratualização pública de camas de retaguarda junto de centros hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (correspondendo a 94% da capacidade disponível) e a 526 utentes de cuidados continuados (100% da capacidade disponível).

Durante o ano de 2024, a RM promoveu o lançamento de várias iniciativas, como: (i) a realização de conferência internacional da AIM - Association Internationale de la Mutualité, nas instalações da Residência na Parede; (ii) a renovação da parceria entre a Residências Montepio (RM) e a NOVA Information Management School (IMS), da 2.ª edição do curso

avanzado de “Gestão, Inovação e Liderança em Unidades de Saúde”; (iii) o lançamento do portal de vendas *online*; (iv) a celebração de protocolo comercial com os CTT para comercialização de produtos e serviços; e (v) a participação no programa de atribuição do prémio escolar do Grupo Montepio.

A RM voltou a conquistar o Prémio Cinco Estrelas Regiões na categoria “Residências Sénior” nos distritos de Aveiro (4 anos consecutivos), Coimbra (7 anos consecutivos), Lisboa (2 anos consecutivos) e Setúbal (7 anos consecutivos). O reconhecimento é fruto do empenho e dedicação das equipas da RM, que oferecem um atendimento integrado, personalizado e contínuo aos seus utentes, além da qualidade dos edifícios modernos, construídos especialmente, para atender às necessidades da população sénior. A conquista demonstra o comprometimento e a dedicação dos colaboradores da RM em oferecer um serviço de qualidade aos seus clientes e a constante evolução nos seus processos, serviços e instalações.

O total de rendimentos no ano 2024 foi de 40,6 milhões de euros, representando um crescimento de +7,8% face a 2023. De destacar o rendimento resultante da atividade das Residências Seniores destinadas a privados e ao serviço de cuidados continuados, no valor de 37,7 milhões de euros, com um acréscimo de +6,4% face a 2023, e dos serviços de apoio ao domicílio (SAD) com rendimentos no montante de 2,4 milhões de euros (+31,8 % face a 2023).

Os gastos operacionais situaram-se em 39,9 milhões de euros, com um incremento de +2,8 milhões de euros (+7,6%) face a 2023, incorporando gastos com recursos humanos (quadro e subcontratados), no valor de 24,0 milhões de euros (+8,4% face a 2023). Os fornecimentos e serviços externos (excluindo subcontratos e honorários) totalizaram 15,3 milhões de euros, representando um acréscimo de +6,5% face a 2023.

Em 2024, a RM atingiu um EBITDA de 1,5 milhões de euros e um resultado líquido (não auditado) de 601,2 milhares de euros.

Gestão de Residências para Estudantes

Montepio Residências para Estudantes, SA



Atenta às preocupações atuais da sociedade portuguesa e em particular às necessidades de alojamento dos estudantes deslocados, o MGAM criou a sociedade Montepio, Residências para Estudantes, SA (adiante designada por Residências Montepio U Live), que disponibiliza alojamento universitário de qualidade, no centro das grandes cidades, a preços moderados.

O exercício de 2024 ficou marcado pela ampliação da Residência do Porto – Júlio Dinis, junto à rotunda da Boavista, que se revelou um caso de sucesso desde o primeiro momento de divulgação da oferta, com a pré-reserva dos novos quartos em apenas duas semanas.

Inseridas num sector de atividade em que o ritmo anual é pautado por anos letivos, o volume de negócios de 2024, que inclui oito meses referentes ao ano letivo 2023/2024 e quatro meses referentes ao ano letivo 2024/2025, ultrapassou os 1,6 milhões de euros, representando um acréscimo de +10,7% relativamente ao ano de 2023, e permitiu apurar meios libertos líquidos de 152,4 milhares de euros (+15,5% face a 2023), contribuindo para a prossecução do plano de expansão das Residências Montepio U Live. Os resultados líquidos do exercício, de 78,7 milhares de euros (não auditados), os quais representam um acréscimo de +46,4% face aos 53,7 milhares de euros registados em 2023, reforçarão o ativo das Residências Montepio U Live e permitirão autofinanciar a aquisição de mobiliário e equipamento de futuras residências.

Atualmente, vivem nas Residências Montepio U Live cerca de 370 estudantes universitários de diversas nacionalidades, maioritariamente, portugueses oriundos de várias zonas do continente e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, que desenvolvem o seu percurso académico em áreas de interesse tão diversas como a Economia, a Medicina, a Engenharia, a Arquitetura, o Design ou o Canto Lírico.

Com uma taxa de ocupação de 100% nas residências de Lisboa, Porto e Évora e de 85% na residência de Braga – Júlio Fragata, as Residências Montepio U Live estão a reforçar a sua oferta em Lisboa e no Porto e projetam expandir-se para a cidade de Coimbra.

Alinhadas com os valores mutualistas e enquadrada nas orientações estratégicas da Associação Mutualista Montepio, as Residências Montepio U Live visam: (i) criar um ambiente calmo, confortável e seguro, que propicie o estudo e contribua para o sucesso académico e para o desenvolvimento pessoal dos estudantes; (ii) rentabilizar património imobiliário da Associação Mutualista Montepio, à qual as Residências pagam uma renda pelas instalações ocupadas pelas Residências; (iii) assegurar a rendibilidade e a sustentabilidade de cada uma das Residências de *per si* e reaplicar e/ou transferir os lucros anuais para a casa-mãe, contribuindo desta forma para a prossecução dos objetivos do Grupo Montepio.

Gestão de Imóveis

Bolsimo Gestão de Activos, SA



A Bolsimo Gestão de Activos, S.A. (adiante designada por Bolsimo) efetua a gestão de ativos imobiliários, concentrando a atividade na aquisição e recuperação de créditos concedidos por instituições de crédito, na venda de imóveis adjudicados no âmbito de recuperação de créditos adquiridos e no arrendamento a terceiros de imóveis próprios.

A Bolsimo obteve em 2024 um resultado líquido (não auditado) de 1,6 milhões de euros, que compara com 1,5 milhões de euros registados no ano anterior, representando um acréscimo de +29,4%. Para este resultado, contribuiu um volume de proveitos relativos às vendas e serviços prestados, de 12,7 milhões de euros, superior aos 7,9 milhões de euros registados

em 2023 (+59,9%), e um crescimento de +6,8%, das rendas recebidas, que atingiram 2,5 milhões de euros, face a 2,3 milhões de euros, em 2023.

Em termos de custos de atividade, os gastos operacionais atingiram 2,2 milhões de euros em 2024, face a 2,4 milhões de euros observados em 2023, representando um decréscimo de -6,5%, enquanto os gastos de financiamento, líquidos de juros recebidos, situaram-se em 992,7 milhares de euros, que comparam com 594,1 milhares de euros registados em 2023 (+67,1%).

O ativo líquido situou-se em 106,6 milhões de euros, que compara com 110,9 milhões de euros no final do ano anterior, representando um decréscimo de -4,3 milhões de euros (-4,0%) para o que contribuiu a redução das outras contas a receber, em -7,8 milhões de euros (-28,9%), que englobam os movimentos relativos às recuperações de créditos em carteira, e o incremento dos outros ativos financeiros, em 2,0 milhões de euros e das disponibilidades, em 1,0 milhões de euros.

O capital próprio atingiu 60,5 milhões de euros, que compara com 59,6 milhões de euros em 2023 (+1,6%), incorporando o resultado líquido do exercício e a distribuição de resultados relativa ao exercício de 2023, no valor de 600,0 milhares de euros.

Agrupamento Complementar de Empresas

Montepio Serviços, ACE

Montepio Serviços, ACE

O Montepio Geral Associação Mutualista, o Banco Montepio, a Futuro, a Lusitania Companhia de Seguros e a Lusitania Vida,

como entidades participantes no Montepio Serviços ACE, no primeiro ano completo de atividade, consumiram o catálogo de serviços disponibilizados pelo ACE nas áreas de compras/*procurement*, logística, serviços gerais, arquivo, *security*, *safety* e saúde ocupacional tendo como objetivo capturar sinergias de grupo, maximizar a qualidade do serviço prestado, bem como potenciar a rentabilidade e eficiência operacional.

Em 2024, verificou-se a consolidação dos processos do ACE e o incremento gradual da utilização dos serviços pelas participantes, resultando em benefícios tangíveis nomeadamente através do apuramento de poupanças de negociação com um aumento de 104% face a 2023, situando-se em 7,4 milhões de euros.

Até ao final do ano de 2024, foram desenvolvidas diversas atividades das quais se destacam: (i) a implementação de nova solução de tratamento de faturas de fornecedores; (ii) a substituição de mais de 300 viaturas a combustão por elétricas/híbridas; (iii) a criação de Agenda da Inovação para o Montepio Serviços; e (iv) a aprovação da admissão da Montepio Gestão de Ativos (MGA) no ACE.

Não tendo quadro próprio de recursos humanos, o Montepio Serviços assenta o seu modelo de *sourcing* nas cedências de colaboradores, por parte dos Membros Agrupados, totalizando, no final de 2024, 68 colaboradores (3 colaboradores do MGAM, 61 colaboradores do Banco Montepio e 4 colaboradores da Lusitania).

Em 2024, o resultado líquido da Montepio Serviços apresentou um valor nulo, dado que todos os custos são alocados aos participantes, cabendo a sua quota-parte em função dos serviços prestados. O custo global do ACE, situou-se em 4,1 milhões de euros, incluindo gastos com o pessoal no valor de 3,4 milhões de euros (974,8 milhares de euros em 2023), fornecimentos e serviços externos, de 594,1 milhares de euros (141,0 milhares de euros em 2023) e 73,4 milhares de euros referentes a outros gastos e perdas (474,8 milhares de euros em 2023). A rubrica de outros rendimentos e ganhos, que regista a imputação de custos aos participantes do ACE, atingiu 4,1 milhões de euros, face a 1,6 milhões de euros registados em 2023.

12

Propostas



Propostas

Resultados Líquidos

No exercício de 2024, o Montepio Geral Associação Mutualista apresentou um Resultado Líquido positivo de 209.988.931,46 euros, que resulta do somatório dos saldos dos fundos disponíveis das suas várias modalidades, rendas e fundos autónomos. Em termos globais, a desagregação destes resultados líquidos é a seguinte:

Resultados Líquidos da Associação Mutualista (euros)	
Resultados Positivos	233 814 842,72
Resultados Negativos	-23 825 911,26
Total dos Resultados Líquidos	209 988 931,46

Em termos de cobertura dos resultados líquidos negativos e de aplicação dos resultados positivos, as propostas, que se apresentam de seguida, podem resumir-se da seguinte forma:

Cobertura dos Resultados Líquidos Negativos (euros)	
Pelo Fundo da Reserva Geral e Fundos Próprios	749 154,96
Por Excedentes Técnicos	11 790 580,84
Por Outras Reservas (de Estabilização de Resultados)	0,00
Por Reservas Gerais da Modalidade	10 252 469,53
Pelo Fundo de Reserva Geral	1 033 705,93
Total dos Resultados Negativos	23 825 911,26

Aplicação dos Resultados Líquidos Positivos (euros)	
Dotação para o Fundo de Reserva Geral	34 779 554,74
<i>Rendimento do Fundo de Reserva Geral</i>	0,00
<i>Dotação das Modalidades</i>	34 779 554,74
Para Fundos Permanentes das Modalidades	27 236 690,54
Para Fundos Próprios das Modalidades	171 798 597,44
Total dos Resultados Positivos	233 814 842,72

12.1. Proposta de cobertura dos Resultados Líquidos negativos das modalidades, rendas e fundos

Considerando que algumas Modalidades, Rendas e Fundos apresentaram, no exercício de 2024, um saldo anual negativo do Fundo Disponível, *propõem-se* os seguintes ajustamentos de cobertura:

- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível da Reserva Geral e do Fundo Próprio de modalidades, no montante de 749 154,96 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 11 790 580,84 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso às suas Reservas Gerais, no montante de 10 252 469,53 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso ao Fundo de Reserva Geral, nas situações de inexistência ou insuficiência de Excedentes Técnicos, Reservas Gerais ou Fundos Próprios, nas respetivas modalidades e fundos autónomos, no montante de 1 033 705,93 euros.

Pelo Fundo Próprio da Reserva Geral e das Modalidades

(euros)

- Fundos Próprios e Fundo de Reserva Geral

(O existente nos respectivos Fundos Próprios e Fundo de Reserva Geral para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível do Fundo de Reserva Geral e Modalidades)

Fundo Reserva Geral	738 091,48
Montepio Proteção Crédito Individual	11 063,48

Subtotal - Fundo Próprios

749 154,96

Pelo Fundo Permanente

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2010-2025)	553,88
Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2011-2026)	383,95
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 2ª Série)	49 182,41
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 1ª Série)	1 776,38
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 3ª Série)	7 349,83
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 4ª Série)	13 162,23
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 5ª Série)	1 276 398,30
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 7ª Série)	809 689,46
Poupança+ Net (Série 2020-2026 2ª Série)	15 636,69

Parcial 1

2 174 133,13

Pelo Fundo Permanente (Continuação)

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 7.ª Série)	90 565,31
Poupança+ Net (Série 2020-2026 8ª Série)	422,82
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 8.ª Série)	101 982,76
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 9.ª Série)	157 161,87
Poupança+ Net (Série 2020-2026 10ª Série)	49,68
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 10.ª Série)	103 169,70
Poupança+ Net (Série 2020-2026 11ª Série)	124,95
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 11.ª Série)	57 435,28
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 12.ª Série)	203 498,54
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 1.ª Série)	103 745,39
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 3.ª Série)	121 391,45
Poupança+ Net (Série 2021-2027 3ª Série)	30 309,36
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 3.ª Série)	50 491,34
Poupança+ Net (Série 2021-2027 4ª Série)	39 558,77
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 4.ª Série)	272 446,82
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 5.ª Série)	63 286,61
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 5.ª Série)	163 404,08
Poupança+ Net (Série 2021-2027 6ª Série)	8 436,50
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 7.ª Série)	39 261,24
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 7.ª Série)	269 173,57
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 8.ª Série)	160 334,98
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 10.ª Série)	42 946,92
Poupança+ Net (Série 2021-2027 10ª Série)	39 006,49
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 10.ª Série)	26 591,21
Poupança+ Net (Série 2021-2027 11ª Série)	17 056,44
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 11.ª Série)	158 901,97
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 2ª Série)	8 060,85
Poupança+ Net (Série 2022-2028 2ª Série)	87 319,61
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 2.ª Série)	427 181,12
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 3ª Série)	3 038,40
Poupança+ Net (Série 2022-2028 3ª Série)	57 673,88
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 3.ª Série)	80 648,69
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 4ª Série)	766,35
Poupança+ Net (Série 2022-2028 4ª Série)	71 603,63
Poupança+ Net (Série 2022-2028 5ª Série)	37 801,69
Poupança+ Net (Série 2022-2028 8ª Série)	42 211,31
Poupança+ Net (Série 2022-2028 11ª Série)	20 302,42

Parcial 2**3 157 362,00**

Pelo Fundo Permanente (Continuação)

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

Poupança Expresso Net (Série 2023-2026 4.ª Série)	350,77
Poupança Expresso Net (Série 2023-2026 5.ª Série)	16 116,11
Parcial 3	16 466,88

Subtotal - Fundo Permanente (Excedentes Técnicos_Cobertura Total)**5 347 962,01****Pelo Fundo Permanente**

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura parcial do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2010-2024)	2 705,24
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 1ª Série)	428 336,84
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 2ª Série)	60 858,60
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 3ª Série)	293 023,68
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 4ª Série)	153 033,79
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 5ª Série)	408 551,26
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 6ª Série)	152 597,87
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 8ª Série)	289 477,19
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 1ª Série)	14 657,81
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 3ª Série)	24 805,19
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 1ª Série)	397 968,78
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 2ª Série)	1 082 078,62
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 2ª Série)	6 022,49
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 3ª Série)	375 393,47
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 4ª Série)	397 226,14
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 6ª Série)	617 716,61
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 8ª Série)	741 719,86
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 9ª Série)	217 654,81
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 10ª Série)	81 406,88
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 11ª Série)	104 814,24
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 12ª Série)	76 271,82
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 1.ª Série)	24 182,95
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 2.ª Série)	38 404,69
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 4.ª Série)	85 741,88
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 6.ª Série)	72 416,13
Parcial 1	6 147 066,84

Pelo Fundo Permanente

(euros)

- Excedentes Técnicos

(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura parcial do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 8.ª Série)	38 861,58
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 9.ª Série)	34 030,70
Poupança+ Net (Série 2021-2027 9ª Série)	62 684,66
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 11.ª Série)	34 181,54
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 12.ª Série)	50 089,48
Poupança+ Net (Série 2021-2027 12ª Série)	75 704,03
Parcial 2	295 551,99

Subtotal - Fundo Permanente (Excedentes Técnicos_Cobertura Parcial) 6 442 618,83

Subtotal - Fundo Permanente (Excedentes Técnicos) 11 790 580,84

Por Reservas Gerais

(euros)

(O existente nas respectivas Reservas Gerais para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 7ª Série)	944 153,05
Parcial 1	944 153,05

Por Reservas Gerais (Continuação)

(euros)

(O existente nas respectivas Reservas Gerais para a *cobertura parcial* do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Rendimento Escolar 2010-2024)	37 115,92
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 1ª Série)	513 657,58
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 2ª Série)	350 206,62
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 3ª Série)	217 961,31
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 4ª Série)	275 209,77
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 5ª Série)	250 441,79
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 6ª Série)	841 925,94
Montepio Capital Certo (Série 2018_2024 8ª Série)	438 220,48
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 1ª Série)	50 542,63
Montepio Poupança + NET (Série 2018_2024 3ª Série)	31 817,55
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 1ª Série)	168 885,11
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 2ª Série)	200 052,80
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 2ª Série)	22 066,99
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 3ª Série)	1 617 421,47
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 4ª Série)	962 880,50
Parcial 2	5 978 406,46

Por Reservas Gerais (Continuação)

(euros)

(O existente nas respectivas Reservas Gerais para a *cobertura parcial* do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)

CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 6ª Série)	320 653,10
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 8ª Série)	397 958,85
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 9ª Série)	984 380,85
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 11ª Série)	1 086 084,10
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 12ª Série)	540 833,12
Parcial 3	3 329 910,02

Subtotal - Reservas Gerais**10 252 469,53****Pelo Fundo de Reserva Geral**

(euros)

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível)

CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 6ª Série)	141 888,86
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1 (Série 2019_2024 10ª Série)	764 034,48
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 1.ª Série)	9 640,68
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 2.ª Série)	20 160,50
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 4.ª Série)	10 583,38
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 6.ª Série)	700,71
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 8.ª Série)	15 562,63
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 9.ª Série)	11 217,09
Poupança+ Net (Série 2021-2027 9ª Série)	7 472,73
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 10.ª Série)	0,00
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 11.ª Série)	1 269,59
Montepio Poupança Expresso Net (Série 2021-2024 12.ª Série)	15 108,20
Poupança+ Net (Série 2021-2027 12ª Série)	36 067,08

Subtotal - Fundo de Reserva Geral**1 033 705,93****TOTAL DA COBERTURA DOS RESULTADOS LÍQUIDOS NEGATIVOS****23 825 911,26**

12.2. Proposta de aplicação de Resultados Líquidos positivos das modalidades, rendas e fundos

Considerando que algumas Modalidades, Rendas e Fundos apresentaram, no exercício de 2024, um saldo anual positivo do Fundo Disponível, **propõe-se** que a aplicação dos resultados líquidos positivos das modalidades, rendas e fundos seja efetuada da seguinte forma:

- Dotação para o Fundo de Reserva Geral no montante de 34 779 554,74 euros respeitantes a dotação das modalidades, rendas e fundos;
- Para os Fundos Permanentes das modalidades, o montante de 27 236 690,54 euros;
- Para os Fundos Próprios das modalidades, o montante de 171 798 597,44 euros.

Para o Fundo de Reserva Geral:

(euros)

- Rendimento do Fundo, nos termos do n.º 3 do Artigo 53.º dos Estatutos e do n.º 2 do Artigo 59.º do Código (CAM) 0,00

- Dotação conforme n.º 4 do Artigo 53.º dos Estatutos (uma percentagem dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)

Fundos Autónomos (Dotação de 80% dos Fundos Disponíveis)

Fundo Bolsas de Estudo	45 165,98	
Fundo Montepio Egitanense	1 540,51	46 706,49

Modalidades Individuais (Dotação de 90% dos Fundos Disponíveis)

Montepio Proteção Crédito à Habitação	12 917 517,01	
Montepio Proteção Outros Encargos	627 309,20	
Montepio Proteção Crédito Individual	0,00	13 544 826,21

Outras Modalidades (Dotação de 80% dos Fundos Disponíveis)

Capitais de Garantia	221 131,16	
Quotas para Invalidez - Modalidades Colectivas	41,53	221 172,69

Parcial 1**13 812 705,39****Para o Fundo de Reserva Geral (continuação):**

(euros)

- Dotação conforme n.º 4 do Artigo 53.º dos Estatutos (uma percentagem dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)

Modalidades Individuais (Dotação de 10% dos Fundos Disponíveis)

Montepio Poupança Complementar	5 313 893,90	
Montepio Poupança Reforma	507 891,26	
Capitais Colectivos	22 831,58	
Rendas Vitalícias - 0,3%	4 197,32	
Rendas Temporárias - 0,3%	1 056,00	
Montepio Proteção Vida - 0,3%	3 182,07	
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	252 364,18	
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	34 864,66	
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	1 709,94	
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 3%	62 970,38	
Montepio Proteção Vida - 3%	22 277,86	
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	800 735,30	
Montepio Proteção 18-30 - 3%	75 189,15	
Montepio Pensão de Reforma + PR_Restituição Quotas - 3%	82 447,58	
Montepio Proteção Invalidez - 3%	44,06	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas - 3%	1 631,57	
Rendas Temporárias - 3%	4 997,50	
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 6%	4 526,26	
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 6%	645 286,83	
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6%	2 117,53	
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 4%	117 455,61	
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4%	146 189,81	
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4% (TV 88/90)	127 009,05	

Parcial 2**8 234 869,40**

Para o Fundo de Reserva Geral (continuação):

(euros)

- Dotação conforme n.º 4 do Artigo 53.º dos Estatutos (uma percentagem dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)

Modalidades Individuais (Dotação de 10% dos Fundos Disponíveis)

Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	16,94
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	89,86
Capitais de Previdência - 4%	184 077,37
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	92 699,91
Capitais para Jovens - 4%	85 972,57
Capitais para Estudos - 4%	15 490,79
Subsídio por Morte - 4%	13 782,99
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	12 519,49
Pensão Sobrevivência e Dotes- 4%	178 711,24
Pensões para Deficientes - 4%	22 729,48
Capital Temporário de Invalidez - 4%	2 183,24
Rendas de Sobrevivência - 4%	26 864,83
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	113,42
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	53,61
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	607,29
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional -4 %	133,29
Montepio Capital Certo Poupança Reforma 2016_2041	1 523,00
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 5ª Série)	861,29
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 6ª Série)	238,90
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 7ª Série)	2 678,33
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 8ª Série)	2 512,50
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 9ª Série)	15 712,59
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 10ª Série)	23 731,60
Montepio Poupança Educação MAIS (Série 2019_2027 1ª Série)	853,44
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 11ª Série)	8 262,72
Montepio Poupança + NET (Série 2019_2025 12ª Série)	18 164,89
Poupança+ Net (Série 2020-2026 1ª Série)	179,33
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 1.ª Série)	5 443,16
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 2.ª Série)	30 341,67
Poupança+ Net (Série 2020-2026 3ª Série)	12 714,63
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 3.ª Série)	38 032,01
Poupança+ Net (Série 2020-2026 4ª Série)	1 408,98
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 4.ª Série)	10 609,96
Poupança+ Net (Série 2020-2026 5ª Série)	706,97
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 5.ª Série)	49 152,63
Poupança+ Net (Série 2020-2026 6ª Série)	455,31
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2020-25 6.ª Série)	26 300,60
Poupança+ Net (Série 2020-2026 7ª Série)	253,42
Poupança+ Net (Série 2020-2026 9ª Série)	454,67
Poupança+ Net (Série 2020-2026 12ª Série)	182,49

Parcial 3**886 821,41**

Para o Fundo de Reserva Geral (continuação):

(euros)

- Dotação conforme n.º 4 do Artigo 53.º dos Estatutos (uma percentagem dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)

Modalidades Individuais (Dotação de 10% dos Fundos Disponíveis)

Poupança+ Net (Série 2021-2027 1ª Série)	5 288,27
Poupança+ Net (Série 2021-2027 2ª Série)	7 970,34
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 2ª Série)	1 967,56
Poupança+ Net (Série 2021-2027 5ª Série)	7,84
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 6ª Série)	713,49
Poupança+ Net (Série 2021-2027 7ª Série)	1 753,46
Poupança+ Net (Série 2021-2027 8ª Série)	40 590,66
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 9ª Série)	8 152,57
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2021-26 12ª Série)	63 205,87
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 1ª Série)	1 544,04
Poupança+ Net (Série 2022-2028 1ª Série)	6 276,10
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 1ª Série)	17 067,95
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 4ª Série)	38 535,77
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 5ª Série)	2 638,83
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 5ª Série)	18 689,79
Poupança Expresso Net (Série 2022-2025 6ª Série)	1 639,16
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 6ª Série)	39 300,55
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 7ª Série)	43 412,19
Poupança+ Net (Série 2022-2028 6ª Série)	196,28
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 8ª Série)	39 403,13
Poupança+ Net (Série 2022-2028 7ª Série)	4 835,73
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 9ª Série)	65 342,36
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 10ª Série)	106 092,88
Poupança+ Net (Série 2022-2028 9ª Série)	105 095,46
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 11ª Série)	40 922,63
Poupança+ Net (Série 2022-2028 10ª Série)	2 096,52
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 12ª Série)	47 167,49
CEMG Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2022-27 13ª Série)	97 877,36
Poupança+ Net (Série 2023-2029 1ª Série)	7 025,67
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 1ª Série)	113 322,53
Poupança+ Net (Série 2023-2029 2ª Série)	2 646,33
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 2ª Série)	7 694,80
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 1ª Série B)	311 842,16
Poupança+ Net (Série 2023-2029 3ª Série)	11 153,31
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 3ª Série)	121 135,74
Poupança+ Net (Série 2023-2029 4ª Série)	48,97
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 4ª Série)	147 192,95
Poupança+ Net (Série 2023-2029 5ª Série)	452,46
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 5ª Série)	75 702,29
Poupança+ Net (Série 2023-2029 6ª Série)	3 510,69

Parcial 4**1 609 512,18**

Para o Fundo de Reserva Geral (continuação):

(euros)

- Dotação conforme n.º 4 do Artigo 53.º dos Estatutos (uma percentagem dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)

Modalidades Individuais (Dotação de 10% dos Fundos Disponíveis)

MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 6.ª Série)	159 077,29
Poupança+ Net (Série 2023-2029 7.ª Série)	745,87
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 7.ª Série)	203 856,15
Poupança+ Net (Série 2023-2029 8.ª Série)	6 544,32
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 8.ª Série)	216 656,05
Poupança Expresso Net (Série 2023-2026 1.ª Série)	30 317,42
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 9.ª Série)	161 812,65
Poupança Expresso Net (Série 2023-2026 2.ª Série)	9 027,14
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 10.ª Série)	240 985,16
Poupança Expresso Net (Série 2023-2026 3.ª Série)	1 773,66
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 11.ª Série)	182 992,77
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 12.ª Série)	113 116,71
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2023-28 13.ª Série)	132 151,01
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 1.ª Série)	4 193,41
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 1.ª Série)	795 793,15
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 2.ª Série)	2 282,40
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 2.ª Série)	726 719,78
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 3.ª Série A)	2 266,26
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 3.ª Série A)	371 902,03
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 3.ª Série B)	1 369,87
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 3.ª Série B)	506 910,73
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 4.ª Série A)	1 714,50
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 4.ª Série A)	423 196,06
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 4.ª Série B)	1 855,69
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 4.ª Série B)	327 284,22
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 5.ª)	2 875,65
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 5.ª Série)	762 430,11
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 6.ª)	3 019,53
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 6.ª Série A)	269 024,69
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 6.ª Série B)	497 230,94
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 7.ª)	1 489,74
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 7.ª Série)	707 305,63
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 8.ª)	4 469,66
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 8.ª Série)	1 088 923,41
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 9.ª)	2 856,93
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 9.ª Série A)	359 045,28
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 9.ª Série B)	377 718,44
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 10.ª)	3 276,06
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 10.ª Série)	698 847,87
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 11.ª)	3 130,50

Parcial 5**9 406 188,74**

Para o Fundo de Reserva Geral (continuação):

(euros)

- Dotação conforme n.º 4 do Artigo 53.º dos Estatutos (uma percentagem dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)

Modalidades Individuais (Dotação de 10% dos Fundos Disponíveis)

MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 11.ª Série)	472 957,48
Poupança Expresso Net (Série 2024-2027 12.ª)	3 252,90
MGAM Poupança Mutualista Prazo 5.1. (Série 2024-29 12.ª Série)	353 247,24

Parcial 6**829 457,62****Subtotal - Dotação para o Fundo de Reserva Geral****34 779 554,74****Para os Fundos Permanentes**

(euros)

- Dotação nos termos do n.º 4 do Artigo 57.º do Código (CAM)

Modalidades Individuais

Rendas Vitalícias - 0,3%	37 775,85
Rendas Temporárias - 0,3%	9 504,00
Montepio Proteção Vida - 0,3%	28 638,60
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	2 271 277,64
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	313 781,92
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	15 389,45
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 3%	566 733,43
Montepio Proteção Vida - 3%	200 500,71
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	7 206 617,68
Montepio Proteção 18-30 - 3%	676 702,30
Montepio Pensão de Reforma + PR Restituição Quotas - 3%	742 028,24
Montepio Proteção Invalidez - 3%	396,50
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Colectivas - 3%	14 684,15
Rendas Temporárias - 3%	44 977,54
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 6%	40 736,35
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 6%	5 807 581,43
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 6%	19 057,72
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização - 4%	1 057 100,44
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4%	1 315 708,33
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas - 4% (TV 88/90)	1 143 081,48
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4%	152,48
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% (TV 88/90)	808,76
Capitais de Previdência - 4%	1 656 696,28
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	834 299,22
Capitais para Jovens - 4%	773 753,10
Capitais para Estudos - 4%	139 417,13
Subsídio por Morte - 4%	124 046,86
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	112 675,42
Pensão Sobrevivência e Dotes - 4%	1 608 401,12
Pensões para Deficientes - 4%	204 565,34

Parcial 1**26 967 089,47**

Para os Fundos Permanentes (continuação) (euros)

- Dotação nos termos do n.º 4 do Artigo 57.º do Código (CAM)

Modalidades Individuais

Capital Temporário de Invalidez - 4%	19 649,17
Rendas de Sobrevivência - 4%	241 783,44
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	1 020,77
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	482,51
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	5 465,57
Subsídio por Morte - Lutuosa Nacional - 4 %	1 199,61

Parcial 2 **269 601,07****Subtotal - Dotação para os Fundos Permanentes** **27 236 690,54****Para os Fundos Próprios** (euros)

- Dotação nos termos do n.º 4 do Artigo 57.º do Código (CAM)

Modalidades Individuais - de Capitalização

Montepio Poupança Reforma	4 571 021,31	
Montepio Poupança Complementar	47 825 045,07	
Capitais de Garantia	55 282,79	
Quotas para Invalidez - Modalidades Colectivas	10,38	
Montepio Capital Certo	108 863 402,34	161 314 761,89

Modalidades Coletivas - de Capitalização

Capitais Colectivos	205 484,21	205 484,21
---------------------	------------	------------

Modalidades Individuais - Outras Modalidades

Montepio Proteção Crédito à Habitação	1 435 279,67	
Montepio Proteção Outros Encargos	69 701,02	1 504 980,69

Outros Fundos

Fundo Bolsa de Estudo	11 291,50	
Fundo Montepio Egitanense	385,13	
Fundo de Administração	18 964,97	
Fundo de Benefício de Solidariedade Associativa	8 742 729,05	8 773 370,65

Subtotal - Dotação para os Fundos Próprios **171 798 597,44****TOTAL DA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS POSITIVOS** **233 814 842,72****12.3. Proposta de comparticipação para o fundo de administração**

De forma que as modalidades e fundos possam contribuir para assegurar os compromissos do Fundo de Administração, no que concerne aos Custos Administrativos que foram

suportados pelo Montepio Geral Associação Mutualista, no exercício de 2024, **propõe-se** que sejam aprovados os seguintes valores de comparticipação para o fundo de administração:

Modalidades	(%)
Montepio Poupança Complementar	0,655%
Montepio Poupança Reforma	0,655%
Capitais Colectivos	0,655%
Montepio Capital Certo	0,655%
Montepio Proteção Crédito à Habitação, Outros Encargos e Crédito Individual	1,000%
Restantes Modalidades, Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias	0,273%

12.4. Proposta de atribuição de melhorias de benefícios

Atendendo às taxas técnicas de juro das Modalidades Atuariais (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, **propõe-se** que não sejam atribuídas Melhorias de Benefícios a estas modalidades.

Nas Modalidades Atuariais de 0,3%, **propõe-se** a atribuição de uma taxa de Melhorias de Benefícios de 2,0%, sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de dezembro de 2024.

12.5. Excedentes técnicos de rendas vitalícias e rendas temporárias

Tendo em consideração as taxas técnicas de juro das Rendas Vitalícias e das Rendas Temporárias (3%, 4% e 6%), utilizadas na capitalização das suas responsabilidades, **propõe-se** que estas rendas não tenham qualquer atualização.

Nas Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias de 0,3%, constituídas até 31 de dezembro de 2023, **propõe-se** uma taxa de atualização, também, de 2,0%.

12.6. Proposta de atribuição de rendimento anual complementar às modalidades de capitalização

Propõe-se:

- a atribuição de um rendimento anual complementar de 1,0% à modalidade Montepio Poupança Reforma e de 0,5% às modalidades Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos.

12.7. Proposta de dotação para a Fundação Montepio

Com o intuito de permitir que a Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral Associação Mutualista em 1995, possa dar satisfação aos seus fins estatutários, de desenvolvimento da sua missão de Responsabilidade Social, a qual tem vindo a ser

dinamizada e valorizada nos últimos anos e a merecer toda a atenção estratégica, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, dada a sua natureza, no valor de 500 000 euros.

12.8. Prazos de execução das propostas

As propostas previstas nos pontos 12.1 a 12.7 serão executadas pelo Conselho de Administração nos prazos considerados adequados, tendo em consideração a prossecução de uma gestão sã e prudente.

Lisboa, 05 de março de 2025

13

Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas



Demonstrações financeiras e notas explicativas

Montepio Geral – Associação Mutualista

Demonstração dos Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(milhares de euros)

	Notas	2024	2023
Proveitos inerentes a associados	3	931 684	869 486
Custos inerentes a associados	4	(776 738)	(857 030)
Variação das provisões técnicas	5	(175 976)	(19 785)
Juros e rendimentos similares	6	28 989	30 129
Juros e encargos similares	6	(807)	(756)
Rendimentos de instrumentos de capital	7	20 571	2 992
Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	8	1 179	1 910
Resultados em ativos financeiros avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral	9	2 763	643
Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	10	(192)	7 786
Gastos com pessoal	12	(6 375)	(5 692)
Gastos gerais administrativos	13	(21 249)	(19 515)
Depreciações e amortizações do exercício	14	(1 272)	(1 249)
Outros resultados de exploração	15	42 145	37 699
Resultado operacional		44 722	46 618
Provisões líquidas de reposições e anulações	27	157	(482)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	11	155 979	66 723
Resultado antes de impostos		200 858	112 859
Imposto corrente	24	(28 717)	(3 471)
Imposto diferido	24	37 848	2 583
Resultado líquido após impostos do exercício		209 989	111 971

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

Montepio Geral – Associação Mutualista

Demonstração do rendimento integral do exercício findo 31 de dezembro de 2024

(milhares de euros)

	Nota	2024	2023
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados			
Reserva de justo valor de instrumentos financeiros			
Ativos financeiros avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral	30	15 302	25 644
Impostos diferidos	30	(3 868)	(8 558)
		11 434	17 086
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados			
Remensurações do exercício	26	(35)	(517)
		(35)	(517)
Total outro rendimento integral		11 399	16 569
Resultado líquido do exercício		209 989	111 971
Total de rendimento integral do exercício		221 388	128 540

A CONTABILISTA CERTIFICADA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rosa Maria Alves Mendes

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

Montepio Geral – Associação Mutualista

Balanço em 31 de dezembro de 2024

(milhares de euros)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	16	112 070	98 618
Aplicações em instituições de crédito	17	1 288	31 228
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	18	14 640	15 909
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	19	789 458	578 870
Investimentos em subsidiárias e associadas	20	1 969 753	1 815 955
Propriedades de investimento	21	453 038	417 966
Outros ativos tangíveis	22	32 431	24 871
Ativos intangíveis	23	584	94
Ativos por impostos correntes	24	-	11 433
Ativos por impostos diferidos	24	943 634	909 654
Outros ativos	25	4 330	7 477
Total do Ativo		4 321 226	3 912 075
Passivo			
Outras Provisões	27	572	729
Provisões técnicas			
Provisões matemáticas para encargos com modalidades associativas	28	3 526 606	3 343 242
Subvenções e melhorias de benefícios	28	48 004	48 670
Passivos por impostos correntes	24	17 426	-
Outros passivos	25	25 664	31 161
Total do Passivo		3 618 272	3 423 802
Capital Próprio			
Fundos próprios	29	116 286	109 646
Excedentes Técnicos	29	179 168	119 085
Reservas de justo valor	30	(10 297)	(25 599)
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	30	3 580	7 448
Reserva geral	30	183 186	167 365
Outras reservas	30	18 516	(4 204)
Outras variações de capital próprio	30	2 526	2 561
Resultado líquido do exercício		209 989	111 971
Total do Capital Próprio		702 954	488 273
Total do Passivo e Capital Próprio		4 321 226	3 912 075

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

Montepio Geral – Associação Mutualista

Mapa das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(milhares de euros)

	Notas	Fundos Próprios	Excedentes Técnicos	Reservas de justo valor	Imposto diferido sobre reservas de justo valor	Reserva Geral	Outras reservas e Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		106 579	70 644	(61 463)	15 734	175 109	5 883	3 078	50 234	365 798
Impactos da adoção da IFRS9 a 1 de janeiro de 2023		-	-	10 220	272	-	(7 615)	-	-	2 877
Saldos a 01 de janeiro de 2023 após aplicação da IFRS9		106 579	70 644	(51 243)	16 006	175 109	(1 732)	3 078	50 234	368 675
Variação da reserva de justo valor	19 e 30	-	-	25 644	-	-	-	-	-	25 644
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	30	-	-	-	(8 558)	-	-	-	-	(8 558)
Remensurações no exercício	30	-	-	-	-	-	-	(517)	-	(517)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	111 971	111 971
Total do rendimento integral do exercício		-	-	25 644	(8 558)	-	-	(517)	111 971	128 540
Distribuição de resultados do MGAM	30	3 067	59 786	-	-	11 116	6 380	-	(50 234)	30 115
Cobertura de resultados negativos de modalidades	30	-	(11 188)	-	-	(18 392)	(536)	-	-	(30 116)
Atribuição de rendimento complementar às modalidades de capitalização	30	-	-	-	-	(578)	(8 316)	-	-	(8 894)
Atribuição de melhorias	30	-	(78)	-	-	(2)	-	-	-	(80)
Distribuição de excedentes da modalidade MCC	30	-	(91)	-	-	91	-	-	-	-
Cobertura da insuficiência da modalidade MCC		-	12	-	-	21	-	-	-	33
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		109 646	119 085	(25 599)	7 448	167 365	(4 204)	2 561	111 971	488 273
Variação da reserva de justo valor	19 e 30	-	-	15 302	-	-	-	-	-	15 302
Imposto diferido sobre reservas de justo valor	30	-	-	-	(3 868)	-	-	-	-	(3 868)
Remensurações no exercício	30	-	-	-	-	-	-	(35)	-	(35)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	209 989	209 989
Total do rendimento integral do exercício		-	-	15 302	(3 868)	-	-	(35)	209 989	221 388
Distribuição de resultados do MGAM	30	6 654	74 764	-	-	21 932	28 629	-	(111 971)	20 008
Cobertura de resultados negativos de modalidades	30	(14)	(11 630)	-	-	(8 363)	-	-	-	(20 007)
Atribuição de rendimento complementar às modalidades de capitalização	30	-	(12)	-	-	-	(5 909)	-	-	(5 921)
Atribuição de melhorias	30	-	(801)	-	-	-	-	-	-	(801)
Recurso às reservas	30	-	5	-	-	(5)	-	-	-	-
Distribuição de excedentes da modalidade MCC	30	-	(2 248)	-	-	2 248	-	-	-	-
Cobertura da insuficiência da modalidade MCC	30	-	5	-	-	9	-	-	-	14
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		116 286	179 168	(10 297)	3 580	183 186	18 516	2 526	209 989	702 954

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

Montepio Geral – Associação Mutualista

Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(milhares de euros)

	Notas	2024	2023
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais			
Recebimentos inerentes a associados	3	931 684	869 486
Pagamentos inerentes a associados	4	(776 738)	(857 030)
Dotação para a Fundação Montepio Geral		(500)	(500)
Pagamentos a fornecedores		(25 954)	(15 829)
Pagamentos ao pessoal		(5 707)	(5 250)
Outros pagamentos e recebimentos		(3 274)	(5 448)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		547	(9 619)
		120 058	(24 190)
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento			
Investimentos em subsidiárias e associadas		2 132	12
Investimentos em ativos fixos tangíveis		(378)	(6)
Investimentos em ativos intangíveis		(584)	-
Pagamentos relativos a propriedades de investimento		(19 799)	(13 136)
Pagamentos relativos a ativos financeiros ao justo valor através de resultados		(427 137)	(194 204)
Pagamentos relativos a ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		(927 408)	(201 317)
Recebimentos relativos a propriedades de investimento		17 712	28 095
Recebimentos relativos a ativos financeiros ao justo valor através de resultados		430 199	203 953
Recebimentos relativos a ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		737 190	195 231
Rendimentos de ativos financeiros		29 494	29 810
Aplicações em instituições de crédito		29 936	29 495
Juros de depósitos à ordem		2 138	416
Dividendos	7	20 571	2 992
Recebimentos de financiamento a associados		-	(42)
		(105 934)	81 299
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento			
Pagamentos de passivos de locação		(672)	(614)
		(672)	(614)
Variação líquida em disponibilidades		13 452	56 495
Disponibilidades no início do período		98 618	42 123
Disponibilidades no fim do período	16	112 070	98 618

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

NOTA INTRODUTÓRIA

O Montepio Geral – Associação Mutualista (“Associação” ou “MGAM”), com sede na Rua do Ouro, 219-241, é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver ações de proteção social nas áreas da segurança social e da saúde e promover a cultura e a melhoria da qualidade de vida dos seus Associados, suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados. O MGAM iniciou a sua atividade em 4 de outubro de 1840, tendo completado 184 anos em 2024.

Em 2 de agosto de 2018, foi publicado o novo Código das Associações Mutualistas (CAM) – anexo ao Decreto-Lei n.º 59/2018, que entrou em vigor em 2 de setembro de 2018. O CAM, assentando na afirmação da identidade mutualista, reformulando a definição do conceito de associação mutualista, relevando a sua natureza associativa, como pessoa coletiva de direito privado, os seus propósitos mutualistas, indicando que as associações mutualistas são Instituições Particulares de Solidariedade Social, que se integram na economia social, descrevendo, em vários artigos, os princípios mutualistas, reforça a participação dos associados, replicando os princípios da democracia representativa, através da criação de uma assembleia de representantes e reafirma a gestão autónoma e independente das associações relativamente às entidades públicas e a quaisquer outras entidades, sem prejuízo da implementação de instrumentos de fiscalização por parte do Estado.

Mas, as principais alterações do CAM são as que se referem à criação de um regime específico de supervisão para as associações mutualistas de maior dimensão económica, isto é, que captem, anualmente, um volume bruto de quotas das modalidades superior a 5 milhões de euros e cujo valor bruto total dos respetivos fundos exceda 25 milhões de euros. Tais associações mutualistas foram indicadas em despacho ministerial específico, ficando sujeitas a um regime especial de supervisão, que determina a aplicação, com as devidas adaptações, de requisitos do setor segurador, aplicável pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

As associações mutualistas abrangidas pelo regime especial de supervisão ficaram sujeitas a um regime transitório com o prazo de 12 anos, a contar da data do referido despacho ministerial, para se adaptarem aos novos requisitos dele decorrentes, sendo que o novo regime lhes será plenamente aplicável a partir da data em que termina esse prazo, desde que reúnam os requisitos legalmente exigidos para esse efeito.

Para formular contributos sobre a aplicação dos diversos requisitos prudenciais às especificidades das associações mutualistas e emitir parecer no âmbito da elaboração de normas regulamentares pela ASF relativas ao regime transitório previsto, tendo em especial atenção a natureza específica das modalidades mutualistas, foi criada uma Comissão de Acompanhamento, composta por representantes dos Ministérios do Trabalho,

Solidariedade e Segurança Social, das Finanças, da Direção-Geral da Segurança Social, da ASF e das associações abrangidas pelo regime especial de supervisão.

Em 29 de novembro de 2018 foi publicado o referido Despacho ministerial conjunto dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Despacho 11392-A/2018) que veio determinar a sujeição do Montepio Geral - Associação Mutualista ao regime transitório aplicável pela ASF.

Já em 2019, uma clarificação adicional do enquadramento regulamentar do Montepio Geral - Associação Mutualista ocorreu, no dia 16 de janeiro, com a publicação da Lei 7/2019, a qual, com as adaptações necessárias, acrescentou as Associações Mutualistas - artigo 33.º-A - no RJASR - Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora e aplicou as novas regras em matéria de distribuição de modalidades mutualistas estabelecidas pela transposição da Diretiva (UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de janeiro de 2016 (Diretiva de distribuição de seguros).

Tal como previsto no Decreto-Lei nº 59/2018, durante o período do regime transitório, a ASF tem vindo a solicitar reportes regulares sobre a atividade e a situação económico-financeira do MGAM e definiu, por norma regulamentar – Norma Regulamentar nº 3/2020-R, publicada em 2 de junho de 2020, a prestação inicial de informação pelas associações mutualistas abrangidas pelo regime transitório de supervisão.

O MGAM, cumprindo o disposto na Norma Regulamentar nº 3/2020-R preparou e remeteu à ASF, no prazo estabelecido, em 1 de setembro de 2020, um conjunto de informação, qualitativa e quantitativa, muito abrangente, incluindo um plano inicial de convergência para o referido regime especial de supervisão. Neste âmbito importa destacar que, relativamente aos requisitos financeiros, não foram definidos os critérios de adaptação do regime das entidades seguradoras (regime Solvência II) às especificidades das associações mutualistas, como previsto no CAM.

Em sessão extraordinária da Assembleia Geral de Associados, realizada a 4 de novembro de 2019, foi aprovado o projeto de alteração dos estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista para adaptação dos mesmos ao novo Código das Associações Mutualistas. Em 26 de outubro de 2020, a Direção-Geral da Segurança Social (DGSS) registou, em definitivo, os Estatutos da Associação, mudança fundamental para que estes ficassem em linha com o novo Código das Associações Mutualistas, tendo os mesmos entrado em vigor no dia 2 de novembro de 2020. Com a entrada em vigor dos novos estatutos foi extinto o Conselho Geral e a Associação passou a ter como órgãos associativos, para além da Assembleia-Geral, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, a Assembleia de Representantes, que tem 30 elementos.

Em 2021, na sequência da revisão do Plano de Convergência, com as adaptações que a Associação considera serem necessárias para o cumprimento de um regime de supervisão financeiro que obedeça a regime especial, o qual deve salvaguardar as especificidades resultantes da natureza jurídica das associações mutualistas, os fins prosseguidos, o regime aplicável à sua constituição, às características da sua atividade, à autonomia dos seus associados, nomeadamente, na aprovação do regulamento de benefícios, conforme

preconiza o Código das Associações Mutualistas, a ASF veio assumir/comunicar que tais adaptações configuram variantes significativas ao regime de solvência, pelo que as mesmas não podem ser assumidas no quadro legal vigente. Deste modo, só poderão eventualmente ser admitidas mediante alterações legislativas. Entretanto, não ocorreram desenvolvimentos sobre esta matéria.

1 BASES DE APRESENTAÇÃO, POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1 Bases de apresentação

Até 31 de dezembro de 2011, inclusive, a Associação preparou as suas demonstrações financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de dezembro. Não obstante, em 31 de dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objetivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("*IFRS*") tal como adotadas na União Europeia nessa data.

A partir de 1 de janeiro de 2012, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo ("*ESNL*") e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e até 31 de dezembro de 2022, a Associação adotou as *IFRS*, tal como adotadas pela União Europeia, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, tendo apresentado as suas demonstrações financeiras de acordo com as *IFRS*, tal como adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais ("*demonstrações financeiras*") da Associação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (a Tutela), tal como abaixo detalhado. É entendimento do Conselho de Administração da Associação que as referidas disposições de relato financeiro são de base *IFRS*, com exceção da adoção da *IFRS* 17 – Contratos de Seguro, tendo sido mantida a aplicação da norma contabilística internacional que vem sendo utilizada pela Associação Mutualista desde 2012 (*IFRS* 4 - Contratos de Seguro), tendo esta opção contabilística sido aceite pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social depois de ouvida a Comissão de Normalização Contabilística.

O MGAM apresenta uma singularidade no mercado português, que deve ser considerada na determinação do referencial contabilístico a adotar, sendo uma associação mutualista com

uma dimensão incomparável em Portugal, com mais de 600 mil associados e com uma estrutura empresarial subjacente

A natureza da principal atividade do MGAM, que recebe poupanças dos mutualistas e as devolve aos mesmos, atendendo sempre aos princípios de entreajuda e de solidariedade, próprios da atividade de uma associação mutualista, não é comparável com qualquer outra atividade exercida por outra organização ou empresa, nomeadamente do setor dos seguros, banca ou gestão de fundos de investimento. Para estas atividades, o MGAM detém empresas instrumentais (Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.; Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.; Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. ("Banco Montepio") e Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de investimento Coletivo, S.A.).

De facto, o recebimento das poupanças dos associados constitui um rendimento (e um ativo) para o MGAM, sendo a responsabilidade associada à restituição de montantes entregues aos mesmos um gasto (e um passivo).

Este enquadramento contabilístico está em linha com as obrigações e enquadramento definidos no Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, em concreto com o disposto nos artigos 53.º a 74.º relativos ao regime financeiro aplicável às associações mutualistas, com especial enfoque na obrigação de registo das quotas dos associados como rendimento e de registar a variação de responsabilidades através das provisões matemáticas, como gasto.

Com a revogação da IFRS 4 e a adoção da IFRS 17, esta informação deixaria de ser apresentada, e violaria, no entendimento do Conselho de Administração, as disposições previstas no Código das Associações Mutualistas, não espelhando, de forma apropriada, a realidade da atividade do MGAM.

Considerando que, atualmente, e até 31 de dezembro de 2030, o MGAM não se encontra sujeito à supervisão da ASF, sendo supervisionado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Conselho de Administração solicitou à Tutela autorização para que as normas contabilísticas a aplicar a partir de 1 de janeiro de 2023 relativas à mensuração de responsabilidades inerentes às modalidades subscritas pelos associados, fossem as mesmas que vigoravam até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 14 de dezembro de 2022, o MGAM recebeu um ofício do Senhor Diretor-Geral da Direção-Geral da Segurança Social, referindo que, no âmbito das atribuições da Comissão de Normalização Contabilística ("Comissão"), prevê a alínea i) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho, a de emitir entendimentos sobre a aplicação das normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, relativamente às entidades que exerçam a opção referida nos n.ºs 2 e 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e que não sejam abrangidas pelo artigo 5.º do mesmo diploma. O MGAM exerceu essa opção, cabendo à Comissão pronunciar-se.

Estando a referida Comissão em condições de se pronunciar no caso de a Tutela não se pronunciar em sentido oposto, mereceu a concordância do Senhor Secretário de Estado da Segurança Social o entendimento de não existir entrave legal, ou da tutela, à opção tomada pelo MGAM, na condição de serem mantidas as obrigações de reporte financeiro à Tutela decorrente do Código das Associações Mutualistas.

Em função do referido acima, a partir do exercício de 2023, inclusive, o MGAM não aplica a IFRS 17, continuando a adotar a IFRS 4 no tratamento contabilístico dos produtos que distribui junto dos seus associados.

É entendimento do Conselho de Administração da Associação, que as referidas disposições de relato financeiro são de base IFRS, com exceção da adoção da IFRS 17 – Contratos de Seguro.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em função do referido acima, as políticas contabilísticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício de 2024, foram aplicadas, de forma consistente, com aquelas utilizadas nas demonstrações financeiras do exercício de 2023.

A Associação elabora contas consolidadas, que serão apresentadas oportunamente.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Associação ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas na Nota 34.

No plano fiscal, a Associação beneficiou, até 31 de dezembro de 2016, da isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), a qual foi ainda objeto de reconhecimento por Despacho de 3 de junho de 2003, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Contudo, a Associação deixou, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respetivos requisitos, de beneficiar daquela isenção. Neste sentido, a Associação passou a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do IRC para as pessoas coletivas e outras entidades que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Saliente-se ainda que, conforme descrito na Nota 24, este facto foi confirmado pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em milhares de euros, arredondados à unidade, exceto quando indicado em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e propriedades de investimento, e exceto relativamente aqueles para os quais o justo valor

não está disponível. Os outros ativos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras tendo por base as disposições de relato financeiro pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, requerem que a Associação efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 1.3).

As demonstrações financeiras da Associação foram preparadas no pressuposto da continuidade das respetivas operações, bem como da sua capacidade para fazer face às suas exigências de liquidez, as quais dependem da evolução futura dos pressupostos subjacentes ao valor recuperável e ao rendimento das suas participações financeiras e da concretização do seu plano de atividades no futuro. Para uma melhor compreensão dos riscos considerados pelo Conselho de Administração na avaliação da adequação deste pressuposto, ver nota 20 - Investimentos em subsidiárias e associadas e Nota 33 - Gestão de Riscos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 05 de março de 2025. O Conselho de Administração espera que as mesmas sejam aprovadas em Assembleia de Representantes sem alterações significativas.

1.2 Políticas contabilísticas

a) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, tendo em consideração a seguinte vida útil esperada dos bens:

Tipo de activo	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Edifícios - Beneficiações	10 a 15
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento Administrativo	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de ativos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

b) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Associação necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

c) Propriedades de investimento

A Associação classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Os custos subsequentes com propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

A transferência para, ou de propriedades de investimento deve ser feita quando, e apenas quando, houver uma alteração no seu uso. Numa transferência de propriedades de investimento escriturada pelo justo valor para propriedade ocupada pela Associação (Ativos

Tangíveis), o custo considerado da propriedade para subsequente contabilização deve ser o seu justo valor à data da alteração de uso.

Se uma propriedade ocupada pela Associação se torna numa propriedade de investimento que seja escriturada pelo justo valor, a Associação utiliza os mesmos princípios contabilísticos que aplica aos ativos tangíveis, até à data da alteração de uso. Qualquer diferença existente na data da transferência, entre a quantia escriturada da propriedade e o seu justo valor é tratada de acordo com o regime de revalorização dos ativos tangíveis.

d) Investimentos em subsidiárias e associadas

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) sobre as quais a Associação exerce controlo. A Associação controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Associação tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Associação detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Associação não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, quando existem indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Associação constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

e) Locações

Definição de locação

A Associação considera que existe uma locação quando um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse ativo identificado, durante um certo período de tempo em troca de uma retribuição.

Na ótica de locatário

A Associação reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

- um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o *Net Present Value (NPV)* do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados antes da entrada em vigor do contrato, deduzidos de incentivos à locação recebidos, penalidades por término (se razoavelmente certas), bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);
- um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (*NPV*), o que inclui:
 - pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
 - pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente e utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;
 - as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;
 - o preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
 - pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Quando não seja possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da *IFRS 16*), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário a qual incorpora a curva de taxa de juro sem risco (curva *swap*), acrescido de um spread de risco da Associação, aplicada sobre o prazo

médio ponderado de cada contrato de locação. Para os contratos com termo, é considerada essa data como data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória são consideradas as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação;
- a quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para incorporar a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

A Associação reavalia um passivo de locação, e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso, sempre que:

- houver uma alteração do prazo da locação, ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos e utilizando uma taxa de desconto também revista;
- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista); ou
- um contrato de locação é modificado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

Os ativos sob direito de uso são depreciados desde a data de entrada em vigor até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de a Associação ir exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso deve ser depreciado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação começa na data de entrada em vigor da locação.

Os registos das locações nas demonstrações financeiras da Associação são como segue:

na demonstração dos resultados:

- (i) registo em “Juros e encargos similares” o gasto de juros relativo aos passivos de locação;

- (ii) registo em “Gastos gerais administrativos” os montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de ativos de baixo valor; e
- (iii) registo em “Depreciações e amortizações do exercício” o custo de depreciação dos ativos sob direito de uso.

no balanço:

- (i) registo em “Outros ativos tangíveis”, pelo reconhecimento dos ativos sob direito de uso; e
- (ii) registo em “Outros passivos” pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

na demonstração dos fluxos de caixa:

A rubrica Fluxos de caixa de atividades operacionais – Outros pagamentos e recebimentos inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de ativos de baixo valor e a rubrica Fluxos de caixa de atividades de financiamento – Pagamentos de passivos de locações, inclui os montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações.

f) Ativos financeiros

Ativos financeiros: Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

A classificação é efetuada tendo em consideração os seguintes aspetos:

- O modelo de negócio do MGAM para a carteira onde o ativo financeiro será inserido; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Avaliação do Modelo de Negócio

A Associação procedeu, com referência a 1 de janeiro de 2023, à avaliação do Modelo de Negócio onde se enquadram os ativos financeiros, isto é, ao nível das carteiras e da forma como estas são geridas.

O modelo de negócio reflete a forma como a Associação gere os seus ativos numa ótica de geração de fluxos de caixa. Assim importa perceber se o objetivo da Associação é apenas receber os fluxos de caixa contratuais dos ativos ou se pretende receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda dos ativos. Se nenhuma destas situações é aplicável, isto é, os ativos financeiros são detidos para negociação, então os ativos financeiros são classificados como parte de “outro” modelo de negócio e reconhecidos ao justo valor através de resultados.

O fator considerado pela Associação, na identificação do modelo de negócio, para um conjunto de ativos tem em conta as especificidades das modalidades associativas e a gestão das suas carteiras de ativos, considerando a seguinte informação relevante:

- Política e objetivos definidos para a gestão de carteiras;
- Tipo de carteiras e responsabilidades associadas;
- Perfil de recebimento de juros contratualizados de acordo com a duração das responsabilidades;
- Venda de ativos com a finalidade de realizar fluxos de caixa;
- Análise da performance das carteiras;
- Identificação dos riscos que podem afetar o desempenho das carteiras e o modelo de negócio; e
- Histórico da frequência da venda de ativos, expectativas futuras e impacto no modelo de negócio.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais

Avaliação se os fluxos de caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI – *Solely Payments of Principal and Interest*).

Para efeitos desta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial e “juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período e para outros riscos e custos associados a atividade como risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro.

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, foram considerados os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação incluiu a análise da existência de situações em que os termos contratuais possa modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa de forma que não cumpram a condição de SPPI.

No processo de avaliação, atendeu-se, nomeadamente a:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultem em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado/e ou de extensão da maturidade;
- Cláusulas que possam limitar o direito de reclamar os fluxos de caixa em relação a ativos específicos, por exemplo a existência de cláusulas que impedem o acesso a ativos em caso de incumprimento – “*non-recourse asset*”; e
- Características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro ou do risco de crédito.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente como critério SPPI, se:

- O ativo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao valor nominal contratual;

- O pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato acrescido dos juros contratuais periodificados ainda não pagos, podendo, inclusive, incluir uma compensação pelo pagamento antecipado; e
- O justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na carteira de “Ativos financeiros ao custo amortizado” se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

O ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e

Os fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente, são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas de crédito esperadas, as quais reduzem o valor do ativo financeiro por contrapartida de gastos do período.

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos em proveitos, com base no método da taxa de juro efetiva e os ganhos e perdas gerados no momento do desreconhecimento, caso ocorram, são registados como proveito ou perdas do período.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral

Classificação

Instrumentos de dívida

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de Outro rendimento Integral” se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro, caso surjam oportunidades de negócio que o justifiquem; e

Os fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Instrumentos de capital

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital, que não seja detido para negociação, o MGAM pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de “Ativos

financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral". Esta opção é exercida caso a caso e está disponível apenas para a generalidade dos instrumentos que cumpram a definição de instrumentos de capital prevista na IAS 32.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação e, subsequentemente, são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento Integral (reservas de reavaliação). Aquando da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumuladas em outro rendimento integral são registados em resultados.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, por contrapartida de outro rendimento integral e não reduzem a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço nem nos capitais próprios.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos em resultados do período com base no método da taxa efetiva.

Instrumentos de capital com opção irrevogável

Os instrumentos de capital, com opção irrevogável, ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação e, subsequentemente, são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento Integral (reservas de reavaliação). Aquando da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumuladas em outro rendimento integral permanecem em outro rendimento integral.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas" se o modelo de negócio ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado, nem ao justo valor através de outro rendimento integral. Em conformidade com esta análise, a Associação classificou como "Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas" os seguintes ativos:

Instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida, ou seja, não cumprem o critério de SPPI);

Ativos financeiros de rendimento variável, como unidades de participação em fundos de investimento.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou os proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidos em resultados.

A periodização de juros é reconhecida em proveitos no exercício em que ocorrem com base na taxa de juro efetiva de cada transação. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Reclassificação entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado, alterações essas que se esperam que sejam muito pouco frequentes. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados. A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos ou perdas, incluindo os resultantes de imparidade, ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de (i) investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral ou (ii) quando a opção pelo justo valor foi exercida para ativos e passivos financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O MGAM desreconhece os ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros forem substancialmente transferidos ou o MGAM não mantiver o controlo dos mesmos.

Perdas de Imparidade

O MGAM reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros classificados como:

Ativos financeiros ao custo amortizado

As perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida de resultados.

Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas em resultados por contrapartida de outro rendimento integral, não reduzindo o balanço destes ativos financeiros nem os capitais próprios.

Definições e conceitos

No âmbito do modelo de IFRS9, são reconhecidas imparidades para perdas de crédito esperadas em função da deterioração do risco de crédito verificada desde o seu reconhecimento inicial.

A probabilidade de incumprimento (PD) representa a probabilidade de ocorrência de incumprimento num determinado horizonte temporal.

A avaliação da probabilidade de incumprimento é efetuada com recurso aos ratings atribuídos por agências de rating de referência para cada emissão ou emitente, caso não esteja atribuída classificação à emissão.

Perda esperada de incumprimento (LGD) consiste numa estimativa da perda resultante de um incumprimento (*default*), expressa em percentagem da exposição que o MGAM espera ter após um evento de incumprimento (*default*).

A exposição ao incumprimento (EAD) é a estimativa da exposição numa data de incumprimento futura que tem em conta as alterações esperadas depois da data de reporte, tais como reembolsos de capital e juros.

A perda de crédito esperada (ECL) deve refletir o valor temporal do dinheiro, pelo que as exposições em incumprimento têm de ser descontadas para a data de reporte. A taxa de desconto (D) a considerar será a taxa de juro efetiva do ativo no momento de reconhecimento inicial, já que é um valor que considera as perspetivas do mercado relativamente ao valor temporal do dinheiro e aos riscos específicos dos fluxos de caixa.

Para este efeito, as operações são classificadas num dos seguintes *stages*:

Stage 1: são classificadas nesta fase os instrumentos de dívida em que não se verifica um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. As perdas por imparidade associadas a operações classificadas nesta fase correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de incumprimento (*default*) que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

Stage 2: são classificadas nesta fase os instrumentos de dívida em que se verifica um aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, mas que não estão em situação de imparidade. As perdas por imparidade associadas a obrigações classificadas nesta fase correspondem às perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de incumprimento que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado dos instrumentos de dívida (perdas de crédito esperadas "*lifetime*"). Considera-se que nas seguintes situações se verifica um aumento significativo do risco de crédito:

- Degradação significativa da notação de rating, entre a notação atribuída na data de entrada da posição em carteira e a notação atribuída na data de reporte;
- Exposições que não tenham notação atribuída na data de entrada da posição em carteira ou na data de reporte;

- Exposições que há data de reporte tenham notação de risco elevada;
- Situações em que se verifique na data de reporte um atraso superior a 30 dias no pagamento de capital ou juros (*backstop*).

Stage 3: ativos para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas. Neste caso, o montante de imparidade refletirá as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do ativo. Considera-se com evidência objetiva de imparidade os títulos em que se verifique pelo menos uma das condições da definição de incumprimento:

- Situações em que se verifique na data de reporte um atraso superior a 90 dias no pagamento de capital ou juros;
- Situações em que se verifique uma reestruturação do plano de pagamento inicial, que implique perda financeira para os detentores dos títulos;

g) Operações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, as quais são registadas em outro rendimento integral.

h) Demonstração dos fluxos de caixa

Os conceitos utilizados na apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa são os seguintes:

Fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, disponibilidades em instituições de crédito e aplicações de muito curto prazo em instituições de crédito (com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço) e com risco insignificante de variações de justo valor.

Atividades operacionais

Utiliza-se o método indireto para a apresentação dos fluxos de caixa atividades operacionais, refletindo o fluxo das atividades típicas da Associação, bem como outras atividades que não são qualificadas como de investimento ou financiamento.

Atividades de investimento

A aquisição, venda ou outras alienações de ativos de longo prazo, tais como participações em empresas filiais e associadas, aquisição de ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, assim como outros investimentos estratégicos não incluídos nas atividades operacionais.

Atividades de financiamento

Inclui os recebimentos / pagamentos relativos a instrumentos de capital, financiamentos obtidos, e pagamentos de passivos de locações.

i) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar aos associados e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Associação procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

j) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k) Benefícios aos empregados

Pensões

No final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, Caixa económica bancária S.A. (anteriormente designada por Caixa Económica Montepio Geral) (adiante designada “CEMG” ou “Caixa Económica Montepio Geral”) que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O MGAM tem a responsabilidade de pagar aos seus Administradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência bem como subsídio por morte, nos termos do estabelecido no contrato do Fundo de Pensões do Montepio Geral, gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida do MGAM com o plano de benefícios acima referido é estimada anualmente, com referência a 31 de dezembro de cada ano.

A responsabilidade líquida do MGAM relativa ao plano de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada Administrador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto

correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano é calculado pelo MGAM multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O MGAM reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido na rubrica de custos com pessoal.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo MGAM de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

Férias e subsídio de férias

Em Portugal, de acordo com a lei laboral, os empregados têm direito a 22 dias úteis de férias anuais, bem como a um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no ano anterior ao seu pagamento. Estas responsabilidades da Associação são registadas quando incorridas, independentemente do momento do seu pagamento, e são refletidas na rubrica “Outros passivos”.

Remunerações variáveis aos órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

l) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases atuariais aprovadas pelo Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras, a Associação efetua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efetuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detetada deverá ser reconhecida pela Associação, no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

m) Contratos de seguro

Classificação

A Associação no âmbito das modalidades associativas emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Associação aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o associado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o associado é classificado como um contrato de seguro e reconhecido de acordo com os critérios definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro.

Um contrato emitido pela Associação cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Associação que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os proveitos inerentes a associados de cada uma das modalidades com risco de seguro de vida e risco de investimento, com participação nos resultados discricionária, são reconhecidos como proveitos quando as modalidades são subscritas. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões matemáticas.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo enquadrados na norma IAS 37 e divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Um passivo contingente corresponde:

- a) a uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da Associação; ou
- b) a uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) Não é provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes identificados são objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

o) Impostos sobre lucros

Até 31 de dezembro de 2016, o MGAM encontrava-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas («IRC»), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido ainda reconhecida por Despacho de 3 de junho de 2003, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, aquela isenção deixou de ser aplicável em virtude da não verificação dos respetivos requisitos, passando o MGAM a estar sujeito ao

regime estabelecido no Código do IRC para as pessoas coletivas e outras entidades que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

O passivo ou ativo por imposto corrente de períodos anteriores bem como os passivos ou ativos por impostos diferidos devem ser mensurados pelas quantias que se estimam pagar ou receber nos termos da legislação aplicável que esteja em vigor ou substancialmente em vigor à data de final do período de reporte.

Tendo em consideração a alteração do regime fiscal aplicável, os efeitos das alterações são reconhecidos em resultados ou em outro rendimento integral consoante se relacionem com itens que sejam reconhecidos, no mesmo ou em diferentes períodos, em resultados ou fora dos resultados (em outro rendimento integral ou diretamente em capital próprio).

O registo dos impactos fiscais das transações realizadas pela Associação corresponde ao entendimento da gestão sobre o tratamento fiscal aplicável à luz da legislação emitida. Nas situações em que haja lugar a interpretação e tal venha a ser questionado pela Administração Fiscal, a gestão procede à sua reanálise, avaliando a probabilidade de existir

uma responsabilidade a registar, consoante a probabilidade de pagar seja superior ou inferior ao 50%.

Em outubro de 2021, no âmbito do projeto de combate à Erosão da Base Tributável e Transferência de Lucros (*"BEPS 2.0 – Base Erosion and Profit Shifting 2.0"*) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (*"OCDE"*), cerca de 137 membros da OCDE/G20, que representam 90% do PIB mundial chegaram a acordo para uma reforma do sistema tributário internacional, através do qual foi aprovado um quadro geral para um regime de imposto mínimo mundial designado de *"Pilar II"*.

Neste sentido, o Pilar II do BEPS 2.0, consagrado na Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022, veio instituir um nível mínimo mundial de tributação de 15% para as grandes empresas multinacionais e para os grandes grupos domésticos, o qual poderá resultar no pagamento de um imposto complementar.

A este respeito, e no que se refere a Portugal, importa notar que, em novembro de 2024, foi publicada a Lei nº 41/2024, a qual vem transpor a Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022.

O Grupo Montepio tem vindo a encetar esforços por forma a identificar os potenciais impactos associados à implementação das regras do Pilar II, tendo verificado que deverá cumprir com os critérios de elegibilidade para a aplicação das regras do Pilar II, nomeadamente por apresentar rendimentos anuais consolidados superiores a €750M em dois dos últimos quatro exercícios.

De acordo com a análise efetuada, o perímetro do Grupo Montepio para efeitos do Pilar II será constituído por 26 entidades, as quais se encontram localizadas em duas jurisdições – Portugal e Moçambique.

Não obstante, tanto a Diretiva como o anteprojeto estabelecem uma regra de exclusão de aplicação da *Income Inclusion Rule ("IIR")* e da *Undertaxed Payments Rule ("UTPR")* para os grandes grupos nacionais e os grupos de empresas multinacionais que se encontrem em fase inicial de atividade internacional.

Esta regra especial estatui que o imposto complementar devido é zero na jurisdição da entidade-mãe final dos grandes grupos nacionais e dos grupos de empresas multinacionais que se encontrem numa fase inicial da sua atividade internacional, a qual pressupõe (no caso dos grupos de empresas multinacionais) que, em cada exercício fiscal: (i) incluam entidades constituintes localizadas em não mais de seis jurisdições e (ii) a soma do valor contabilístico líquido dos ativos tangíveis de todas as suas entidades constituintes, com exceção das entidades constituintes localizadas na jurisdição de referência, não seja superior a €50M.

Adicionalmente, a referida norma prevê a possibilidade de aplicação da regra de exclusão durante cinco anos após o início do primeiro exercício fiscal em que o grupo passe a estar abrangido pelas regras do Pilar II. No entanto, deverá ser aferido anualmente se os requisitos acima elencados se encontram cumpridos.

De acordo com a análise realizada, o Grupo Montepio cumpre com os requisitos para aplicação da regra de exclusão referente a grupos de empresas multinacionais que se encontrem em fase inicial da sua atividade internacional, ficando assim, dispensado do pagamento do imposto complementar a respeito das suas entidades localizadas em Portugal, jurisdição da entidade-mãe final (Montepio Geral – Associação Mutualista).

Por sua vez, no que respeita à entidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A., dado o seu montante total de rendimentos e resultado antes de impostos, é expectativa do Grupo que a mesma não origine encargos Pilar II, nomeadamente por aplicação da exclusão de minimis e das regras de salvaguarda transitórias.

p) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

q) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando deliberados e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

r) Justo Valor

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência (nível 1).

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns dos ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

A Associação aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam por exemplo curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado (nível 2).

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pelo MGAM são os seguintes:

Caixa e Disponibilidades em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Aplicações em instituições de crédito

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Outros ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Hierarquia de justo valor

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados ativos e líquidos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor não é determinado com base em cotações de preço obtidas em mercados ativos incluídos no nível 1, mas sim com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado ativo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- Nível 3: o justo valor não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

s) Eventos subsequentes

A Associação Mutualista analisa os eventos ocorridos após a data de balanço, ou seja, os acontecimentos favoráveis e/ou desfavoráveis que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão.

Neste âmbito podem ser identificados dois tipos de eventos:

- i) aqueles que proporcionam prova de condições que existiam à data de balanço (eventos após a data de balanço que dão lugar a ajustamentos); e

- ii) aqueles que sejam indicativos das condições que surgiram após a data de balanço (eventos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos). Os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras que não sejam considerados eventos ajustáveis, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

1.3 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações financeiras

As *IFRS* estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na Nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Perdas por imparidade em ativos financeiros e instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral

A determinação das perdas por imparidade para instrumentos financeiros envolve julgamentos e estimativas relativamente aos seguintes aspetos, entre outros:

a) *Aumento significativo do risco de crédito:*

As perdas por imparidade correspondem às perdas esperadas em caso de *default* num horizonte temporal de doze meses, para os ativos em Estágio 1, e às perdas esperadas considerando a probabilidade de ocorrência de um evento de *default* em algum momento até à data de maturidade do instrumento financeiro, para os ativos em Estágio 2 e 3. Um ativo é classificado em Estágio 2 sempre que se verifique um aumento significativo no respetivo risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Na avaliação da existência de um aumento significativo do risco de crédito, a Associação tem em consideração informação qualitativa e quantitativa, razoável e sustentável.

b) *Probabilidade de incumprimento:*

A probabilidade de incumprimento é um fator determinante na mensuração das perdas de crédito esperadas. A estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período temporal é inferida com base, primordialmente, nos *spreads* observáveis no mercado e nos *ratings* atribuídos por agências de avaliação creditícia de referência para cada emissão ou emitente, caso não exista classificação atribuída à emissão. A informação proveniente destes *spreads* de mercado, assumindo que são líquidos, reflete a fase atual do ciclo económico e incorpora uma visão prospetiva.

c) *Perda dado o incumprimento:*

A Perda em Caso de Incumprimento (LGD – *Loss Given Default*) indica a percentagem de perda que se espera incorrer caso a exposição entre em incumprimento. A LGD atribuída a cada exposição resulta da informação publicada pelas agências de *rating*, refletindo o valor médio de perda observada para os incumprimentos observados no passado. A LGD atribuída a cada exposição é diferenciada entre exposições a soberanos e exposições a emitentes não soberanos. Para estas últimas, considera-se também o grau de subordinação do instrumento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas e apresentadas na Nota 19, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Provisões matemáticas (ver Nota 28)

As provisões técnicas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas.

Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas (ver Nota 20)

A Associação avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, quando existem indícios de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por

resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na determinação da imparidade em subsidiárias e associadas encontram-se descritos na Nota 20.

Impostos sobre os lucros (ver Nota 24)

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Este aspeto assume relevância acrescida para efeitos da análise de recuperabilidade dos impostos diferidos, sendo que a Associação considera projeções de lucros tributáveis futuros baseados num conjunto de pressupostos, incluído a estimativa de resultados antes de impostos, ajustamentos à matéria coletável e a sua interpretação da legislação fiscal. Desta forma, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração, nomeadamente na capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados.

De referir que a Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro de 2024, procedeu à alteração da taxa de IRC de 21% para 20%, o que se configura na redução da taxa em 1 ponto percentual.

No que respeita ao imposto diferido, a alteração de 1% na taxa de IRC motivou a reavaliação da taxa de imposto diferido relativa ao exercício de 2024 e seguintes.

Ora, na medida em que o imposto diferido reflete quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis ou pagáveis em períodos futuros, a taxa de imposto diferido deverá, também, acompanhar a redução da taxa de imposto corrente já que, futuramente, o imposto a recuperar ou a pagar será 1% inferior.

No que respeita aos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais, os mesmos passaram a ser contabilizados à taxa de 20%. Quanto aos restantes ativos e passivos por impostos diferidos, aplicando a taxa de IRC de 20%, a taxa apurada é de 28,5%. Por razões de prudência, e á semelhança do já efetuado em exercícios anteriores, manteve-se a taxa para o cálculo dos ativos e passivos por impostos diferidos nos 25,6%, correspondendo à que tem vindo a ser utilizada desde 2018.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Associação durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que existam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Associação, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados (ver Nota 26)

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2 NÚMERO DE ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2024, a Associação possuía 610 181 (2023: 604 799) Associados efetivos, que efetuaram 936 123 inscrições (2023: 927 662).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o número de Associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	2024	2023
Modalidades individuais		
Montepio Poupança Complementar	410 871	398 616
Montepio Proteção de Encargos	83 023	86 974
Capitais de previdência diferidos com opção + Montepio 5 em 5	144 790	149 053
Montepio Poupança reforma	22 728	22 368
Capitais para jovens + Montepio 18-30	10 651	10 896
Capitais de previdência + Montepio Proteção Vida	5 462	5 584
Montepio Capital Certo	97 604	93 521
Pensões de reforma	1 681	1 889
Pensões de sobrevivência e dotes	1 010	1 043
Outros	967	1 026
	778 787	770 970
Modalidades de coberturas adicionais		
Pensões de Reforma - Restituição de quotas	2 224	2 428
Capital Temporário de Invalidez	17	19
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez	34	42
Quotas para Capitais de Garantia (MPC)	13	13
Quotas para Capitais de Garantia (MCC)	75	77
	2 363	2 579

3 PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS

Nos exercícios de 2024 e 2023, os proveitos inerentes a associados são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Jóias	336	316
Quotizações e capitais	927 847	865 879
Outros proveitos inerentes a associados	3 501	3 291
	931 684	869 486

As Quotizações e capitais referem-se aos montantes entregues pelos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguro descrita na Nota 1.2 m), assim como o benefício de solidariedade associativa, sendo analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção / Montepio Proteção 5 em 5	36 038	41 897
Garantia de pagamento de encargos	22 597	23 052
Capitais para jovens / Montepio Proteção 18-30	4 547	4 445
Pensões de reforma	753	788
Capitais de previdência	612	626
Outras	216	245
	64 763	71 051
Outras Modalidades		
Encargos médicos Administrativos	2	1
Capitais de Garantia	163	170
	165	171
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	118 220	122 703
Poupança reforma	7 309	7 005
Capitais de reforma de prazo certo	724 872	652 837
Modalidades coletivas	122	121
	850 523	782 666
Outros		
Benefícios de solidariedade associativa	12 037	11 870
Rendas vitalícias	356	121
Rendas temporárias	3	1
	12 396	11 991
	927 847	865 879

O aumento ocorrido nos proveitos inerentes a associados resulta, fundamentalmente, do maior número de subscrições nos produtos mutualistas face ao ano anterior, em particular nas modalidades de capitalização.

4 CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS

Nos exercícios de 2024 e 2023, os custos inerentes a associados são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Prestações e capitais	751 812	830 231
Melhorias de benefícios	4 244	4 384
Outros custos inerentes a associados	20 682	22 415
	776 738	857 030

O decréscimo ocorrido nos custos inerentes a associados resulta, fundamentalmente, do menor número de resgates antecipados nos produtos mutualistas face ao ano anterior, em particular nas modalidades de capitalização.

A rubrica “Prestações e capitais” diz respeito aos montantes entregues ou reembolsados aos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguros definida na Nota 1.2 m).

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	2024	2023
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção	55 743	50 938
Capitais para jovens	6 100	5 605
Pensões de reforma	7 071	6 768
Capitais de previdência	487	688
Capitais transferidos para Pensão / Renda	560	576
Outras	747	1 006
	70 708	65 581
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	140 593	170 476
Poupança reforma	7 021	9 781
Capitais de reforma de prazo certo	531 703	582 294
Modalidades coletivas	137	260
	679 454	762 811
Outros		
Benefício de solidariedade associativa	295	283
Rendas vitalícias	1 287	1 464
Rendas temporárias	68	92
	1 650	1 839
	751 812	830 231

A rubrica “Outros custos inerentes a associados” refere-se a restituição de quotas, cessões de direitos, pagamentos de capital contratados afetos a contratos de crédito à habitação, por morte ou invalidez do Associado Subscritor, nas situações de risco cobertas (morte, morte e Invalidez absoluta e definitiva ou morte e invalidez total e permanente, consoante a cobertura subscrita) e custos promocionais.

A rubrica “Melhorias de benefícios” é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção	44	75
Capitais para jovens	29	33
Pensões de reforma	2 425	2 374
Capitais de previdência	891	1 002
Capitais transferidos para Pensão / Renda	30	36
Outras	825	864
	4 244	4 384

5 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Nos exercícios de 2024 e 2023, o valor desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2024		
	Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	Total
Provisões matemáticas	(215 273)	37 847	(177 426)
Melhorias de benefícios	-	1 450	1 450
	(215 273)	39 297	(175 976)

(milhares de euros)

	2023		
	Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	Total
Provisões matemáticas	(47 963)	25 552	(22 411)
Melhorias de benefícios	-	2 626	2 626
	(47 963)	28 178	(19 785)

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2024 e de 2023 nas provisões técnicas encontra-se detalhado na Nota 28.

6 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2024 e 2023, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2024	2023
Juros e rendimentos similares		
Juros de aplicações em instituições de crédito	2 139	612
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	254	261
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	26 496	29 166
Outros juros e rendimentos similares	100	91
	28 989	30 129
Juros e encargos similares		
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(725)	(686)
Juros de locações	(81)	(66)
Outros juros e encargos similares	(1)	(4)
	(807)	(756)

Os Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, são relativos, na sua maioria, a juros de títulos de dívida de subsidiárias da Associação (ver Nota 32 – Partes relacionadas) e a juros de títulos de dívida pública e obrigações do tesouro.

7 RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2024 e 2023, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2024	2023
Rendimentos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	10	20
Rendimentos de subsidiárias e associadas	20 561	2 972
	20 571	2 992

O detalhe dos rendimentos de subsidiárias e associadas refere-se a dividendos recebidos (ver na Nota 32 – Partes relacionadas).

8 RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nos exercícios de 2024 e 2023, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2024			2023		
	Rendimentos	Gastos	Total	Rendimentos	Gastos	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 856	(121)	1 735	628	-	628
De outros emissores	44	(25)	19	374	(20)	354
Bilhetes do tesouro	-	-	-	146	-	146
Títulos de rendimento variável						
Ações	199	(653)	(454)	735	(21)	715
Unidades Participação	182	(303)	(121)	1 600	(1 532)	68
	2 281	(1 102)	1 179	3 483	(1 573)	1 910

9 RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Nos exercícios de 2024 e 2023, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2024			2023		
	Rendimentos	Gastos	Total	Rendimentos	Gastos	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 994	(20)	1 974	71	(16)	55
De outros emissores	643	(327)	316	613	(25)	589
Bilhetes do Tesouro	473	-	473	-	(1)	(1)
	3 110	(347)	2 763	685	(42)	643

10 IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES

Nos exercícios de 2024 e 2023, esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 19)		
Dotação do exercício	(3 042)	(1 006)
Reversão do exercício	2 851	8 792
	(192)	7 786

Em 2023, a reversão de imparidade resulta, fundamentalmente, da melhoria do *rating* da subsidiária Banco Montepio, na qual a Associação detém ativos financeiros ao justo valor

através de outro rendimento integral, no montante de Milhares de Euros 148 445 (ver Nota 19).

11 IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS LÍQUIDA DE REVERSÕES

Nos exercícios de 2024 e 2023, esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Imparidade de Outros Ativos Líquida de Reversões		
Aplicações em instituições de crédito (Nota 17)		
Dotação do exercício	-	(4)
Reversão do exercício	8	12
	8	8
Investimentos em subsidiárias e associadas (Nota 20)		
Dotação do exercício	-	-
Reversão do exercício	155 918	66 706
	155 918	66 706
Ativos tangíveis (Nota 22)		
Dotação do exercício	(19)	-
	(19)	-
Outros ativos (Nota 25)		
Dotação do exercício	(86)	(215)
Reversão do exercício	158	224
	72	9
	155 979	66 723

O detalhe da imparidade em Investimentos em subsidiárias e associadas é analisado na Nota 20.

12 GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2024 e 2023 esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais	2 375	2 465
Remunerações do pessoal	1 953	1 386
Benefícios pós emprego (ver Nota 26)	570	506
Encargos sobre remunerações	894	766
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	15	15
Outros gastos com o pessoal	568	553
	6 375	5 692

Os gastos com remunerações e outros benefícios, incluindo os respetivos encargos, atribuídos à Comissão de Vencimentos, à Assembleia de Representantes, ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração e ao Outro pessoal chave da gestão da Associação, durante os exercícios de 2024 e de 2023, são apresentados como segue:

(milhares de euros)

2024

	Comissão de vencimentos	Assembleia de Representantes	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	18	128	210	2 019	148	2 523
Benefícios pós emprego (ver Nota 26)	-	-	-	570	-	570
Contribuições para o SAMS	-	-	-	4	-	4
Encargos com a Segurança Social	3	25	37	416	32	513
Total	21	153	247	3 009	180	3 610

(milhares de euros)

2023

	Comissão de vencimentos	Assembleia de Representantes	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	33	130	210	2 092	111	2 576
Benefícios pós emprego (ver Nota 26)	-	-	-	506	-	506
Contribuições para o SAMS	-	-	-	4	-	4
Encargos com a Segurança Social	6	24	31	423	24	508
Total	39	154	241	3 025	135	3 594

Considera-se como, Outro pessoal chave da Gestão os diretores de primeira linha.

As remunerações fixas a vigorar para o quadriénio 2022-2025, foram fixadas nos seguintes termos: Presidente do Conselho Administração, Milhares de Euros 415; Vogais Executivos, Milhares de Euros 365 e os Vogais Não Executivos Milhares de Euros 130. Estes montantes são pagos em 14 prestações mensais, iguais e sucessivas.

O Conselho de Administração e o efetivo de trabalhadores ao serviço da Associação, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2024	2023
Conselho de Administração	6	6
Responsáveis por áreas de suporte	3	2
Técnicos	33	20
Administrativos	12	11
Estagiários	-	1
Porteiros	10	12
	64	52

13 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2024 e 2023, o valor desta rubrica é composto por:

	2024	2023
Trabalhos especializados	18 808	17 380
<i>Cedência de Pessoal (ver Nota 32)</i>	10 083	6 073
<i>Informática</i>	2 460	2 545
<i>Trabalho independente</i>	343	421
<i>Encargos com Inspeções Médicas</i>	229	213
<i>Custos com MGAI - Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE (liquidado em 2024)</i>	52	1 425
<i>Outros serviços especializados</i>	5 641	6 703
Publicidade e propaganda	368	316
Vigilância e Segurança	326	263
Comissões	-	4
Conservação e reparação	190	144
Materiais	142	151
Energia e fluídos	199	91
Deslocações, estadas e transportes	60	34
Serviços Diversos	1 158	1 131
<i>Rendas e Alugueres</i>	101	96
<i>Comunicações</i>	453	456
<i>Seguros</i>	151	135
<i>Despesas de Representação</i>	48	46
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	7	11
<i>Outros serviços</i>	398	388
	21 249	19 515

A rubrica 'Cedência de Pessoal' refere-se aos gastos suportados pela Associação com trabalhadores cedidos por entidades do Grupo, maioritariamente pela Caixa Económica Montepio Geral, afetos a diversas áreas, tais como: Secretariado Geral, Centro Corporativo, Direção Rede Mutualista, Direção de redes complementares, Direção de Comunicação, Marketing e Digital, Direção de Oferta Mutualista, Direção de Gestão de Meios, Gabinete de Compliance, Gabinete de Gestão de Riscos, Gabinete de Atuariado, Gabinete Financeiro,

Gabinete de Contabilidade, Gabinete de Auditoria Interna, Gabinete de Responsabilidade Social e Gabinete de Formação e Estudos Mutualistas.

Em 2024 foi registado um encargo, no montante de Milhares de Euros 41, com responsabilidades por complementos de pensões de reforma dos colaboradores cedidos, abrangidos pelo Fundo de Pensões da Caixa Económica Montepio Geral.

Em 2023 foi efetuado um acréscimo de rendimento, no montante de Milhares de Euros 3 642, relativo ao valor a restituir pela Caixa Económica Montepio Geral ao MGAM, associado ao ganho líquido registado por esta nos exercícios de 2023 e 2022 com responsabilidades por complementos de pensões de reforma dos colaboradores cedidos, abrangidos pelo Fundo de Pensões da Caixa Económica, tendo sido tal montante reconhecido como uma redução ao gasto do exercício com cedência de pessoal.

Os “Outros serviços especializados” incluídos na rubrica Trabalhos especializados inclui, entre outros, Milhares de Euros 2 778 relativos ao gasto com a colocação de produtos mutualistas pela Caixa Económica Montepio Geral (2023: Milhares de Euros 3 430), o montante de Milhares de Euros 509 relativos a serviços prestados pela Caixa Económica Montepio Geral (2023: Milhares de Euros 1 054) e Milhares de Euros 719 (2023: Milhares de Euros 840) relativos a avenças com prestadores de serviços de comunicação e publicidade.

Nos exercícios de 2024 e 2023, os honorários contratados para revisão legal de contas, excluindo IVA e despesas, foram como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Exame das demonstrações financeiras individuais	160	155
Exame das demonstrações financeiras consolidadas	25	26
	185	181

Por outro lado, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, ou por entidades da sua rede, nos exercícios de 2024 e 2023, relativos a serviços distintos de auditoria, excluindo IVA e despesas, foram como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Serviços distintos de Auditoria	22	21
	22	21

14 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2024 e 2023, o valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	2024	2023
Ativos fixos tangíveis (Nota 22)		
Edifícios e outras construções	351	285
Equipamento básico	1	1
Equipamento administrativo	45	106
Obras em imóveis arrendados	152	166
Outros ativos fixos tangíveis	4	19
Ativos sob direito de uso - imóveis	450	424
Ativos sob direito de uso - viaturas	174	146
	1 177	1 146
Ativos intangíveis (Nota 23)		
Programas de computador	94	103
	94	103
	1 272	1 249

A rubrica Ativos sob direito de uso corresponde à depreciação das locações de imóveis e de viaturas, as quais são reconhecidas em resultados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, conforme indicado na política contabilística referida na Nota 1.2 e).

15 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2024 e 2023 o valor desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Outros proveitos de exploração		
Rendimentos em propriedade de investimento (ver Nota 21)	17 626	16 651
Ganhos justo valor - propriedades de investimento (ver Nota 21)	27 973	19 356
Rendimentos suplementares	1 292	1 152
Outros	446	4 953
	47 339	42 112
Outros custos de exploração		
Despesas com propriedades de investimento (ver Nota 21)	(1 906)	(1 931)
Donativos diversos	(505)	(527)
Despesas com iniciativa promoção mutualista	(394)	(283)
Revistas Montepio, Montepio Jovem e Clube Tio Pelicas	(74)	(57)
Despesas com eventos institucionais	(188)	(131)
Serviços bancários	(261)	(30)
Outros	(1 866)	(1 453)
	(5 194)	(4 413)
	42 145	37 699

Conforme referido na Nota 1.2 c), as propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor, sendo as variações de justo valor determinadas a cada data de balanço reconhecidas em resultados. No exercício de 2024, a variação de justo valor nas propriedades de investimento foi positiva em Milhares de Euros 27 973 (2023: positiva Milhares de Euros 19 356).

Os Rendimentos com propriedades de investimento incluem em 2024 um montante de Milhares de Euros 8 466 relativo a rendas de imóveis arrendados a entidades do Grupo (2023: Milhares de Euros 8 487) (ver Nota 32).

No exercício de 2023, os Outros proveitos de exploração – Outros, inclui, fundamentalmente, as mais valias obtidas no valor de Milhares de Euros 4 744 com a venda de dois imóveis classificados em balanço na rubrica Propriedades de investimento (ver Nota 21).

16 CAIXA E DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Caixa e disponibilidades em instituições de crédito é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Caixa	1	1
Disponibilidades em instituições de crédito	112 069	98 617
	112 070	98 618

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Depósitos à ordem, inclui um montante de Milhares de euros 112 068 de depósitos à ordem na Caixa Económica Montepio Geral (2023: Milhares de Euros 98 615) (Ver Nota 32).

Estes venceram juros à taxa média anual de 1,925% (2023: 1,25%).

17 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Aplicações em instituições de crédito é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Depósitos a prazo	1 288	31 236
Imparidade de depósitos a prazo	-	(8)
	1 288	31 228

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo desta rubrica incorpora Milhares de Euros 769 relativos a depósitos a prazo constituídos na Caixa Económica Montepio Geral (2023: Milhares de Euros 30 729) (Ver Nota 32).

No exercício de 2024 as aplicações em instituições de crédito, venceram juros à taxa média anual de 3,57% (2023: 2,16%).

Os movimentos para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito são analisados como se segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Saldo inicial	(8)	-
Impacto da adoção da IFRS9	-	(16)
Dotação do exercício (Nota 11)	-	(4)
Reversão do exercício (Nota 11)	8	12
Saldo final	-	(8)

18 ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Títulos de rendimento fixo		
Obrigações de Emissores Públicos	2 558	2 677
Outros emissores	4 792	7 703
	7 350	10 380
Títulos de rendimento variável		
Ações	2 381	506
Unidades de participação	4 909	5 023
	7 290	5 529
	14 640	15 909

Os níveis de valorização de acordo com a hierarquia de justo valor referida na Nota 1.2 r) são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de Emissores Públicos	2 558	-	-	2 558
Outros emissores	4 792	-	-	4 792
	7 350	-	-	7 350
Títulos de rendimento variável				
Ações	2 063	-	318	2 381
Unidades de participação	603	-	4 306	4 909
	2 666	-	4 624	7 290
	10 016	-	4 624	14 640

(milhares de euros)

2023

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de Emissores Públicos	2 677	-	-	2 677
Outros emissores	7 703	-	-	7 703
	10 380	-	-	10 380
Títulos de rendimento variável				
Ações	480	-	26	506
Unidades de participação	590	-	4 433	5 023
	1 070	-	4 459	5 529
	11 450	-	4 459	15 909

Os movimentos ocorridos nos Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e classificados no nível 3 são analisados como se segue:

(milhares de euros)

2024 2023

Saldo inicial	4 459	5 327
Aquisições	535	1 098
Revalorizações	(370)	(588)
Reembolso	-	(1 378)
Saldo final	4 624	4 459

Em 2024 os ativos classificados no nível 3 incluem fundos de investimento e ações não cotadas de várias entidades nos montantes de Milhares de Euros 4 306 (2023: Milhares de Euros 4 433), e Milhares de Euros 318 (2023: Milhares de Euros 26), respetivamente, cuja valorização foi determinada tendo por base modelos de avaliação, cujos inputs não são observáveis de mercado.

Em 2024 a valorização das unidades de participação em fundos de investimentos fechados, no montante de Milhares de Euros 4 306 (2023: Milhares de euros 4 433), resulta da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora.

O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, na apresentação do VLGF dos fundos, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do VLGF tem um impacto de Milhares de Euros 431 (2023: Milhares de Euros 443) no capital próprio (Reserva de justo valor).

19 ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

2024

	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor (ver Nota 30)	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores	354 762	(18 972)	(447)	335 343
Obrigações de outros emissores	310 881	8 583	(5 719)	313 745
Bilhetes do tesouro	140 282	92	(4)	140 370
	805 925	(10 297)	(6 170)	789 458

(1) Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

(milhares de euros)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores	335 343	-	-	335 343
Obrigações de outros emissores	252 071	-	61 674	313 745
Bilhetes do tesouro	140 370	-	-	140 370
	727 784	-	61 674	789 458

(milhares de euros)

2023

	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor (ver Nota 30)	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores	171 612	(21 080)	(110)	150 422
Obrigações de outros emissores	422 038	(4 542)	(5 844)	411 653
Papel comercial	4 983	22	(22)	4 983
Bilhetes do tesouro	11 815	1	(3)	11 812
	610 448	(25 599)	(5 979)	578 870

(1) Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

(milhares de euros)

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores	150 422	-	-	150 422
Obrigações de outros emissores	150 795	-	260 858	411 653
Papel comercial	-	-	4 983	4 983
Bilhetes do tesouro	11 812	-	-	11 812
	313 029	-	265 841	578 870

Os movimentos ocorridos na Reserva de justo valor encontram-se detalhados na Nota 30.

Os Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são classificados e mensurados de acordo com a hierarquia de justo valor referida na Nota 1.2 r).

Em 2024 os ativos classificados no nível 3 incluem obrigações sem mercado ativo (fundamentalmente dívida emitida por entidades do grupo) no montante de Milhares de Euros 61 674 (2023: Milhares de Euros 260 858).

Em 2023, incluía ainda papel comercial no montante de Milhares de Euros 4 983.

A valorização foi determinada tendo por base modelos de avaliação, cujos inputs não são observáveis de mercado.

Em 2024 a análise de sensibilidade que foi efetuada materializou-se numa variação de +/- 1% no risco de crédito para desconto dos cash flows, cujas valorizações foram determinadas tendo por base modelos de avaliação, cujos inputs e pressupostos não são observáveis no mercado. O impacto final, no valor de balanço destes títulos, foi de Milhares de Euros 1 380 (2023: Milhares de Euros 3 738).

Os movimentos ocorridos nos Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e classificados no nível 3 são analisados como se segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Saldo inicial	265 841	255 749
Aquisições	-	127 585
Revalorizações	(168)	10 128
Reembolsos	(203 999)	(127 621)
Saldo final	61 674	265 841

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são analisados como se segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Saldo inicial	(5 979)	(13 765)
Dotação do exercício (Nota 10)	(3 042)	(1 006)
Reversão (Nota 10)	2 851	8 792
Saldo final	(6 170)	(5 979)

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem o montante de Milhares de Euros 210 119 (2023: Milhares de Euros 281 821) relativos a ativos emitidos por partes relacionadas e detalham-se como segue:

(milhares de euros)

2024

Natureza	Entidade / Título	Quantidade (Milhares)	Taxa de cupão	Valor do investimento	Cotação (%)	Valor de balanço (*)	Reserva de justo valor	Nível
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.								
Obrigações	MONTPI 5.625 05/29/28	41 500	5,63%	41 413	103,60	44 375	1 497	Nível 1
Obrigações	MONTPI 8.5 06/12/34	76 000	8,50%	76 184	111,09	88 006	8 340	Nível 1
Obrigações	MONTPI 10 10/30/26	15 000	10,00%	15 000	105,39	16 064	809	Nível 1
				132 597		148 445	10 646	
Montepio Holding SGPS, SA								
Obrigações	FINIBANCO VAR 02/49	99	6,33%	50	84,33	86	31	Nível 3
				50		86	31	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.								
Obrigações	Prazo Indeterminado LUSITANIA 2014	9 000	10,68%	9 000	97,69	8 792	(208)	Nível 3
				9 000		8 792	(208)	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.								
Obrigações	Lusitania Vida Obrigações Subordinadas 2022/2032	7 500	10,00%	7 500	98,66	7 416	(101)	Nível 3
				7 500		7 416	(101)	
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.								
Obrigações	BOLSIMO/2023 - OBRIGAÇÕES 2023/2028	45 000	5,89%	45 000	100,55	45 380	248	Nível 3
				45 000		45 380	248	
				194 147		210 119	10 616	

(*) Inclui juros acrescidos

(milhares de euros)

2023

Natureza	Entidade / Título	Quantidade (Milhares)	Taxa de cupão	Valor do investimento	Cotação (%)	Valor de balanço (*)	Reserva de justo valor	Nível
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.								
Obrigações	CEMG Float 06/09/30	50 000	9,50%	50 000	100,11	52 714	53	Nível 3
Obrigações	MONTPIO EMTN SUB 2018/2028	50 000	10,16%	50 000	100,64	50 360	319	Nível 3
Obrigações	MONTPI 10.5 04/03/29	87 900	10,50%	87 285	101,35	95 943	1 717	Nível 3
Obrigações	MONTPI 10 10/30/26	15 000	10,00%	15 000	104,83	15 979	725	Nível 1
				202 285		214 996	2 814	
Montepio Holding SGPS, SA								
Obrigações	IMP FINIBANCO VAR 02/49	99	6,68%	50	50,66	53	(3)	Nível 3
				50		53	(3)	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.								
Obrigações	Prazo Indeterminado LUSITANIA 2014	9 000	10,93%	9 000	103,46	9 312	312	Nível 3
				9 000		9 312	312	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.								
Obrigações	Lusitania Vida Obrigações Subordinadas 2022/2032	7 500	10,00%	7 500	90,60	6 812	(705)	Nível 3
				7 500		6 812	(705)	
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.								
Obrigações	BOLSIMO/2023 - OBRIGAÇÕES 2023/2028	45 000	6,96%	45 000	101,13	45 666	509	Nível 3
Papel Comercial	PAPEL COMERCIAL BOLSIMO - 1ª emissão	5 000	6,85%	5 000	100,00	4 983	-	Nível 3
				50 000		50 649	509	
				268 835		281 821	2 927	

(*) Inclui juros acrescidos

20 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de dezembro de 2024, são analisados como segue:

2024

	Capital Social	% de Participação	Valor Balanço	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Subsidiárias *							
Caixa Económica Montepio Geral (Contas consolidadas)	1 210 000	99,99%	2 375 610	18 414 800	16 740 400	1 674 400	109 900
Montepio Gestão de Activos – S.G.O.I.C., S.A.	2 857	99,94%	5 065	11 530	3 094	8 436	1 753
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A. (a)	16 500	91,63%	50 119	106 578	46 059	60 519	1 552
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	1 000	99,99%	8 794	10 003	7 515	2 488	601
Montepio Residência para Estudantes S.A.	500	99,60%	498	1 064	265	799	79
Lusitania Companhia de Seguros, S.A. (b)	12 500	99,78%	238 718	564 458	430 354	134 104	7 613
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	20 000	99,79%	101 043	847 344	771 037	76 307	7 458
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 567	76,77%	13 079	14 658	3 398	11 260	1 126
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.	2 146	22,07%	474	16 635	13 303	3 332	(795)
Associadas *							
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.(**)	750	26,40%	308	4 447	822	3 625	516
Bem Comum - Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	202	5	197	(26)
			2 793 788				
Imparidade							
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.			(695 297)				
Lusitania Companhia de Seguros, SA			(128 738)				
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA			-				
			(824 035)				
			1 969 753				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Milhares de Euros 35.000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Milhares de Euros 70.711 referente a prestações acessórias de capital.

Principais factos ocorridos em 2024

O Montepio Gestão de Ativos Imobiliários ACE, foi dissolvido em junho de 2024. Esta dissolução não originou qualquer resultado.

O MGAM reduziu a participação na Novacâmbios – Instituição de Pagamentos, S.A., decorrente do facto de não ter participado no aumento de capital daquela sociedade ocorrido em dezembro de 2024. Em função deste evento, o investimento nesta entidade foi reclassificado de “Investimentos em subsidiárias e associadas”, para “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”.

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de dezembro de 2023, são analisados como segue:

(Milhares de Euros)

2023

	Capital Social	% de Participação	Valor Balanço	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Subsidiárias *							
Caixa Económica Montepio Geral (Contas consolidadas)	1 210 000	99,99%	2 375 610	17 989 500	16 423 000	1 566 500	28 400
Montepio Gestão de Activos – S.G.O.I.C., S.A.	2 857	99,94%	5 065	10 228	2 532	7 696	839
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A. (a)	16 500	91,63%	50 119	110 942	51 122	59 820	1 460
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	1 000	99,99%	8 794	9 523	7 585	1 938	518
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	2 450	65,00%	1 592	3 750	1 300	2 450	-
Montepio Residência para Estudantes S.A.	500	99,60%	498	1 055	319	736	54
Lusitania Companhia de Seguros, S.A. (b)	12 500	97,72%	238 718	551 834	412 933	138 901	10 094
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	20 000	99,79%	101 043	901 221	826 227	74 994	14 950
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	2 567	76,77%	13 079	13 182	2 642	10 540	563
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.	2 146	22,07%	474	20 635	16 451	4 184	553
Associadas *							
Silvíp - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	750	26,40%	308	4 994	1 136	3 858	957
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.	1 750	30,00%	527	6 035	5 028	1 007	104
Bem Comum - Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	264	7	257	(6)
			2 795 907				
Imparidade							
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.			(815 928)				
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.			(158 014)				
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.			(6 010)				
			(979 952)				
			1 815 955				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Milhares de Euros 35.000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Milhares de Euros 70.711 referente a prestações acessórias de capital.

A Associação detém direta e indiretamente 51,35% do capital da Moçambique Seguros, S.A., motivo pelo qual esta entidade é considerada como subsidiária.

Principais factos ocorridos em 2023

Em 10 de fevereiro de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral da CEMG a operação destinada à cobertura dos resultados transitados negativos da CEMG (aprovada em sede de Assembleia de Representantes do acionista MGAM em dezembro de 2022), através da redução de capital da CEMG, de 2.420.000.000 Euros, para, 1.210.000.000 Euros, sem alteração do número de ações existentes, com a finalidade de saneamento dos capitais próprios da Entidade.

Em 10 de fevereiro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., a operação destinada à cobertura dos resultados transitados negativos (aprovada em sede de Assembleia de Representantes do acionista MGAM em dezembro de 2022), através do aumento do respetivo capital social no montante de 114.949 478 Euros, por incorporação de prestações acessórias de capital sob a forma de prestações suplementares e uma subsequente redução do capital social no montante de 114.949.480 Euros.

Em 5 de julho de 2023, a CEMG concluiu a venda de 51% do capital social e dos direitos de voto que detinha no Finibanco Angola (FNBA) ao Access Bank, pelo valor de 15 790 115

milhares de kwanzas, com o contravalor de 17,2 milhões de euros, o que, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, nomeadamente com o estipulado na IAS 21, implicou a reciclagem da reserva cambial negativa de 116 milhões de euros para a rubrica “Resultados de operações em descontinuação”, contabilizada em junho de 2023, não determinando, no entanto, qualquer alteração nos capitais próprios do Banco Montepio.

O Montepio Holding acordou com a RAUVA Enterprises, S.A., a alienação de 100% do capital social do Montepio Investimento, S.A., estando esta operação sujeita à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação por parte das autoridades de Supervisão e de Regulação.

Na sequência desta operação, em 28 de novembro de 2023, os ativos e passivos afetos ao negócio registados nas demonstrações financeiras do Montepio Investimento, foram transferidos para o Banco Montepio

Em 28 de agosto de 2023, a CEMG concluiu com sucesso a venda da participação que ainda detinha no FNBA, equivalente a 29,22% do capital social, ao Access Bank, pelo valor de 9 046 807 milhares de kwanzas, com o contravalor de 10 milhões de euros.

Os movimentos ocorridos na imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas são analisados como se segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Saldo inicial	979 952	1 046 659
Dotação do exercício (Nota 11)	-	-
Reversão (Nota 11)	(155 918)	(66 707)
Utilização/regularização	1	-
Saldo final	824 035	979 952

Testes de imparidade

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 1.2 d), os investimentos em subsidiárias e associadas são analisados para efeito de validação do respetivo valor recuperável sempre que se verifica a existência de indícios de imparidade, e subsequentemente em todos os exercícios em que persiste o registo de imparidade, considerando-se como indícios, nomeadamente, o facto do capital próprio das participadas (consolidado, se aplicável) ser inferior ao valor de aquisição. Com base neste princípio, identificaram-se indícios de imparidade nas participações detidas na Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A., na Lusitania, Companhia de Seguros S.A., na Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. e na Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., pelo que foram realizados testes de imparidade para estas quatro subsidiárias, com os pressupostos e enquadramento descritos abaixo,

No exercício de 2024, o MGAM reconheceu a reversão de imparidades, no montante total de 155.918 milhares de euros, que incluiu a reversão parcial de imparidade na Caixa

Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A., e na Lusitania Companhia de Seguros S.A., e total na Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Caixa Económica Montepio Geral / Banco Montepio

A Caixa Económica Montepio Geral - caixa económica bancária, S.A. (CEMG), comercialmente designada por “Banco Montepio”, foi uma Instituição Anexa ao MGAM desde 1844, data da sua criação, até ao último trimestre de 2015. O Decreto-Lei nº190/2015, de 10 de setembro (Regime Jurídico das Caixas Económicas), veio alterar o regime jurídico da CEMG o que determinou a sua transformação em caixa económica bancária e, seguidamente, em 2017, em sociedade anónima, com um modelo de governo próprio, órgãos sociais próprios e membros de órgãos sociais em exercício exclusivo de funções. A transformação da CEMG em sociedade anónima permitiu a alienação de uma muito pequena percentagem do seu capital social a entidades do setor social (0,007%, representando 169 420 ações em 2024), pelo que a CEMG é detida a 99,99% pelo MGAM (Montepio Geral - Associação Mutualista).

A CEMG é uma entidade estratégica para o MGAM, a qual é parte integrante da estratégia de desenvolvimento da sua atividade associativa e mutualista, porquanto é o canal de relação privilegiado do MGAM com os seus associados, de norte a sul do país e ilhas, não se antevendo a possibilidade de dissociar a CEMG do MGAM na relação que esta mantém com os associados em toda a cobertura geográfica do país. Este quadro determina:

- a) a existência de benefícios económico-financeiros e sinergias exclusivos para o MGAM;
- b) a perpetuidade de uma relação de domínio sobre o controlo de gestão da CEMG por parte do MGAM, quer por razões históricas e fundacionais, quer por razões estratégicas;
- c) que não está no horizonte do MGAM a alienação de uma participação financeira da CEMG que ponha em causa o controlo da mesma, e a sua posição como entidade titular desta, como estipulado no DL nº 190/2015-Regime Jurídico das Caixas Económicas.

A CEMG é uma Caixa Económica Bancária, cujas características decorrem da legislação aplicável. De modo a garantir o cumprimento da estratégia definida para o MGAM, que determina a sua manutenção na esfera legislativa que emana do Regime Jurídico das Caixas Económicas, a participação que o MGAM detém na CEMG não está exposta ao mercado e o seu capital não está aberto a detentores de capital fora da esfera da Economia Social.

De acordo com a política contabilística definida, pelo facto de existirem indícios de imparidade relativamente ao valor recuperável da respetiva participação, foi efetuado um estudo sobre a recuperabilidade do investimento realizado na CEMG. Para efeitos do teste de imparidade, o valor recuperável é determinado tendo por base o maior entre o valor de mercado, líquido dos custos de venda e o valor em uso/“*value in use*” (valor presente dos *cash flows* que se estima venham a ser gerados no decurso da sua atividade futura).

Considerou-se adequado validar a recuperação deste investimento com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base um plano de negócios submetido e aprovado pelo Conselho de Administração da CEMG.

O valor em uso ou “*value in use*” da participada CEMG, em 2024, foi determinado tendo por base:

- i. O plano de negócios da CEMG, aprovado pelo Conselho de Administração, com um horizonte temporal de 3 anos, bem como as projeções, para os dois anos subsequentes (2028 e 2029);
- ii. O crescimento na perpetuidade, estimado em 2%, equivalente ao objetivo do BCE para a taxa de inflação;
- iii. Os requisitos prudenciais de rácio de capital regulamentar exigidos pelas autoridades para a atividade em base individual, de 10,5%, *vis a vis* as folgas de capital existentes;
- iv. A taxa de desconto calculada de acordo com a conjugação de diversos parâmetros que englobam prémios de risco de país, de risco de mercado e parâmetros *beta*, relacionados com o risco específico do investimento numa entidade bancária e, em particular, numa entidade com as características de risco e liquidez da CEMG;
- v. A análise sobre a exequibilidade do plano de negócios submetido pelo Conselho de Administração da CEMG, tendo presente a situação geopolítica internacional, a evolução da economia e do setor bancário nacionais, bem como os pressupostos assumidos, os quais foram considerados prudentes.

Com base nos resultados das análises efetuadas em 2024, foi apurado um valor de avaliação superior ao valor líquido contabilístico pelo qual a participação do MGAM na Caixa Económica Montepio Geral se encontrava registada, havendo então lugar ao registo de reversão de imparidade, no montante de milhares de euros 120 632 considerando os seguintes métodos e pressupostos para o cálculo do respetivo valor de uso:

2024

Métodos e Pressupostos	
Período utilizado	Projeções de <i>cash flows</i> para 5 anos
Taxa de Desconto	9,67%
Taxa de Crescimento da Perpetuidade	2,00%
Média da taxa de variação anual da Margem Financeira	4,48%
Média da taxa de variação anual dos Depósitos	4,14%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação da CEMG é analisada como segue:

	Cenário Central 2024	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25 p.p.	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	9,67%	8,67%	10,67%	9,67%	9,67%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares de euros)	1 559 682	1 559 682	1 559 682	1 559 682	1 559 682
Valor de avaliação da participação (milhares de euros)	1 680 313	1 966 842	1 461 232	1 638 104	1 725 368
Diferencial	(120 632)	(407 161)	98 449	(78 422)	(165 687)
Conclusões	Reversão de imparidade	Potencial Reversão de imparidade	Potencial Reforço de imparidade	Potencial Reversão de imparidade	Potencial Reversão de imparidade

Com base nos resultados das análises efetuadas em 2023, foi apurado um valor de avaliação superior ao valor líquido contabilístico pelo qual a participação do MGAM na Caixa Económica Montepio Geral se encontra registada, havendo lugar ao registo de reversão de imparidade, no montante de Milhares de Euros 59 534, considerando os seguintes métodos e pressupostos para o cálculo do respetivo valor de uso:

2023

Métodos e Pressupostos	
Período utilizado	Projeções de cash flows para 5 anos
Taxa de Desconto	10,72%
Taxa de Crescimento da Perpetuidade	2,00%
Média da taxa de variação anual da Margem Financeira	-1,66%
Média da taxa de variação anual dos Depósitos	3,09%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação da CEMG em 2023, foi como segue:

	Cenário Central 2023	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25 p.p.	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	10,72%	9,72%	11,72%	10,72%	10,72%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares de euros)	1 500 148	1 500 148	1 500 148	1 500 148	1 500 148
Valor de avaliação da participação (milhares de euros)	1 559 682	1 776 861	1 388 124	1 528 522	1 592 680
Diferencial	(59 534)	(276 714)	112 024	(28 374)	(92 532)
Conclusões	Reversão de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade	Potencial Reforço de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade

Lusitania Vida, Companhia de Seguros S.A.

No caso da Lusitania Vida, a estimativa do *Enterprise Value* decorreu da aplicação do método baseado no *Embedded Value*, acrescido do valor atual do *new business*. O *Embedded Value* fornece uma estimativa do valor de mercado duma companhia que explora o ramo Vida e é calculado pela soma da situação líquida ajustada com o valor da carteira em vigor. Os principais pressupostos utilizados no cálculo do *Embedded Value*, foram: i) a taxa de inflação e o crescimento salarial - 2% foram considerados para o período de projeção; (ii) assumiu-se a taxa de mortalidade de 2ª ordem num intervalo entre 7,49% e 39,53% da tabela GKM 80,

ajustada a cada produto; iii) não foram consideradas entregas futuras, exceto as contratualmente programadas; iv) a taxa de desconto aplicada aos cash-flows corresponde à taxa *swap* sem risco fornecida pela EIOPA; v) foram consideradas as despesas do último exercício completo, em termos unitários. Através de um modelo “ABC” foram repartidas as despesas de manutenção, aquisição, sinistros e investimentos, por tipo de produto, canal de distribuição e tipo de despesa, sendo imputadas de forma unitária por contrato. Para efeitos da presente avaliação foi acrescido ao *Embedded Value* um montante correspondente ao valor atual do novo negócio a gerar pela Companhia durante os próximos 10 anos, conforme inscrito no orçamento a cinco anos e, após este período, com pressuposto de crescimento de 2% ao ano. Estes valores são descontados à taxa anual de 8,42% (2023: 9,12%).

Com base nos resultados das análises efetuadas em 2024, foi apurado um valor de avaliação superior ao valor líquido contabilístico pelo qual a participação do MGAM na Lusitania Vida se encontra registada, não havendo lugar ao registo de qualquer imparidade, considerando os seguintes métodos e pressupostos para o cálculo do respetivo valor:

2024

Métodos e Pressupostos	
Taxa de desconto	8,42%
Taxa de Crescimento da Perpetuidade	2,00%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação da Lusitania Vida em 2024 foi como segue:

	Cenário Central 2024	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25 p.p.	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	8,42%	7,42%	9,42%	8,42%	8,42%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares euros)	101 043	101 043	101 043	101 043	101 043
Valor de avaliação da participação (milhares euros)	130 493	130 844	130 165	130 470	130 515
Diferencial (milhares de euros)	(29 450)	(29 801)	(29 122)	(29 427)	(29 472)
Conclusões	Sem registo de imparidades	Sem registo de imparidades	Sem registo de imparidades	Sem registo de imparidades	Sem registo de imparidades

Com base nos resultados das análises efetuadas no exercício de 2023, o MGAM manteve, nesse exercício, o valor relativo à participação que detinha no capital da Lusitania Vida, considerando os seguintes métodos e pressupostos para cálculo do respetivo valor de uso:

2023

Métodos e Pressupostos	
Taxa de desconto	9,12%
Taxa de Crescimento da Perpetuidade	2,00%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação da Lusitania Vida em 2023, foi como segue:

	Cenário Central 2023	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25 p.p.	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	9,12%	8,12%	10,12%	9,12%	9,12%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares euros)	101 043	101 043	101 043	101 043	101 043
Valor de avaliação da participação (milhares euros)	128 041	128 970	127 175	127 982	128 100
Diferencial (milhares de euros)	(26 998)	(27 927)	(26 132)	(26 939)	(27 057)
Conclusões	Sem registo de imparidades	Sem registo de imparidades	Sem registo de imparidades	Sem registo de imparidades	Sem registo de imparidades

Lusitania, Companhia de Seguros S.A.

Na estimativa do *Enterprise Value* da Lusitania Companhia de Seguros, foi utilizado o método dos dividendos descontados, que estima o valor atual dos resultados distribuíveis que as empresas venham a gerar no futuro, com base em projeções económicas relativas ao potencial de crescimento do negócio. Estes valores são descontados a uma taxa de atualização que reflete o valor temporal do dinheiro, assim como os riscos que lhe estão associados. Para estimar os fluxos de caixa previsionais gerados, foram avaliados dois tipos de período, i) um período discreto de projeção entre 2025 e 2029, cobrindo um horizonte temporal que permite estabilizar os meios libertos líquidos para o acionista, ii) após este período, assumiu-se um nível estabilizado de meios libertos líquidos e uma taxa de crescimento ("g") de 2,00% (2023: 2,00%), considerando a taxa objetivo do BCE para a inflação de longo prazo, de forma a calcular a perpetuidade. Foram realizadas análises de sensibilidade a algumas variáveis críticas de forma a garantir a aderência dos pressupostos utilizados pela Gestão na elaboração do Business Plan à realidade da Entidade. Os meios libertos para os acionistas correspondem ao dividendo, em função do resultado do ano, descontados pela taxa de atualização que foi fixada em 7,51% (2023: 10,03%). Para efeitos do referido exercício a libertação destes dividendos foi ainda condicionada ao cumprimento dos rácios de solvabilidade exigidos para a atividade seguradora.

Com base nos resultados das análises efetuadas em 2024, foi apurado um valor de avaliação superior ao valor líquido contabilístico pelo qual a participação do MGAM na Lusitania, Companhia de Seguros S.A. se encontra registada, havendo lugar ao registo de reversão de imparidade, no montante de Milhares de Euros 29 276, considerando os seguintes métodos e pressupostos para o cálculo do respetivo valor de uso:

2024

Métodos e Pressupostos	
Taxa de Desconto (TD)	7,51%
Taxa de Crescimento da Perpetuidade (TCP)	2,00%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação da Lusitania Seguros em 2024, é analisada como segue:

	Cenário Central 2024	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25%	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	7,51%	6,51%	8,51%	7,51%	7,51%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares euros)	80 704	80 704	80 704	80 704	80 704
Valor de avaliação da participação (milhares euros)	109 980	139 516	89 683	105 262	115 146
Diferencial (milhares de euros)	(29 276)	(58 812)	(8 979)	(24 558)	(34 442)
Conclusões	Reversão de imparidade	Potencial Reversão de imparidade	Potencial Reversão de imparidade	Potencial Reversão de imparidade	Potencial Reversão de imparidade

Com base nos resultados das análises efetuadas no exercício de 2023, o MGAM reverteu parcialmente, na altura, a imparidade relativa à participação que detinha no capital da Lusitania Companhia de Seguros, considerando os seguintes métodos e pressupostos para cálculo do respetivo valor de uso:

2023

Métodos e Pressupostos

Taxa de Desconto (TD)	10,03%
Taxa de Crescimento da Perpetuidade (TCP)	2,00%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação da Lusitania Seguros em 2023, foi como segue:

	Cenário Central 2023	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25%	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	10,03%	9,03%	11,03%	10,03%	10,03%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares euros)	75 433	75 433	75 433	75 433	75 433
Valor de avaliação da participação (milhares euros)	80 704	94 923	69 719	78 612	82 930
Diferencial (milhares de euros)	(5 271)	(19 491)	5 714	(3 180)	(7 497)
Conclusões	Reversão de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade	Potencial Reforço de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade	Potencial Reversão de Imparidade

Futuro, SGFP, S.A.

Na estimativa do *Enterprise Value* da participada Futuro, foi de igual modo utilizado o método dos dividendos, que estima o valor atual dos resultados distribuíveis que as empresas venham a gerar no futuro, com base em projeções económicas relativas ao potencial de crescimento do negócio. Estes valores são descontados a uma taxa de atualização que reflete o valor temporal do dinheiro, assim como os riscos que lhe estão associados. Para estimar os fluxos de caixa previsionais gerados, foram avaliados dois tipos de período, i) um período discreto de projeção entre 2025 e 2029, cobrindo um horizonte temporal que permite estabilizar os meios libertos líquidos para o acionista, ii) após este período, assumiu-se um nível estabilizado de meios libertos líquidos e uma taxa de crescimento ("g") de 2,00% (2023: 2%), equivalente ao objetivo do BCE para a taxa de inflação, de forma a calcular a perpetuidade. Foram realizadas análises de sensibilidade a algumas variáveis críticas, com o objetivo de identificar um intervalo de valores para o *Enterprise Value*. Os meios libertos para os acionistas correspondem ao máximo dividendo disponível do

período, em função do resultado do ano, descontados pela taxa de atualização que foi fixada em 7,32% (2023: 7,38%). Foi ainda considerada a exigência de 100% no nível de solvência.

Com base nos resultados das análises efetuadas em 2024, foi apurado um valor de avaliação superior ao valor líquido contabilístico pelo qual a participação do MGAM na Futuro SGFP, SA se encontra registada, havendo lugar à reversão de imparidade, no montante de Milhares de Euros 6 011, considerando os seguintes métodos e pressupostos para o cálculo do respetivo valor de uso:

2024

Métodos e Pressupostos	
Taxa de desconto (TD)	7,32%
Taxa de Crescimento da Perpetuidade (TCP)	2,00%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação na Futuro em 2024, é analisada como segue:

	Cenário Central 2024	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25%	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	7,32%	6,32%	8,32%	7,32%	7,32%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares euros)	7 068	7 068	7 068	7 068	7 068
Valor de avaliação da participação (milhares euros)	13 146	15 801	11 334	12 729	13 603
Diferencial (milhares de euros)	(6 077)	(8 732)	(4 265)	(5 661)	(6 535)
Conclusões	Reversão de Imparidade	Potencial Reversão de imparidade	Potencial Reversão de imparidade	Potencial Reversão de imparidade	Potencial Reversão de imparidade

Com base nos resultados das análises efetuadas em 2023, foi apurado um valor de avaliação superior ao valor líquido contabilístico pelo qual a participação do MGAM na Futuro se encontrava registada, havendo lugar ao registo de reversão de imparidade, no montante de Milhares de Euros 1 902, considerando os seguintes métodos e pressupostos para o cálculo do respetivo valor de uso:

2023

Métodos e Pressupostos	
Taxa de desconto (TD)	7,38%
Taxa de Crescimento da Perpetuidade (TCP)	2,00%

A análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes para a determinação da variação do valor da participação na Futuro em 2023, é analisada como segue:

	Cenário Central 2023	Redução TD -1,00 p.p.	Aumento TD +1,00 p.p.	Redução TCP -0,25%	Aumento TCP +0,25 p.p.
Taxa de desconto (TD)	7,38%	6,38%	8,38%	7,38%	7,38%
Taxa de crescimento da perpetuidade (TCP)	2,00%	2,00%	2,00%	1,75%	2,25%
Valor líquido contabilístico (milhares euros)	5 167	5 167	5 167	5 167	5 167
Valor de avaliação da participação (milhares euros)	7 068	8 192	6 298	6 892	7 262
Diferencial (milhares de euros)	(1 902)	(3 025)	(1 131)	(1 726)	(2 095)
Conclusões	Reversão de Imparidade	Potencial Reversão Imparidade	Potencial Reversão Imparidade	Potencial Reversão Imparidade	Potencial Reversão Imparidade

21 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos na rubrica Propriedades de investimento, durante os exercícios de 2024 e 2023, são analisados como segue:

(milhares de euros)

2024

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Transferências / Reclassificações	Ajustamentos Justo Valor (Nota 15)	Saldo em 31 Dezembro
Propriedades de investimento (Nível 3)*	417 966	14 720	-	(7 621)	27 973	453 038
	417 966	14 720	-	(7 621)	27 973	453 038

* Classificado de acordo com a hierarquia de justo valor definida na IFRS 13

No exercício de 2024, as aquisições de propriedades de investimento no montante de Milhares de Euros 14 720 referem-se, essencialmente, ao progresso nas obras de construção do imóvel da Quinta do Pinheiro, situado na freguesia de Cedofeita, na cidade do Porto, que corresponde a um empreendimento imobiliário com 5 edifícios, destinados a habitação (com uma fração destinada a comércio/serviços) com estacionamento e arrumos.

Em 2024 procedeu-se ainda à reclassificação de um imóvel situado na rua do Carmo de propriedades de investimento para ativos fixos tangíveis, no montante de Milhares de Euros 7 621.

(milhares de euros)

2023

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Transferências / Reclassificações	Ajustamentos Justo Valor (Nota 15)	Saldo em 31 Dezembro
Propriedades de investimento (Nível 3)*	395 142	10 007	(6 531)	(8)	19 356	417 966
	395 142	10 007	(6 531)	(8)	19 356	417 966

* Classificado de acordo com a hierarquia de justo valor definida na IFRS 13

No exercício de 2023, as aquisições de propriedades de investimento no montante de Milhares de Euros 10 007, referem-se, essencialmente, a obras de construção do empreendimento imobiliário da Quinta do Pinheiro acima mencionado.

No exercício de 2023 as alienações de propriedades de investimento ascenderam a Milhares de Euros 6 531, tendo gerado o reconhecimento de mais valias no montante de Milhares de Euros 4 744 (Nota 15).

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de ativos desta natureza. O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transacionar o ativo.

A metodologia adotada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o ativo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transacionados há pouco tempo no

local ou zonas equiparáveis. Os valores de transações conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infraestruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e para os imóveis que se encontram arrendados, é utilizado o método do rendimento, em que o valor do património imobiliário corresponde ao valor atual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse. Para este efeito parte-se do valor atual de arrendamento, e considera-se uma *yield* que reflete o risco de mercado em que o ativo se insere, assim como as características do próprio ativo objeto de avaliação. Assim, os pressupostos utilizados na avaliação de cada ativo variam de acordo com a sua localização e características técnicas tendo sido utilizada em média uma *yield* entre 4,8% e 7,3%.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos/perdas em outros investimentos, na medida em que se trata de ativos detidos para valorização. Sempre que, por alteração do uso dos ativos tangíveis, estes sejam transferidos para a rubrica propriedades de investimento, os ativos são mensurados ao justo valor e qualquer excesso apurado face ao valor contabilístico é registado como excedente de revalorização. Os ganhos e perdas subsequentes de revalorização (justo valor) são registados em resultados, de acordo com a IAS 40.

Se uma propriedade de investimento passar a ser utilizada nas atividades operacionais da Associação, a mesma é transferida para ativos tangíveis e o justo valor à data da transferência passa a ser o seu custo de aquisição para efeitos contabilísticos.

Os montantes reconhecidos em resultados relativos a rendimentos e gastos com propriedades de investimento são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Rendimentos (ver Nota 15)	17 626	16 651
	17 626	16 651
Despesas de manutenção e conservação (ver Nota 15)	(1 906)	(1 931)
	(1 906)	(1 931)

22 ATIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Ativos tangíveis		
Bens Património Histórico	6 365	6 365
Outros Ativos Fixos Tangíveis	29 380	21 693
Terrenos	66	66
Edifícios e outras construções	25 491	17 881
Equipamento Básico	204	204
Equipamento de transporte	145	145
Equipamento Administrativo	1 686	1 609
Obras em imóveis arrendados	1 659	1 659
Outros	129	129
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	313	-
Ativos sob direito de uso	3 036	2 904
Imóveis	2 295	2 146
Viaturas	741	758
	39 094	30 962
Depreciações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente (ver Nota 14)	(1 177)	(1 146)
Relativas a exercícios anteriores	(5 434)	(4 912)
	(6 611)	(6 058)
Imparidade		
Terrenos	(52)	(33)
	(52)	(33)
	32 431	24 871

A rubrica Ativos sob direito de uso corresponde a contratos de locação de imóveis e de viaturas, sendo tais direitos depreciados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, conforme indicado na Nota 1.2 e).

Os movimentos da rubrica Ativos tangíveis, durante os exercícios de 2024 e 2023, são analisados como segue:

(milhares de euros)

2024

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações / abates	Regularizações / Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Ativos tangíveis					
Bens Património Histórico	6 365	-	-	-	6 365
Outros Ativos Fixos Tangíveis	21 693	77	-	7 610	29 380
Terrenos	66	-	-	-	66
Edifícios e outras construções	17 881	-	-	7 610	25 491
Equipamento Básico	204	-	-	-	204
Equipamento de transporte	145	-	-	-	145
Equipamento Administrativo	1 609	77	-	-	1 686
Obras em imóveis arrendados	1 659	-	-	-	1 659
Outros	129	-	-	-	129
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	-	301	-	12	313
Ativos sob direito de uso	2 904	2 488	(2 356)	-	3 036
Imóveis	2 146	2 295	(2 146)	-	2 295
Viaturas	758	193	(210)	-	741
	30 962	2 866	(2 356)	7 622	39 094
Depreciações acumuladas					
Outros ativos tangíveis	(5 375)	(553)	-	-	(5 928)
Edifícios e outras construções	(1 913)	(351)	-	-	(2 264)
Equipamento Básico	(203)	(1)	-	(1)	(204)
Equipamento de transporte	(147)	-	-	2	(145)
Equipamento Administrativo	(1 481)	(45)	-	(1)	(1 527)
Obras em imóveis arrendados	(1 507)	(152)	-	-	(1 659)
Outros	(124)	(4)	-	-	(128)
Ativos sob direito de uso	(683)	(625)	624	-	(684)
Imóveis	(292)	(450)	430	-	(313)
Viaturas	(391)	(174)	194	-	(371)
	(6 058)	(1 177)	624	-	(6 611)
Imparidade					
Terrenos	(33)	(19)	-	-	(52)
	(33)	(19)	-	-	(52)
Valor de balanço	24 871	1 670	(1 732)	7 622	32 431

Em 2024 procedeu-se ainda à reclassificação de um imóvel situado na rua do Carmo de propriedades de investimento para ativos fixos tangíveis, no montante de Milhares de Euros 7 621 (ver Nota 21)

(milhares de euros)

2023

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações / abates	Regularizações / Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Ativos tangíveis					
Bens Património Histórico	6 365	-	-	-	6 365
Outros Ativos Fixos Tangíveis	21 617	76	-	-	21 693
Terrenos	66	-	-	-	66
Edifícios e outras construções	17 881	-	-	-	17 881
Equipamento Básico	204	-	-	-	204
Equipamento de transporte	145	-	-	-	145
Equipamento Administrativo	1 533	76	-	-	1 609
Obras em imóveis arrendados	1 659	-	-	-	1 659
Outros	129	-	-	-	129
Ativos Fixos Tangíveis - em curso	70	-	-	(70)	-
Ativos sob direito de uso	3 114	2 383	(2 594)	-	2 904
Imóveis	2 488	2 146	(2 488)	-	2 146
Viaturas	627	237	(106)	-	758
	31 166	2 459	(2 594)	(70)	30 962
Depreciações acumuladas					
Outros ativos tangíveis	(4 799)	(576)	-	-	(5 375)
Edifícios e outras construções	(1 629)	(285)	-	-	(1 913)
Equipamento Básico	(202)	(1)	-	-	(203)
Equipamento de transporte	(147)	-	-	-	(147)
Equipamento Administrativo	(1 375)	(106)	-	-	(1 481)
Obras em imóveis arrendados	(1 341)	(166)	-	-	(1 507)
Outros	(105)	(19)	-	-	(124)
Ativos sob direito de uso	(1 997)	(570)	1 884	-	(683)
Imóveis	(1 658)	(424)	1 790	-	(292)
Viaturas	(339)	(146)	94	-	(391)
	(6 796)	(1 146)	1 884	-	(6 058)
Imparidade					
Terrenos	(33)	-	-	-	(33)
	(33)	-	-	-	(33)
Valor de balanço	24 337	1 313	(710)	(70)	24 871

Os movimentos de imparidade para ativos tangíveis são analisados como se segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Saldo inicial	(33)	(33)
Dotação do exercício (Nota 11)	(19)	-
Saldo final	(52)	(33)

23 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Ativos intangíveis		
Software	384	384
Ativos intangíveis em curso	584	-
	968	384
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente (Nota 14)	(94)	(103)
Relativas a exercícios anteriores	(290)	(187)
	(384)	(290)
	584	94

Os movimentos na rubrica Ativos intangíveis, durante os exercícios de 2024 e 2023, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2024		
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31 Dezembro
Ativos intangíveis			
Software	384	-	384
Ativos intangíveis em curso	-	584	584
	384	584	968
Amortizações acumuladas			
Software	(290)	(94)	(384)
	(290)	(94)	(384)
Valor de balanço	94	490	584

(milhares de euros)

2023

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31 Dezembro
Ativos intangíveis			
Software	384	-	384
	384	-	384
Amortizações acumuladas			
Software	(187)	(103)	(290)
	(187)	(103)	(290)
Valor de balanço	197	(103)	94

24 IMPOSTOS DIFERIDOS E CORRENTES

Tal como referido na Nota 1.1 bases de apresentação, o MGAM deixou, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respetivos requisitos, de beneficiar da isenção de IRC que lhe era aplicável. A alteração do enquadramento fiscal verificado em 2017, com a consequente alteração na mensuração dos ativos e passivos por impostos correntes e diferidos, teve impacto no exercício económico de 2017.

Nessa base, de acordo o IAS - 12 Impostos sobre o rendimento e tal como descrito na política contabilística referida na Nota 1.2 o), o MGAM procedeu ao reconhecimento de impostos diferidos no balanço em 31 de dezembro de 2024 e 2023 como segue:

(milhares de euros)

2024

	Ativo	Passivo	Líquido	Movimento do exercício			Total
				Reconhecido nos resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados transitados	
Provisões matemáticas	915 100	-	915 100	46 771	-	-	46 771
Imparidades	1 605	-	1 605	38	-	-	38
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6 437	(2 857)	3 580	-	(3 868)	-	(3 868)
Propriedades de investimento, amortizações e	-	(43 637)	(43 637)	(5 850)	-	-	(5 850)
Benefícios pós emprego	2 752	-	2 752	100	-	-	100
Justo valor de unidades de participação e ações	228	-	228	(11)	-	-	(11)
Reporte de prejuízos fiscais	64 006	-	64 006	(3 200)	-	-	(3 200)
	990 128	(46 494)	943 634	37 848	(3 868)	-	33 980

(milhares de euros)

2023

	Ativo	Passivo	Líquido	Movimento do exercício			Total
				Reconhecido nos resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados transitados	
Provisões matemáticas	868 329	-	868 329	7 362	-	-	7 362
Imparidades	1 567	-	1 567	(2 003)	-	2 461	458
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8 406	(958)	7 448	-	(8 286)	-	(8 286)
Propriedades de investimento e amortizações	-	(37 787)	(37 787)	(3 115)	-	-	(3 115)
Benefícios pós emprego	2 652	-	2 652	259	-	-	259
Justo valor de unidades de participação e ações	239	-	239	80	-	159	239
Reporte de prejuízos fiscais	67 206	-	67 206	-	-	-	-
	948 399	(38 745)	909 654	2 583	(8 286)	2 620	(3 083)

Tendo deixado de lhe ser aplicável a isenção de IRC de que beneficiava, e em conformidade com orientações administrativas conhecidas da Autoridade Tributária e Aduaneira ("AT"), o MGAM, (i) por um lado, apurou o seu resultado tributável do período de 2017 considerando a perda da isenção de IRC, tendo para o efeito obtido uma resposta da AT a um pedido de informação vinculativo submetido a respeito da forma de apuramento do resultado tributável e, (ii) por outro lado, reconheceu a existência de diferenças temporárias para efeitos de IRC, considerando o regime que lhe seria aplicável se não tivesse beneficiado de qualquer isenção no passado, em observância dos princípios da continuidade e da especialização dos exercícios e em linha com orientações administrativas conhecidas da AT.

No que respeita às diferenças temporárias que deram origem a Impostos Diferidos, as mesmas decorrem, essencialmente, da não dedução fiscal das provisões técnicas para encargos com modalidades associativas.

Com efeito, aquando do respetivo reconhecimento aquelas provisões não são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável ou prejuízo fiscal do MGAM, na medida em que não têm enquadramento no artigo 39.º do Código do IRC. No entanto, os encargos que resultem dos eventos a que aquelas provisões se destinavam serão, naturalmente, dedutíveis para efeitos daquele resultado fiscal quando venham a ser incorridos, nos termos gerais do Código do IRC.

Apresenta-se de seguida informação de impostos diferidos sobre provisões matemáticas desde o momento da perda de isenção:

(milhares de euros)

31 de dezembro de 2024

	Redução de impostos diferidos anuais por ano de subscrição										Stock final de impostos diferidos por ano de	% de realização
	Impostos diferidos por ano de subscrição	Em 2017	Em 2018	Em 2019	Em 2020	Em 2021	Em 2022	Em 2023	Em 2024	Total		
Posição a 1 de janeiro de 2017	895 376	(266 689)	(153 756)	(138 403)	(79 255)	(98 188)	(46 782)	(46 856)	(42 080)	(872 008)	23 368	97,39%
Subscrições 2017	191 704	(12 524)	(13 532)	(8 792)	(8 258)	(6 232)	(95 579)	(2 201)	(1 765)	(148 882)	42 822	77,66%
Subscrições 2018	133 444	-	(5 256)	(7 347)	(6 050)	(9 987)	(4 991)	(30 426)	(22 491)	(86 548)	46 896	64,86%
Subscrições 2019	182 048	-	-	(5 886)	(13 054)	(8 169)	(19 901)	(11 227)	(64 877)	(123 115)	58 933	67,63%
Subscrições 2020	148 594	-	-	-	(11 601)	(11 159)	(6 609)	(21 502)	(7 247)	(58 119)	90 475	39,11%
Subscrições 2021	173 422	-	-	-	-	(12 259)	(13 699)	(29 144)	(14 463)	(69 565)	103 857	40,11%
Subscrições 2022	216 415	-	-	-	-	-	(16 078)	(54 189)	(19 458)	(89 725)	126 689	41,46%
Subscrições 2023	225 946	-	-	-	-	-	-	(23 040)	(17 061)	(40 101)	185 845	17,75%
Subscrições 2024	244 863	-	-	-	-	-	-	-	(8 649)	(8 649)	236 215	3,53%
Totais	2 411 813	(279 213)	(172 544)	(160 427)	(118 218)	(145 993)	(203 641)	(218 585)	(198 092)	(1 496 713)	915 100	62,06%

(milhares de euros)

31 de dezembro de 2023

	Impostos diferidos por ano de subscrição	Redução de impostos diferidos anuais por ano de subscrição							Stock final de impostos diferidos por ano de subscrição	% de realização
		Em 2017	Em 2018	Em 2019	Em 2020	Em 2021	Em 2022	Em 2023	Total	
Posição a 1 de janeiro de 2017	895 376	(266 689)	(153 756)	(138 403)	(79 255)	(98 188)	(46 782)	(46 856)	(829 928)	65 448 92,69%
Subscrições 2017	191 704	(12 524)	(13 532)	(8 792)	(8 258)	(6 232)	(95 579)	(2 201)	(147 117)	44 587 76,74%
Subscrições 2018	133 444	-	(5 256)	(7 347)	(6 050)	(9 987)	(4 991)	(30 426)	(64 057)	69 387 48,00%
Subscrições 2019	182 048	-	-	(5 886)	(13 054)	(8 169)	(19 901)	(11 227)	(58 238)	123 811 31,99%
Subscrições 2020	148 594	-	-	-	(11 601)	(11 159)	(6 609)	(21 502)	(50 872)	97 722 34,24%
Subscrições 2021	173 422	-	-	-	-	(12 259)	(13 699)	(29 144)	(55 102)	118 320 31,77%
Subscrições 2022	216 415	-	-	-	-	-	(16 078)	(54 189)	(70 267)	146 147 32,47%
Subscrições 2023	225 946	-	-	-	-	-	-	(23 040)	(23 040)	202 906 10,20%
Totais	2 166 949	(279 213)	(172 544)	(160 427)	(118 218)	(145 993)	(203 641)	(218 585)	(1 298 621)	868 329 59,93%

No mesmo sentido, a Associação considerou na determinação dos impostos diferidos ativos os prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores, em observância dos referidos princípios.

Este reconhecimento, cumpre salientar, encontra-se igualmente em linha com as orientações administrativas conhecidas sobre esta matéria, de acordo com as quais os prejuízos fiscais que sejam obtidos no âmbito de uma atividade isenta poderão ser reportáveis aos lucros gerados no conjunto das atividades da entidade uma vez terminada a isenção, desde que observados os limites temporais que permitem o reporte daqueles prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2024, e em função de (i) as taxas a vigorar após essa data e (ii) a expectativa de conversão em gastos e rendimentos aceites fiscalmente e perspetiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, a Associação utilizou a taxa no cálculo de impostos diferidos, de 25,6% (2023: 25,6%) associada a diferenças temporárias (taxa base e derramas) e 20% (2023: 21%) em relação ao reporte de prejuízos fiscais (taxa base).

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros, pelo que qualquer incerteza quanto à sua recuperação é considerada aquando do apuramento do valor dos ativos por impostos diferidos. Conforme referido na política contabilística descrita na Nota 1.2 o), e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os impostos diferidos ativos que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Associação têm subjacente uma expectativa elevada quanto à sua recuperabilidade.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está suportada nas demonstrações financeiras previsionais de 2025-2030, aprovadas pelo Conselho de Administração e que têm subjacentes as Linhas de Orientação Estratégicas (LOEs) e as medidas estratégicas definidas. Essas demonstrações financeiras previsionais foram preparadas tendo por base as previsões conhecidas para as variáveis do contexto

macroeconómico, sociodemográfico e dos mercados financeiros e, tendo em vista a concretização dos objetivos e medidas estratégicas dessas linhas de orientação. O crescimento da atividade e das receitas associativas, a evolução dos investimentos e dos custos operacionais foram projetados de forma consentânea com os respetivos fundamentos socioeconómicos e as condições de atuação, e permitem aferir a realização dos ativos por impostos diferidos.

Com base no exercício efetuado a Associação não procedeu ao reconhecimento de impostos diferidos ativos associados ao reporte de prejuízos fiscais, no montante de Milhares de Euros 89 103 (2023: Milhares de Euros 116 360), cujo detalhe é como segue:

(milhares de euros)

2024			2023		
Ano do prejuízo	Prejuízos fiscais	Imposto diferido	Prejuízos fiscais	Imposto diferido	
2015	158 446	31 689	158 446	33 273	
2016	89 860	17 972	89 860	18 871	
2017	-	-	105 553	22 166	
2018	197 211	39 442	200 238	42 050	
	445 517	89 103	554 097	116 360	

No exercício de 2024, no cálculo da estimativa de IRC, a Associação utilizou prejuízos fiscais, no montante de 110 118 milhares de euros (2023: 16 894 milhares de euros), sobre os quais não se encontravam reconhecidos ativos por imposto diferido.

Os impostos diferidos ativos reconhecidos nas contas, associados a prejuízos fiscais, são analisados como segue:

(milhares de euros)

2024			2023		
Ano do prejuízo	Base tributável	Imposto diferido	Base tributável	Imposto diferido	
2015	320 029	64 006	320 029	67 206	
	320 029	64 006	320 029	67 206	

A Lei do Orçamento do estado para 2023 trouxe uma nova realidade no que respeita à dedutibilidade dos prejuízos fiscais, reduzindo por um lado a utilização dos mesmos a 65% do lucro tributável, mas, por outro lado, eliminando a delimitação temporal da sua utilização,

isto é, perpetuando a possibilidade de dedução dos prejuízos fiscais. Adicionalmente, deve atender-se ainda que, a referida regra, tem também aplicação aos prejuízos fiscais que se encontrem “disponíveis” para utilização no início do período de 2023.

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024		2023	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de Imposto		200 858		112 859
Imposto corrente à taxa teórica de imposto	21,0%	42 180	21,0%	23 700
Gastos não dedutíveis				
Provisões técnicas	99,3%	199 453	162,6%	183 462
Encargos com fundo de pensões	0,1%	120	0,1%	106
Outros gastos não dedutíveis	0,4%	767	0,5%	534
Rendimentos não tributados				
Reversão de provisões técnicas tributadas	-80,9%	(162 498)	-158,9%	(179 307)
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores	-16,6%	(33 351)	-14,1%	(15 857)
Ajustamentos não dedutíveis resultantes da aplicação do justo valor	-2,9%	(5 910)	-3,8%	(4 315)
Gasto fiscal relativo a propriedades de investimento	-0,3%	(593)	-1,8%	(2 048)
Outros rendimentos não tributáveis	-2,3%	(4 592)	-0,7%	(817)
Utilização de prejuízos fiscais sem imposto diferido ativo reconhecido	-11,5%	(23 125)	-3,1%	(3 548)
Tributação autónoma	0,0%	72	0,1%	66
Derrama Estadual	6,8%	13 652	1,0%	1 105
Derrama Municipal	1,3%	2 541	0,3%	390
Imposto corrente do exercício	14,3%	28 717	3,1%	3 471
Imposto diferido do exercício	-18,8%	(37 848)	-2,3%	(2 583)
Imposto sobre o rendimento	-4,5%	(9 131)	0,8%	888

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não existiam dívidas em mora ao Estado.

Para os períodos apresentados, o saldo Ativo/(Passivo) por impostos correntes analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Pagamento adicional por conta	876	4 349
Retenções na fonte - Juros e Rendas	9 393	10 335
Imposto sobre o juro corrido, pago nas aquisições e recebido nas alienações de obrigações, que ocorram fora da data do seu vencimento.	1 022	220
Estimativa de IRC	(28 717)	(3 471)
IRC a (pagar) / receber	(17 426)	11 433

25 OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica Outros ativos é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Estado e outros entes públicos	436	81
Associados - Quotas a receber	381	381
Devedores diversos	1 413	5 073
Empréstimos de financiamento a Associados	2 057	2 021
Suprimentos	300	300
	4 587	7 856
Imparidade para outros ativos	(257)	(379)
	4 330	7 477

Os Empréstimos de financiamento correspondem a empréstimos a associados, os quais se encontram previstos no Artigo 20.º dos Estatutos, com condições para a sua atribuição detalhadas no Capítulo II (Empréstimos a associados) do Título IV (Disposições particulares – Outros benefícios) do Regulamento de Benefícios. Estes empréstimos vencem juros a taxas correntes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica Devedores diversos contempla Milhares de Euros 688 relativos a pedidos de isenção de IMT, no âmbito da aquisição onerosa de diversos imóveis, nos termos da alínea e) do artigo 6.º do Código do IMT (2023: Milhares de Euros 584) e um montante de Milhares, de Euros 616 relativo a IVA a recuperar ao abrigo do Decreto-Lei 20/90, de 13 de janeiro (2023: Milhares de Euros 339).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 a rubrica Devedores diversos inclui, entre outros, Milhares de Euros 3 642, relativos ao valor a receber da Caixa Económica Montepio

Geral, respeitante ao ganho líquido registado por esta nos exercícios de 2023 e 2022 com responsabilidades por complementos de pensões de reforma dos colaboradores cedidos ao MGAM, abrangidos pelo Fundo de Pensões da Caixa (nota 13).

Os movimentos de imparidade para Outros ativos são analisados como se segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Saldo inicial	(379)	(534)
Dotação do exercício (Nota 11)	(86)	(215)
Reversão do exercício (Nota 11)	158	224
Utilização	50	146
Saldo final	(257)	(379)

A análise dos Outros ativos, por maturidade, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

(milhares de euros)

2024

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Estado e outros entes públicos	436	-	-	-	436
Associados - Quotas a receber	381	-	-	-	381
Devedores diversos	1 413	-	-	-	1 413
Empréstimos de financiamento a Associados	7	93	1 947	11	2 057
Suprimentos	58	173	69	-	300
	2 294	266	2 016	11	4 587

(milhares de euros)

2023

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total
Estado e outros entes públicos	81	-	-	81
Associados - Quotas a receber	381	-	-	381
Devedores diversos	5 073	-	-	5 073
Empréstimos de financiamento a Associados	12	89	1 920	2 021
Suprimentos	-	-	300	300
	5 547	89	2 220	7 856

A rubrica Outros passivos é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Fornecedores	2 579	6 307
Estado e outros entes públicos	517	568
Beneficiários	7 117	6 554
Credores por acréscimos de gastos	4 973	6 421
Passivos por benefícios pós-emprego (Nota 26)	349	709
Passivos de locação	2 398	2 266
Credores diversos	6 308	7 012
Diferimentos de rendas	1 423	1 325
	25 664	31 161

A rubrica Beneficiários refere-se a valores a pagar a associados por sinistros, mas que, por razões técnicas ou de documentação em falta, o pagamento ainda não ocorreu.

Em 31 de dezembro de 2024, os Credores por acréscimos de gastos incluem, entre outros, um montante de Milhares de Euros 653 relativo a estimativa para férias e subsídio de férias do ano, a liquidar em 2025 (2023: Milhares de Euros 554), um montante de Milhares de Euros 1 372 (2023: Milhares de Euros 5 858) relativo a valores a pagar à Caixa Económica Montepio Geral ao abrigo do contrato de colocação de produtos mutualistas e um montante de Milhares de Euros 1 617 (2023: Milhares de Euros 805) relativo à estimativa do valor a pagar, também à Caixa Económica Montepio Geral, pela cedência de pessoal durante 2024, e ainda não faturado por esta entidade.

A rubrica Passivos de locação corresponde ao valor dos passivos da locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16, conforme descrito na política contabilística 1.2 e).

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de Credores diversos inclui, entre outros, um montante de Milhares de Euros 3 658 relativos a reembolsos a associados por regularizar relativos a produtos de capitalização (2023: Milhares de Euros 3 431).

Em 31 de dezembro de 2023 esta rubrica incluía um montante de Milhares de Euros 2 605 relativo à parte remanescente do valor a pagar a Caixa Económica Montepio Geral, relativo ao contrato promessa de compra e venda do Lote 30 Campus Universitário de Sintra, o qual foi pago no decurso do exercício de 2024.

Os Diferimentos de rendas, no montante de Milhares de Euros 1 423, são relativos a rendas antecipadas de propriedades de investimento (2023: Milhares de Euros 1 325).

A análise dos Outros passivos por maturidade, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

(milhares de euros)

2024

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total
Fornecedores	2 579	-	-	2 579
Estado e outros entes públicos	517	-	-	517
Beneficiários	7 117	-	-	7 117
Credores por acréscimos de gastos	4 973	-	-	4 973
Passivos por benefícios pós-emprego (ver nota 26)	349	-	-	349
Passivos de locação	132	166	2 100	2 398
Credores diversos	6 308	-	-	6 308
Diferimentos de rendas	1 423	-	-	1 423
	23 398	166	2 100	25 664

(milhares de euros)

2023

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Total
Fornecedores	6 307	-	-	6 307
Estado e outros entes públicos	568	-	-	568
Beneficiários	6 554	-	-	6 554
Credores por acréscimos de gastos	6 421	-	-	6 421
Passivos por benefícios pós-emprego (ver nota 26)	709	-	-	709
Passivos de locação	139	424	1 703	2 266
Credores diversos	7 012	-	-	7 012
Diferimentos de rendas	1 325	-	-	1 325
	29 034	424	1 703	31 161

26 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Conforme referido na Nota 1.2 k), no final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são analisados como segue:

	2024	2023
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de rendimento do fundo	3,35%	3,45%
Taxa de desconto	3,35%	3,45%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2024	2023
Ativos	7	7
Reformados e sobreviventes	6	6
	13	13

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

2024 2023

Ativos/ (Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Ativos	3 670	2 926
Reformados	6 939	7 287
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Reformados	89	94
Responsabilidades com subsídio por morte		
Ativos	10	8
Reformados	46	45
Total das responsabilidades	10 754	10 360
Coberturas		
Valor dos fundos	10 405	9 651
Ativos/ (passivos) líquidos em Balanço (ver Nota 25)	(349)	(709)
Remensurações acumuladas reconhecidas em outro rendimento integral (Nota 30)	(2 526)	(2 561)

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é apresentada como segue:

(milhares de euros)

2024

2023

	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total
Responsabilidades no início do exercício	10 213	94	53	10 360	9 217	87	46	9 350
Custo do serviço corrente	544	-	1	545	477	-	-	477
Custo dos juros	352	3	2	357	378	4	2	384
Remensurações: (Ganhos) e perdas								
Do ano	158	(9)	(1)	148	215	-	2	217
Crescimento dos salários	-	-	-	-	(20)	-	-	(20)
Crescimento das pensões	-	-	-	-	167	-	-	167
Alteração da taxa de desconto	87	-	1	88	522	3	3	528
Pagamentos	(744)	-	-	(744)	(743)	-	-	(743)
Responsabilidades no fim do exercício	10 610	88	56	10 754	10 213	94	53	10 360

Os benefícios de saúde correspondem aos encargos com o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), os quais são garantidos pelo plano de pensões.

A evolução do valor do fundo de pensões pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Saldos do fundo no início do exercício	9 651	8 635
Contribuição	964	1 031
Rendimentos efetivos dos ativos: Ganhos e (perdas)	534	729
Pagamentos	(744)	(744)
Saldos do fundo no fim do exercício	10 405	9 651

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Aplicações em instituições de crédito (*)	555	252
Obrigações		
Cotados	5 560	4 962
Não cotados	914	1 096
Ações e outros títulos de rendimento variável		
Cotados	1 155	1 197
Não cotados	2 221	2 144
	10 405	9 651

(*) Caixa Económica Montepio Geral

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Remensurações no início do exercício	(2 561)	(3 078)
Remensurações no exercício - (Ganhos) e perdas:		
nas responsabilidades	236	892
nos ativos do plano	(201)	(375)
	35	517
Remensurações reconhecidas em outro rendimento integral (Nota 30)	(2 526)	(2 561)

O gasto do exercício com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio de morte pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
Custo do serviço corrente	545	477
Custo dos juros	357	384
Rendimento esperado dos ativos	(332)	(355)
Custo do exercício (Nota 12)	570	506

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
No início do exercício	(709)	(717)
Contribuição	964	1 031
Custo do serviço corrente	(545)	(477)
Custo dos juros	(357)	(384)
Rendimento esperado dos ativos	332	355
Remensurações: Ganhos e (perdas)	(35)	(517)
No final do exercício	(349)	(709)

A Associação procedeu, em fevereiro de 2025, ao pagamento de Milhares de Euros 350 ao Fundo de Pensões para cobertura total das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a *duration* das responsabilidades ascende a cerca de 8,51 anos (2023: 8,4 anos).

A contribuição estimada para 2025 é de Milhares de Euros 573, a qual será efetuada até à cobertura a 100% das responsabilidades por serviços passados no final do exercício de 2025. A necessidade de efetuar a entrega vai depender do rendimento do fundo e da eventual variação da taxa de desconto.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2024 e 2023, é a seguinte:

(milhares de euros)

	2024		2023	
	Impacto nas alterações dos pressupostos financeiros responsabilidades			
	-0,25%	0,25%	-0,25%	0,25%
Taxa de desconto	(218)	226	(209)	217
Taxa de crescimento salarial	36	(36)	34	(34)
Taxa de crescimento das pensões	195	(190)	187	(182)
Contribuição SAMS	5	(5)	5	(5)

(milhares de euros)

	2024		2023	
	Impacto nas alterações dos pressupostos demográficos nas responsabilidades			
	-1,00%	1,00%	-1,00%	1,00%
Mortalidade	(529)	540	(508)	516

27 OUTRAS PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024 a rubrica de Outras provisões é analisada como segue:

(milhares de euros)

	2024				
	Saldo em 1 de Janeiro	Dotação	Reversão	Utilização	Saldo em 31 de Dezembro
Processos Judiciais em curso	729	363	(520)	-	572
	729	363	(520)	-	572

(milhares de euros)

	2023				
	Saldo em 1 de Janeiro	Dotação	Reversão	Utilização	Saldo em 31 de Dezembro
Processos Judiciais em curso	247	482	-	-	729
	247	482	-	-	729

28 PROVISÕES TÉCNICAS

Em conformidade com os Estatutos da Associação, as provisões técnicas destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

- Provisões matemáticas - destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Relativamente às modalidades atuariais, as provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na Nota 1.2 I).
- Subvenções e melhorias de benefícios – destinam-se a fazer face a responsabilidades com as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases atuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas, mas que ainda não se venceram.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Provisões técnicas decompõe-se em:

(milhares de euros)

	2024			2023		
	Provisões Matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Total	Provisões Matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Total
Modalidades de capitalização	3 051 086	-	3 051 086	2 829 892	-	2 829 892
Modalidades atuariais	475 520	48 004	523 524	513 350	48 670	562 020
	3 526 606	48 004	3 574 610	3 343 242	48 670	3 391 912

No exercício de 2024, os movimentos ocorridos na rubrica de provisões técnicas podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31 de dezembro de 2023		Movimentos no exercício com impacto em:								31 de dezembro de 2024		
			Resultados						Capitais próprios				
			Responsabilidade originadas no período		Montantes pagos no período		Total (ver nota 5)		Rendimento anual complementar				
	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	
Provisões de capitais, pensões e outros													
Modalidades de capitalização													
Capitais de reforma	1 049 155	-	132 647	-	(140 593)	-	(7 946)	-	4 995	1 046 204	-	-	
Capitais de reforma prazo certo	1 682 756	-	753 244	-	(531 703)	-	221 541	-	12	1 904 309	-	-	
Poupança reforma	94 559	-	8 663	-	(7 021)	-	1 642	-	898	97 099	-	-	
Modalidades colectivas	3 422	-	172	-	(136)	-	36	-	16	3 474	-	-	
	2 829 892	-	894 726	-	(679 453)	-	215 273	-	5 921	3 051 086	-	-	
Modalidades atuariais													
Capitais de previdência	17 039	18 791	1 029	476	(919)	(895)	110	(419)	4	17 149	18 376		
Capitais de previdência diferidos com opção	259 081	155	41 644	4	(66 831)	(60)	(25 187)	(56)	685	233 894	784		
Pensões de Reforma	157 823	16 402	4 266	486	(12 469)	(989)	(8 203)	(503)	5	149 620	15 904		
Capitais para jovens	44 786	142	6 051	4	(6 868)	(31)	(817)	(27)	90	43 969	205		
Pensões de sobrevivência e dotes	5 507	12 238	9	304	(1 010)	(696)	(1 001)	(392)	-	4 506	11 846		
Rendas Vitalícias / Rendas temporárias	17 832	-	382	-	(1 531)	-	(1 149)	-	17	16 700	-		
Outros	11 282	944	383	12	(1 983)	(65)	(1 600)	(53)	-	9 682	891		
	513 350	48 670	53 764	1 286	(91 611)	(2 736)	(37 847)	(1 450)	801	475 520	48 004		
	3 343 242	48 670	948 490	1 286	(771 064)	(2 736)	177 426	(1 450)	6 722	3 526 606	48 004		

No exercício de 2023, os movimentos ocorridos na rubrica de provisões técnicas podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Movimentos no exercício com impacto em:										
	Resultados									Capitais próprios	
	Responsabilidade originadas no período			Montantes pagos no período			Total (ver nota 5)			Rendimento anual complementar	
31 de dezembro de 2022	Provisões matemáticas	Subvencões e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvencões e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvencões e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Subvencões e melhorias de benefícios	Provisões matemáticas	Provisões matemáticas	Subvencões e melhorias de benefícios
Provisões de capitais, pensões e outros											
Modalidades de capitalização											
Capitais de reforma	1 074 289	-	137 195	-	(170 476)	-	(33 281)	-	8 147	1 049 155	-
Capitais de reforma prazo certo	1 599 968	-	665 082	-	(582 294)	-	82 788	-	-	1 682 756	-
Poupança reforma	95 294	-	8 326	-	(9 781)	-	(1 455)	-	720	94 559	-
Modalidades colectivas	3 485	-	171	-	(260)	-	(89)	-	26	3 422	-
	2 773 037	-	810 774	-	(762 811)	-	47 963	-	8 893	2 829 892	-
Modalidades atuariais											
Capitais de previdência	16 814	19 353	1 176	582	(951)	(1 146)	225	(564)	2	17 039	18 791
Capitais de previdência diferidos com opção	275 680	180	48 597	4	(65 196)	(81)	(16 599)	(77)	52	259 081	155
Pensões de Reforma	162 412	17 608	4 838	688	(9 427)	(1 895)	(4 589)	(1 207)	1	157 823	16 402
Capitais para jovens	45 539	157	5 857	5	(6 610)	(35)	(753)	(30)	15	44 786	142
Pensões de sobrevivência e dotes	5 661	12 887	12	312	(166)	(961)	(154)	(649)	-	5 507	12 238
Rendas Vitalícias / Rendas temporárias	19 704	-	320	-	(2 202)	-	(1 882)	-	10	17 832	-
Outros	13 082	1 043	452	11	(2 252)	(110)	(1 800)	(99)	-	11 282	944
	538 891	51 226	61 252	1 602	(86 804)	(4 228)	(25 552)	(2 626)	80	513 350	48 670
	3 311 928	51 226	872 026	1 602	(849 615)	(4 228)	22 411	(2 626)	8 973	3 343 242	48 670

No exercício de 2024, verifica-se um acréscimo nas provisões técnicas, no montante de Milhares de Euros 182 698 (2023: Milhares de Euros 28 758) resultante, fundamentalmente, do facto das subscrições de novos produtos mutualistas ter sido superior ao montante nos resgates.

Em adição, tendo em consideração o valor do Fundo Disponível das modalidades Montepio Poupança Reforma, Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos, gerado ao longo do ano de 2023, a Assembleia de Representantes que aprovou as demonstrações financeiras do exercício de 2023 deliberou a atribuição de um rendimento anual complementar de 1% à modalidade Montepio Poupança Reforma e 0,5% à modalidade Montepio Poupança Complementar e capitais coletivos, que se traduziu num montante de Milhares de Euros 5 921 (Exercício anterior: 0,8% de rendimento complementar, traduzindo-se em Milhares de Euros 8 893).

As provisões matemáticas têm como objetivo, registar o valor atual das responsabilidades futuras da Associação no âmbito das modalidades associativas, em função dos pressupostos previstos nas respetivas modalidades, como segue:

Bases técnicas aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social utilizadas nas modalidades atuariais e rendas.

2024 e 2023

Modalidades de subscrição aberta	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Montepio Proteção Vida	TD 88/90	0,3%
Montepio Pensões de Reforma	TV 88/90	0,3%
Montepio Pensões de Reforma - Restituição de Quotas	TD 88/90 + TV 88/90	0,3%
Montepio Proteção 5 em 5	TD 88/90	0,3%
Montepio Proteção 18-30	TD 88/90	0,3%
Montepio Proteção Invalidez	TD 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW	0,3%

Modalidades de subscrição fechada	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência - 4%	PM 60 G	4,0%
Capitais de previdência - 3%	TD 88/90 (formação) TV 88/90 (curso)	3,0%
Subsídio por Morte	PM 60 G	4,0%
Pensões de Reforma - 4% e 6%	PM 60 G	4% e 6%
Pensões de Reforma - 4% (TV 88/90)	TV 88/90	4,0%
Pensões de Reforma - 3%	TV 88/90	3,0%
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 4% e 6%	PM 60 G	4% e 6%
Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 3%	TD 88/90 + TV 88/90	3,0%
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% e 6%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4% e 6%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	PM 60 G	4,0%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 3%	TD 88/90	3,0%
Capitais de Previdência a Prazo	PM 60 G	4,0%
Capitais para Jovens - 4%	PM 60 G	4,0%
Capitais para Jovens - 3%	TD 88/90 (formação) TV 88/90 (curso)	3,0%
Pensões para Deficientes	PM 60 G + HW (formação) HW (curso)	4,0%
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4,0%
Capitais Temporários por Invalidez - 3%	TD 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW	3,0%
Rendas de Sobrevivência	PM 60 G	4,0%
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	PM 60 G + HW	4,0%
Capitais para Estudos	PM 60 G + HW	4,0%
Pensões de Capitais de Reforma - 4% e 6%	PF 60/64	4% e 6%
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	TV 99/01	3,0%
Pensões de Poupança Reforma - 3%	TV 99/01	3,0%
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	TV 99/01	3,0%
Pensões de Sobrevivência e Dotes	AF (formação) RF (curso)	4,0%
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	PM 60 G	4,0%
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	AF + CR (formação) RF (curso)	4,0%
Subsídio de Funeral e Luto (Lutuosa Nacional)	AF	4,0%

Rendas Vitalícias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Vitalícias - 4% e 6%	PF 60/64	4% e 6%
Rendas Vitalícias - 3%	TV 99/01	3,0%
Rendas Vitalícias - 0,3%	TV 99/01	0,3%

Rendas Temporárias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Temporárias - 3%	TV 88/90	3,0%
Rendas Temporárias - 0,3%	TV 88/90	0,3%

Relativamente às modalidades de capitalização, as taxas técnicas mantêm-se e variam entre 0,1% e 3,25% (2023: 0,1% e 3,25%), sendo a taxa média garantida destas modalidades de 1,8% (2023: média de 1,4 %).

Adicionalmente, as provisões matemáticas incluem o montante de Milhares de Euros 93 293 (2023: Milhares de Euros 106 804), em consequência do incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na Nota 1.2 I).

A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades, à data de 31 de dezembro de 2024, foi determinada em função da maturidade de cada modalidade, situando-se no intervalo entre 1,967% e 3,73% (2023: 1,7% e 3,21%).

A diminuição do provisionamento decorrente do teste de adequabilidade das responsabilidades face ao período homólogo deve-se, fundamentalmente, a um ligeiro aumento das taxas de desconto utilizadas no teste.

O teste da adequação das responsabilidades foi realizado com base em pressupostos atuariais mais adequados face aqueles originalmente previstos nas bases técnicas dos produtos, nomeadamente a alteração das tábuas de mortalidade, face à realidade atual em termos de esperança de vida.

A Associação inclui no teste de adequação das responsabilidades os custos de gestão com as modalidades, tal como preconizado no parágrafo 16 (a) da *IFRS 4*.

Estes custos representam o valor médio que a entidade espera incorrer na gestão das responsabilidades até ao seu vencimento/término, o que originou uma diminuição nas responsabilidades no exercício de 2024 de Milhares de Euros 618 (2023: aumento de Milhares de Euros 506).

29 FUNDOS PRÓPRIOS E EXCEDENTES TÉCNICOS

De acordo com o Artigo 55.º dos Estatutos da Associação, os Fundos Próprios ascendem a Milhares de Euros 116 286 e são constituídos para as modalidades cujos benefícios não obriguem à existência de provisões matemáticas sendo constituído um fundo próprio, destinado a garantir a atribuição de benefícios futuros (2023: Milhares de Euros 109 646). Os Fundos próprios são constituídos pelo remanescente dos saldos anuais dos correspondentes Fundos disponíveis.

Os Excedentes Técnicos ascendem a Milhares de Euros 179 168 e são parte dos fundos permanentes (em conjunto com as provisões matemáticas e subvenções e melhorias de benefícios), não afetos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor (2023: Milhares de Euros 119 085).

A movimentação destas rubricas é apresentada no Mapa das alterações no capital próprio.

30 RESERVAS DE JUSTO VALOR, IMPOSTO DIFERIDO SOBRE RESERVAS DE JUSTO VALOR, RESERVA GERAL, OUTRAS RESERVAS E OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2024	2023
Reservas de justo valor		
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 19)	(10 297)	(25 599)
Impostos diferidos (Nota 24)	3 580	7 448
	(6 717)	(18 151)
Reserva Geral, Outras reservas e Outras variações nos capitais próprios		
Reserva geral	183 186	167 365
	183 186	167 365
Outras reservas		
Reservas de reavaliação de ativos fixos tangíveis	1 338	1 338
Imposto diferido sobre reservas de ativos fixos tangíveis	(226)	(226)
Reserva para estabilização de resultados	15 977	871
Outras reservas - Impactos da liquidação da Montepio Seguros, SGPS, S.A.	1 427	1 428
Resultados transitados - Impactos da adopção da IFRS9	-	(7 615)
	18 516	(4 204)
Outras variações nos capitais próprios		
Remensurações - Fundo de Pensões (Nota 26)	2 526	2 561
	2 526	2 561

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de imparidade, reconhecidas em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores, em conformidade com a política contabilística referida na Nota 1.2 f).

A Reserva Geral é dotada com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respetivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Esta destina-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respetivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

De acordo com as políticas contabilísticas do MGAM e em linha com os requisitos definidos na Norma Internacional de Contabilidade 16, sempre que um imóvel é transferido de Ativos fixos tangíveis para Propriedades de investimento, este é reavaliado, sendo o diferencial entre o seu custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, e o seu justo valor, registado na rubrica Propriedades de investimento, por contrapartida de Outras reservas.

Movimentos ocorridos no exercício de 2024:

A distribuição de resultados referentes ao exercício de 2023, inclui transferências entre rubricas do capital próprio da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento anual aprovado em Assembleia de Representantes, sendo esta atribuição efetuada através da sua capitalização direta.

Assim, para efeitos da distribuição de resultados, a Associação recorreu aos Excedentes Técnicos, ao Fundo de Reserva Geral e às Reservas de Estabilização de Resultados para cobertura:

- i) Do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no valor de Milhares de Euros 14, através dos Fundos Próprios;
- ii) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Milhares de Euros 11 630, através dos Excedentes técnicos;
- iii) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades, no montante de Milhares de Euros 8 363, por recurso ao Fundo de reserva geral;

a Assembleia de Representantes deliberou ainda:

- i) a distribuição ao Fundo de Reserva Geral de algumas modalidades, o montante de Milhares de Euros 21 932;
- ii) a distribuição à reserva para estabilização de resultados, o montante de Milhares de Euros 21 013;
- iii) a distribuição aos Fundos próprios das modalidades e outros fundos, o montante de Milhares de Euros 6 654;
- iv) a distribuição aos Excedentes técnicos, o montante de Milhares de Euros 74 764.

A Assembleia de Representantes deliberou ainda (i) a atribuição de um rendimento anual complementar de 1,0% à modalidade Montepio Poupança Reforma, com recurso às suas Reservas de Estabilização de Resultados e, também, às suas Reservas Gerais e (ii) a atribuição de um rendimento anual complementar de 0,5% à modalidade Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos, com recurso às suas Reservas de Estabilização de Resultados.

Esta deliberação gerou em 2024 uma redução nos capitais próprios da Associação, no montante de Milhares de Euros 5 921 (Nota 28), por contrapartida de um aumento nas provisões matemáticas no mesmo montante.

Também foram atribuídas melhorias de 2% às Modalidades Atuariais, Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias com taxa técnica de 0,3%, no montante de Milhares de Euros 801. Estas melhorias foram atribuídas com recurso aos Excedentes Técnicos (Nota 28).

Movimentos ocorridos no exercício de 2023:

A distribuição de resultados referentes ao exercício de 2022, inclui transferências entre rubricas do capital próprio da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento anual aprovado em Assembleia de Representantes, sendo esta atribuição efetuada através da sua capitalização direta.

Assim, para efeitos da distribuição de resultados, a Associação recorreu aos Excedentes Técnicos, ao Fundo de Reserva Geral e às Reservas de Estabilização de Resultados para cobertura:

- iv) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Milhares de Euros 11 188, através dos Excedentes técnicos;
- v) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades, no montante de Milhares de Euros 18 392, por recurso ao Fundo de reserva geral;
- vi) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Milhares de Euros 536, através das Reservas de Estabilização de Resultados.

a Assembleia de Representantes deliberou ainda:

- v) a distribuição ao Fundo de Reserva Geral de algumas modalidades, o montante de Milhares de Euros 11 116;
- vi) a distribuição à reserva para estabilização de resultados, o montante de Milhares de Euros 6 380;
- vii) a distribuição aos Fundos próprios das modalidades e outros fundos, o montante de Milhares de Euros 3 067;
- viii) a distribuição aos Excedentes técnicos, o montante de Milhares de Euros 59 786.

A Assembleia de Representantes deliberou ainda (i) a atribuição de um rendimento anual complementar de 0,8% à modalidade Montepio Poupança Reforma, com recurso às suas Reservas de Estabilização de Resultados e, também, às suas Reservas Gerais e (ii) a atribuição de um rendimento anual complementar de 0,8% à modalidade Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos, com recurso às suas Reservas de Estabilização de Resultados.

Esta deliberação gerou em 2023 uma redução nos capitais próprios da Associação, no montante de Milhares de Euros 8 893, por contrapartida de um aumento nas provisões matemáticas no mesmo montante.

Também foram atribuídas melhorias de 1,5% às Modalidades Atuariais, Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias com taxa técnica de 0,3%, no montante de Milhares de Euros 80. Estas melhorias foram atribuídas com recurso aos Excedentes Técnicos, no montante de Milhares de Euros 78, e com recurso à Reserva Geral, no montante de Milhares de Euros 2 (Nota 28).

A movimentação durante o exercício de 2024 na Reserva de justo valor, líquida de imposto diferido, é analisada conforme segue (ver Nota 19):

(milhares de euros)

2024

	Saldo em 1 de Janeiro	Ajustamentos no justo valor	Aquisições	Alienações	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
Reserva de justo valor						
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos	(21 080)	3 551	(1 953)	173	337	(18 972)
Obrigações de outros emissores	(4 542)	4 301	9 859	(911)	(125)	8 582
Bilhetes do tesouro	1	-	87	3	2	93
Papel comercial	22	-	-	-	(22)	-
	(25 599)	7 852	7 993	(735)	192	(10 297)
Imposto diferido - Reserva de justo valor						
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos	5 425	(909)	500	(44)	-	4 971
Obrigações de outros emissores	2 023	(1 101)	(2 524)	233	-	(1 369)
Bilhetes do tesouro	1	-	(22)	(1)	(22)	(22)
	7 448	(2 010)	(2 046)	188	-	3 580
Reserva de justo valor, líquida de imposto diferido	(18 151)	5 842	5 947	(547)	192	(6 717)

A movimentação durante o exercício de 2023 na Reserva de justo valor, líquida de imposto diferido, é analisada conforme segue (ver Nota 19):

(milhares de euros)

2023

	Saldo em 1 de Janeiro	Impacto da IFRS9 a 01.01.2023	Ajustamentos no justo valor	Aquisições	Alienações	Imparidade reconhecida no exercício	Saldo em 31 de Dezembro
Reserva de justo valor							
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral							
Títulos de rendimento fixo							
Obrigações de emissores públicos	(32 632)	169	11 378	-	65	(60)	(21 080)
Obrigações de outros emissores	(30 502)	11 449	22 972	(1 320)	334	(7 475)	(4 542)
Bilhetes do tesouro	(4)	1	1	-	-	3	1
Papel comercial	-	276	-	-	-	(254)	22
	(63 138)	11 895	34 351	(1 320)	399	(7 786)	(25 599)
Títulos de rendimento variável							
Ações de empresas	196	(196)	-	-	-	-	-
Fundos de investimento	1 479	(1 479)	-	-	-	-	-
	1 675	(1 675)	-	-	-	-	-
	(61 463)	10 220	34 351	(1 320)	399	(7 786)	(25 599)
Imposto diferido - Reserva de justo valor							
Títulos de rendimento fixo							
Obrigações de emissores públicos	8 354	-	(2 913)	-	(17)	-	5 425
Obrigações de outros emissores	7 808	(157)	(5 881)	338	(86)	-	2 023
Bilhetes do tesouro	1	-	-	-	-	-	1
	16 163	(157)	(8 794)	338	(102)	-	7 448
Títulos de rendimento variável							
Ações de empresas	(49)	49	-	-	-	-	-
Fundos de investimento	(380)	380	-	-	-	-	-
	(429)	429	-	-	-	-	-
	15 734	272	(8 794)	338	(102)	-	7 448
Reserva de justo valor, líquida de imposto diferido	(45 729)	10 492	25 557	(982)	297	(7 786)	(18 151)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	2024	2023
Custo amortizado dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	805 925	610 448
Imparidade acumulada reconhecida	(6 170)	(5 979)
Custo amortizado dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral líquidos de imparidade	799 755	604 469
Justo valor dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	789 458	578 870
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(10 297)	(25 599)

31 JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)

2024

	Custo amortizado	Valor de balanço	Justo valor
Ativos financeiros			
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	112 070	112 070	112 070
Aplicações em instituições de crédito	1 288	1 288	1 288
Outros ativos	3 894	3 894	3 894
	117 252	117 252	117 252
Outros passivos	23 724	23 724	23 724
	23 724	23 724	23 724

(milhares de euros)

2023

	Custo amortizado	Valor de balanço	Justo valor
Ativos financeiros			
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	98 618	98 618	98 618
Aplicações em instituições de crédito	31 228	31 228	32 313
Outros ativos	7 396	7 396	7 396
	137 242	137 242	138 327
Outros passivos	29 268	29 268	29 268
	29 268	29 268	29 268

O quadro seguinte resume, por níveis de justo valor, para cada Grupo de ativos e passivos financeiros do MGAM, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2024:

(milhares de euros)

2024

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Justo valor
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	112 070	-	112 070
Aplicações em instituições de crédito	-	1 288	-	1 288
Outros ativos financeiros	-	-	3 894	3 894
	-	113 358	3 894	117 252
Outros passivos financeiros	-	-	23 724	23 724
	-	-	23 724	23 724

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada Grupo de ativos e passivos financeiros do MGAM, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2023:

(milhares de euros)

2023

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Justo valor
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	-	98 618	-	98 618
Aplicações em instituições de crédito	-	32 313	-	32 313
Outros ativos financeiros	-	-	7 396	7 396
	-	130 931	7 396	138 327
Outros passivos financeiros	-	-	29 268	29 268
	-	-	29 268	29 268

Nos exercícios de 2024 e de 2023, os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

Caixa e disponibilidades em instituições de crédito

Atendendo o prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é considerado uma razoável estimativa do seu justo valor.

Aplicações em instituições de crédito

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Outros ativos financeiros

A Associação considera que o valor de balanço é considerado uma razoável estimativa do seu justo valor.

Outros passivos financeiros

Atendendo o prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é considerado uma razoável estimativa do seu justo valor.

32 PARTES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do MGAM as empresas detalhadas abaixo identificadas, bem como o Fundo de Pensões, os membros do Conselho de Administração e da Assembleia de Representantes. Para além dos membros do Conselho de Administração e da Assembleia de Representantes, foram igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

São consideradas partes relacionadas do MGAM as seguintes entidades:

Conselho de Administração do MGAM

Virgílio Manuel Boavista Lima
Idália Maria Marques Salvador Serrão
João Carlos Carvalho das Neves
Rui Pedro Brás de Matos Heitor
Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro
Alípio Barrosa Pereira Dias

Subsidiárias do MGAM

Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.
Montepio Gestão de Activos – S.G.O.I.C., S.A.
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários ACE (*)
Montepio Residência de Estudantes S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.

Associadas do MGAM

Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.
Sagies – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A. (**)
Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.

Outras partes relacionadas

Montepio Holding, SGPS, S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Clínica CUF Belém, S.A.(**)
SSag incentive, Sociedade de Serviços Auxiliares e de Gestão de Imóveis, S.A.
CESource, ACE
Valor Arrendamento FIIF
PEF - Portugal Estates Fund
Carteira Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto
Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Montepio Serviços ACE
Fundação Montepio Geral
Novacâmbios - Instituição de Pagamentos, S.A. (***)
SAS Apostas Sociais - Jogos e Apostas Online

(*) Entidade Liquidada em 2024

(**) Entidades alienadas em 2023

(***) classificada como associada em 2023 (Nota 20)

Remunerações aos membros dos Órgãos de Gestão

A remuneração dos órgãos de gestão diz respeito aos gastos com pessoal analisados na Nota 12, que incluem os gastos do exercício referentes aos benefícios a empregados analisados na nota 26.

Transações com o fundo de pensões

Durante o exercício não foram efetuadas transações com o fundo de pensões.

Conforme referido na Nota 26, já no exercício de 2025 a Associação efetuou uma contribuição para o fundo de pensões, no montante de Milhares de Euros 350 para cobertura das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2024.

À data de 31 de dezembro de 2024 e 2023, os ativos e passivos detidos pelo MGAM com partes relacionadas, bem como os rendimentos e gastos, são analisadas como segue:

(milhares de euros)

2024

Empresas	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.				
Depósitos à ordem (Nota 16)	112 068	-	1 329	-
Depósitos a prazo (Nota 17)	769	-	809	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 19)	148 531	-	12 367	-
Cedência de pessoal (Nota 13)	-	1 617	-	10 053
Prestação de serviços	-	1 390	-	3 287
Comissões de custódia	-	-	-	44
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	2 052	-
Comissões bancárias	-	-	-	194
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 19)	8 792	-	986	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	4	-
Seguros pagos	-	-	-	451
Outros proveitos exploração	-	-	80	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 19)	7 416	-	762	-
Outros proveitos exploração	-	-	3	-
Montepio Gestão de Ativos - S.G.O.I.C., S.A.				
Outros passivos	-	8	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	100	-
Prestação de serviços	-	-	265	25
Outros proveitos exploração	-	-	14	-
Montepio Gestão Ativos Imobiliários, ACE				
Gastos suportados	-	-	-	52
Montepio Serviços, ACE				
Outros passivos	-	136	-	-
Outros ativos	28	-	-	-
Cedência de pessoal (Nota 13)	-	-	109	-
Gastos suportados	-	-	-	479
Bolsimo - Gestão de Ativos, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 19)	45 380	-	3 235	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	71	-
Cedência de pessoal (Nota 13)	-	-	37	-
Outros ativos	8	-	-	-
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	126	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.				
Cedência de pessoal (Nota 13)	-	-	-	31
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	5 073	-
Outros passivos	-	10	-	-
Montepio Residência de Estudantes, S.A.				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	1 041	-
Outros ativos	4	-	-	-
Dividendos recebidos (Nota 7)				
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.	-	-	6 000	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	2 494	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	9 979	-
Montepio Gestão de Ativos - S.G.F.I., S.A.	-	-	834	-
Bolsimo - Gestão de Ativos, S.A.	-	-	550	-
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	-	414	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	-	-	52	-
Montepio Residência de Estudantes, S.A.	-	-	16	-
Fundação Montepio Geral				
Donativo	-	-	-	500
	322 996	3 161	48 802	15 116

(milhares de euros)

2023

Empresas	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral - Caixa Económica Bancária, S.A.				
Depósitos à ordem (Nota 16)	98 615	-	-	3
Depósitos a prazo (Nota 17)	30 729	-	612	1
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 19)	215 049	-	18 597	-
Outros passivos	-	14	-	-
Cedência de pessoal (Nota 13)	3 642	805	3 642	9 691
Prestação de serviços	-	6 393	-	4 287
Comissões de custódia	-	-	-	58
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	1 959	-
Comissões bancárias	-	-	-	28
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver nota 19)	9 312	-	943	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	15	-
Seguros pagos	-	-	-	136
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 19)	6 812	-	760	-
Montepio Gestão de Ativos - S.G.O.I.C., S.A.				
Outros passivos	-	8	-	-
Outros ativos	87	-	-	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	83	-
Prestação de serviços	-	-	261	24
Montepio Gestão Ativos Imobiliários, ACE				
Outros passivos	-	521	-	-
Gastos suportados	-	-	-	1 425
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	300	-
Montepio Serviços, ACE				
Outros ativos	94	-	-	-
Cedência de pessoal (Nota 13)	6	-	39	-
Gastos suportados	-	199	-	199
Bolsímo - Gestão de Ativos, S.A.				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 19)	50 649	-	2 372	-
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	68	-
Cedência de pessoal (Nota 13)	8	-	36	-
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	122	-
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.				
Cedência de pessoal (Nota 13)	-	4	-	23
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	4 997	-
Outros passivos	-	15	-	-
Outros custos exploração	-	-	-	59
Montepio Residência de Estudantes, S.A.				
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis (Nota 15)	-	-	943	-
Outros passivos	-	32	-	-
Novacâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.				
Suprimentos (capital e juros) (Nota 25)	300	-	12	-
Dividendos recebidos (Nota 7)				
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	-	-	63	-
Montepio Gestão de Ativos - S.G.F.I., S.A.	-	-	329	-
Bolsímo - Gestão de Ativos, S.A.	-	-	2 291	-
Silvip - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário,	-	-	289	-
Fundação Montepio Geral				
Donativo	-	-	-	500
	415 303	7 991	38 733	16 434

33 GESTÃO DE RISCOS

A Associação encontra-se exposta a um conjunto de riscos, sendo os mais relevantes, relativamente aos de natureza financeira, o risco de mercado, o risco de crédito, o risco de concentração, o risco de liquidez e os riscos específicos associados às modalidades associativas. Adicionalmente, está sujeita a outros riscos de natureza não financeira, como o risco operacional, o risco de *compliance*, o risco de sustentabilidade e o risco de estratégia. Consoante a natureza e relevância de cada risco, são definidos planos, programas ou ações, suportados por sistemas de informação e procedimentos que garantem a implementação das medidas de gestão de risco apropriadas.

O sistema de gestão de riscos da Associação, que está centralizado no Gabinete de Gestão de Riscos, baseia-se num processo integrado de identificação e mensuração dos riscos inerentes à atividade, bem como na caracterização das iniciativas e instrumentos disponíveis para limitar a exposição da situação patrimonial ao nível considerado adequado.

Risco de mercado

O risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada numa determinada carteira em consequência de alterações nas taxas de juro, taxas de câmbio, preços dos instrumentos financeiros e/ou preços dos bens imobiliários, tendo em conta as respetivas volatilidades.

A identificação e controlo do risco de mercado são assegurados através da definição e monitorização de limites de risco, critérios de diversificação e perfil temporal da carteira de ativos. Esta gestão considera não apenas as expectativas de evolução dos mercados financeiros, mas também as características das responsabilidades assumidas pela Associação.

A evolução das taxas de juro é acompanhada regularmente, permitindo intervenções estratégicas com vista a otimizar a rentabilidade dos ativos e mitigar os impactos adversos na valorização dos ativos e passivos decorrentes de alterações na estrutura temporal e variações das taxas de juro.

O risco associado à alteração da estrutura temporal das taxas de juro afeta, sobretudo, os ativos remunerados, em particular as obrigações de rendimento fixo. Uma subida (descida) das taxas de juro implica uma redução (aumento) do valor de mercado, com impacto na reserva de justo valor, no caso dos ativos financeiros valorizados ao justo valor por outro rendimento integral, ou diretamente em resultados, no caso dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

A análise da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros é realizada considerando os fluxos de caixa futuros descontados à respetiva *yield to maturity*, simulando variações de +100 e -100 pontos base nas taxas de juro aplicáveis.

O impacto da variação da taxa de juro nos ativos financeiros é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2024		2023	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Taxa de juro +1%				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	(36 657)	-	(22 787)
Ativos financeiros ao justo valor de resultados	(759)	-	(886)	-
	(759)	(36 657)	(886)	(22 787)
Taxa de juro -1%				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	40 576	-	24 427
Ativos financeiros ao justo valor de resultados	908	-	1 060	-
	908	40 576	1 060	24 427

Relativamente ao risco cambial, a Associação não possui exposições a moedas estrangeiras, não estando, por isso, sujeita a este risco.

O risco do mercado mobiliário decorre da volatilidade dos preços dos ativos financeiros, sendo um risco de natureza sistemática.

O impacto da variação dos mercados mobiliários em instrumentos de capital é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2024		2023	
	Resultado	Capital próprio	Resultado	Capital próprio
Mercado mobiliário +10%				
Ações	238	238	51	51
Fundos de investimento	491	491	502	502
	729	729	553	553
Mercado mobiliário -10%				
Ações	(238)	(238)	(51)	(51)
Fundos de investimento	(491)	(491)	(502)	(502)
	(729)	(729)	(553)	(553)

O risco imobiliário decorre das oscilações no valor de mercado dos bens imobiliários, podendo impactar negativamente os resultados e capital próprio da Associação.

O impacto da variação dos mercados imobiliários em propriedades de investimento é analisado da seguinte forma:

(milhares de euros)

	2024	2023
	Resultado/ Capital Próprio	Resultado/ Capital Próprio
Mercado imobiliário +10%		
Propriedades de investimento	45 304	41 797
	45 304	41 797
Mercado imobiliário -10%		
Propriedades de investimento	(45 304)	(41 797)
	(45 304)	(41 797)

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de perda decorrente da deterioração da qualidade de crédito dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes e devedores. Este risco pode manifestar-se sob diferentes formas, incluindo o risco de incumprimento pela contraparte, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de crédito assenta no cumprimento dos limites definidos na política de investimentos financeiros, que contempla critérios de diversificação por setor de atividade, zona geográfica e qualidade creditícia (*rating*). São, ainda, conduzidas análises para avaliar os potenciais impactos sobre a atividade da Associação.

A repartição da exposição ao risco de crédito, constituída por posições em obrigações, bilhetes do tesouro e papel comercial, por sectores de atividade para os exercícios de 2024 e 2023, encontra-se apresentada a seguir:

(milhares de euros)

2024

Setor de atividade	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Atividades de informação e comunicação	-	7 255	(149)	7 106
Atividades financeiras	4 643	209 433	(4 428)	205 005
Atividades imobiliárias	-	51 415	(458)	50 957
Administração e serviços públicos	-	374 252	(267)	373 985
Construção e obras públicas	-	3 062	(170)	2 892
Eletricidade, gás e água	149	12 012	(162)	11 850
Refinação de Petróleo	-	738	(2)	736
Indústria	-	25 504	(275)	25 229
Retalho	-	4 321	(24)	4 297
Transportes	-	11 104	(33)	11 071
Outras Atividades de Serviços Coletivos	2 558	96 532	(202)	96 330
	7 350	795 628	(6 170)	789 458

(milhares de euros)

2023

Setor de atividade	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Atividades de informação e comunicação	-	7 103	(163)	6 940
Atividades financeiras	4 616	303 085	(4 815)	298 270
Atividades imobiliárias	-	56 786	(232)	56 554
Administração e serviços públicos	-	138 937	(109)	138 828
Construção e obras públicas	909	2 972	(158)	2 814
Eletricidade, gás e água	145	10 769	(73)	10 696
Refinação de Petróleo	-	4 342	(16)	4 326
Indústria	2 032	25 727	(240)	25 487
Retalho	-	4 179	(9)	4 170
Transportes	-	5 166	(130)	5 036
Outras Atividades de Serviços Coletivos	2 678	25 783	(34)	25 749
	10 380	584 849	(5 979)	578 870

A distribuição dos valores mobiliários por zona geográfica, no que respeita às exposições em obrigações, bilhetes do tesouro e papel comercial, é analisada como segue:

(milhares de euros)

2024

Zona geográfica	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
União Europeia				
Portugal	-	306 476	(2 788)	303 688
Alemanha	4 792	9 902	(58)	9 844
Espanha	-	74 695	(116)	74 579
França	-	101 829	(290)	101 539
Itália	-	93 089	(1 638)	91 451
Outros U.E.	2 558	174 465	(268)	174 197
Outros Países				
Outros Europa	-	17 233	(40)	17 193
América do Norte	-	10 935	(121)	10 814
Outros	-	7 004	(851)	6 153
	7 350	795 628	(6 170)	789 458

(milhares de euros)

2023

Zona geográfica	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
União Europeia				
Portugal	2 942	361 186	(2 927)	358 259
Alemanha	4 761	9 855	(17)	9 838
Espanha	-	67 060	(59)	67 001
França	-	21 237	(264)	20 973
Itália	-	51 555	(1 627)	49 928
Outros U.E.	2 677	38 824	(43)	38 781
Outros Países				
Outros Europa	-	14 094	(16)	14 078
América do Norte	-	11 237	(183)	11 054
Outros	-	9 801	(843)	8 958
	10 380	584 849	(5 979)	578 870

Nas classificações de risco apresentadas, foi aplicado o critério do segundo melhor *rating* atribuído pelas principais agências de avaliação creditícia. Os quadros seguintes apresentam a desagregação do valor do balanço de acordo com uma escala equivalente às das agências Standard & Poor´s e Fitch.

A repartição dos ativos por qualidade creditícia dos valores mobiliários (obrigações e Bilhetes do tesouro) é apresentada a seguir:

(milhares de euros)

2024

Rating	Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
AAA- a AAA+	7 200	99 891	(155)	99 736
AA- a AA+	-	150 149	(71)	150 078
A- a A+	-	123 704	(108)	123 596
BBB- a BBB+	150	164 648	(340)	164 308
BB- a BB+	-	185 539	(2 161)	183 378
B- a B+	-	5 095	(75)	5 020
Sem rating	-	66 602	(3 260)	63 342
	7 350	795 628	(6 170)	789 458

(milhares de euros)

2023

Rating	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
AAA- a AAA+	7 294	28 338	(5)	28 333
AA- a AA+	-	827	-	827
A- a A+	-	80 304	(26)	80 278
BBB- a BBB+	145	130 785	(159)	130 626
BB- a BB+	-	265 945	(2 609)	263 336
B- a B+	-	7 362	(245)	7 117
CCC- a CCC+	-	-	-	-
Sem rating	2 941	66 283	(2 913)	63 370
	10 380	579 844	(5 957)	573 887

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a distribuição dos ativos financeiros por Estágio de imparidade é apresentada a seguir:

(milhares de euros)

2024

Impactos por Estágio	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Justo valor (JVOIC)			
Estágio 1	785 661	3 373	782 288
Estágio 2	7 482	313	7 169
Estágio 3	2 485	2 485	0
	795 628	6 170	789 458
Aplicações em IC`s			
Estágio 1	1 288	-	1 288
	1 288	-	1 288
	796 916	6 170	790 746

(milhares de euros)

2023

Impactos por Estágio	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Justo valor (JVOIC)			
Estágio 1	571 162	3 005	568 157
Estágio 2	11 202	489	10 713
Estágio 3	2 485	2 485	-
	584 849	5 979	578 870
Aplicações em IC`s			
Estágio 1	31 236	8	31 228
	31 236	8	31 228
	616 085	5 987	610 098

Em 31 de dezembro de 2024, assim como em 2023, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito encontravam-se constituídas, predominantemente, na Caixa Económica Montepio Geral (ver Nota 32). Os depósitos de longo-prazo desta instituição apresentavam, em 31 de dezembro de 2024, as seguintes notações de risco: BBB, BBB- e BBB- atribuídas, respetivamente, pelas agências Moody`s, Fitch e DBRS, de acordo com uma escala equivalente às notações da Standard & Poor`s e Fitch. No exercício anterior, as notações atribuídas eram BBB-, BB- e BB+, respetivamente, pelas mesmas agências.

A transferência entre Estágios relativa aos Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é apresentada como segue:

(milhares de euros)

2024				
Valor bruto				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor bruto a 1 de janeiro	571 162	11 202	2 485	584 849
Transferência para estágio 1	2 047	(2 047)	-	-
Exposição de novas aplicações líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações	212 452	(1 673)	-	210 779
Valor Bruto a 31 de dezembro	785 661	7 482	2 485	795 628

(milhares de euros)

2023				
Valor bruto				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor bruto a 1 de janeiro	523 774	25 764	2 485	552 022
Transferência para estágio 1	1 823	(1 823)	-	-
Exposição de novas aplicações líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações	45 565	(12 738)	-	32 827
Valor Bruto a 31 de dezembro	571 162	11 202	2 485	584 849

(milhares de euros)

2024				
Perdas por imparidade				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor bruto a 1 de janeiro	3 005	489	2 485	5 979
Transferência para estágio 1	62	(62)	-	-
Exposição de novas aplicações líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações	305	(114)	-	191
Valor Bruto a 31 de dezembro	3 372	313	2 485	6 170

(milhares de euros)

2023

	Perdas por imparidade			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor bruto a 1 de janeiro	10 422	859	2 485	13 765
Transferência para estágio 1	65	(65)	-	-
Exposição de novas aplicações líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações	(7 482)	(305)	-	(7 787)
Valor Bruto a 31 de dezembro	3005	489	2 485	5 979

A transferência entre Estágios relativa a Aplicações em instituições de crédito, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é apresentada como segue:

(milhares de euros)

2024

	Valor bruto			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor bruto a 1 de janeiro	31 236	-	-	31 236
Exposição de novas aplicações líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações	(29 947)	-	-	(29 947)
Valor Bruto a 31 de dezembro	1 288	-	-	1 288

(milhares de euros)

2023

	Valor bruto			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor bruto a 1 de janeiro	60 532	-	-	60 532
Exposição de novas aplicações líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações	(29 296)	-	-	(29 296)
Valor Bruto a 31 de dezembro	31 236	-	-	31 236

(milhares de euros)

2024

	Perdas por imparidade			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor bruto a 1 de janeiro	8	-	-	8
Exposição de novas aplicações líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações	(8)	-	-	(8)
Valor Bruto a 31 de dezembro	-	-	-	-

(milhares de euros)

2023				
Perdas por imparidade				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor bruto a 1 de janeiro	16	-	-	16
Exposição de novas aplicações líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações	(8)	-	-	(8)
Valor Bruto a 31 de dezembro	8	-	-	8

Risco de Concentração

O risco de concentração, que decorre da insuficiente diversificação da carteira de ativos em termos de exposição a um emitente ou grupo de emitentes, é gerido através da definição de limites máximos de exposição a uma determinada contraparte, considerando o grupo económico em que esta se insere. Estes limites são ajustados em função da natureza da contraparte e do nível de risco associado.

Dada a especificidade institucional do MGAM enquanto associação mutualista que, historicamente detém, enquanto entidade anexa, a CEMG, e tendo em conta dos deveres de apoio enquanto acionista decorrentes dessa relação, o investimento no capital da CEMG tem um peso de 38,9% no total do ativo líquido em 31 de dezembro de 2024 (39,9% em 31 de dezembro de 2023). Esta exposição aumenta para 40,8% quando se inclui a exposição em dívida subordinada da CEMG (44,7% em 31 de dezembro de 2023) e para 42,2% quando se inclui também a dívida sénior (*senior preferred*) da CEMG (45,1% em 31 de dezembro de 2023).

Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da possibilidade de a Associação não dispor de ativos com liquidez suficiente para atender aos fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações com os associados e outros credores à medida que estas se vencem.

Para mitigar este risco, a Associação mantém uma reserva de liquidez mínima e assegura a monitorização regular de indicadores de risco de liquidez, tanto em condições normais como em condições de esforço, tendo em consideração, entre outros, cenários sobre a reserva de liquidez e as responsabilidades assumidas. Alguns destes indicadores estão sujeitos a limites de risco e, adicionalmente, é elaborado e reportado um plano de tesouraria, em base mensal, ajustado às necessidades ou excedentes da Associação.

O controlo dos desfasamentos entre entradas e saídas de recursos de liquidez é efetuado de forma sistemática, considerando tanto as variáveis de longo prazo, numa perspetiva de adequação entre ativos e passivos, como as variáveis de curto prazo, incluindo os resultados do rendimento das participações financeiras, que estão mais expostas à volatilidade dos

mercados e aos comportamentos conjunturais. Em qualquer dos casos, a abordagem é feita com recurso a uma margem de segurança de liquidez, que procura otimizar ao máximo a rentabilidade dos ativos.

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros, participações financeiras e responsabilidades decorrentes das modalidades é apresentada como segue:

(milhares de euros)

2024

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos						
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	112 070	-	-	-	-	112 070
Aplicações em instituições de crédito	1 288	-	-	-	-	1 288
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	275	4 179	7 200	2 984	14 640
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	118 186	36 916	230 049	395 430	8 878	789 458
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	-	-	1 969 753	1 969 753
	231 544	37 191	234 228	402 630	1 981 616	2 887 209
Passivos						
Modalidades atuariais	12 265	21 479	119 511	129 584	240 685	523 523
Modalidades capitalização	46 953	120 601	1 694 401	42 354	1 146 777	3 051 087
	59 218	142 080	1 813 912	171 938	1 387 462	3 574 610

(milhares de euros)

2023

	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos						
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	98 618	-	-	-	-	98 618
Aplicações em instituições de crédito	1 094	30 134	-	-	-	31 228
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 072	350	3 342	8 050	1 095	15 909
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5 990	31 984	243 699	287 832	9 365	578 870
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	-	-	1 815 955	1 815 955
	108 774	62 468	247 041	295 882	1 826 415	2 540 580
Passivos						
Modalidades atuariais	8 830	32 570	128 289	139 238	253 092	562 019
Modalidades capitalização	46 594	259 885	1 366 363	9 915	1 147 136	2 829 893
	55 424	292 455	1 494 652	149 153	1 400 228	3 391 912

Nas modalidades atuariais, a maturidade das responsabilidades das modalidades cuja natureza do benefício é vitalícia, nomeadamente as Pensões de Reforma, foi considerada como sendo indeterminada. As modalidades de capitalização com prazo indeterminado correspondem a produtos de poupança reforma sem maturidade definida, suscetíveis de serem resgatáveis à vista.

Risco específico das modalidades

O nível de adequação das responsabilidades com as diferentes modalidades, tendo em conta a evolução real da esperança de vida e da taxa de juro, é objeto de acompanhamento periódico no âmbito do sistema de gestão de riscos.

O impacto da variação da taxa de juro nas responsabilidades com modalidades associativas é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
	Resultado/ Capital próprio	Resultado/ Capital próprio
Taxa de juro +1%		
Modalidades atuariais	38 046	41 451
Modalidades de capitalização	-	-
	38 046	41 451
Taxa de juro -1%		
Modalidades atuariais	(45 771)	(49 946)
Modalidades de capitalização	10 802	10 767
	(34 969)	(39 179)

Nas modalidades de capitalização, os impactos apresentados acima resultam de variações nas responsabilidades do produto 'Montepio Capital Certo', onde existem várias séries onde a taxa de remuneração a pagar aos associados é variável. No que respeita às modalidades atuariais, a variação verificada tem subjacente a variação da curva de desconto utilizada para desconto das responsabilidades.

O impacto da variação da mortalidade nas responsabilidades com modalidades atuariais é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
	Resultado/ Capital próprio	Resultado/ Capital Próprio
Mortalidade +10%		
Modalidades atuariais	18 210	19 375
	18 210	19 375
Mortalidade -10%		
Modalidades atuariais	(27 296)	(29 127)
	(27 296)	(29 127)

O impacto da variação dos reembolsos nas responsabilidades com modalidades de capitalização é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2024	2023
	Resultado/ Capital próprio	Resultado/ Capital Próprio
Reembolsos +10%		
Modalidades capitalização	(807)	(2 041)
	(807)	(2 041)
Reembolsos -10%		
Modalidades capitalização	807	2 041
	807	2 041

34 NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Conforme divulgado na Nota 1.1, estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança social. Tais disposições de relato financeiro têm subjacentes as políticas contabilísticas divulgadas na referida nota, diferindo das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na medida em que não acomodam a aplicação da IFRS 17 – Contratos de Seguro. Não obstante esta situação, o Conselho de Administração decidiu manter como política incorporar nas bases de apresentação as alterações às IFRS que se tornam efetivas em cada exercício, à exceção da IFRS 17. Assim:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2024:

- a) **IAS 1** (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"'. Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor

contabilístico dos passivos; b) a natureza dos “covenants” e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos “covenants” nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva e não produziram efeitos nas demonstrações financeiras do MGAM.

- b) **IAS 7** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores'. Estas alterações exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados, para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do impacto dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na *Agenda Decision* de dezembro de 2020. Esta alteração não produziu efeitos nas demonstrações financeiras do MGAM.
- c) **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente dos passivos de locação, no âmbito de transações de venda e relocação, que qualificam como “vendas” à luz dos princípios da IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são variáveis e não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que não reconheçam ganhos/(perdas) relativamente ao Ativo sob direito de uso retido. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Esta alteração não produziu efeitos nas demonstrações financeiras do MGAM.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025, e que a União Europeia já endossou:

IAS 21 (alteração), 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Esta alteração é de aplicação retrospectiva sem a reexpressão do comparativo, devendo a transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão de moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda de funcional para moeda de apresentação). Estima-se que esta alteração não produza efeitos nas demonstrações financeiras do MGAM.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:

- a) IFRS 9 (alteração) e IFRS 7 (alteração), 'Alterações à classificação e mensuração de financiamentos'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. As alterações efetuadas referem-se a: i) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; ii) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os cash flows contratuais corresponderem “apenas ao pagamento de principal e juros” (“SPPI”), tais como: 1) ativos sem direito de recurso; 2) instrumentos contratualmente associados; e 3) instrumentos com características ligadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governo (“ESG”); iii) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; e iv) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral. Estas alterações aplicam-se na data em que se tornam efetivas sem a reexpressão do comparativo. Estima-se que esta alteração não produza efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do MGAM.
- b) IFRS 9 (alteração) e IFRS 7 (alteração), 'Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fonte renovável'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. As alterações pretendem melhorar o relato dos efeitos financeiros dos contratos negociados que têm por base a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, sujeitos a variabilidade na quantidade gerada devido ao facto de esta estar dependente de condições naturais não controláveis. Essas alterações pretendem: i) clarificar a aplicação dos requisitos da isenção de “uso próprio” da IFRS 9; ii) permitir a aplicação da contabilidade de cobertura quando os contratos de aquisição de eletricidade de fonte renovável são designados como instrumento de cobertura; e iii) adicionar novos requisitos de divulgação à IFRS 7 para uma melhor compreensão do impacto destes contratos no desempenho financeiros e nos fluxos de caixa da entidade. Esta alteração será de aplicação retrospectiva sem reexpressar os períodos comparativos, exceto quanto à designação de cobertura que deverá ser aplicada prospetivamente. Estima-se que esta alteração não produza efeitos nas demonstrações financeiras do MGAM.
- c) Melhorias anuais – ‘volume 11’** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Os ciclos de melhorias anuais às IFRS pretendem clarificar questões de aplicação ou corrigir inconsistências nas normas. Este volume de melhorias afeta as seguintes normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. Estas alterações ainda estão

sujeitas à aprovação da União Europeia. Estima-se que estas melhorias não produzam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do MGAM.

- d) **IFRS 18** (nova norma), 'Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta nova norma ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. A IFRS 18 irá substituir a atual IAS 1. Mantendo muitos dos princípios existentes na IAS 1, a IFRS 18 dá um maior enfoque na especificação de uma estrutura para a demonstração dos resultados, composta por categorias e subtotais obrigatórios. Os itens da demonstração dos resultados serão classificados numa de três categorias: operacional, investimento, financiamento. Serão exigidos subtotais e totais especificados, sendo a principal alteração a inclusão obrigatória do subtotal "Resultado operacional". Esta norma inclui também melhorias na divulgação das medidas de desempenho da gestão, incluindo a reconciliação com o subtotal mais próximo exigido pelas IFRS. Esta norma vem ainda reforçar a orientação sobre os princípios de agregação e desagregação da informação constante das demonstrações financeiras e respetivas notas, com base nas suas características partilhadas. Esta norma aplica-se retrospectivamente. O MGAM encontra-se ainda a avaliar os impactos desta nova norma, que terá os seus impactos mais relevantes ao nível da apresentação da demonstração dos resultados.
- e) **IFRS 19** (nova norma), 'Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027). Esta nova norma ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. A IFRS 19 é uma norma voluntária que permite às subsidiárias elegíveis utilizar as IFRS com requisitos de divulgação reduzidos. A IFRS 19 é uma norma que apenas trata de divulgações sendo aplicada em conjunto com os requisitos das restantes IFRS para efeitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Uma subsidiária é considerada elegível se (i) não estiver sujeita à obrigação de prestação pública de informação financeira; e (ii) a entidade-mãe prepara demonstrações financeiras consolidadas para prestação pública, conforme as IFRS. A IFRS 19 pode ser aplicada por subsidiárias elegíveis na preparação das suas próprias demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. É obrigatória a apresentação de informação comparativa total exceto se alguma isenção for aplicável.

35 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2024 que requeiram ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2024.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

14

Certificação Legal de Contas





Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Montepio Geral - Associação Mutualista (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 4.321.226 milhares de euros e um total de capital próprio de 702.954 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 209.989 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, o mapa das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Montepio Geral - Associação Mutualista em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Bases para a opinião com reservas

O balanço da Entidade inclui no ativo montantes de 943.634 milhares de euros e 909.654 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente, relativos a ativos por impostos diferidos originados, essencialmente, por diferenças temporárias dedutíveis respeitantes à constituição de provisões técnicas, cuja base tributável ascende a 3.574.610 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024 (2023: 3.391.912 milhares de euros). Em conformidade com a norma internacional de contabilidade IAS 12, Impostos sobre o rendimento, a recuperabilidade de ativos por impostos diferidos deve ser avaliada em função da obtenção de resultados tributáveis, os quais deverão ser projetados excluindo as componentes tributáveis originadas por novas diferenças temporárias dedutíveis.

Tendo por base as projeções apresentadas pelo Conselho de Administração e as condições previstas na referida norma e considerando, também, que dividendos e reversões de imparidades futuras relativos às participações financeiras detidas em subsidiárias, não concorrem para a determinação do seu lucro tributável, não obstante a inexistência de limite temporal para recuperação de prejuízos fiscais, a Entidade não demonstra, na nossa opinião, capacidade para gerar resultados tributáveis suficientes que permitam recuperar parte substancial dos ativos por impostos diferidos registados. Desta forma, na nossa opinião, os ativos por impostos diferidos, os capitais próprios e o resultado líquido do exercício, constantes do balanço e da demonstração dos resultados da Entidade em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, encontram-se sobreavaliados por um montante materialmente relevante, a magnitude do qual não estamos em condições de quantificar, dada a incerteza inerente às projeções dos resultados tributáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183
e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

DocID: NjC3YzYwNjY1NGJkY2Y3OTczMDExZGJlZDM2MTY4Nzc0ODU3Njk4MTc2MTJ8Q0x0

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

(i) Conforme divulgado na nota 1.1 das notas explicativas das demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras da Entidade foram preparadas em conformidade com disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Tais disposições de relato financeiro têm subjacentes as políticas contabilísticas divulgadas na referida nota, diferindo das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na medida em que não acomodam a aplicação da IFRS 17 – Contratos de Seguro.

(ii) No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, foi efetuada pelo Conselho de Administração uma avaliação da capacidade da Entidade para fazer face a exigências de liquidez e aos restantes riscos associados ao desenvolvimento da sua atividade, sendo relevante para a compreensão da avaliação realizada a informação divulgada (i) na nota 33, gestão de riscos, em particular, no respeitante aos riscos de liquidez e de concentração de ativos, (ii) na nota 20, respeitante à mensuração e recuperabilidade dos investimentos detidos em subsidiárias e associadas e (iii) na nota 24, relativa à mensuração e recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.

(iii) O balanço da Entidade inclui no ativo montantes de 1.969.753 milhares de euros e 1.815.955 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente, relativos a Investimentos em subsidiárias e associadas, dos quais 1.680.313 milhares de euros respeitam à mensuração da participação financeira de 99,99% na Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA. Conforme divulgado na nota 1.2 d) das notas explicativas das demonstrações financeiras, os referidos investimentos são mensurados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade, sendo estas apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos e o seu valor contabilístico. Conforme divulgado na nota 20 das notas explicativas das demonstrações financeiras, o valor recuperável determinado corresponde ao maior valor obtido, de entre o valor em uso e o justo valor, líquido de custos de venda. Também conforme divulgado na nota 20, diferentes pressupostos de evolução do negócio, financeiros e macroeconómicos, poderão resultar num valor recuperável diferente dos referidos investimentos.

(iv) Conforme divulgado na nota introdutória das notas explicativas das demonstrações financeiras, entrou em vigor em 2 de setembro de 2018 o Decreto-Lei n.º 59/2018 que aprovou o novo Código das Associações Mutualistas (CAM), tendo sido publicado posteriormente, em 29 de novembro de 2018, o Despacho n.º 11392-A/2018, conjunto, dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o qual determinou que a Entidade ficasse abrangida pelo regime transitório previsto no CAM, aplicável pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a partir dessa data e durante um período de 12 anos, até 2030. A Entidade deverá

adotar as medidas tendentes a garantir a convergência progressiva, com vista a atingir a plena conformidade com as disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis ao setor segurador, com as devidas adaptações, no final do período transitório.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares


Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as

demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

12 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

DocuSigned by:

94AAA81AB5424C5...

Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC n.º 1138
Registado na CMVM com o n.º 20160750

15

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

MONTEPIO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (MGAM)

1. De acordo com o disposto no artigo 36.º dos Estatutos da MGAM, é da responsabilidade do Conselho Fiscal exercer a atividade de controlo e fiscalização nos termos e pelos meios definidos na lei, designadamente elaborar relatório e dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício elaborados e aprovados pelo Conselho de Administração.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a atividade do MGAM no exercício de 2024 participando em reuniões do Conselho de Administração, do Comité Estratégico do Grupo MGAM, e com os responsáveis do Centro Corporativo, Gabinete de Contabilidade e Auditores PWC.
3. Em particular, o Conselho Fiscal teve acesso *on line* às agendas das reuniões do Conselho de Administração, documentos anexos para decisão e respetivas atas, assim como à informação mensal prestada pelo Centro Corporativo, Gabinete de Contabilidade e Gabinete Financeiro relativa à situação e evolução mensal da situação económica e financeira do MGAM.
4. O Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 5 de março de 2025 em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas em 31 de dezembro de 2024, discutidos os aspetos mais relevantes da atividade do MGAM no exercício de 2024 e a sua evolução em relação ao exercício de 2023, assim como a proposta de distribuição de resultados por modalidade associativa.
5. No que se refere aos aspetos mais relevantes da atividade do MGAM durante o exercício de 2024 o Conselho Fiscal entende destacar o seguinte no contexto da continuidade da política de racionalização das participações sociais do MGAM e/ou Grupo Montepio:
 - a) Início da implementação do Projeto Prima que tem por objetivo acelerar a implementação do Plano Estratégico do MGAM;
 - b) Arranque do projeto ALMA “Património, Memória e História do Montepio” que tem por objetivo a criação do “Museu Montepio”;



- c) Redução da participação na sociedade “Novacâmbios - Instituição de Pagamento, SA” de 30% em 2023 para 13,9% em 2024 devido à não participação do MGAM no aumento de capital da referida sociedade;
 - d) Apreciação da proposta de revisão do Regulamento das Rendas Temporárias e das Rendas Vitalícias em sede de Assembleia de Representantes, no mês de dezembro, e aprovação em sede de Assembleia Geral, no mês de fevereiro de 2025, e aprovação da proposta de Regulamento dos Benefícios em sede da Assembleia de Representantes no mês de dezembro;
 - e) Conclusão do processo de liquidação do Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE, com a respetiva atividade integrada na estrutura organizacional do MGAM como Direção de Gestão de Imóveis;
 - f) Aumento do capital social da Montepio Crédito, S.A. de 30 milhões de euros para 45 milhões de euros, totalmente subscrito pela Montepio Holding, SGPS, S.A.;
 - g) Redução do capital social da Montepio Investimento, S.A. (Banco Empresas Montepio) de 180 milhões de euros para 30 milhões de euros;
 - h) Aumento do *rating* do Banco Montepio face ao final de 2023 relativo a dívida a longo prazo pelas três agências de notação financeira que avaliam a instituição que refletem o reconhecimento externo ao nível do aumento de rendibilidade, redução de risco e fortalecimento dos rácios de capital;
 - i) Eleições dos órgãos sociais da Lusitânia Vida, Companhia de Seguros, S.A. (2024/2027), Moçambique, Companhia de Seguros, S.A. (2024/2026), Futuro - SGFP, S.A. (2024/2026) e Montepio Residências para Estudantes, S.A. (2024/2026).
6. As cinco Linhas de Orientação Estratégica (LOEs) 2022-2025, que contemplavam 45 ações estratégicas, das quais 43 endereçadas na esfera do MGAM, num total de 242 atividades, continuaram a traduzir-se nos seguintes cinco domínios estratégicos:
- a) Aumento do grau de satisfação e de vinculação dos Associados;
 - b) Crescimento sustentado e diversificado da Atividade;
 - c) Sustentabilidade e Confiança;

d) Articulação, sinergias e simplificação do Grupo;

e) Inovação e transformação digital.

7. No que se refere aos indicadores de atividade relativos a Associados salienta-se o seguinte:

- a) Aumento líquido (existentes em 31 de dezembro de 2023 + entradas - saídas) do número de Associados de 604.799 para 610.181 (+5.382; +0,9%);
- b) Aumento das subscrições de 927.662 para 936.123 (+8.461; +0,9%) devido ao aumento do número de modalidades de capitalização (+21.078; +3,5%) e à diminuição do número de modalidades atuariais (-12.617; -3,9%);
- c) Número médio de subscrições por Associado de 1,53, idêntico ao do exercício anterior, e aumento do valor médio de subscrição de 937€ para 995€, sendo de 1.365€ (+5,0%) nas modalidades de capitalização e de 207€ (-5,5%) nas modalidades atuariais.

8. Quanto à prioridade estratégica do MGAM da Responsabilidade Social e Sustentabilidade desenvolvida no sentido de continuar a implementar os requisitos ESG (*Environmental, Social and Governance*), salientam-se os seguintes aspetos relacionados com:

- a) A “Instituição centrada nos Associados e na Comunidade”, designadamente, a conclusão do projeto de revisão do Regulamento de Benefícios, o investimento em mais de 505 m€ em projetos de apoio à comunidade em geral e à população mais vulnerável, a marca MGAM 5º ano consecutivo Prémio 5 estrelas e a redução das reclamações de Associados (-19% face a 2023);
- b) Os “Processos simples e eficientes”, com o enfoque na transformação tecnológica com o Projeto Prisma que assenta em quatro pilares – canais de distribuição, proposta de valor, vinculação e fidelização e plataforma tecnológica, a utilização do Montepio Serviços, ACE, da prestação de serviços e atividades partilháveis e de gestão administrativa e o aumento do peso da frota de veículos elétricos ou híbridos para 79% (+3% face a 2023);
- c) O “Enfoque nos trabalhadores e no seu bem-estar”, com a manutenção de uma política de contrato de trabalho sem termo e 99% dos trabalhadores com contrato efetivo, reforço da promoção da saúde e bem-estar dos trabalhadores através de diversas iniciativas, designadamente com destaque para a 6ª edição da Semana de Saúde e Bem-Estar do Grupo Montepio;

- d) O “Reforço do desempenho sustentável”, com maior representatividade das mulheres em cargos diretivos com 63%, 1.448 horas de formação em matérias de governo e proteção de dados, *compliance* e sustentabilidade e redução na dos consumos do MGAM em eletricidade (-32%) e gasóleo (-21%) e redução de resíduos totais produzidos (-38%) face a 2023.

9. Quanto às demonstrações financeiras, em relação ao balanço, salienta-se o seguinte:

- a) O total do ativo líquido, de 4.321,2 M€, aumentou (409,2 M€; +10,5%) devido, em particular, aos acréscimos da carteira de títulos (209,3 M€; +35,2%), investimentos no Banco Montepio (120,6 M€; +7,7%) e noutras empresas do Grupo (33,2 M€; +12,9%) e em propriedades de investimento (35,1 M€; +8,4%);
- b) O acréscimo da carteira de títulos deve-se, designadamente, aos aumentos dos saldos de obrigações de dívida pública e bilhetes de tesouro (+313,2 M€) e ao decréscimo das obrigações diversas (-104,2 M€), do qual -66,7 M€ referentes a obrigações emitidas por empresas do Grupo Montepio;
- c) O acréscimo referente ao investimento no Banco Montepio é devido à reversão de imparidades, de 120,6 M€, e em outras empresas do Grupo, de 35,3 M€, ambas reconhecidas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, e correspondem nas outras empresas do Grupo a reversões nas participadas Lusitânia Companhia de Seguros, S.A. (29,3 M€) e Futuro, SGPS, S.A. (6,0 M€);
- d) O acréscimo em propriedades de investimento deve-se fundamentalmente à valorização da carteira de investimentos (justo valor) que ascendeu a 28,0 M€, e aos investimentos efetuados nos grandes projetos constantes do Plano Imobiliário, em particular, o projeto da Quinta do Pinheiro, no Porto;
- e) A estrutura do ativo não sofreu alterações significativas. Os ativos mais relevantes são constituídos pelo investimento no “Banco Montepio, SA”, (1.680,3 M€; 38,9%), os ativos por impostos diferidos (943,6 M€; 21,8%), a carteira de títulos (804,1 M€; 18,6%), as propriedades de investimento (453,0 M€; 10,5%), e os investimentos noutras empresas do Grupo (289,4 M€; 6,7%);
- f) O total do passivo, de 3.618,3 M€, aumentou (194,5 M€; +5,7%) devido, nomeadamente, ao acréscimo das provisões técnicas (182,7 M€; +5,4%) e ao acréscimo de outros passivos, (11,9 M€; +38,3%);

A IF
W

- g) A variação das provisões técnicas deve-se, essencialmente, à emissão e colocação de 30 séries da modalidade Montepio Capital Certo representando o valor de 724,9 M€ de capitais recebidos que compensaram os reembolsos de capitais ocorridos e a dedução do provisionamento de -13,5 M€ como consequência do resultado do teste anual de adequação das responsabilidades;
- h) O valor dos outros passivos respeita, entre outros, ao passivo por impostos correntes (17,4M€), benefícios vencidos a pagar a Associados (7,1 M€), credores diversos (6,3 M€) e credores por acréscimos de gastos (5,0 M€);
- i) A estrutura do passivo também não sofreu alterações significativas. O passivo mais relevante são as provisões técnicas (98,8%) que refletem as responsabilidades assumidas com a subscrição das modalidades;
- j) O total do capital próprio, de 703,0M€, aumentou (214,7 M€; +44,0%) devido aos acréscimos dos fundos próprios (6,6 M€; +6,1%), excedentes técnicos (60,1 M€; +50,5%), reservas (49,9 M€; +33,8%) e resultados líquidos (98,0 M€; +87,5%);
- k) Os fundos próprios, de 116,3 M€, são constituídos essencialmente pelo Fundo de solidariedade associativa de 44,3 M€ que aumentou 5,1 M€ (+12,9%) e o Fundo Montepio proteção encargos de 70,0 M€ que aumentou 1,3 M€ (+1,9%);
- l) As reservas, de 197,5 M€, são constituídas em parte muito relevante pela reserva geral de 183,2 M€ que aumentou 15,8 M€ (9,5%);
- m) A estrutura do capital próprio sofreu algumas alterações nas percentagens da sua composição. Assim, o peso relativo dos fundos próprios passou para 16,5% (2023: 22,5%), os excedentes técnicos para 25,5% (2023; 24,4%), as reservas para 28,1% (2023; 30,2%) e os resultados líquidos para 29,9% (2023; 22,9%).

10. Em relação à demonstração dos resultados salienta-se o seguinte:

- a) O total dos proveitos inerentes a Associados, de 931,7 M€, aumentou 62,2 M€ (+7,2%) e dos custos inerentes a Associados, de 776,7 M€, diminuíram 80,3 M€ (-9,4%), pelo que a margem associativa foi de 154,9 M€ (2023: 12,5 M€) e aumentou 142,5 M€ (>100%);

- b) A variação dos proveitos inerentes a Associados resulta de um crescimento dos valores captados das modalidades de capitalização, salientando-se a modalidade de Montepio Capital Certo com a emissão e subscrição de 30 séries, no total de 724,9 M€, mais 72,0 M€ face a 2023, e as restantes modalidades de capitalização atingiram o valor de 125,5 M€ face a 129,7 M€ registados em 2023. Por outro lado, as modalidades atuariais atingiram um nível de valor captados de 64,9 M€ (2023: 71,2 M€) e o valor dos capitais recebidos relativos a rendas vitalícias e temporárias totalizou 359 m€ (2023: 122 m€);
- c) O total da variação das provisões técnicas foi de -176,0M€, que diminuiu 156,2 M€ (2023: >100%), pelo que os resultados inerentes a associados, considerando a variação das provisões técnicas, foram de -21,0 M€ (2023: -7,3 M€);
- d) Os proveitos operacionais foram de 52,6 M€ (+23,0%), salientando-se os juros líquidos (28,2 M€; -4,1%), os rendimentos de instrumentos de capital (20,6 M€; >100%), maioritariamente relativos a dividendos recebidos de subsidiárias e associadas;
- e) Os gastos operacionais foram de 28,9 M€ (+9,2%), salientando-se os gastos com o pessoal (6,4 M€; +12,0%), os gastos gerais administrativos (21,2 M€; +8,9%) e as depreciações e amortizações do exercício (1,3 M€; +1,8%);
- f) Os outros resultados de exploração foram de 42,1 M€ (+11,8%) incorporam a valorização da carteira de imóveis de 28,0 M€ e o efeito da mais-valia, registada em 2023, da venda de um imóvel por 4,7 M€;
- g) Portanto, o resultado operacional do exercício de 2024 foi de 44,7 M€, que corresponde à soma algébrica da margem da atividade associativa (+154,9 M€), da variação das provisões técnicas (-176,0 M€), dos proveitos operacionais (+52,6 M€), dos gastos operacionais (-28,9 M€) e de outros resultados de exploração (+42,1 M€);
- h) Considerando as imparidades e provisões líquidas de reposições, anulações e reversões de 156,1 M€ (>100%), designadamente as reversões de imparidades de 120,6 M€ referentes à participação no capital do Banco Montepio, SA, de 29,3 M€ à participação na Lusitânia, Companhia de Seguros, SA e de 6,0 M€ à participação na Futuro, SGFP, SA, o resultado antes de impostos no exercício de 2024 foi de 200,9 M€, superior em 88,0 M€ (+78,0%) em relação ao exercício de 2023;
- i) Atendendo à soma algébrica dos valores dos impostos correntes (-28,7 M€; >100%) e dos impostos diferidos (37,8 M€; >100%) o resultado líquido no fim do exercício de 2024 foi de 210,0 M€ superior em 98,0 M€ (+87,5%) em relação ao exercício de 2023.



11. Em relação à demonstração dos fluxos de caixa, refira-se que:

- a) Os fluxos de atividades operacionais foram positivos de 120,1 M€ (2023: -24,2M€), os fluxos de atividades de investimento negativos de 105,9 M€ (2023: 81,3 M€) e os fluxos de atividades de financiamento negativos de 0,7 M€ (2023: 0,6 M€);
- b) As disponibilidades no fim de 2024 foram de 112,1 M€ (2023: 98,6 M€).

12. O resultado líquido de 210,0 M€ constante da demonstração dos resultados constante do Relatório de Gestão e Contas aprovados pelo Conselho de Administração, é também o somatório dos resultados dos fundos disponíveis das várias modalidades, rendas e fundos autónomos. Neste contexto, o resultado líquido é o somatório de resultados positivos de 233,8 M€ e de resultados negativos de -23,8 M€.

Portanto, o Conselho de Administração para efeitos da cobertura dos resultados líquidos negativos e da aplicação dos resultados positivos, apresenta as seguintes propostas:

- a) Cobertura dos resultados líquidos negativos pelo Fundo de Reserva Geral e Fundos Próprios (749,2 m€), Excedentes Técnicos (11,8 M€), Reservas Gerais da Modalidade (10,3 M€) e Fundo de Reserva Geral (1,0 M€);
- b) Aplicação dos resultados positivos para a dotação para o Fundo de Reserva Geral (Dotação para Modalidades) de (34,8 M€), Fundos Permanentes das Modalidades (27,2 M€) e Fundos Próprios das Modalidades (171,8 M€):

13. A Certificação Legal das Contas da PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda sobre as Demonstrações Financeiras do Montepio Geral – Associação Mutualista do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 contém uma opinião com reservas e quatro ênfases, cujo conteúdo se resume em seguida:

a) Opinião com reservas

Os ativos por impostos diferidos, os capitais próprios e o resultado líquido do exercício, constantes do balanço e da demonstração dos resultados da Entidade em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, encontram-se sobreavaliados por um montante materialmente relevante, a magnitude do qual não estamos em condições de quantificar, dada a incerteza inerente às projeções dos resultados tributáveis.

b) Ênfases

- (i) Conforme divulgado na nota 1.1 das notas explicativas das demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras do MGAM foram preparadas em conformidade com



disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Tais disposições de relato financeiro têm subjacente as políticas contabilísticas divulgadas na referida nota, diferindo das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na medida em que não acomodam a aplicação da IFRS 17 – Contratos de Seguro.

- (ii) No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, foi efetuada pelo Conselho de Administração uma avaliação da capacidade do Entidade para fazer face a exigências de liquidez e aos restantes riscos associados ao desenvolvimento da sua atividade, sendo relevante para a compreensão da avaliação realizada a informação divulgada (i) na nota 33, gestão de riscos, em particular, no respeitante aos riscos de liquidez e de concentração de ativos, (ii) na nota 20, respeitante à mensuração e recuperabilidade dos investimentos detidos em subsidiárias e associadas e (iii) na nota 24, relativa à mensuração e recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.
- (iii) O balanço da Entidade inclui no ativo montantes de 1.969.753 milhares de euros e 1.815.955 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente, relativos a Investimentos em subsidiárias e associadas, dos quais 1.680.313 milhares de euros respeitam à mensuração da participação financeira de 99,99% no Banco Montepio, SA. Conforme divulgado na nota 1.2 d) das notas explicativas das demonstrações financeiras, os referidos investimentos são mensurados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade, sendo este valor apurado tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos e o seu valor contabilístico
- (iv) Conforme divulgado na nota introdutória das notas explicativas das demonstrações financeiras, entrou em vigor em 2 de setembro de 2018 o Decreto-Lei n.º 59/2018 que aprovou o Código das Associações Mutualistas (CAM), tendo sido publicado posteriormente, em 29 de novembro de 2018, o Despacho n.º 11392-A/2018, conjunto, dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o qual determinou que o MGAM ficasse abrangida pelo regime transitório previsto no CAM, aplicável pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a partir dessa data e durante um período de 12 anos, até 2030. O MGAM deverá adotar as medidas tendentes a garantir a convergência progressiva, com vista a atingir a plena conformidade com as disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis ao setor segurador, com as devidas adaptações, no final do período transitório.

14. Considerando as conclusões e recomendações constantes do “Estudo sobre Impostos Diferidos Ativos” referidas em relatórios e pareceres de exercícios anteriores, o Conselho Fiscal manifesta a sua concordância com o teor da certificação legal das contas, exceto com a opinião com reservas.

PARECER

1. O Conselho Fiscal considera que o Relatório e Contas do exercício de 2024 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do MGAM em 31 de dezembro de 2024, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as disposições de relato financeiro aceites pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (a Tutela).
2. Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável sobre o Relatório e Contas do Montepio Geral Associação Mutualista referentes a 31 de dezembro de 2024, e propõe que a Assembleia de Representantes que aprove:
 - c) O Relatório e Contas apresentados pelo Conselho de Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
 - d) A proposta de aplicação de resultados do Conselho de Administração constante no Relatório e Contas;

Lisboa, 14 de março de 2025

O CONSELHO FISCAL



Victor Franco – Presidente





16

Informação Complementar



Informação Complementar

16.1 Relatório Atuarial

i) Enquadramento

O presente Relatório abrange as modalidades atuariais do Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM) com reservas matemáticas, bem como as rendas vitalícias e as rendas temporárias, para as quais também são constituídas reservas matemáticas. A informação apresentada reporta a 31 de dezembro de 2024.

As reservas matemáticas das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias são calculadas com as bases técnicas² aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social³, sendo adiante designadas por Reservas Matemáticas Estatutárias.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 430,2 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de 25,0 milhões de euros relativamente a 31 de dezembro de 2023.

Contudo, algumas modalidades e rendas, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitas a uma subavaliação das suas responsabilidades, por desatualização das bases técnicas.

Neste contexto, é efetuado anualmente um teste à adequação das Reservas Matemáticas Estatutárias, que consiste em recalculá-las utilizando pressupostos mais adequados à realidade atual. Este teste, realizado desde 2005, permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, originando uma provisão adicional às Reservas Matemáticas Estatutárias, adiante designada por Reservas Matemáticas Atuariais.

Em 2024, na sequência do teste à adequação das responsabilidades, o MGAM procedeu, em termos líquidos, a uma libertação da provisão adicional constituída no montante de 13,5 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2024, o valor das Reservas Matemáticas Atuariais era de 93,3 milhões de euros.

Deste modo, o total de reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) atingiu, em 31 de dezembro de 2024, os 523,5 milhões de euros, ou seja, menos 38,5 milhões de euros relativamente ao período homólogo.

No âmbito deste Relatório, no ponto ii) apresenta-se informação relativa às subscrições e pensões em modalidades atuariais com reservas matemáticas, bem como relativamente às

² Tábua de mortalidade e/ou tábua de invalidez e taxa técnica de juro.

³ Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

rendas vitalícias e às rendas temporárias, para as quais também são constituídas reservas matemáticas. No ponto iii) apresenta-se o detalhe das reservas matemáticas estatutárias, atuarias e totais por modalidade e tipo de renda.

ii) Evolução da Atividade

Em 31 de dezembro de 2024, o número de subscrições nas modalidades atuarias do MGAM com reservas matemáticas era de 212 699⁴ subscrições, representando um decréscimo de 3,5% relativamente a 31 de dezembro de 2023.

Na mesma data, existiam 8 210 pensões em pagamento, registando um decréscimo de 0,2% relativamente ao período homólogo.

No que se refere às rendas, em 31 de dezembro de 2024, existiam 419 rendas vitalícias (455 em 2023) e 20 rendas temporárias (19 em 2023).

a) Modalidades Atuarias com Reservas Matemáticas

A modalidade mais subscrita em 2024, quer em número de subscrições, quer em capitais subscritos, foi, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Montepio Proteção 5 em 5, representando cerca de 92,1% do total de subscrições e 85,6% do total de capitais subscritos.

Modalidades atuarias com reservas matemáticas - ano 2024

Número de subscrições		Capitais subscritos	
Modalidades	%	Modalidades	%
Montepio Proteção 5 em 5	92,1	Montepio Proteção 5 em 5	85,6
Montepio Proteção 18-30	7,3	Montepio Proteção 18-30	11,5
Outras Modalidades	0,6	Outras Modalidades	2,9
	100,0		100,0

Em termos acumulados, o número de subscrições, valores subscritos e valores de quotização anual, atingiram em 31 de dezembro de 2024, os montantes expressos na tabela infra. Destaca-se, nas modalidades de subscrição aberta, a modalidade Montepio Proteção 5 em 5, com 62 159 subscrições e 14,7 milhões de euros de quotização anual.

⁴ Inclui 2 511 subscrições em coberturas adicionais das modalidades atuarias com reservas matemáticas.

(euros)

Subscrições em modalidades

Modalidades de subscrição aberta	Número de Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Montepio Proteção Vida - 0,3%	644	4.589.325,10	7.126,28	135.261,66	210,03
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	75	71.432,56	952,43	99.421,04	1.325,61
Restituição de Quotas - 0,3%	75	492.621,08	6.568,28	27.037,19	360,50
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	62.159	135.103.688,74	2.173,52	14.717.508,78	236,77
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	5.138	17.387.122,56	3.384,03	2.241.106,19	436,18
Montepio Proteção Invalidez - 0,3%	-	-	-	-	-
Subtotal	68.091	157.644.190,04	2.315,20	17.220.334,86	252,90
Modalidades de subscrição fechada com entregas ^(a)	Número de Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência - 4%	4.505	16.173.553,40	3.590,13	414.602,04	92,03
Montepio Proteção Vida - 3%	1.072	8.837.884,68	8.244,30	197.099,31	183,86
Subsídio por Morte - 4%	888	828.426,79	932,91	10.893,17	12,27
Montepio Pensões de Reforma - 3%	712	747.890,84	1.050,41	548.067,24	769,76
Restituição de Quotas - 3%	994	11.459.422,17	11.528,59	78.229,55	78,70
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	4.977	20.519.415,16	4.122,85	1.030.568,78	207,07
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	116.695	392.341.479,48	3.362,11	20.290.401,55	173,88
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	15	464.892,90	30.992,86	15.848,69	1.056,58
Capitais para Jovens - 4%	167	1.403.366,40	8.403,39	95.656,38	572,79
Montepio Proteção 18-30 - 3%	10.711	48.238.234,76	4.503,62	2.209.833,86	206,31
Pensões para Deficientes - 4%	20	87.735,38	4.386,77	25.712,69	1.285,63
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	1	4.125,41	4.125,41	69,80	69,80
Montepio Proteção Invalidez - 3%	17	56.244,60	3.308,51	339,40	19,96
Rendas de Sobrevivência - 4%	21	63.591,82	3.028,18	16.110,21	767,15
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	1	3.194,96	3.194,96	-	-
Capitais para Estudos - 4%	6	4.891,07	815,18	9.070,98	1.511,83
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1.241	19.223,37	15,49	2.761,74	2,23
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	5.861,88	1.465,47	121,44	30,36
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	1	29,93	29,93	12,12	12,12
Subtotal	142.048	501.259.465,00	3.528,80	24.945.398,95	175,61
Modalidades de subscrição fechada sem entregas ^(b)	Número de Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Pensões de Reforma - 6%	181	315.216,39	1.741,53	-	-
Pensões de Reforma - 4%	360	280.860,06	780,17	-	-
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	539	270.556,37	501,96	-	-
Restituição de Quotas - 6%	235	1.196.791,22	5.092,73	-	-
Restituição de Quotas - 4%	1.150	5.000.226,07	4.348,02	-	-
Adicional de Invalidez - 6%	13	92.613,06	7.124,08	-	-
Adicional de Invalidez - 4%	26	36.301,00	1.396,19	-	-
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	56	5.139,50	91,78	-	-
Subtotal	2.560	7.197.703,67	2.811,60	-	-
Total	212.699	666.101.358,71	3.131,66	42.165.733,81	198,24

^(a) Nas modalidades de subscrição fechada com entregas, não é possível realizar novas subscrições, sendo, no entanto, possível aos subscritores existentes proceder às entregas de quotas previstas aquando da data da subscrição.

^(b) Nas modalidades de subscrição fechada sem entregas, não é possível realizar novas subscrições nem proceder a novas entregas no âmbito dessas subscrições.

Relativamente às pensões em pagamento, em 31 de dezembro de 2024, existiam 8 210⁵, pensões, a que corresponde um encargo médio anual de 1 482,96 euros por pensão. O encargo anual com pensões em pagamento atingiu os 8 317 420,18 euros referentes a pensões subscritas, aos quais acrescem 3 857 720,85 euros correspondentes a subvenções e melhorias, totalizando 12 175 141,03 euros.

(euros)

Pensões em pagamento

Modalidades	Número de Pensões	Encargo anual ^(a)		Encargo médio por pensão	Relação entre Subv.+Melh. e Pensões
		Pensões Subscritas	Subvenções e Melhorias ^(b)		
Capitais de Previdência - 4%	1.558	300.077,88	643.157,40	605,41	2,14
Montepio Proteção Vida - 3%	1	161,76	2,04	163,80	0,01
Pensões de Reforma - 6%	2.172	4.377.073,56	2.301.647,76	3.074,92	0,53
Pensões de Reforma - 4%	1.333	1.592.327,64	109.062,12	1.276,36	0,07
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	726	732.592,20	477,84	1.009,74	-
Montepio Pensões de Reforma - 3%	445	423.865,32	2.235,00	957,53	0,01
Capitais para Jovens - 4%	16	25.160,64	267,36	1.589,25	0,01
Montepio Proteção 18-30 - 3%	2	14.618,88	85,68	7.352,28	0,01
Pensões para Deficientes - 4%	4	6.160,56	2.846,52	2.251,77	0,46
Rendas de Sobrevivência - 4%	9	26.506,92	3.027,24	3.281,57	0,11
Capitais para Estudos - 4% ^(c)	309	231.940,53	2.710,84	759,39	0,01
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	153,84	79,20	233,04	0,51
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	106	233.048,64	22.501,56	2.410,85	0,10
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	155	316.290,72	10.687,56	2.109,54	0,03
Pensões de Poupança Reforma - 3%	7	5.991,36	82,08	867,63	0,01
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1.339	22.874,04	754.413,96	580,50	32,98
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	23	431,45	4.436,69	211,66	10,28
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	4	8.144,24	-	2.036,06	-
Total	8.210	8.317.420,18	3.857.720,85	1.482,96	0,46

^(a) O Encargo anual corresponde ao somatório das Pensões Subscritas e das Subvenções e Melhorias atribuídas.

^(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

^(c) O valor da pensão de Capitais para Estudos - 4% refere-se a uma semestralidade.

b) Rendas Vitalícias

Em 31 de dezembro de 2024, existiam 419 rendas vitalícias e 292 rendistas. Estes valores incluem 4 rendas vitalícias diferidas, e respetivos rendistas, cujo pagamento ainda não se iniciou, bem como 2 rendas vitalícias imediatas sobre duas vidas constituídas no mês de dezembro, e respetivos rendistas, cujo pagamento tem início em janeiro de 2025.

Durante o ano de 2024, foram realizados pagamentos no total de 1 287 011,24 euros, a que corresponde uma renda anual média de 3 071,63 euros. O montante de capitais recebidos para constituição de novas rendas vitalícias foi de 356 299,00 euros.

⁵ Nota: Uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

(euros)

Rendas Vitalícias

	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Vitalícias - 6%	24	13	46.094,51	1.920,60
Rendas Vitalícias - 4%	155	93	535.301,96	3.453,56
Rendas Vitalícias - 3%	218	162	655.953,40	3.008,96
Rendas Vitalícias - 0,3%	22	24	49.661,37	2.257,34
Total	419	292	1.287.011,24	3.071,63

c) Rendas Temporárias

Em 31 de dezembro de 2024, existiam 20 rendas temporárias e 23 rendistas. Em 2024, foram realizados pagamentos no total de 66 768,99 euros, a que corresponde uma renda anual média de 3 338,45 euros. O montante de capitais recebidos para constituição de novas rendas temporárias foi de 3 002,12 euros.

(euros)

Rendas Temporárias

	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Temporárias - 3%	17	20	66.087,83	3.887,52
Rendas Temporárias - 0,3%	3	3	681,16	227,05
Total	20	23	66.768,99	3.338,45

iii) Reservas Matemáticas

As reservas matemáticas das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias são calculadas mensalmente com as bases técnicas (tábua de mortalidade e/ou tábua de invalidez e taxa técnica de juro) aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.

Desde 2005, é efetuado anualmente um teste à adequação das responsabilidades das modalidades atuariais, das rendas vitalícias e das rendas temporárias, que permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, através da constituição de uma provisão adicional.

Do ponto de vista metodológico, o teste à adequação das responsabilidades é efetuado, para cada modalidade e tipo de renda, da seguinte forma:

- Calculam-se as reservas matemáticas com as bases técnicas aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social (Reservas Matemáticas Estatutárias);

- b. Calculam-se as reservas matemáticas de acordo com pressupostos mais ajustados à realidade atual;
- c. Sempre que o valor das reservas matemáticas referidas na alínea anterior for superior ao valor das Reservas Matemáticas Estatutárias considera-se que estas são insuficientes, comparando-se, de seguida, o valor da insuficiência apurada com as Reservas Matemáticas Atuariais constituídas (caso existam). Assim,
 - i. se o valor da insuficiência for inferior ao valor das Reservas Matemáticas Atuariais constituídas, procede-se à libertação de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença;
 - ii. se o valor da insuficiência for superior ao valor das Reservas Matemáticas Atuariais constituídas, é efetuado um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença.
- d. Caso a modalidade ou renda não tenha ainda Reservas Matemáticas Atuariais, estas são constituídas pelo valor total da insuficiência apurada.

Desta forma, resumidamente, são calculadas para as modalidades atuariais e para as rendas dois tipos de reservas matemáticas:

- Reservas Matemáticas Estatutárias - calculadas mensalmente de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social.
- Reservas Matemáticas Atuariais - correspondem ao reforço às Reservas Matemáticas Estatutárias, resultante do teste à adequação das responsabilidades.

a) Reservas Matemáticas Estatutárias

Em 31 de dezembro de 2024, o valor das Reservas Matemáticas Estatutárias era de 430 229 892,03 euros, tendo diminuído 24 985 170,87 euros (-5,5%) em relação ao ano anterior.

As Reservas Matemáticas Estatutárias encontram-se desagregadas em:

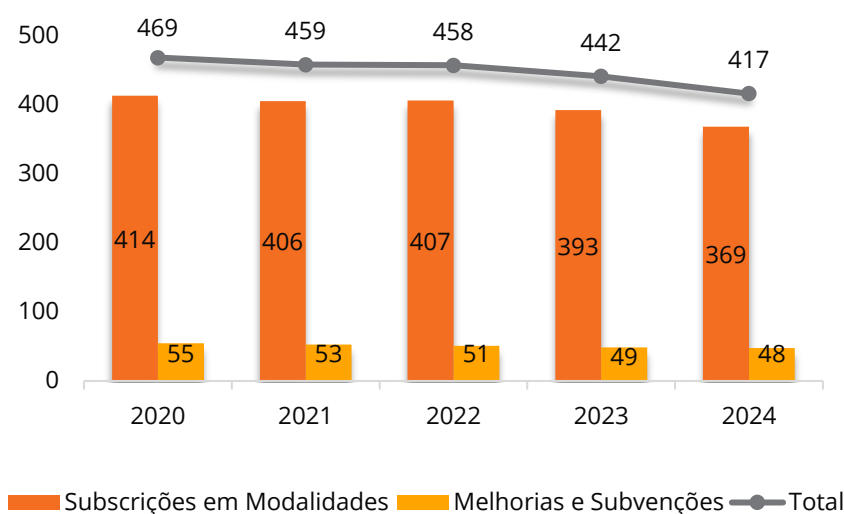
- Reservas matemáticas das Subscrições;
- Reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções;
- Reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar.

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias a 31/12/2024

	Subscrições	Melhorias e Subvenções	Subsídios de 1919 e Complementar
Benefícios em formação	305.284.524,36	25.537.046,41	-
Modalidades de subscrição aberta	69.374.021,55	837.375,69	
Modalidades de subscrição fechada com entregas	225.295.891,39	23.648.474,05	
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	10.614.611,42	1.051.196,67	
Benefícios em curso	63.798.314,51	22.463.602,76	3.263,84
Rendas Vitalícias	12.626.927,59		
Rendas Temporárias	516.212,56		
Total	382.225.979,02	48.000.649,17	3.263,84

O gráfico seguinte ilustra a evolução nos últimos cinco anos, das Reservas Matemáticas Estatutárias dos benefícios em formação e em curso das modalidades atuariais⁶. Dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar estão incluídas nas reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções.

Evolução das reservas matemáticas estatutárias (M€)

Em 2024, manteve-se a tendência decrescente do total das reservas matemáticas estatutárias, tendo-se verificado uma diminuição de 11,1% nos últimos cinco anos.

Em seguida, apresentam-se as tabelas das Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições em Modalidades e Rendas, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar, discriminadas por modalidade e tipo de renda, à data de 31 de dezembro de 2024.

⁶ As rendas vitalícias e as rendas temporárias não estão incluídas nesta análise gráfica, por não serem modalidades associativas.

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias das subscrições em modalidades - benefícios em formação

Modalidades de subscrição aberta	Número de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 0,3%	644	4.589.325,10	400.682,20
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	75	71.432,56	385.436,27
Restituição de Quotas - 0,3%	75	492.621,08	106.076,52
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	62.159	135.103.688,74	60.399.276,81
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	5.138	17.387.122,56	8.082.549,75
Montepio Proteção Invalidez - 0,3%	-	-	-
Subtotal	68.091	157.644.190,04	69.374.021,55
Modalidades de subscrição fechada com entregas	Número de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	4.505	16.173.553,40	11.567.538,20
Montepio Proteção Vida - 3%	1.072	8.837.884,68	2.453.441,75
Subsídio por Morte - 4%	888	828.426,79	667.606,05
Montepio Pensões de Reforma - 3%	712	747.890,84	8.086.536,88
Restituição de Quotas - 3%	994	11.459.422,17	1.023.579,88
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	4.977	20.519.415,16	5.499.362,43
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	116.695	392.341.479,48	159.461.688,56
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	15	464.892,90	460.018,67
Capitais para Jovens - 4%	167	1.403.366,40	1.336.954,19
Montepio Proteção 18-30 - 3%	10.711	48.238.234,76	33.010.998,53
Pensões para Deficientes - 4%	20	87.735,38	777.268,31
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	1	4.125,41	208,34
Montepio Proteção Invalidez - 3%	17	56.244,60	2.567,31
Rendas de Sobrevivência - 4%	21	63.591,82	641.225,17
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	1	3.194,96	1.196,33
Capitais para Estudos - 4%	6	4.891,07	61.895,25
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1.241	19.223,37	239.650,45
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	5.861,88	3.953,59
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	1	29,93	201,50
Subtotal	142.048	501.259.465,00	225.295.891,39
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	Número de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Pensões de Reforma - 6%	181	315.216,39	3.113.699,71
Pensões de Reforma - 4%	360	280.860,06	3.211.714,66
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	539	270.556,37	3.871.200,73
Restituição de Quotas - 6%	235	1.196.791,22	58.046,76
Restituição de Quotas - 4%	1.150	5.000.226,07	345.920,82
Adicional de Invalidez - 6%	13	92.613,06	4.307,82
Adicional de Invalidez - 4%	26	36.301,00	4.625,22
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	56	5.139,50	5.095,70
Subtotal	2.560	7.197.703,67	10.614.611,42
Total	212.699	666.101.358,71	305.284.524,36

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias das subscrições em modalidades - benefícios em curso

Modalidades	Número de Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	1.558	300.077,88	1.553.825,14
Montepio Proteção Vida - 3%	1	161,76	2.098,93
Pensões de Reforma - 6%	2.172	4.377.073,56	29.526.818,68
Pensões de Reforma - 4%	1.333	1.592.327,64	12.332.299,02
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	726	732.592,20	8.828.139,19
Montepio Pensões de Reforma - 3%	445	423.865,32	5.994.506,18
Capitais para Jovens - 4%	16	25.160,64	50.388,83
Montepio Proteção 18-30 - 3%	2	14.618,88	13.120,19
Pensões para Deficientes - 4%	4	6.160,56	75.373,26
Rendas de Sobrevivência - 4%	9	26.506,92	354.503,10
Capitais para Estudos - 4%	309	231.940,53	1.098.579,76
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	153,84	380,16
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	106	233.048,64	1.077.826,78
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	155	316.290,72	2.608.874,79
Pensões de Poupança Reforma - 3%	7	5.991,36	51.032,85
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1.339	22.874,04	142.858,65
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	23	431,45	1.824,08
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	4	8.144,24	85.864,92
Total	8.210	8.317.420,18	63.798.314,51

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias das subscrições em rendas

Rendas Vitalícias	Número de Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Vitalícias - 6%	24	46.094,51	175.024,01
Rendas Vitalícias - 4%	155	535.301,96	3.219.342,41
Rendas Vitalícias - 3%	218	655.953,40	8.077.295,75
Rendas Vitalícias - 0,3%	22	49.661,37	1.155.265,42
Subtotal	419	1.287.011,24	12.626.927,59
Rendas Temporárias	Número de Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Temporárias - 3%	17	66.087,83	510.636,69
Rendas Temporárias - 0,3%	3	681,16	5.575,87
Subtotal	20	66.768,99	516.212,56
Total	439	1.353.780,23	13.143.140,15

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias das melhorias e subvenções - benefícios em formação

Modalidades de subscrição aberta	Número de Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida - 0,3%	208	6.462,12	5.984,25
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	47	326,47	5.989,26
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	26.063	733.546,76	722.337,52
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	2.219	106.175,98	103.064,66
Montepio Proteção Invalidez - 0,3%	-	-	-
Subtotal	28.537	846.511,33	837.375,69
Modalidades de subscrição fechada com entregas	Número de Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	4.505	20.969.892,12	15.520.571,17
Montepio Proteção Vida - 3%	484	12.547,19	7.782,53
Subsídio por Morte - 4%	885	575.287,77	468.077,87
Montepio Pensões de Reforma - 3%	453	1.284,53	18.703,88
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	2.979	50.032,31	12.043,77
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	23.206	160.966,49	50.148,32
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	15	8.890,34	8.532,79
Capitais para Jovens - 4%	167	11.134,19	10.380,62
Montepio Proteção 18-30 - 3%	4.303	95.436,61	89.290,56
Pensões para Deficientes - 4%	20	10.707,75	90.218,22
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	1	26,65	1,79
Montepio Proteção Invalidez - 3%	13	187,33	17,72
Rendas de Sobrevivência - 4%	21	2.695,01	26.926,18
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	1	3,76	1,23
Capitais para Estudos - 4%	6	12,80	134,56
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1.241	566.466,33	7.330.467,02
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	4	17.707,85	13.038,60
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	1	297,09	2.137,22
Subtotal	38.305	22.483.576,12	23.648.474,05
Modalidades de subscrição fechada sem entregas	Número de Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Pensões de Reforma - 6%	181	113.162,23	896.054,44
Pensões de Reforma - 4%	360	14.645,56	141.022,90
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	26	54,65	640,50
Adicional de Invalidez - 6%	13	24.728,09	918,92
Adicional de Invalidez - 4%	26	817,11	64,51
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	56	12.602,83	12.495,40
Subtotal	662	166.010,47	1.051.196,67
Total	67.504	23.496.097,92	25.537.046,41

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias das melhorias e subvenções - benefícios em curso

Modalidades	Número de Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	1.558	642.939,84	2.817.976,74
Montepio Proteção Vida - 3%	1	2,04	26,47
Pensões de Reforma - 6%	2.172	2.301.647,76	14.028.876,01
Pensões de Reforma - 4%	1.333	109.062,12	776.538,88
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	86	477,84	6.176,32
Montepio Pensões de Reforma - 3%	435	2.235,00	31.361,05
Capitais para Jovens - 4%	16	267,36	366,60
Montepio Proteção 18-30 - 3%	2	85,68	78,99
Pensões para Deficientes - 4%	4	2.846,52	33.472,99
Rendas de Sobrevivência - 4%	9	3.027,24	42.018,85
Capitais para Estudos - 4%	309	2.710,84	8.435,82
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1	79,20	195,71
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	88	22.501,56	89.032,61
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	155	10.687,56	96.909,43
Pensões de Poupança Reforma - 3%	7	82,08	681,33
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	1.339	753.976,80	4.512.868,83
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	23	4.436,69	18.586,13
Total	7.538	3.857.066,13	22.463.602,76

(euros)

Reservas matemáticas estatutárias dos subsídios de 1919 e complementar

Modalidades	Número de Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência - 4%	15	217,56	1.333,48
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	60	437,16	1.930,36
Total	75	654,72	3.263,84

Apresenta-se também, em termos totais, a variação das Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições em Modalidades e Rendas, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar, relativamente a 31 de dezembro de 2023.

(euros)

Variação das reservas matemáticas estatutárias das subscrições

	31/12/2024	31/12/2023	Variação Anual
Benefícios em formação	305.284.524,36	328.223.820,13	(22.939.295,77)
Benefícios em curso	63.798.314,51	64.635.856,28	(837.541,77)
Rendas Vitalícias	12.626.927,59	13.123.494,15	(496.566,56)
Rendas Temporárias	516.212,56	562.411,29	(46.198,73)
Total	382.225.979,02	406.545.581,85	(24.319.602,83)

Em 31 de dezembro de 2024, o valor das Reservas Matemáticas Estatutárias das Subscrições era de 382 225 979,02 euros, tendo registado uma diminuição de 24 319 602,83 euros (-6,0%) relativamente ao ano anterior.

(euros)

Variação das reservas matemáticas estatutárias das melhorias e subvenções

	31/12/2024	31/12/2023	Variação Anual
Benefícios em formação	25.537.046,41	25.494.011,60	43.034,81
Benefícios em curso	22.463.602,76	23.171.922,35	(708.319,59)
Total	48.000.649,17	48.665.933,95	(665.284,78)

Também as Reservas Matemáticas Estatutárias das Melhorias e Subvenções registaram uma diminuição de 665 284,78 euros (-1,4%) relativamente ao ano anterior. O seu valor em 31 de dezembro de 2024 era de 48 000 649,17 euros.

(euros)

Variação das reservas matemáticas estatutárias dos subsídios de 1919 e complementar

	31/12/2024	31/12/2023	Variação Anual
Benefícios em curso	3.263,84	3.547,10	(283,26)
Total	3.263,84	3.547,10	(283,26)

As Reservas Matemáticas Estatutárias dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram-se praticamente inalteradas durante 2024, mas mantendo a tendência decrescente verificada nos últimos anos.

b) Reservas Matemáticas Atuariais

O teste à adequação das responsabilidades, em 2024, originou, em termos líquidos, uma libertação de 13 511 214,90 euros. Este valor resulta de um reforço de reservas matemáticas no montante de 1 355 227,18 euros e de uma libertação de 14 866 442,08 euros.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor acumulado da provisão adicional constituída (Reservas Matemáticas Atuariais) era de 93 292 554,94 euros, tendo registado uma diminuição de 13 511 214,90 euros (-12,7%) relativamente ao ano anterior.

Apresenta-se, na tabela seguinte, as Reservas Matemáticas Atuariais, discriminadas por modalidade e tipo de renda, à data de 31 de dezembro de 2024, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2023.

(euros)

Reservas matemáticas atuariais a 31/12/2024

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2024	31/12/2023	Libertação	Reforço
Montepio Proteção Vida - 0,3%	73.540,07	71.832,83		1.707,24
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	7.069,78	6.804,91		264,87
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	3.097.220,21	2.320.388,85		776.831,36
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	279.461,18	202.128,29		77.332,89
Subtotal	3.457.291,24	2.601.154,88	-	856.136,36

Modalidades de subscrição fechada com entregas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2024	31/12/2023	Libertação	Reforço
Capitais de Previdência - 4%	515.490,70	548.919,53	(33.428,83)	
Montepio Proteção Vida - 3%	107.152,90	120.918,50	(13.765,60)	
Subsídio por Morte - 4%	66.301,83	67.319,53	(1.017,70)	
Montepio Pensões de Reforma - 3%	82.039,13	86.387,33	(4.348,20)	
Restituição de Quotas - 3%	-	2.242,80	(2.242,80)	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	165.804,78	351.551,12	(185.746,34)	
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	5.269.197,61	10.527.163,30	(5.257.965,69)	
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	11.766,89	21.954,90	(10.188,01)	
Capitais para Jovens - 4%	46.304,48	104.839,07	(58.534,59)	
Montepio Proteção 18-30 - 3%	1.148.879,62	651.057,55		497.822,07
Pensões para Deficientes - 4%	426.300,88	578.342,79	(152.041,91)	
Montepio Proteção Invalidez - 3%	74,02	157,68	(83,66)	
Rendas de Sobrevivência - 4%	49.969,40	285.493,85	(235.524,45)	
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	12,68	18,73	(6,05)	
Capitais para Estudos - 4%	33.961,45	69.072,24	(35.110,79)	
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	4.123.460,13	5.112.473,57	(989.013,44)	
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas - 4%	283,63	291,11	(7,48)	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas - 4%	29.591,66	30.834,43	(1.242,77)	
Subtotal	12.076.591,79	18.559.038,03	(6.980.268,31)	497.822,07

Modalidades de subscrição fechada sem entregas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2024	31/12/2023	Libertação	Reforço
Pensões de Reforma - 6%	57.466.473,64	62.227.319,80	(4.760.846,16)	
Pensões de Reforma - 4%	14.294.099,91	15.719.442,03	(1.425.342,12)	
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	876.034,04	1.708.758,21	(832.724,17)	
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	1.166,66	1.211,78	(45,12)	
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	1.481.149,57	1.630.245,03	(149.095,46)	
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	80.907,29	208.093,26	(127.185,97)	
Pensões de Poupança Reforma - 3%	1.545,58	591,44		954,14
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	357,55	356,22		1,33
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	160,73	616,17	(455,44)	
Subtotal	74.201.894,97	81.496.633,94	(7.295.694,44)	955,47

Rendas	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2024	31/12/2023	Libertação	Reforço
Rendas Vitalícias - 6%	233.431,37	249.910,45	(16.479,08)	
Rendas Vitalícias - 4%	3.299.252,42	3.802.767,62	(503.515,20)	
Rendas Vitalícias - 3%	9.833,84	60.127,01	(50.293,17)	
Rendas Vitalícias - 0,3%	1.096,20	807,04		289,16
Rendas Temporárias - 3%	13.089,60	33.281,48	(20.191,88)	
Rendas Temporárias - 0,3%	73,51	49,39		24,12
Subtotal	3.556.776,94	4.146.942,99	(590.479,33)	313,28
Total	93.292.554,94	106.803.769,84	(14.866.442,08)	1.355.227,18

c) Total das Reservas Matemáticas

O total de Reservas Matemáticas (Estatutárias e Atuariais) era de 523 522 446,97 euros, em 31 de dezembro de 2024, tendo diminuído 38 496 385,77 euros (-6,8%) em relação ao ano anterior.

(euros)

Reservas matemáticas totais a 31/12/2024 - modalidades de subscrição aberta

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Montepio Proteção Vida - 0,3%	406.666,45	73.540,07	480.206,52
Montepio Pensões de Reforma - 0,3%	391.425,53	7.069,78	398.495,31
Restituição de Quotas - 0,3%	106.076,52	-	106.076,52
Montepio Proteção 5 em 5 - 0,3%	61.121.614,33	3.097.220,21	64.218.834,54
Montepio Proteção 18-30 - 0,3%	8.185.614,41	279.461,18	8.465.075,59
Montepio Proteção Invalidez - 0,3%	-	-	-
Total	70.211.397,24	3.457.291,24	73.668.688,48

(euros)

Reservas matemáticas totais a 31/12/2024 - modalidades de subscrição fechada com entregas

Modalidades de subscrição fechada com entregas	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Capitais de Previdência - 4%	31.461.244,73	515.490,70	31.976.735,43
Montepio Proteção Vida - 3%	2.463.349,68	107.152,90	2.570.502,58
Subsídio por Morte - 4%	1.135.683,92	66.301,83	1.201.985,75
Montepio Pensões de Reforma - 3%	14.131.107,99	82.039,13	14.213.147,12
Restituição de Quotas - 3%	1.023.579,88	-	1.023.579,88
Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4%	5.511.406,20	165.804,78	5.677.210,98
Montepio Proteção 5 em 5 - 3%	159.511.836,88	5.269.197,61	164.781.034,49
Capitais de Previdência a Prazo - 4%	468.551,46	11.766,89	480.318,35
Capitais para Jovens - 4%	1.398.090,24	46.304,48	1.444.394,72
Montepio Proteção 18-30 - 3%	33.113.488,27	1.148.879,62	34.262.367,89
Pensões para Deficientes - 4%	976.332,78	426.300,88	1.402.633,66
Capitais Temporários por Invalidez - 4%	210,13	-	210,13
Montepio Proteção Invalidez - 3%	2.585,03	74,02	2.659,05
Rendas de Sobrevivência - 4%	1.064.673,30	49.969,40	1.114.642,70
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional - 4%	1.197,56	12,68	1.210,24
Capitais para Estudos - 4%	1.169.045,39	33.961,45	1.203.006,84
Pensões de Sobrevivência e Dotes - 4%	12.227.775,31	4.123.460,13	16.351.235,44
Capitais de Previdência a Favor Pessoas Certas - 4%	16.992,19	283,63	17.275,82
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas - 4%	22.748,93	29.591,66	52.340,59
Total	265.699.899,87	12.076.591,79	277.776.491,66

(euros)

Reservas matemáticas totais a 31/12/2024 - modalidades de subscrição fechada sem entregas

Modalidades de subscrição fechada sem entregas	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Pensões de Reforma - 6%	47.565.448,84	57.466.473,64	105.031.922,48
Pensões de Reforma - 4%	16.461.575,46	14.294.099,91	30.755.675,37
Pensões de Reforma - 4% (TV88/90)	12.706.156,74	876.034,04	13.582.190,78
Restituição de Quotas - 6%	58.046,76	-	58.046,76
Restituição de Quotas - 4%	345.920,82	-	345.920,82
Adicional de Invalidez - 6%	5.226,74	-	5.226,74
Adicional de Invalidez - 4%	4.689,73	-	4.689,73
Pensões de Capitais de Reforma - 6%	575,87	1.166,66	1.742,53
Pensões de Capitais de Reforma - 4%	1.166.859,39	1.481.149,57	2.648.008,96
Pensões de Capitais de Reforma - 3%	2.705.784,22	80.907,29	2.786.691,51
Pensões de Poupança de Reforma - 3%	51.714,18	1.545,58	53.259,76
Subsídio de Funeral e Luto - Lutuosa Nacional - 4%	17.591,10	357,55	17.948,65
Pensões de Modalidades Coletivas - 3%	85.864,92	160,73	86.025,65
Total	81.175.454,77	74.201.894,97	155.377.349,74

(euros)

Reservas matemáticas totais a 31/12/2024 - Rendas Vitalícias

Rendas Vitalícias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Vitalícias - 6%	175.024,01	233.431,37	408.455,38
Rendas Vitalícias - 4%	3.219.342,41	3.299.252,42	6.518.594,83
Rendas Vitalícias - 3%	8.077.295,75	9.833,84	8.087.129,59
Rendas Vitalícias - 0,3%	1.155.265,42	1.096,20	1.156.361,62
Total	12.626.927,59	3.543.613,83	16.170.541,42

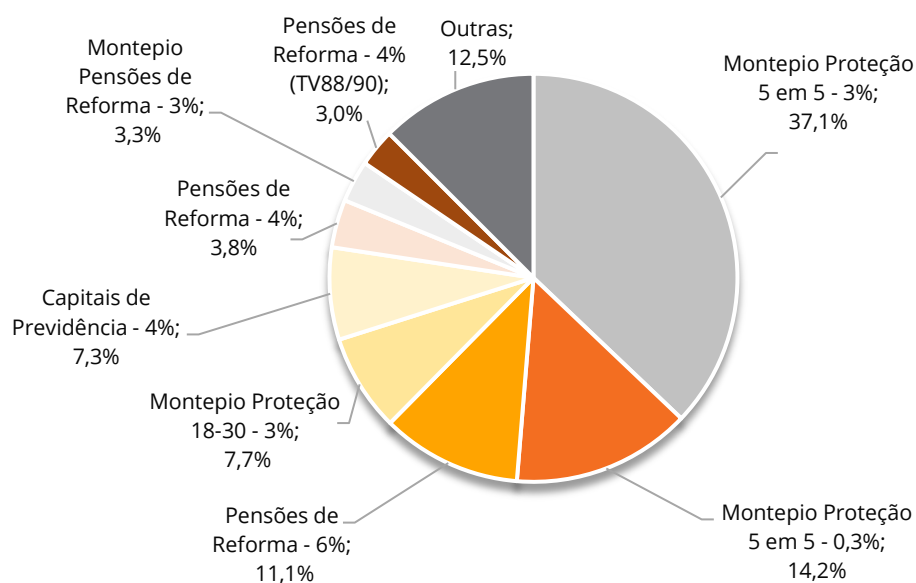
(euros)

Reservas matemáticas totais a 31/12/2024 - Rendas Temporárias

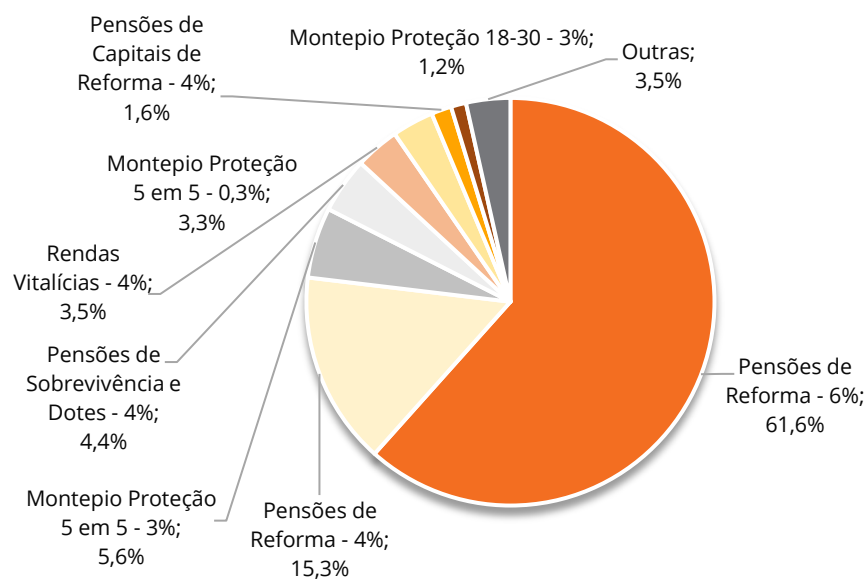
Rendas Temporárias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Temporárias - 3%	510.636,69	13.089,60	523.726,29
Rendas Temporárias - 0,3%	5.575,87	73,51	5.649,38
Total	516.212,56	13.163,11	529.375,67

Os gráficos seguintes ilustram a distribuição percentual das Reservas Matemáticas (Estatutárias e Atuariais) à data de 31 de dezembro de 2024.

Reservas Matemáticas Estatutárias



Reservas Matemáticas Atuariais



Destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Pensões de Reforma - 6%, cuja provisão adicional constituída representa 61,6% no total das Reservas Matemáticas Atuariais.

iv) Situação Técnico-Atuarial do MGAM

As Reservas Matemáticas Estatutárias foram calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Direção Geral da Segurança Social, tendo sido verificadas e validadas pelo Gabinete de Atuariado.

Em linha com as melhores práticas, foram recalculadas as reservas matemáticas tendo em consideração pressupostos mais ajustados à realidade atual, tendo-se procedido, em termos líquidos, a uma libertação da provisão adicional de reservas matemáticas.

Neste contexto, tendo em consideração a informação disponível nesta data e os pressupostos assumidos, entende-se que o montante total das reservas matemáticas constituídas para as modalidades atuariais, para as rendas vitalícias e para as rendas temporárias é suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas com os subscritores, pensionistas e rendistas das modalidades atuariais e rendas do MGAM, pelo que o MGAM apresenta uma situação técnico-atuarial adequada, numa perspetiva de cálculo das responsabilidades.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2025

A Atuária,

Teresa Sofia de Sousa Fernandes

Atuária Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses

16.2. Imputação de custos administrativos pelas modalidades associativas e rendas

A Associação Mutualista (MGAM), no ano de 2024, suportou um total de custos administrativos (gastos gerais administrativos e custos com o pessoal) de 27,6 milhões de euros, um valor acima do montante registado no ano anterior (25,2 milhões de euros). No final do ano, aquele valor representava cerca de 0,639% do total do ativo líquido, uma percentagem inferior à registada em 2023 (0,644%) e que, tendencialmente, tem vindo a diminuir nos últimos anos.

Evolução do Peso dos Custos Administrativos no total do Ativo (%)



Em 31 de dezembro de 2024, a composição dos Custos Administrativos era seguinte:

- Gastos Gerais Administrativos (GGA) – 21,2 milhões de euros (19,5 milhões de euros em 2023);
- Custos com Pessoal (CP) – 6,4 milhões de euros (5,7 milhões de euros em 2023);

Estas rubricas de custos, atendendo à sua natureza e especificidade, são consideradas custos próprios das várias modalidades, rendas e fundos (exceto o Fundo de Administração) e, por conseguinte, são reconhecidos nas respetivas contas de exploração (em 2024, estes custos próprios atingiram 5,6 milhões de euros e, em 2023, cerca de 6,8 milhões de euros. Por outro lado, existe, também, um conjunto de outros custos que, por serem de carácter mais genérico, são comuns a todas as modalidades, rendas e fundos (21,9 milhões de euros,

em 2024, e 18,4 milhões de euros, em 2023) e que, neste âmbito, são suportados pelo Fundo de Administração (Art. 53.º, n.º 1, dos Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista):

Tabela 1 – Repartição dos Custos Administrativos

Rubrica	Fundo de Administração (1)	Outros Fundos e Modalidades			(euros)
		Fundo de Solidariedade Associativa (2)	Custos Próprios Modalidades (3)	Total Out. Fundos e Mod. (4= 2 +3)	Total Geral (5= 1 + 4)
Fornec. e Serviços Externos	15.697	4.369	1.183	5.552	21.249
Custos com Pessoal	6.288	0	87	87	6.375
Total	21.985	4.369	1.270	5.639	27.624

Para a imputação dos custos administrativos comuns da Associação Mutualista, pelas várias modalidades, tem-se definido que todos estes custos deverão ser imputados de acordo com alguns referenciais, pelo que, em termos de calculatória, foram considerados e assumidos os seguintes critérios indicativos:

- Custos Gerais - 0,1% do Fundo Permanente/Próprio da modalidade/renda;
- Custos com o Trabalho - calculados com base no valor dos encargos administrativos e na percentagem de trabalho alocado a cada modalidade/renda.

Tal como tem sido habitual nos últimos anos, estes critérios de imputação costumam ser, também, complementados com a informação recolhida junto dos principais serviços intervenientes no processo de tratamento de dados (por exemplo, ao nível da subscrição e reembolso das modalidades), com o intuito de determinar, com algum rigor, os verdadeiros custos de eficiência associados a cada uma das várias classes de modalidades.

Por simplificação e para efeitos de imputação dos Custos do Trabalho, as modalidades e rendas são, normalmente, agrupadas nas seguintes três categorias:

- Modalidade de Capitalização, por Prazo Certo (MCC) – Séries emitidas ao abrigo do Regulamento da Modalidade de Montepio Capital Certo;
- Modalidades de Capitalização, por Prazo Indeterminado (Capitalização) – Modalidades Montepio Poupança Complementar; Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos/Modalidades Coletivas;

- Modalidades de Previdência – Todas as Modalidades de Previdência e Rendas Vitalícias, com exceção das Modalidade de Proteção Encargos (Crédito à Habitação, Crédito Individual e Outros Encargos).

Os Custos Gerais e os Custos com o Trabalho apresentaram, nos últimos três anos, o seguinte comportamento:

Tabela 2 – Componente de Custos Gerais

(euros)

Ano	Ponderador ⁽¹⁾	Fundo Permanente/Próprio + Reserva Estabilização de Resultados			Custo Gerais			
		MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Total
2022	0,10%	1.655.058.000	1.173.069.000	605.672.000	1.655.058	1.173.069	605.672	3.433.799
2023	0,10%	1.761.528.000	1.147.137.000	602.333.000	1.761.528	1.147.137	602.333	3.510.998
2024	0,10%	2.030.852.000	1.146.777.000	576.148.000	2.030.852	1.146.777	576.148	3.753.777

(1) Ponderador indicativo, baseado na Comissão de depósito dos Fundos de Investimento

A percentagem de trabalho que foi considerada e alocada a cada um destes grupos de modalidades pretende, de alguma forma, traduzir uma aproximação aos níveis de gestão processual que cada uma destas modalidades e rendas envolve; ou seja, estes valores devem ser encarados, uma vez mais, como meramente indicativos, embora com alguma proximidade à realidade.

Tabela 3 – Componente de Custos do Trabalho

(euros)

Ano	Custo	Consumo de Trabalho (% do total)				Custo do Trabalho			
		MCC	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos	MCC	Capitalizaçã (exceto	Previdência	Proteção Encargos
2022	16.953.497	53,19%	36,92%	5,92%	3,97%	9.018.003	6.258.599	1.004.238	672.657
2023	14.549.949	52,29%	35,95%	7,05%	4,70%	7.608.229	5.230.981	1.026.385	684.354
2024	18.193.944	55,58%	34,75%	5,84%	3,83%	10.112.988	6.322.478	1.061.921	696.557

Para complementar a análise das tabelas anteriores importa, por exemplo, recuperar alguns dos factos ocorridos, ao longo deste último triénio, em termos da ocorrência de reembolsos, por exemplo, por se tratar de uma variável relevante para, e alguma forma, tentar justificar a percentagem de trabalho que os serviços administrativos despendem no tratamento processual das várias modalidades: **(i)** em 2022, o montante de reembolsos, nas Modalidades de Capitalização, situou-se em 658,7 milhões de euros, sobretudo, devido ao vencimento programado de 26 séries, no montante, aproximado, de capital e de juros, de 390 milhões de euros. Estes factos contribuíram para o aumento da percentagem de consumo de trabalho alocada às modalidades de capital certo, em detrimento das restantes modalidades de capitalização; **(ii)** em 2023, o volume de reembolsos, verificado nas Modalidades de Capitalização, voltou a aumentar para 762,8 milhões de euros, em

particular, devido ao acréscimo anual do montante de reembolsos antecipados que se verificou na generalidade destas modalidades (este ano, o montante de vencimentos programados totalizou, aproximadamente, 103 milhões de euros, de capital e juro, correspondente ao encerramento de 21 séries); **(iii)** em 2024, o montante total de reembolsos, verificado nas Modalidades de Capitalização, acabou por diminuir em todas elas (679,5 milhões de euros), em particular, devido à redução do volume de reembolsos antecipados de capital; contudo, o valor dos vencimentos programados mais do que duplicou, relativamente, ao ano anterior (295,7 milhões de euros) e que está, diretamente, relacionado com o aumento do número de séries que se venceram ao longo do ano (36 séries encerradas, em 2024).

Tendo presente o lançamento, recorrente, de novas Séries da Modalidade de Capital Certo, ao longo do ano e, fundamentalmente, o número de vencimentos de Séries que, habitualmente, ocorre todos os anos, a percentagem do consumo de trabalho que vem sendo alocada às modalidades de capital certo, nos últimos anos, tem sido mais elevada comparativamente com as restantes modalidades de capitalização.

Para que o Fundo de Administração consiga suportar o montante total de Custos Administrativos que são comuns a todas as modalidades, é necessário que todas elas façam as contribuições necessárias para este efeito; no último triénio, estas contribuições materializaram-se nos seguintes montantes:

Tabela 4 – Contribuição de cada Modalidade para o Total de Custos Administrativos

(euros)

Ano	MCC-Montepio Capital Certo	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos	Total
2022	10.673.061	7.431.668	1.609.910	672.657	20.387.296
2023	9.369.757	6.378.118	1.628.718	684.354	18.060.947
2024	12.143.840	7.469.255	1.638.069	696.557	21.947.721

A cobertura dos custos administrativos comuns a todas as modalidades e rendas tem vindo a ser assegurada, em linha com as Disposições Gerais do Regulamento de Benefícios (Artigo 27.º), através de uma contribuição anual individual para o Fundo de Administração (em percentagem do valor médio anual de cada Fundo Permanente ou Fundo Próprio de cada modalidade e renda, até ao limite máximo de 1%).

Entre 2022 e 2024, a percentagem de contribuição para o fundo de administração, por classes de modalidade, foi a seguinte:

Tabela 5 - Contribuição para o Fundo de Administração em Percentagem do Valor Médio Anual do Fundo Permanente / Próprio

Ano	MCC-Montepio Capital Certo	Capitalização (exceto MCC)	Previdência	Proteção Encargos
2022	0,641%	0,641%	0,251%	1,00%
2023	0,550%	0,550%	0,264%	1,00%
2024	0,655%	0,655%	0,273%	1,00%

Nota: Dada a natureza e a particularidade das modalidades Montepio Proteção Encargos (não distribuírem melhorias de benefícios e não têm responsabilidades futuras para com os associados), considera-se ajustado continuar a imputar-lhe a taxa de contribuição máxima, de 1%, permitida pelo Artigo 27.º do Regulamento de Benefícios da Associação Mutualista.

16.3. Balanços técnicos das modalidades associativas, fundos e rendas

Modalidades Associativas

milhares de euros

	Modalidades de Proteção de Encargos		Modalidades de Capitalização		Modalidades de Capitalização Séries		Modalidades Proteção 5 em 5 e Capitais Diferidos c/Opção	
	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*
Depósitos Bancários + Caixa	882	882	12 307	12 307	63 087	63 087	8 771	8 771
Carteira de Títulos (FVOCI + FVTPL)	7 654	7 654	59 709	59 709	620 348	620 348	59 534	59 534
Investimentos em Subsidiárias e Associadas	79 558	79 558	562 896	562 896	1 017 539	1 017 539	95 244	95 244
Propried. de Investimento, Ativos Tangíveis e Intangíveis	0	0	353 844	353 844	0	0	35 311	35 311
Ativos por Impostos Correntes	2	2	3 694	3 694	90 409	90 409	6 403	6 403
Ativos por Impostos Diferidos	92	92	261 413	261 413	491 960	491 960	57 679	57 679
Empréstimos a Associados	-	-	441	441	893	893	551	551
Dívidas da Reserva Geral às Modalidades	-	-	-	-	-	1 034	-	-
Dívidas das Modalidades/Fundos à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos	141	141	3 966	3 966	327	327	581	581
Total do Ativo	88 330	88 330	1 258 271	1 258 271	2 284 564	2 285 597	264 075	264 075
Provisões Técnicas	0	0	1 146 777	1 146 777	1 904 310	1 904 310	234 677	234 677
Passivos por Impostos Correntes	0	0	0	0	1 909	1 909	0	0
Créditos das Modalidades sobre a Reserva geral	0	0	0	0	0	-	0	0
Créditos da Reserva Geral sobre as Modalidades/Fundos	0	13 545	0	5 845	0	12 096	0	1 146
Outros Passivos	3 165	3 165	8 311	8 311	121 466	121 466	4 280	4 280
Total do passivo	3 165	16 710	1 155 088	1 160 933	2 027 685	2 039 781	238 957	240 103
Fundos Próprios	69 951	71 445	-	-	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	-	-	-	-	126 542	223 615	8 311	18 624
Reservas de Justo Valor	34	34	2 967	2 967	(12 207)	(12 207)	(1 833)	(1 833)
Imposto Diferido sobre Reservas de Justo Valor	(8)	(8)	(603)	(603)	3 750	3 750	547	547
Reserva Geral	127	127	25 227	25 227	40 547	30 294	6 480	6 480
Reservas de Estabilização de Resultados	-	-	15 977	68 578	-	-	-	-
Outras Reservas e Resultados Transitados	22	22	1 169	1 169	364	364	154	154
Outras Variações de Capital Proprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Líquidos do Exercício	15 039	-	58 446	-	97 883	-	11 458	-
Total da Situação Líquida	85 165	71 620	103 182	97 338	256 878	245 816	25 119	23 973
Total Passivo + Situação Líquida	88 330	88 330	1 258 271	1 258 271	2 284 564	2 285 597	264 075	264 075

(*) Impacto nos Balanços Técnicos da AM, tendo em consideração que as Propostas apresentadas, no R&C, serão aprovadas em sede de Assembleia de Representantes

milhares de euros

	Montepio Proteção Vida e Capitais de Previdência		Montepio Proteção 18-30 e Capitais p/ Jovens		Montepio Pensões de Reforma		Pensões Reforma - Adicional de Invalidez	
	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*
Depósitos Bancários + Caixa	437	437	969	969	7 146	7 146	59	59
Carteira de Títulos (FVOCI + FVTPL)	193	193	12 534	12 534	39 321	39 321	1	1
Investimentos em Subsidiárias e Associadas	25 602	25 602	24 749	24 749	75 605	75 605	212	212
Propried. de Investimento, Ativos Tangíveis e Intangíveis	6 465	6 465	10 022	10 022	36 235	36 235	81	81
Ativos por Impostos Correntes	209	209	667	667	1 468	1 468	0	0
Ativos por Impostos Diferidos	8 381	8 381	10 804	10 804	38 957	38 957	1	1
Empréstimos a Associados	58	58	86	86	34	34	-	-
Dívidas da Reserva Geral às Modalidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas das Modalidades/Fundos à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos	95	95	165	165	380	380	1	1
Total do Ativo	41 441	41 441	59 994	59 994	199 147	199 147	355	355
Provisões Técnicas	35 027	35 027	44 172	44 172	165 515	165 515	10	10
Passivos por Impostos Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos das Modalidades sobre a Reserva geral	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos da Reserva Geral sobre as Modalidades/Fundos	0	210	0	196	0	1 003	0	2
Outros Passivos	319	319	4 086	4 086	1 306	1 306	7	7
Total do passivo	35 346	35 556	48 258	48 454	166 821	167 823	17	20
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	3 946	5 831	7 023	8 787	21 381	30 404	314	334
Reservas de Justo Valor	(9)	(9)	(206)	(206)	970	970	(0)	(0)
Imposto Diferido sobre Reservas de Justo Valor	3	3	60	60	(183)	(183)	0	0
Reserva Geral	37	37	2 860	2 860	-	-	1	1
Reservas de Estabilização de Resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas e Resultados Transitados	23	23	38	38	132	132	0	0
Outras Variações de Capital Proprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Líquidos do Exercício	2 095	-	1 960	-	10 026	-	22	-
Total da Situação Líquida	6 095	5 885	11 736	11 540	32 326	31 324	337	335
Total Passivo + Situação Líquida	41 441	41 441	59 994	59 994	199 147	199 147	355	355

(*) Impacto nos Balanços Técnicos da AM, tendo em consideração que as Propostas apresentadas, no R&C, serão aprovadas em sede de Assembleia de Representantes

milhares de euros

	Montepio Proteção Invalidez e Capitais Temp. Invalidez		Capitais para Estudos		Subsídio p/ Morte		Capitais Previdência a Prazo	
	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*
Depósitos Bancários + Caixa	82	82	25	25	57	57	58	58
Carteira de Títulos (FVOCI + FVTPL)	23	23	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Subsidiárias e Associadas	196	196	407	407	1 128	1 128	757	757
Propried. de Investimento, Ativos Tangíveis e Intangíveis	80	80	709	709	463	463	899	899
Ativos por Impostos Correntes	0	0	81	81	5	5	8	8
Ativos por Impostos Diferidos	1	1	243	243	266	266	41	41
Empréstimos a Associados	-	-	(5)	(5)	-	-	(1)	(1)
Dívidas da Reserva Geral às Modalidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas das Modalidades/Fundos à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos	1	1	11	11	5	5	9	9
Total do Ativo	383	383	1 471	1 471	1 924	1 924	1 771	1 771
Provisões Técnicas	3	3	1 203	1 203	1 202	1 202	480	480
Passivos por Impostos Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos das Modalidades sobre a Reserva geral	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos da Reserva Geral sobre as Modalidades/Fundos	0	2	0	15	0	14	0	13
Outros Passivos	9	9	36	36	24	24	96	96
Total do passivo	12	14	1 239	1 254	1 226	1 239	576	589
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	347	367	73	212	194	318	911	1 024
Reservas de Justo Valor	(0)	(0)	-	-	-	-	-	-
Imposto Diferido sobre Reservas de Justo Valor	0	0	-	-	-	-	-	-
Reserva Geral	1	1	-	-	365	365	156	156
Reservas de Estabilização de Resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas e Resultados Transitados	0	0	4	4	2	2	3	3
Outras Variações de Capital Proprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Líquidos do Exercício	22	-	155	-	138	-	125	-
Total da Situação Líquida	371	369	232	216	698	684	1 195	1 182
Total Passivo + Situação Líquida	383	383	1 471	1 471	1 924	1 924	1 771	1 771

milhares de euros

	Pensão Sobrevivência e Dotes		Pensão p/ Deficientes		Capitais Diferidos Cobertura Adicional		Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	
	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*
Depósitos Bancários + Caixa	178	178	79	79	33	33	27	27
Carteira de Títulos (FVOCI + FVTPL)	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Subsidiárias e Associadas	12 508	12 508	1 201	1 201	-	-	-	-
Propried. de Investimento, Ativos Tangíveis e Intangíveis	4 307	4 307	230	230	17	17	-	-
Ativos por Impostos Correntes	127	127	-	-	-	-	-	-
Ativos por Impostos Diferidos	3 794	3 794	338	338	-	-	4	4
Empréstimos a Associados	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas da Reserva Geral às Modalidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas das Modalidades/Fundos à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos	48	48	3	3	0	0	0	0
Total do Ativo	20 962	20 962	1 852	1 852	51	51	31	31
Provisões Técnicas	16 351	16 351	1 403	1 403	1	1	17	17
Passivos por Impostos Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos das Modalidades sobre a Reserva geral	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos da Reserva Geral sobre as Modalidades/Fundos	0	179	0	23	0	0	0	0
Outros Passivos	167	167	12	12	2	2	0	0
Total do passivo	16 518	16 697	1 415	1 438	3	3	17	17
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	2 643	4 251	209	413	44	45	9	10
Reservas de Justo Valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto Diferido sobre Reservas de Justo Valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Geral	-	-	-	-	3	3	4	4
Reservas de Estabilização de Resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas e Resultados Transitados	14	14	1	1	0	0	-	-
Outras Variações de Capital Proprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados Líquidos do Exercício	1 787	-	227	-	1	-	1	-
Total da Situação Líquida	4 444	4 265	437	414	48	48	14	14
Total Passivo + Situação Líquida	20 962	20 962	1 852	1 852	51	51	31	31

(*) Impacto nos Balanços Técnicos da AM, tendo em consideração que as Propostas apresentadas, no R&C, serão aprovadas em sede de Assembleia de Representantes

milhares de euros

	Rendas certas Modalidades Coletivas		Rendas de Sobrevivência e Rendas Vitalícias a favor		TOTAL	
	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*
Depósitos Bancários + Caixa	4	4	38	38	94 239	94 239
Carteira de Títulos (FVOCI + FVTPL)	-	-	2	2	799 320	799 320
Investimentos em Subsidiárias e Associadas	63	63	1 003	1 003	1 898 667	1 898 667
Propried. de Investimento, Ativos Tangíveis e Intangíveis	203	203	428	428	449 296	449 296
Ativos por Impostos Correntes	0	0	7	7	103 081	103 081
Ativos por Impostos Diferidos	4	4	260	260	874 239	874 239
Empréstimos a Associados	-	-	-	-	2 057	2 057
Dívidas da Reserva Geral às Modalidades	-	-	-	-	-	1 034
Dívidas das Modalidades/Fundos à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos	2	2	10	10	5 744	5 744
Total do Ativo	275	275	1 747	1 747	4 226 643	4 227 677
Provisões Técnicas	86	86	1 167	1 167	3 552 402	3 552 402
Passivos por Impostos Correntes	0	0	0	0	1 909	1 909
Créditos das Modalidades sobre a Reserva geral	0	0	0	0	0	0
Créditos da Reserva Geral sobre as Modalidades/Fundos	0	2	0	27	0	34 316
Outros Passivos	8	8	11	11	143 305	143 305
Total do passivo	94	96	1 178	1 206	3 697 616	3 731 933
Fundos Próprios	-	-	-	-	69 951	71 445
Excedentes Técnicos	147	161	280	528	172 373	294 925
Reservas de Justo Valor	-	-	(0)	(0)	(10 285)	(10 285)
Imposto Diferido sobre Reservas de Justo Valor	-	-	0	0	3 568	3 568
Reserva Geral	18	18	13	13	75 837	65 585
Reservas de Estabilização de Resultados	-	-	-	-	15 977	68 578
Outras Reservas e Resultados Transitados	0	0	1	1	1 928	1 928
Outras Variações de Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Resultados Líquidos do Exercício	16	-	275	-	199 677	-
Total da Situação Líquida	181	179	569	542	529 027	495 744
Total Passivo + Situação Líquida	275	275	1 747	1 747	4 226 643	4 227 677

(*) Impacto nos Balanços Técnicos da AM, tendo em consideração que as Propostas apresentadas, no R&C, serão aprovadas em sede de Assembleia de Representantes

Coberturas Adicionais

milhares de euros

	Capitais de Garantia		Invalidez Modalidades Coletivas		TOTAL	
	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*
Depósitos Bancários + Caixa	148	148	17	17	166	166
Carteira de Títulos (FVOCI + FVTPL)	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Subsidiárias e Associadas	2 046	2 046	-	-	2 046	2 046
Propried. de Investimento, Ativos Tangíveis e Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Ativos por Impostos Correntes	-	-	-	-	-	-
Ativos por Impostos Diferidos	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a Associados	-	-	-	-	-	-
Dívidas da Reserva Geral às Modalidades	-	-	-	-	-	-
Dívidas das Modalidades/Fundos à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo	2 194	2 194	17	17	2 211	2 211
Provisões Técnicas	0	0	0	0	0	0
Passivos por Impostos Correntes	0	0	0	0	0	0
Créditos das Modalidades sobre a Reserva geral	0	0	0	0	0	0
Créditos da Reserva Geral sobre as Modalidades/Fundos	0	221	0	0	0	221
Outros Passivos	29	29	0	0	29	29
Total do passivo	29	250	0	0	29	250
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	1 888	1 944	17	17	1 905	1 961
Reservas de Justo Valor	-	-	-	-	-	-
Imposto Diferido sobre Reservas de Justo Valor	-	-	-	-	-	-
Reserva Geral	-	-	-	-	-	-
Reservas de Estabilização de Resultados	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas e Resultados Transitados	1	1	-	-	1	1
Outras Variações de Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Resultados Líquidos do Exercício	276	-	0	-	276	-
Total da Situação Líquida	2 165	1 944	17	17	2 182	1 961
Total Passivo + Situação Líquida	2 194	2 194	17	17	2 211	2 211

(*) Impacto nos Balanços Técnicos da AM, tendo em consideração que as Propostas apresentadas, no R&C, serão aprovadas em sede de Assembleia de Representantes

Fundos

milhares de euros

	Fundo Reserva Geral		Fundo de Solidariedade Associativa		Fundo de Administração		Fundo Bolsa de Estudo	
	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*
Depósitos Bancários + Caixa	8 793	8 793	4 460	4 460	4 455	4 455	187	187
Carteira de Títulos (FVOCI + FVTPL)	-	-	2 319	2 319	-	-	19	19
Investimentos em Subsidiárias e Associadas	6 385	6 385	48 525	48 525	-	-	500	500
Propried. de Investimento, Ativos Tangíveis e Intangíveis	28 488	28 488	-	-	-	-	258	258
Ativos por Impostos Correntes	850	850	-	-	440	440	-	-
Ativos por Impostos Diferidos	62 043	62 043	2	2	2 753	2 753	-	-
Empréstimos a Associados	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas da Reserva Geral às Modalidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas das Modalidades/Fundos à Reserva Geral	-	34 780	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos	401	401	239	239	2 393	2 393	3	3
Total do Ativo	106 959	141 739	55 546	55 546	10 040	10 040	966	966
Provisões Técnicas	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos por Impostos Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos das Modalidades sobre a Reserva geral	0	1 034	0	0	0	0	0	0
Créditos da Reserva Geral sobre as Modalidades/Fundos	0	0	0	0	0	0	0	45
Outros Passivos	3 475	3 475	2 420	2 420	3 770	3 770	29	29
Total do passivo	3 475	4 508	2 420	2 420	3 770	3 770	29	74
Fundos Próprios	-	-	44 323	53 066	898	917	880	891
Excedentes Técnicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Justo Valor	-	-	35	35	-	-	(0)	(0)
Imposto Diferido sobre Reservas de Justo Valor	0	0	(3)	(3)	-	-	0	0
Reserva Geral	103 668	136 676	-	-	2 828	2 828	-	-
Reservas de Estabilização de Resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas e Resultados Transitados	555	555	28	28	-	-	1	1
Outras Variações de Capital Proprio	-	-	-	-	2 526	2 526	-	-
Resultados Líquidos do Exercício	(738)	-	8 743	-	19	-	56	-
Total da Situação Líquida	103 485	137 230	53 126	53 126	6 271	6 271	937	892
Total Passivo + Situação Líquida	106 959	141 739	55 546	55 546	10 040	10 040	966	966

(*) Impacto nos Balanços Técnicos da AM, tendo em consideração que as Propostas apresentadas, no R&C, serão aprovadas em sede de Assembleia de Representantes

milhares de euros

	TOTAL		Fundo Montepio Egitanense		Subsídio p/ Morte-Lutuosa Nacional - 4%		TOTAL	
	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*
Depósitos Bancários + Caixa	17 895	17 895	158	158	35	35	193	193
Carteira de Títulos (FVOCI + FVTPL)	2 338	2 338	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Subsidiárias e Associadas	55 410	55 410	-	-	-	-	-	-
Propried. de Investimento, Ativos Tangíveis e Intangíveis	28 746	28 746	87	87	10	10	97	97
Ativos por Impostos Correntes	1 290	1 290	0	0	-	-	0	0
Ativos por Impostos Diferidos	64 799	64 799	-	-	4	4	4	4
Empréstimos a Associados	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas da Reserva Geral às Modalidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas das Modalidades/Fundos à Reserva Geral	-	34 780	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos	3 035	3 035	1	1	0	0	1	1
Total do Ativo	173 512	208 291	247	247	48	48	295	295
Provisões Técnicas	0	0	0	0	18	18	18	18
Passivos por Impostos Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos das Modalidades sobre a Reserva geral	0	1 034	0	0	0	0	0	0
Créditos da Reserva Geral sobre as Modalidades/Fundos	0	45	0	2	0	0	0	2
Outros Passivos	9 694	9 694	12	12	0	0	12	12
Total do passivo	9 694	10 772	12	14	18	18	30	32
Fundos Próprios	46 102	54 875	233	234	-	-	233	234
Excedentes Técnicos	-	-	-	-	24	26	24	26
Reservas de Justo Valor	35	35	-	-	-	-	-	-
Imposto Diferido sobre Reservas de Justo Valor	(3)	(3)	-	-	-	-	-	-
Reserva Geral	106 496	139 504	-	-	4	4	4	4
Reservas de Estabilização de Resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas e Resultados Transitados	583	583	0	0	0	0	0	0
Outras Variações de Capital Proprio	2 526	2 526	-	-	-	-	-	-
Resultados Líquidos do Exercício	8 080	-	2	-	1	-	3	-
Total da Situação Líquida	163 818	197 519	235	234	30	30	265	264
Total Passivo + Situação Líquida	173 512	208 291	247	247	48	48	295	295

(*) Impacto nos Balanços Técnicos da AM, tendo em consideração que as Propostas apresentadas, no R&C, serão aprovadas em sede de Assembleia de Representantes

Rendas

milhares de euros

	Rendas Temporárias 3% e 0,3%		Rendas Vitalícias 3% e 0,3%		Rendas Vitalícias 4%	
	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*
Depósitos Bancários + Caixa	32	32	416	416	117	117
Carteira de Títulos (FVOCI + FVTPL)	-	-	2 373	2 373	-	-
Investimentos em Subsidiárias e Associadas	550	550	5 963	5 963	6 830	6 830
Propried. de Investimento, Ativos Tangíveis e Intangíveis	56	56	2 454	2 454	5 172	5 172
Ativos por Impostos Correntes	10	10	160	160	117	117
Ativos por Impostos Diferidos	130	130	2 887	2 887	1 876	1 876
Empréstimos a Associados	-	-	-	-	-	-
Dívidas da Reserva Geral às Modalidades	-	-	-	-	-	-
Dívidas das Modalidades/Fundos à Reserva Geral	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos	1	1	25	25	53	53
Total do Ativo	779	779	14 277	14 277	14 164	14 164
Provisões Técnicas	529	529	12 083	12 083	9 167	9 167
Passivos por Impostos Correntes	0	0	0	0	0	0
Créditos das Modalidades sobre a Reserva geral	0	0	0	0	0	0
Créditos da Reserva Geral sobre as Modalidades/Fundos	0	6	0	67	0	117
Outros Passivos	5	5	174	174	162	162
Total do passivo	535	541	12 258	12 325	9 329	9 446
Fundos Próprios	-	-	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	73	128	1 370	1 974	3 079	4 136
Reservas de Justo Valor	-	-	(46)	(46)	-	-
Imposto Diferido sobre Reservas de Justo Valor	-	-	14	14	-	-
Reserva Geral	110	110	-	-	567	567
Reservas de Estabilização de Resultados	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas e Resultados Transitados	1	1	10	10	15	15
Outras Variações de Capital Próprio	-	-	-	-	-	-
Resultados Líquidos do Exercício	61	-	672	-	1 175	-
Total da Situação Líquida	244	238	2 019	1 952	4 836	4 718
Total Passivo + Situação Líquida	779	779	14 277	14 277	14 164	14 164

(*) Impacto nos Balanços Técnicos da AM, tendo em consideração que as Propostas apresentadas, no R&C, serão aprovadas em sede de Assembleia de Representantes

milhares de euros

	Rendas Vitalícias 6%		TOTAL	
	31.dez.24	Após Propostas*	31.dez.24	Após Propostas*
Depósitos Bancários + Caixa	301	301	866	866
Carteira de Títulos (FVOCI + FVTPL)	66	66	2 439	2 439
Investimentos em Subsidiárias e Associadas	289	289	13 631	13 631
Propried. de Investimento, Ativos Tangíveis e Intangíveis	232	232	7 914	7 914
Ativos por Impostos Correntes	13	13	299	299
Ativos por Impostos Diferidos	85	85	4 978	4 978
Empréstimos a Associados	-	-	-	-
Dívidas da Reserva Geral às Modalidades	-	-	-	-
Dívidas das Modalidades/Fundos à Reserva Geral	-	-	-	-
Outros Ativos	2	2	80	80
Total do Ativo	988	988	30 208	30 208
Provisões Técnicas	410	410	22 190	22 190
Passivos por Impostos Correntes	0	0	0	0
Créditos das Modalidades sobre a Reserva geral	0	0	0	0
Créditos da Reserva Geral sobre as Modalidades/Fundos	0	5	0	195
Outros Passivos	15	15	357	357
Total do passivo	426	430	22 547	22 742
Fundos Próprios	-	-	-	-
Excedentes Técnicos	343	384	4 865	6 622
Reservas de Justo Valor	(1)	(1)	(47)	(47)
Imposto Diferido sobre Reservas de Justo Valor	0	0	15	15
Reserva Geral	173	173	849	849
Reservas de Estabilização de Resultados	-	-	-	-
Outras Reservas e Resultados Transitados	1	1	27	27
Outras Variações de Capital Próprio	-	-	-	-
Resultados Líquidos do Exercício	45	-	1 952	-
Total da Situação Líquida	562	558	7 661	7 466
Total Passivo + Situação Líquida	988	988	30 208	30 208

(*) Impacto nos Balanços Técnicos da AM, tendo em consideração que as Propostas apresentadas, no R&C, serão aprovadas em sede de Assembleia de Representantes

16.4. Carteira de Imóveis

(milhares de euros)

Imóveis Agregados por Concelho	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
Almada	475	19
Albergaria-a-Velha	6 903	434
Angra do Heroísmo	15	-
Barreiro	106	7
Braga	9 505	378
Castelo Branco	968	61
Cascais	17 807	1 109
Coimbra	15 398	834
Évora	1 839	100
Faro	800	37
Guarda	1 568	41
Lisboa	246 031	8 976
Mafra	69	(1)
Montijo	11 640	805
Porto	90 583	1 478
Santarém	1 442	56
Setúbal	3 897	323
Sines	102	7
Sintra	25 649	96
Trofa	39	(1)
Vagos	125	(1)
Vila Franca de Xira	1 137	(1)
Vila Nova de Gaia	10 590	606
Vila Real Sto António	3 078	(2)
Viseu	3 272	359
TOTAL DE PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	453 038	15 720

16.5. Carteira de Títulos

(milhares de euros)

	Quantidade	Valor Nominal	Juros Corridos	Valor de Investimento	Valor de Mercado	Imparidade	Valor de Balanço
Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	24 375 840	8 155	58	16 300	14 582	-	14 640
Ações	458 200	-	-	3 197	2 381	-	2 381
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-
Dívida pública	-	3 000	19	2 966	2 539	-	2 558
Obrigações diversas	-	5 155	39	5 067	4 753	-	4 792
Fundos de Investimento	23 917 640	-	-	5 070	4 909	-	4 909
Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Outro Rendimento Integral		795 882	9 177	795 740	782 766	(2 485)	789 458
Obrigações diversas		304 882	6 325	304 364	309 905	(2 485)	313 745
Bilhetes do Tesouro		141 000	-	139 231	140 370	-	140 370
Dívida pública		350 000	2 852	352 145	332 491	-	335 343
Papel comercial		-	-	-	-	-	-
TOTAL	24 375 840	804 037	9 235	812 040	797 348	(2 485)	804 098

16.6. Contas das Fundações

Fundação Montepio Geral

Balanço em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(euros)

	2024	2023
ATIVO		
Ativo não corrente		
Investimentos financeiros	78 859	76 579
Ativo corrente		
Outras contas a receber	2 500	2 631
Caixa e depósitos bancários	3 121 707	2 310 513
Total do Ativo	3 203 066	2 389 723
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	498 798	498 798
Reservas e Resultados transitados	1 209 887	1 193 114
Resultado líquido do período	156 161	16 773
Total dos Fundos Patrimoniais	1 864 846	1 708 685
Passivo		
Outras dívidas a pagar	1 338 220	681 038
Total do Passivo	1 338 220	681 038
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	3 203 066	2 389 723

Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(euros)

	2024	2023
RENDIMENTOS E GASTOS		
Subsídios, doações e legados à exploração	864 103	639 317
Fornecimentos e serviços externos	(18 609)	(13 720)
Outros rendimentos	2 366	1 554
Outros gastos	(734 206)	(640 112)
Aumentos/reduções de justo valor	2 279	7 091
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	115 933	(5 869)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	115 933	(5 869)
Juros e rendimentos similares obtidos	40 228	23 029
Juros e encargos similares suportados		(387)
Resultado líquido do período	156 161	16 773

Outras Fundações

Balanço em 31 de dezembro de 2024

(euros)

	Vale Flor	Padre José Filipe	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	-	9 538	-	-	-
Investimentos financeiros	70 551	730 018	-	-	40 315
Ativo corrente					
Estado e Outros Entes Públicos	(25)	1 034	10	2	-
Caixa e depósitos bancários	3 038	21 658	13 440	10 453	1 281
Total do Ativo	73 564	762 248	13 450	10 455	41 596
PASSIVO					
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	-	-	-	-	-
Total do Passivo	-	-	-	-	-
FUNDOS PATRIMONIAIS					
Fundos	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458
Reservas	64 696	736 148	11 981	8 745	22 349
Resultado líquido do período	3 281	17 122	(27)	134	1 789
Total dos Fundos Patrimoniais	73 564	762 248	13 450	10 455	41 596
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	73 564	762 248	13 450	10 455	41 596

Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2024

(euros)

	Vale Flor	Padre José Filipe	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
RENDIMENTOS E GASTOS					
Fornecimentos e serviços externos	-	(1 079)	-	-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	1 968	(2 777)	-	-	916
Outros gastos e perdas	(290)	(131)	(223)	(75)	(266)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 678	(3 987)	(223)	(75)	650
Gastos/reversões de depreciação e de	-	(255)	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 678	(4 242)	(223)	(75)	650
Juros e rendimentos similares obtidos	1 992	26 894	248	264	1 139
Imposto	(389)	(5 530)	(52)	(55)	-
Resultado líquido do período	3 281	17 122	(27)	134	1 789

Prémios

Balanço em 31 de dezembro de 2024

(euros)

	Santa Joana	Hermínia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	D. Dinis	Bailim Pissarra	Alvaro Machado	Alberto Conceição Jorge
ATIVO								
Ativo corrente								
Caixa e depósitos bancários	15 454	36 606	107 458	79 272	101 137	1 472	176 171	120 477
Total do Ativo	15 454	36 606	107 458	79 272	101 137	1 472	176 171	120 477
PASSIVO								
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDOS PATRIMONIAIS								
Fundos	1 995	12 470	14 964	24 940	38 308	7 482	-	-
Reservas	13 347	23 793	90 526	53 401	60 457	-	174 230	117 832
Resultados transitados	-	-	-	-	-	(5 669)	-	-
Resultado líquido do período	112	343	1 968	931	2 372	(341)	1 941	2 646
Total dos Fundos Patrimoniais	15 454	36 606	107 458	79 272	101 137	1 472	176 171	120 477
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	15 454	36 606	107 458	79 272	101 137	1 472	176 171	120 477

Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2024

(euros)

	Santa Joana	Hermínia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	D. Dinis	Bailim Pissarra	Alvaro Machado	Alberto Conceição Jorge
RENDIMENTOS E GASTOS								
Outros rendimentos e ganhos	-	-	-	-	47	-	58	58
Outros gastos e perdas	(108)	(210)	(369)	(391)	-	(353)	(2 264)	(250)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(108)	(210)	(369)	(391)	47	(353)	(2 206)	(192)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(108)	(210)	(369)	(391)	47	(353)	(2 206)	(192)
Juros e rendimentos similares	220	553	2 337	1 322	2 326	12	4 148	2 838
Juros e gastos similares suportados	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	112	343	1 968	931	2 372	(341)	1 941	2 646



Montepio
Associação Mutualista

Sede

Rua Áurea, 219 – 241
1100 – 062 Lisboa

T: 213 248 000
montepio.org